



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

SUPLEMENTO AO N.º 90

QUINTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1945

SOCIEDADES

BANCO DO BRASIL, S. A.

**Relatório a ser apresentado na assembléia geral dos acionistas,
na sessão ordinária de 27 de abril de 1945**

Srs. Honrosos Acionistas:

Cumpri-me o grato dever de apresentar-vos, com os balanços do Banco referentes ao exercício de 1944, o relato de suas atividades nesse período, precedido de algumas considerações sobre a economia e as finanças nacionais.

I. A SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO BRASIL NO ANO DE 1944

1. PANORAMA

Persistiram, em 1944, as causas perturbadoras da economia internacional, oriundas da guerra que há seis anos ensanguenta o mundo e em que o Brasil se acha envolvido por um imperativo de honra e dignidade.

Em tempos de guerra, a intensidade e as diretrizes da produção e comércio se têm de orientar, antes de tudo, pelo objetivo vital de se à disposição das forças armadas os elementos materiais com que sustentar a luta e vencer o inimigo. As despesas extraordinárias, que se originam dos conflitos armados, devem ser enfrentadas como fato inevitável; e, insuficientes os impostos e empréstimos públicos para a cobertura integral desses gastos, os Governos são forçados a adotar medidas de emergência que assegurem a continuação do esforço bélico.

Esterdendo-se o atual conflito a todos os continentes, fácil é imaginar-lhe as danosas repercussões no campo econômico-financeiro. Em meio assim conturbado, o Brasil atravessou o ano de 1944, cón-cio de suas responsabilidades de nação beligerante, procurando produzir o máximo dentro das possibilidades ambientes e suportando os percalços econômicos e financeiros resultantes da conflagração que ameaçou subverter os fundamentos da civilização.

Causas várias, — entre as quais se podem apontar como principais a estiagem prolongada, em algumas regiões de atividades predominantemente rurais, a carência de combustível, o desvio de braços para os centros industriais e para as forças armadas, — concorreram para perturbar o ritmo da produção agrícola e pecuária, no ano passado. A insuficiência de dados estatísticos impossibilita uma avaliação dos efeitos desses elementos adversos na economia brasileira.

A indústria nacional, para cuja estabilidade e gradual emancipação se faz mister modernizar os equipamentos e instalar as indústrias básicas, prosseguiu, no ano de 1944, em produção acelerada, trabalhando intensamente usinas e fábricas, mormente as têxteis, no afã de satisfazer a procura de manufaturas no mercado interno e externo.

É claro que o equilíbrio e fortalecimento da economia brasileira só poderão ser alcançados quando volumosa a produção industrial e agrícola.

A industrialização a qualquer preço, sem planejamento ou racionalização, e à custa da produção rural, seria obra lesiva aos interesses do País. O aperfeiçoamento das manufaturas e o barateamento do custo da produção constituem uma necessidade da expansão interna das

indústrias nacionais, sendo, ainda, requisito elementar de sua projeção no plano internacional.

Essas as idéias que, por certo, nutrem os nossos mais esclarecidos industriais; e outra não poderia ter sido a finalidade do Decreto-lei n.º 6.225, de 24 de janeiro de 1944, criando o "Certificado de Equipamento".

Segundo estimativa autorizada, a produção industrial elevou-se, em 1944, na base dos preços de 1941, a 25 bilhões de cruzeiros.

Como resultado da eficiente colaboração entre as forças aeronavais brasileiras e americanas, decresceram, sobremaneira, as dificuldades da navegação intercontinental e de cabotagem. A deficiência de transportes marítimos, ainda existente, já agora decorre menos dos riscos das travessias do que da insuficiência de tonelagem utilizável para fins não relacionados diretamente com o esforço de guerra.

O comércio de cabotagem atingiu, no ano passado, volume e valor bastante expressivo. Até 30 de setembro, foram transportadas 2.463.193 toneladas, na importância total de 7.893 milhões de cruzeiros. No comércio internacional, a exportação elevou-se a 2.671.405 toneladas, no valor de 10.726 milhões de cruzeiros. A importação alcançou 3.779.318 toneladas, no total de 7.965 milhões de cruzeiros. Verificou-se, pois, em nossa balança mercantil um saldo de 2.761 milhões de cruzeiros, que contribuiu para reforçar as nossas disponibilidades no exterior. Ele resulta, convém assinalar, das dificuldades de importar artigos de uso civil cuja fabricação continua justificadamente restringida nos países onde nos suprinos.

As emissões monetárias para financiamento de despesas bélicas constituem fatal contingência, a que nenhum beligerante, até agora, conseguiu furtar-se. Não há negar a pressão altista que, sobre o custo da vida, vem exercendo, de par com fatores de natureza econômica, a expansão do meio circulante operada sem aumento correspondente no volume das trocas mercantis. O Decreto-lei que estabeleceu a obrigatoriedade de subscrição de Obrigações de Guerra e o de n.º 6.224, de 24 de janeiro de 1944, que instituiu o imposto sobre lucros extraordinários, tiveram a finalidade de absorver, na medida do possível, esse excesso de poder aquisitivo, evitando-lhe os perniciosos efeitos sobre o nível de preços. Essa absorção, com o racionamento e o "teto" das utilidades escassas, compõe o conjunto de providências indicadas na emergência.

O aumento do meio circulante cria o perigo da inflação de crédito. Encarando o assunto, o Governo Federal, sempre atento ao interesse público, baixou o Decreto-lei n.º 6.419, de 13 de abril de 1944, pelo qual reorganizou a Caixa de Mobilização Bancária, atribuindo-lhe funções reguladoras da criação de bancos e casas bancárias e fiscalizadoras do seu funcionamento. O Decreto-lei n.º 6.634, de 27 de junho aumentou os limites dos bancos junto à Carteira de Redescontos, e, no objetivo de reforçar-lhe a ação reguladora do crédito bancário, dela tornou privativas as operações dessa espécie. Finalmente, em 2 de fevereiro deste ano, criou o Governo, pelo Decreto-lei n.º 7.293, a Superintendência da Moeda e do Crédito, transferindo-lhe, ampliada, a atribuição de disciplinar o mercado financeiro, e, assim, preparar ambiente para o funcionamento do futuro Banco Central.

As grandes vitórias das forças aliadas deixam entrever para breve a terminação da guerra. Como outras nações, o Brasil, avisadamente, trata de estabelecer os fundamentos de sua economia de paz. Dois episódios significativos testemunham a atenção que os Poderes Públicos dispensam a assunto de tal relevância: no plano internacional, o nosso

comparecimento à conferência de Bretton-Woods; internamente, a Comissão de Planejamento Econômico, instituída pelo Decreto-lei número 6.476, de 8 de maio do ano passado.

Em Bretton-Woods, o Brasil aprovou a criação de dois organismos de grande alcance para a economia mundial: o Fundo Monetário Internacional, destinado a regularizar as taxas cambiais e os desequilíbrios temporários das balanças de pagamentos, e o Banco de Reconstrução e Desenvolvimento, cuja finalidade é prestar ajuda financeira às nações unidas devastadas pela guerra, e às de estruturação econômica menos desenvolvida. A Comissão de Planejamento incumbe, em última análise, traçar os rumos pelos quais a iniciativa particular se orientará em suas atividades econômicas, objetivando o aperfeiçoamento técnico e o racional aproveitamento das nossas possibilidades industriais e agrícolas.

Os angustiosos problemas econômicos do após-guerra não escaparam, como se vê, à esclarecida observação do Sr. Presidente da República, que, com oportunidade, diligência e estabelecimento de um programa construtivo capaz de atenuar, entre nós, as perturbadoras consequências da volta do mundo à economia de paz.

Fiel à tradição de propulsor da riqueza nacional, prosseguiu o Banco do Brasil, em 1944, na política de amparo ao comércio, à indústria e à agricultura, e, em ambiente de perfeita compreensão e cordialidade, manteve o seu apoio aos Poderes Públicos, prestando-lhes toda a sorte de serviços bancários, fornecendo-lhes funcionários para cargos especializados e de responsabilidade, e deferindo-lhes os créditos indispensáveis à marcha regular da administração.

Nos capítulos seguintes vão expostos os aspectos mais assinalados da economia nacional, assim como o movimento do Banco, em todos os setores de suas atividades.

2. COMÉRCIO EXTERIOR

Acentuou-se a linha ascendente do valor da exportação, que se expressou em 10.726 milhões de cruzeiros, mais 1.097 milhões do que em 1943, atingindo o máximo no quinquênio:

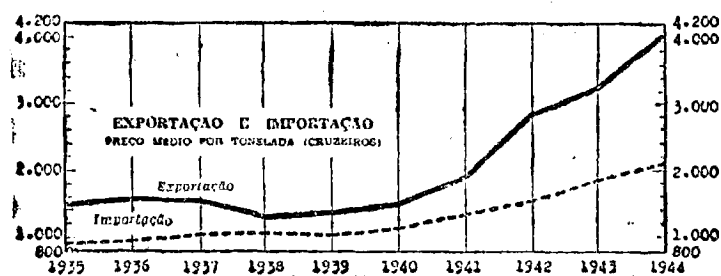
A n o s	Milhões de cruzeiros
1940	4.961
1941	6.725
1942	7.500
1943	8.729
1944	10.726

O café, como nos anos anteriores, contribuiu com a maior parcela. 3.879 milhões de cruzeiros, 36,2% do total, mais 1.076 milhões do que em 1943. Os tecidos de algodão ocuparam o lugar imediato: 1.016 milhões, 9,8%, menos 58 milhões do que no ano anterior. Coube o terceiro lugar ao algodão em rama: 688 milhões de cruzeiros, 6,2%, mais 254 milhões do que em 1943.

No volume físico houve ligeiro declínio, pois foram exportadas 2.671.405 toneladas, contra 2.696.089, em 1943.

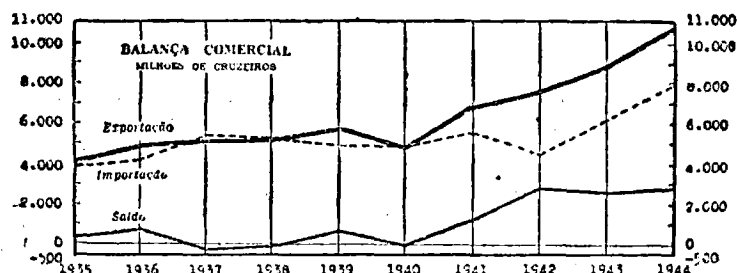
A importação atingiu o valor de 7.965 milhões de cruzeiros, mais 1.803 milhões do que em 1943. As manufaturas ocuparam o primeiro lugar: 3.856 milhões, 48,4% do total; o segundo coube às matérias primas: 2.409 milhões, 30,1%; e o terceiro, aos gêneros alimentícios: 1.687 milhões, 21,2%, contribuindo o trigo com a substancial parcela de 1.097 milhões.

O valor médio da tonelada exportada atingiu 4.015 cruzeiros, mais 778 do que no ano de 1943. A tonelada importada custou 2.108 cruzeiros, mais 242 do que no ano anterior. O valor da tonelada, tanto importada, quanto exportada, alcançou o nível máximo no decênio:



O saldo da balança comercial, no exercício, expressou-se em 2.761 milhões de cruzeiros, superado, no decênio, apenas pelo obtido em 1942:

ANOS	Milhões de cruzeiros		
	Exportação	Importação	Saldo
1935	4.104	3.856	+ 248
1936	4.895	4.269	+ 626
1937	5.092	5.311	- 222
1938	5.097	5.195	- 98
1939	5.615	4.984	+ 631
1940	4.961	4.964	- 3
1941	6.725	5.514	+ 1.211
1942	7.500	4.693	+ 2.807
1943	8.729	6.162	+ 2.567
1944	10.726	7.965	+ 2.761



O nosso intercâmbio com o exterior elevou-se a 18.691 milhões de cruzeiros tendo-se processado mais intensamente com os Estados Unidos da América do Norte: 10.588 milhões de cruzeiros 56,6%; com a Argentina: 3.171 milhões, 17,0%; e com a Inglaterra: 1.590 milhões, 8,5%.

Sem excesso de otimismo, é lícito prever que, cessada a guerra na Europa, o nosso comércio exterior logre desenvolvimento mais favorável, com maior disponibilidade em transportes marítimos e procura mais intensa, pelas nações exauridas, de tecidos, alimentos e matérias primas. O surto industrial do País e a expansão de nossa agricultura exigirão, por outro lado, substancial aumento na importação de bens de produção.

3. MERCADO CAMBIAL

Permaneceu inalterada, por efeito do Decreto-lei n.º 1.201, de 8 de abril de 1939, a orientação do mercado de câmbio do País.

Elevaram-se, ainda mais, em 1944, nossas disponibilidades no exterior, em ouro e divisas, assim se preparando o Brasil para enfrentar, mais confiadamente, as necessidades do após-guerra.

Os nossos compromissos externos vêm sendo mantidos rigorosamente em dia dentro das normas fixadas pelo Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943.

Como anteriormente assinalado, as operações no mercado cambial se processaram normalmente, sem qualquer restrição ou monopólio, observadas, apenas, as cautelas que a situação internacional recomendava.

4. PRODUÇÃO E COMÉRCIO INTERNO

A situação do nosso mercado interno não pode ser estudada com precisão, pela insuficiência de dados estatísticos, ou atrazo em publicação.

A produção primária do País, em toneladas, apresentou no quinquênio 1938-1942, visível progressão, salvo ligeira queda de 1939 para 1940. Entre 1938 e 1942, os grupos de produtos alimentícios e matérias primas acusaram aumento e só o grupo de forragens assinalou pequeno

declínio. Quanto ao valor, a produção primária apresentou elevação no citado quinquênio, exceto em 1939-40, e todos os grupos assinalaram movimento de alta entre 1938 e 1942:

ANOS	Milhões de cruzeiros			
	Produtos alimentares	Matérias primas	Forragens	Total
1938	9.716	3.601	1.360	14.677
1942	10.903	5.266	1.611	17.780

O valor da nossa produção industrial, sujeita ao imposto de consumo, vem crescendo continuamente. No quinquênio 1938-1942, foram estas as variações, em milhares de cruzeiros:

1938.....	10.346.845
1939.....	12.104.925
1940.....	12.441.066
1941.....	15.180.123
1942.....	22.308.456 (estimativa)

Conforme declarações feitas na Federação das Indústrias de São Paulo, a produção industrial brasileira deve ter alcançado, em 1944, vinte e cinco bilhões de cruzeiros, na base dos preços de 1941.

Os dados e estimativas existentes autorizam a conclusão de que o valor da produção industrial brasileira ultrapassou, desde 1942, o da produção primária. Trata-se de um fato de grande significação, pois insere o Brasil no grupo das estruturas econômicas mistas, precisamente as que melhor resistem às crises eventuais.

O nosso comércio de cabotagem, através das estatísticas de janeiro a setembro, apresentou sensível elevação, tanto em volume como em valor. Nesse período, navios costeiros transportaram 2.463.193 toneladas de mercadorias, no valor de 7.983 milhões de cruzeiros, com aumento de 291.811 toneladas e 2.689 milhões de cruzeiros sobre o ano anterior.

O volume físico das exportações, e o seu valor, por zonas geográficas, foram assim distribuídos, no período janeiro-setembro:

ZONAS	Toneladas	Milhares de cruzeiros
Sul	1.274.985	3.259.537
Nordeste	570.937	1.437.848
Leste	515.710	2.768.136
Norte	101.561	517.551
Centro-oeste	—	30
Total	2.463.193	7.983.103

Em volume físico de importações, no mesmo período, a zona leste ocupou o primeiro lugar, com 1.133.734 toneladas, seguida da zona sul, com 873.435; da zona nordeste, com 305.974; da zona norte, com 118.252; e da zona centro-oeste, com 1.798 toneladas.

No que se refere ao valor das importações, a zona leste conservou a primazia, com 2.750.172 milhares de cruzeiros. Vem depois a zona sul, com 2.501.326 milhares; a zona nordeste, com 1.887.580 milhares; a zona norte, com 838.314 milhares; e a zona centro-oeste, com 5.710 milhares.

O volume físico das mercadorias transportadas pelas nossas estradas de ferro, salvo ligeiro declínio em 1941, acusou aumento continuado no quinquênio 1938-1942:

A N O S	Milhares de toneladas
1938	33.479
1939	31.829
1940	35.066
1941	31.973
1942	36.096

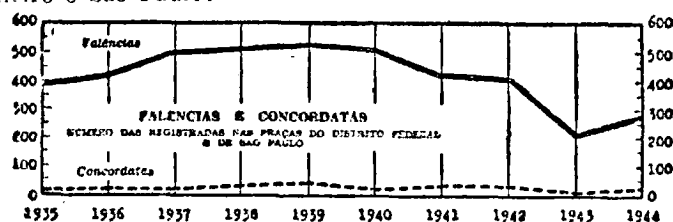
O transporte de animais vivos pelas nossas ferrovias também apresentou um aumento sensível no quinquênio, o mesmo acontecendo com o transporte de passageiros, à parte diminuição verificada em 1940:

A N O S	Passageiros (em milhares)	Animais vivos (em milhares)
1938	174.026	3.704
1939	191.746	3.895
1940	193.739	4.103
1941	213.945	4.211
1942	223.481	4.599

No campo aeroviário, assinalou-se notável progresso:

ANOS	Extensão das linhas em tráfego (quilômetros)	TRANSPORTE			
		Passageiros	1.000 QUILOGRAMAS		
			Bagagem	Correspondência	Carga
1939.....	68.923	70.734	1.000	203	410
1940.....	57.897	86.071	1.336	240	618
1941.....	62.830	99.662	1.612	233	730
1942.....	72.401	122.117	2.085	300	1.071
1943.....	91.351	171.860	3.044	559	2.954

Esses dados, expressivos do volume de nossas permutas, evidenciam a expansão do mercado interno, esteio da economia nacional, cuja estabilidade pode ser deduzida do pequeno número de falências e concordatas registradas nas duas principais praças brasileiras — Rio de Janeiro e São Paulo:



5. MERCADO MONETÁRIO

O papel moeda em circulação, em 31 de dezembro findo, somava 14.462 milhões de cruzeiros, evidenciando um acréscimo de 3.481 milhões de cruzeiros (31,8 %), comparado com o existente em igual data de 1943.

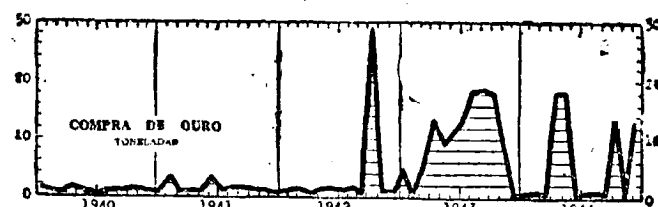
O aumento se processou da seguinte maneira:

Operações do Tesouro Nacional	Milhares de cruzeiros	
	Emissão	Resgate
Caixa de Estabilização — Pela substituição de cédulas desta extinta Caixa — Decreto 20.621, de 7 de novembro de 1931	926	926
Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. — Lei 449, de 14 de junho de 1937, e Decreto-lei n.º 4.792, de 5 de outubro de 1912:		
Para suprimentos à Carteira ...	3.500.000	
Moeda divisionária — Para substituição de cédulas por moedas de alumínio e níquel	—	18.769

Como agente do Tesouro Nacional, o Banco adquiriu, em 1944, 66.871 quilogramas de ouro, sendo 4.546 (7 %) no País, e 62.325 (93 %) no exterior:

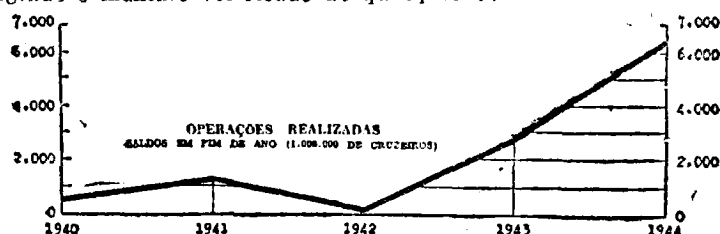
ANOS	QUILOGRAMAS			
	Compra no País		Compra no exterior	Todas as compras
	às minas	a particulares		
1933	281	44	—	325
1934	3.358	3.000	—	6.358
1935	3.592	4.571	—	8.163
1936	3.925	3.023	—	6.948
1937	4.425	1.909	—	6.334
1938	4.615	2.124	—	6.739
1939	4.467	3.389	1.167	9.023
1940	4.607	3.614	1.699	9.920
1941	4.483	2.838	9.762	17.083
1942	5.468	1.657	32.817	39.942
1943	4.599	352	118.467	123.618
1944	4.505	41	62.325	66.871

Evolução mensal no quinquênio



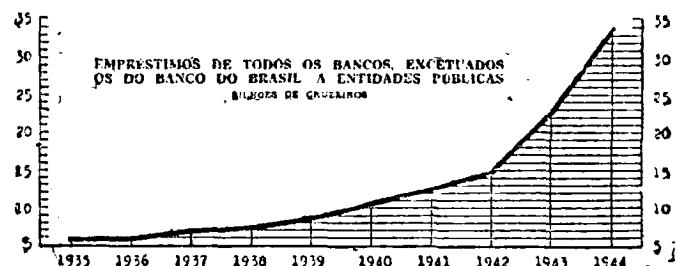
Ao encerramento do exercício, os recursos metálicos do Tesouro Nacional, depositados no Banco e no exterior, atingiam 292.529 quilogramas, correspondentes a 6.628 milhões de cruzeiros.

O montante das operações da Carteira de Redescontos, que, em 31 de dezembro de 1943, se expressava em 2.785.641 milhares de cruzeiros, passou, na mesma data do ano transato a 6.360.416 milhares, atingindo o máximo verificado no quinquênio:



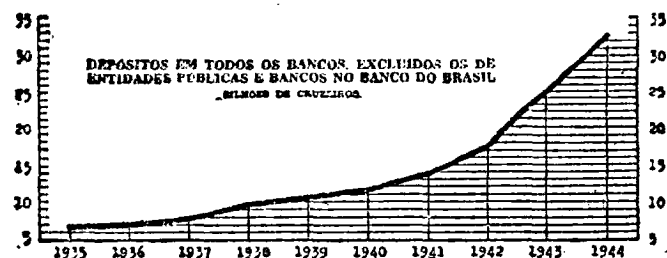
Prosseguiu o movimento bancário em linha ascensional, sendo que o número de estabelecimentos de crédito, inclusive filiais, se elevou a 2.459, mais 275 do que no fim de 1943. Excluídos os do Banco do Brasil a entidades públicas, os empréstimos, em 31 de dezembro, somavam 33.947 milhões de cruzeiros, superando em 51 % o total na mesma época de 1943.

Pelo gráfico infra, aprecia-se a evolução dessas operações no último decênio:



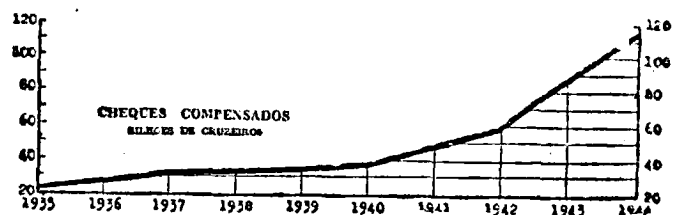
Os empréstimos do Banco do Brasil a bancos, à produção, ao comércio e a particulares, importavam, ao encerrar-se o exercício, em 6.390 milhões de cruzeiros, ou sejam 19 % daquele total, excedendo em 2.914 milhões — 84 % — o saldo em 31 de dezembro de 1943.

Nova alta no valor dos depósitos bancários (excluídos os de entidades públicas e bancos no Banco do Brasil) registrou-se em 1944. Somavam eles, em 31 de dezembro, 32.512 milhões de cruzeiros, mais 7.652 milhões — 31 % — do que no fim de 1943, e alcançavam o máximo no decênio:



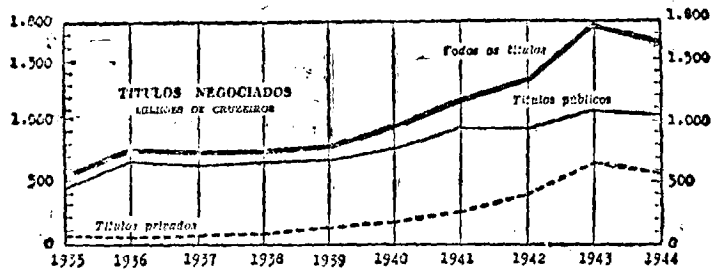
No fim do ano transato o potencial monetário que em 31 de dezembro de 1943 expressava-se em 31.260 milhões de cruzeiros passou a 40.097 milhões.

Intensificou-se o movimento de cheques nas onze Câmaras de Compensação existentes alcançando o maior valor do decênio 114.142 milhões de cruzeiros o que pode ser verificado pelo diagrama seguinte:



O total de títulos negociados em 1944 nas principais bolsas de valores, importou em 1.605 milhões de cruzeiros, quando, no ano

anterior, atingira 1.740 milhões, registrando-se a diminuição de 8 %. Os títulos públicos dos quais os ao portador podem ser transacionados sem interferência de corretor, continuaram a oferecer o maior contingente de negócios:



6. FINANÇAS PÚBLICAS

O equilíbrio orçamentário tem constituído preocupação dominante do Governo e escopo principal de sua política financeira.

A lei de meios para o exercício de 1945, consubstanciada no Decreto-lei nº 7.191, de 23 de dezembro de 1944, prevê o saldo de Cr\$ 27.401.189,00, arbitrando a receita em Cr\$ 8.232.399.000,00 e a despesa em Cr\$ 8.205.297.811,00.

Paralelo ao orçamento ordinário, o Decreto-lei 7.213, de 30 de dezembro de 1944, instituiu o relativo ao "Plano de Obras e Equipamentos", destinando-lhe Cr\$ 1.000.000.000,00 para serem despendidos em 1945.

Em reunião ministerial de 14 de dezembro último, corporificando as diretrizes para obtenção do equilíbrio orçamentário real, o Governo apresentou resoluções da mais alta importância para a vida financeira da Nação, as quais valem transcritas:

1.ª — Que em relação ao orçamento geral de 1945 não se façam aumentos sobre o atual, senão em casos que decorram de expressa disposição legal;

2.ª — Que nenhuma obra nova seja autorizada sem que se enquadre no planejamento geral econômico, e tenha o seu projeto de financiamento especial, elaborado de acordo com o Ministério da Fazenda;

3.ª — Que todos os projetos que envolvam realização de obras novas sejam encaminhados à Comissão de Planejamento Econômico para oportuna consideração;

4.ª — Que sejam expedidas aos governos dos Estados e Municípios instruções no mesmo sentido das resoluções do Governo Federal determinando o seu rigoroso cumprimento.

Essas relevantes providências, conjugadas com as decorrentes da criação da Superintendência da Moeda e do Crédito, e com os propósitos de financiar os gastos bélicos, por meio de impostos e empréstimos internos, certo contribuirão eficientemente para manter, em boa ordem, as finanças nacionais, e ainda para reprimir a maré montante da expansão do potencial monetário, fenômeno cujos efeitos perturbadores da vida econômico-financeira do País se vêm acentuando nos últimos tempos.

O ano de 1944 assinalou a fase culminante no esforço de guerra do Brasil. Poderosas formações aero-navais patrulham nossas costas e estendem a proteção aos comboios marítimos, até muito além das águas territoriais brasileiras. Para a frente da Europa foram enviados fortes contingentes do exército e da aviação, os quais bravamente enfrentam o inimigo.

O financiamento das despesas decorrentes de nossa efetiva participação na luta, não poderia provir do orçamento ordinário. Vem sendo conseguido mediante a subscrição de "Obrigações de Guerra", cujo limite de emissão passou de Cr\$ 3.000.000.000,00 a Cr\$ 6.000.000,00 e posteriormente a Cr\$ 8.000.000.000,00, em virtude dos Decretos-leis ns. 6.516, de 22 de maio e 7.113, de 4 de dezembro de 1944, respectivamente.

Os Decretos-leis ns. 6.559, 6.667, 6.834 e 7.112, de 6 de junho, 10 de julho, 28 de agosto e 4 de dezembro de 1944, autorizaram a emissão de "Letras do Tesouro", no total de Cr\$ 5.000.000.000,00, o o de nº 7.115, de 4 de dezembro findo, facultou a reforma por 180 dias dos títulos dessa natureza, emitidos com base na arrecadação das "Obrigações de Guerra", e cujo resgate se deve processar com o recolhimento efetivo dos respectivos recursos.

Em 1943, a arrecadação, proveniente de "Obrigações de Guerra", importou em 1.336 milhões de cruzeiros; em 1944, atingiu 1.096 milhões.

II. AS ATIVIDADES DO BANCO EM 1944

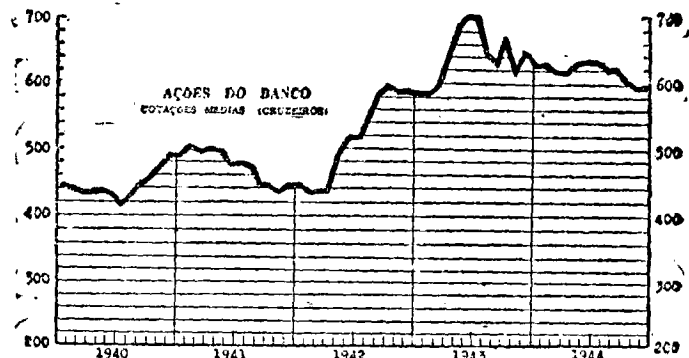
1. CAPITAL

Mantido o capital do Banco, desde 1921, em quinhentas mil ações nominativas no valor de duzentos cruzeiros cada uma, poderá ser elevado para duzentos milhões de cruzeiros e o número de ações para um milhão, de acordo com o artigo 4.º dos estatutos em vigor, aprovados pela assembléia geral extraordinária realizada em 10 de março de 1942.

Em 31 de dezembro de 1944, as ações representativas do capital achavam-se distribuídas entre os seguintes possuidores:

Acionistas	Número de ações	Porcentagem
Tesouro Nacional:		
Inalienáveis	259.152	
Livres	19.508	278.660
Particulares	219.512	43,90
Bancos nacionais	155	0,03
Bancos estrangeiros	1.673	0,34
Total	509.000	100,00

O gráfico demonstra a estabilidade, em nível elevado, da cotação das ações, traduzindo a solidez do Banco e a confiança que lhe deposita o público.



A distribuição do dividendo de 15 % ao ano, taxa em vigor desde o segundo semestre de 1932, importou em quinze milhões de cruzeiros.

2. CARTEIRA DE CÂMBIO

Sob a superior orientação do Sr. Ministro da Fazenda e mediante ajuste com o Banco, continuam a cargo desta Carteira, por conta do Governo Federal, a execução da política de câmbio, a Fiscalização Bancária e a "Agência Especial de Defesa Econômica", que centraliza os serviços relativos às atribuições da extinta Comissão de Defesa Econômica.

Ao relataremos as condições do mercado cambial, já nos referimos às suas atividades.

3. CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

a) Evolução das operações

Em ritmo sempre crescente, prosseguiu em 1944 o desenvolvimento das operações de crédito especializado. Com excelentes resultados, foi adotado novo modelo de contrato de abertura de crédito sob penhor rural, o que facilitou e tornou mais rápida a concessão de empréstimos. Os financiamentos a pequenos produtores continuaram a merecer a maior atenção e simpatia.

Os quadros a seguir evidenciam a evolução das operações, desde a instalação da Carteira em 1938, até o fim de 1944:

Créditos

Número

Créditos	1938—39	1940	1941	1942	1943	1944	Total
Concedidos	4.344	7.325	11.696	15.930	14.891	23.874	78.050
Liquidados	4.308	7.232	11.555	15.118	11.259	3.355	52.827
Em vigor	36	93	141	812	3.632	20.519	25.221

Valor (milhões de cruzeiros)

Créditos	1938—39	1940	1941	1942	1943	1944	Total
Concedidos	393	461	913	1.443	1.747	3.453	8.410
Liquidados	384	443	803	1.277	1.108	354	4.370
Em vigor	9	18	110	166	639	3.099	4.030

Créditos concedidos
Número

Créditos	1938-39	1940	1941	1942	1943	1944	Total
Rurais	4.272	7.218	11.607	15.858	14.796	23.752	77.503
Industriais	72	107	89	72	85	122	547
Total	4.344	7.325	11.696	15.930	14.881	23.874	78.050

Valor (milhões de cruzeiros)

Créditos	1938-39	1940	1941	1942	1943	1944	Total
Rurais	316	408	676	1.296	1.511	3.311	7.518
Industriais	77	53	237	147	236	142	892
Total	393	461	913	1.443	1.747	3.453	8.410

Tem sido nosso constante propósito levar assistência financeira às fontes produtoras, de todos os recantos do Brasil, mesmo os mais longínquos. A despeito das dificuldades, naturais em país como o nosso, de imensa extensão territorial, e ainda insuficientemente servido de meios de transporte, já conseguiu a Carteira ampliar consideravelmente o seu campo de ação:

Creditos em vigor

Em 31 de dezembro 1944

Valor (milhares de cruzeiros)

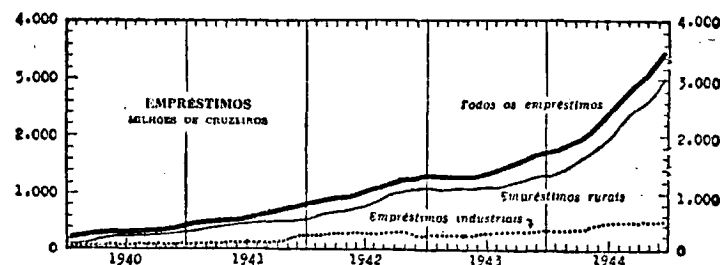
Unidades federadas e regiões	Agrícolas	Pecúarias	Agro-pecuárias	Industriais	Agro-industriais	TOTAL
Guaporé.....	12	—	—	—	—	12
Acre.....	1.015	—	—	30	—	1.045
Amazonas.....	568	768	—	274	40	1.650
Rio Branco.....	97	920	31	—	—	1.048
Pará.....	572	3.223	—	73	326	4.194
Amapá.....	—	—	—	—	—	—
NORTE.....	2.264	4.911	31	377	366	7.949
Maranhão.....	8.665	516	18	895	47	10.141
Piauí.....	4.675	10.269	110	138	174	15.368
Ceará.....	12.051	21.314	192	1.640	719	35.916
Rio Grande do Norte.....	17.556	53.648	2.074	300	495	74.071
Paraíba.....	14.139	96.987	524	3.589	1.381	116.620
Pernambuco.....	6.445	111.655	—	4.250	180.450	302.800
Alagoas.....	699	33.711	—	—	5.674	40.084
NORDESTE.....	64.230	328.098	2.918	10.821	188.940	595.007
Sergipe.....	450	50.953	103	50	3.638	55.094
Bahia.....	4.223	116.924	337	831	50.263	172.578
Minas Gerais.....	13.603	758.147	897	63.203	7.657	841.507
Espirito Santo.....	7.304	12.949	80	1.158	580	22.071
Rio de Janeiro.....	6.063	42.252	286	15.445	22.215	86.261
Distrito Federal.....	—	2.433	713	111.716	248	115.110
M.....	31.643	981.658	2.416	102.403	84.501	1.292.621
São Paulo.....	705.185	363.854	2.042	342.422	40.580	1.454.063
Paraná.....	26.518	12.146	635	8.683	839	69.321
Juazeiro.....	—	—	—	—	—	—
Santa Catarina.....	1.162	2.694	—	787	—	4.603
Rio Grande do Sul.....	157.852	147.197	316	8.977	70.010	384.352
SUL.....	900.707	525.891	2.993	360.839	110.900	1.901.330
Ponta Porã.....	—	5.858	—	—	—	5.858
Mato Grosso.....	212	106.182	—	135	—	106.529
Goiás.....	587	126.175	67	—	—	126.820
CENTRO-OESTE.....	799	238.215	67	135	—	239.210
BRASIL.....	999.643	2.078.773	8.425	564.575	384.716	4.038.132

A evolução dos empréstimos da Carteira é demonstrada pelos dados e diagrama seguintes:

EMPRÉSTIMOS

Saldo s em fim de mês (milhões de cruzeiros)

Datas	Rurais	Industriais	Total
1938 — Dezembro	41	5	46
1939 — Dezembro	133	65	198
1940 — Dezembro	341	94	435
1941 — Dezembro	587	230	817
1942 — Dezembro	1.109	219	1.328
1943 — Janeiro	1.076	221	1.297
Fevereiro	1.068	219	1.287
Março	1.072	211	1.283
Abril	1.087	213	1.300
Maio	1.079	213	1.292
Junho	1.124	239	1.363
Julho	1.135	251	1.386
Agosto	1.159	285	1.444
Setembro	1.200	293	1.493
Outubro	1.238	306	1.544
Novembro	1.267	317	1.614
Dezembro	1.312	369	1.681
1944 — Janeiro	1.335	374	1.709
Fevereiro	1.411	375	1.786
Março	1.521	378	1.899
Abril	1.611	385	1.996
Maio	1.745	401	2.149
Junho	1.947	437	2.384
Julho	2.092	442	2.534
Agosto	2.261	432	2.693
Setembro	2.454	439	2.893
Outubro	2.559	445	3.004
Novembro	2.707	456	3.163
Dezembro	3.017	486	3.503



b) Operações rurais

Ascende a 77.503 o número de financiamentos rurais concedidos a pequenos, médios e grandes produtores, desde a instalação da Carteira.

Na realidade, porém, o número de beneficiados é bem maior, pois os empréstimos outorgados a cooperativas e a usinas de transformação se fracionam para auxílio a milhares de pequenos produtores:

Financiamentos rurais
Número

Produtores	1938-39	1940	1941	1942	1943	1944	Total
Pequenos							
De Cr\$ 250,00 a Cr\$ 5.000,00..	423	959	1.528	1.419	1.047	935	6.311
De 5.001,00 a 10.000,00..	617	1.108	1.771	1.984	1.832	2.472	9.784
De 10.001,00 a 20.000,00..	858	1.558	2.359	2.830	2.583	3.110	13.298
De 20.001,00 a 30.000,00..	509	921	1.392	1.791	1.784	2.760	9.157
Todos os produtores..	2.407	4.546	7.050	8.024	7.246	9.277	38.550
Médios							
De Cr\$ 30.001,00 a Cr\$ 50.000,00..	590	948	1.573	2.176	2.019	3.304	10.670
De 50.001,00 a 100.000,00..	648	937	1.586	2.677	2.467	4.406	12.721
Todos os produtores..	1.238	1.885	3.159	4.853	4.486	7.770	23.391
Grandes							
Superiores a Cr\$ 100.000,00..	627	787	1.398	2.981	3.064	6.705	15.562
Todos os produtores..	4.272	7.218	11.607	15.858	14.796	23.752	77.503

Percentagens ..

Produtores	1938-39	1940	1941	1942	1943	1944	Total
Pequenos							
Cr\$ 250,00 a 5.000,00..	10	13	13	9	7	4	9
De 5.001,00 a 10.000,00..	14	15	15	13	12	10	13
De 10.001,00 a 20.000,00..	20	22	20	18	17	13	17
De 20.001,00 a 30.000,00..	12	13	12	11	12	12	12
	56	63	60	51	48	39	50
Médios							
Cr\$ 30.000,00 a 50.000,00..	14	13	14	14	14	14	14
De 50.001,00 a 100.000,00..	14	13	14	17	17	19	16
	29	26	28	31	31	33	30
Grandes							
Superiores a Cr\$ 100.000,00..	15	11	12	18	21	28	20
Todos os produtores..	100	100	100	100	100	100	100

A assistência prestada pela Carteira abrange os mais variados produtos de nossas atividades rurais:

PRODUTOS	1938-39	1940	1941	1942	1943	1944	TOTAL
Acácia Negra.....	—	—	—	93	30	—	123
Agudagem.....	—	—	—	—	—	437	437
Adubo.....	—	—	1.000	—	—	10	1.010
Agave.....	—	—	5	180	825	9.452	10.462
Alfafa.....	—	—	103	318	269	338	1.028
Algodão.....	26.430	41.284	80.955	77.986	100.027	139.589	466.321
Algodão em pluma...	—	—	—	271.078	273.915	507.740	1.052.743
Alho.....	—	—	34	50	19	—	103
Ameiandoim.....	—	—	—	372	313	—	685
Arroz.....	37.558	40.639	83.482	91.213	141.394	213.556	607.842
Babacu.....	—	—	250	959	5.574	7.338	14.121
Batata.....	—	—	1.060	367	186	2.017	4.530
Borracha.....	—	—	26	5.440	1.470	20	6.955
Caná.....	105.083	72.260	3.808	78.295	57.516	8.649	266.102
Caná especial.....	—	—	69.627	78.295	127.063	75.489	320.522
Cana de açúcar.....	79.901	52.757	20.492	109.850	68.609	114.711	313.071
Carvão vegetal.....	—	—	64.168	77.729	124.693	223.298	622.546
Castanha.....	—	—	—	328	72	—	500
Cecola.....	—	40	64	105	101	143	469
Cera de carnaúba.....	—	—	1.351	5.029	8.712	2.366	12.458
Cevada.....	—	—	—	—	—	20	20
Chá.....	—	—	—	—	21	30	51
Erva-doce.....	—	—	—	—	14	—	14
Erva-mate.....	—	—	231	60	—	208	499
Ervilha.....	—	—	—	—	—	42	42
Fenólio.....	—	—	229	108	183	447	967
Frutas.....	1.105	1.967	1.073	1.044	473	282	6.543
Fumo.....	—	—	47	108	215	696	1.066
Gergelim.....	—	—	18	9	—	—	27
Guatima.....	—	—	9	—	—	—	9
Juta.....	—	—	98	1.267	955	1.173	3.493
Leuba.....	—	—	115	85	614	—	784
Linhaça.....	—	—	10	—	28	167	206
Linho.....	—	348	1.263	1.005	748	361	3.725
Madeiras.....	—	—	—	100	400	—	500
Mamona.....	—	—	306	1.258	994	51	2.629
Mandioca.....	7.731	8.637	10.864	4.310	6.217	4.279	40.028
Máquinas agrícolas.....	—	—	—	270	966	1.223	2.461
Menta.....	—	—	—	2	2.679	6.234	8.915
Milho.....	682	1.338	1.112	1.333	3.466	6.040	14.000
Oitoceros.....	—	—	29	22	271	71	393
Piçava.....	—	—	—	—	100	100	200
Itami.....	—	—	—	25	69	—	94
Seda animal.....	—	—	—	—	90	200	290
Tomate.....	7.700	4.200	5.029	5.008	5.000	5.022	31.951
Trigo.....	—	—	124	411	65	21	621
Tungue.....	—	—	—	66	—	—	66
Uva.....	—	139	118	76	117	85	465
Outros produtos.....	5.875	4.327	0.675	7.029	4.479	4.328	32.915
Agrícolas.....	206.800	229.627	363.849	742.048	937.78	1.333.576	3.979.638
Pecuários.....	45.148	174.512	307.051	545.257	568.643	1.971.806	3.610.419
Agro-pecuários.....	1.568	3.834	5.833	8.929	6.284	5.676	31.844
RURAIS.....	818.516	407.678	676.253	1.296.232	1.510.067	3.311.090	7.516.401
INDUSTRIAS.....	76.740	53.654	236.653	147.195	230.207	141.516	861.970
TOTAL.....	895.256	461.327	912.911	1.443.427	1.740.874	3.452.676	8.410.371

Café

Infelizmente foi a lavoura cafeeira mais uma vez atingida em 1944, em São Paulo e no Paraná, por prolongada estiagem, o que veio agravar as suas dificuldades, oriundas, principalmente, do fechamento de mercados estrangeiros e da crise de transportes. Continua a Carteira, no entanto, a deferir, com reais benefícios para os cafeicultores, o financiamento especial autorizado pelo Decreto-lei n.º 6.190, de 8 de janeiro de 1944, na conformidade do contrato firmado com o Departamento Nacional do Café.

Algodão

Prossegue o Governo Federal facultando financiamentos em bases especiais, para o algodão, produto cuja exportação a guerra fez decrescer, gerando situação de desassossego para os interessados.

O Decreto-lei n.º 6.397, de 1 de abril de 1944, autorizou o Banco a financiar, por intermédio da Carteira, a safra 1943-1944 mediante empréstimos sob penhor mercantil do algodão em pluma, na base de Cr\$ 66,00 líquidos, por arroba de 15 quilos, para o tipo padrão 5, fibra 28/30 mm e Cr\$ 60,00 também líquidos, para o mesmo tipo, fibra 26/28 mm.

Pelo Decreto-lei n.º 6.938, de 7 de outubro, foi a dita base elevada para Cr\$ 90,00 e 84,00 brutos, para os tipos mencionados, a vigorar tanto para a safra de 1944-45, como para o remanescente da relativa a 1943-44, ainda não financiado.

Dessas acertadas medidas resultou o equilíbrio de nosso mercado de algodão, produto que ocupa destacada posição na economia brasileira.

Arroz

Não obstante o dano que lhe têm causado sucessivos flagelos climáticos, a orizicultura gaúcha vem prosperando e já representa, incontestavelmente, substancial fonte de riqueza.

O auxílio financeiro da Carteira, tanto no Rio Grande do Sul, como nos demais Estados produtores, há sido oportuno e eficiente, constituindo preponderante fator de desenvolvimento dessa proveitosa atividade rural.

Laranja

Nenhuma alteração para melhor se verificou, em 1944, na crise que, com a perda temporária dos mercados externos, atingiu fundamentalmente a citricultura nacional.

Está, porém, em sua fase final, na iminência de ser realizada a qualquer momento, a operação do empréstimo cuja concessão, à Comissão Executiva das Frutas, foi autorizada pelo Governo Federal, pelo Decreto-lei n.º 5.738, de 10 de agosto de 1943.

Destina-se ela a dar execução a medidas que visam, dentro do plano já elaborado, a defesa e organização racional da produção do frutas eficientes, notadamente a laranja.

Menta

Com o apoio financeiro da Carteira, a cultura da menta tem aumentado em escala acentuada.

Todas as propostas de financiamento apresentadas em 1944, e que se ajustaram às condições em vigor, foram deferidas.

Agudagem

Procurando cooperar tanto quanto possível, dentro de sua alçada, na solução racional do problema das secas na região do nordeste, vem a Carteira concedendo, de boa vontade, empréstimos para a construção de açudes.

Pecuária

Aumentou consideravelmente, em todo o território nacional, o interesse pela pecuária, cujo desenvolvimento, sobretudo no tocante à criação de gado destinado ao corte e à produção de leite, bem como às legítimas necessidades de melhoramento dos rebanhos, foi amparado e estimulado amplamente pela Carteira.

Os financiamentos concedidos aos que se dedicam a esse setor das atividades rurais ocupam, no conjunto das aplicações da Carteira, lugar de grande destaque, representados que foram, em 1944, por cerca de 15.000 operações, num total aproximado de 2 bilhões de cruzeiros.

Cooperativas

Fomentar a organização de cooperativas idôneas e ampará-las financeiramente, acolhendo as propostas de financiamento por elas apresentadas e enquadradas nas normas vigentes, foi a política seguida pela Carteira em 1944, a exemplo, aliás, dos exercícios anteriores.

c) Operações Industriais

Além o fim do exercício de 1944, foram emprestados à indústria nacional 1.524 milhões de cruzeiros, sendo 892 milhões a indústria que não utilizam matéria prima própria, e 632 milhões às de beneficiamento e transformação de matéria prima de sua produção.

Em 31 de dezembro de 1944, era esta a posição dos financiamentos industriais em ser:

	Milhares de cruzeiros
Indústria pura	564.575
Agro-indústria	381.716
	949.291

d) Letras hipotecárias

No decorrer de 1944, concluiu-se o preparo de quase todos os processos remanescentes dos exercícios anteriores, existindo apenas 4 na dependência de despacho da Carteira. Receberam-se 5.418 propostas, tendo sido realizados até 31 de dezembro de 1944, 132 empréstimos, no total de 26 milhões de cruzeiros.

Foram já autorizadas 216 operações, que ainda se encontram na fase de ajuste amigável.

A Câmara de Reajustamento Econômico, na forma da lei, foram encaminhados 5.066 processos, uns por falta de acordo amigável entre devedores e credores; outros por desistência ou desinteresse dos proponentes.

e) Liquidação

A Carteira, até 31 de dezembro de 1944, deferiu empréstimos no total de 8.410 milhões de cruzeiros, sendo que não vai além de 0,13 % o valor das operações consideradas incobráveis.

4. CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

Os empréstimos realizados por esta Carteira, em 1944, atingiram o saldo médio de 9.146 milhões de cruzeiros, ou sejam mais 2.392 milhões (35 %), do que em 1943:

EMPRÉSTIMOS	Saldo médio, em milhões de cruzeiros		Variações	
	1943	1944	Absolutas	%
A entidades públicas ..	5.106	6.917	+ 1.811	35
A bancos	152	212	+ 60	39
A produção ao comércio e a particulares ..	1.496	2.017	+ 521	35
Todos os empréstimos da Carteira	6.754	9.146	+ 2.392	35

Aos empréstimos a entidades públicas tocou a parte substancial do aumento registrado (76 %), cabendo 22 % e 2 %, aos empréstimos ao público e a bancos, respectivamente.

O saldo médio do volume global dos empréstimos do Banco alcançou, em 1944, 11.622 milhões de cruzeiros, sendo de 79 % a participação da Carteira neste total.

O Departamento de Financiamento continuou a prestar benéfica assistência financeira, a prazo longo, a indústrias mais de perto ligadas à economia nacional ou mais diretamente interessantes à defesa do País.

Em quatro anos de existência, os seus empréstimos, no último dia do exercício, assim se expressam, em milhares de cruzeiros:

Indústrias	1941	1942	1943	1944
Manufatureira	3.152	21.405	29.127	38.841
De construção	452.720	456.252	575.915	575.604
Total	455.872	477.657	605.072	614.445

Foram em números de 16, no valor de 216.618 milhares de cruzeiros, as propostas recebidas durante o ano de 1944, as quais, adicionadas às 7 existentes em fins de 1943 (137.950 milhares de cruzeiros) atingiram 32, no montante global de 354.568 milhares de cru-

zeiros. No mesmo período, tiveram solução 20 propostas, restando em estudos 3, importando em 113.600 milhares de cruzeiros:

Operações	Número de propostas	Milhares de cruzeiros
Realizadas	2	20.000
Recusadas	18	220.968
Total	20	240.968

Foi liquidada, no exercício, apenas uma operação, no valor de 2.500 milhares de cruzeiros.

As propostas recebidas em 1944 assim se distribuíam segundo as atividades dos respectivos signatários:

Indústrias	Número de propostas	Milhares de cruzeiros
Extrativa	2	11.000
Manufatureira	9	166.218
De transporte	1	35.000
De construção	4	4.400
Total	16	216.618

O pequeno número de operações deferidas durante o ano, comparado ao de propostas apresentadas, não traduz critério de restrição, mostrando sim o rigor com que são estudadas as solicitações de crédito, de modo a evitar financiamentos de empreendimentos que não atendam aos interesses da economia do País. Por outro lado, os embaraços que sofre o tráfico internacional com a guerra, impedindo ou dificultando a importação de máquinas que não podemos fabricar, concorreram para o pequeno movimento verificado em tais operações.

A conta "Empréstimos de Financiamento" acusava, em 31 de dezembro, o saldo de 614.445 milhares de cruzeiros, contra 605.072 milhares em igual data de 1943, demonstrando o acréscimo de 9.373 milhares de cruzeiros (1,5 %).

Continuou em plena execução o contrato assinado com a Prefeitura do Distrito Federal, em setembro de 1944, para financiamento do plano de urbanização desta Capital. Foram efetuadas 21 concorrências, para a venda de 19 lotes, que produziram 199.387 milhares de cruzeiros, dos quais, nos termos do contrato, foram creditados à Prefeitura 74.840 milhares, por conta das vendas realizadas.

A conta "Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interesse público" recebeu vários créditos no total de Cr\$ 16.791.270,30, expressando-se o seu saldo, em 31-12-1944, ao se encerrar o exercício, em Cr\$ 26.760.215,40. Esse saldo deverá se elevar a mais de Cr\$ 38.700.000,00, quando, recebidas participações de operações já realizadas.

Entre as operações em estudo, ao encerrar-se o exercício passado, uma existia que, por interessar altamente ao desenvolvimento industrial do País e à defesa nacional, merece referência especial.

Trata-se do empréstimo de financiamento, no valor de Cr\$ 96.000.000,00, deferido, em sessão da Diretoria realizada em 9 de

janeiro de 1945, à Companhia Aços Especiais Itabira, para instalação, nas proximidades da estação de Coronel Fabriciano na Estrada de Ferro Vitória a Minas, Estado de Minas Gerais, de uma usina siderúrgica para produção de aços especiais.

5. CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Positivada em 1944 a melhoria da navegação marítima, iniciada no segundo semestre de 1943, teve a Carteira ensejo de prestar ao País assistência de bem maior significação do que nos anos anteriores, como evidencia o confronto das cifras relativas ao último triênio:

Operações	1942		1943		1944	
	Número	Valor Cr\$ 1.000	Número	Valor Cr\$ 1.000	Número	Valor Cr\$ 1.000
Importação	61	98.725	883	233.292	1.144	384.126
Exportação	113	125.036	53	24.196	49	111.018
Total	174	223.761	936	257.488	1.193	495.144

Por tipo de operação e por zona, foi a seguinte a distribuição dos financiamentos realizados em 1944:

SOMAS	FINANCIAMENTOS DE CRÉDITOS SÔ- BRE O EXTERIOR		ADIANTAMENTOS SÔBRE CONTRA- TOS DE CÂMBIO		PENHOR MERCANTIL		TOTAL	
	N.º	Valor Cr. 1.000	N.º	Valor Cr. 1.000	N.º	Valor Cr. 1.000	N.º	Valor Cr. 1.000
NORTE:								
Acre, Amazonas e Pará...	—	—	91	29.260	—	—	91	29.260
NORDESTE OCIDENTAL:								
Maranhão e Piauí.....	—	—	459	85.300	—	—	459	85.300
NORDESTE ORIENTAL:								
Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.....	5	10.164	228	67.411	8	2.130	241	79.705
LESTE SETENTRIONAL:								
Sergipe e Bahia.....	—	—	67	19.374	—	—	67	19.374
LESTE MERIDIONAL:								
Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.....	28	76.304	9	5.742	1	750	38	82.700
SUL:								
São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.....	2	652	278	172.808	27	25.240	287	199.700
CENTRO-OESTE:								
Mato Grosso e Goiás....	—	—	—	—	—	—	—	—
BRASIL:	35	87.120	1.132	379.904	26	28.120	1.193	495.144

No correr de 1944, em virtude das Portarias do Sr. Ministro da Fazenda, ns. 21, 58 e 74, de 12 de abril, 27 de junho e 14 de julho, ficaram subordinados a idêntico controle os seguintes artigos: óleos vegetais e sementes oleaginosas; raízes de ipecacuanha; e mangotes para radiador e correias para ventilador.

O paralelo, que adiante se faz, entre o número de pedidos e o de licenças concedidas no triênio 1942-44, permitirá avaliar em que proporção se têm desenvolvido tais serviços, resultantes das funções pelo Governo atribuídas à Carteira:

ANOS	N.º de pedidos	N.º de licenças
1942	1.939	1.703
1943	10.969	10.326
1944	26.453	25.197

Estudos de iniciativa do Conselho Federal de Comércio Exterior dos quais participou a Carteira, evidenciaram a conveniência de se adotarem normas tendentes a disciplinar e favorecer, o adequado abastecimento de raízes de ipecacuanha aos laboratórios nacionais, que as utilizam na fabricação de emetina, e de se permitir a exportação apenas dos excedentes efetivamente apurados. Em consequência, o Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, pela Portaria n.º 243, de 6 de julho atribuiu à Carteira a exclusividade das operações de compra e venda das ditas raízes, assim como o licenciamento de suas exportações e de qualquer de seus derivados.

Valendo-se dessa faculdade, a Carteira constituiu delegadas, para as operações de compra e venda, firmas reconhecidamente idôneas, cujas atividades vem fiscalizando rigorosamente.

Desde a instituição desse regime, no início do qual se tiveram de adotar medidas de ajustamento, necessárias à normalização do mercado, foram fornecidos aos laboratórios 13.187 quilos de ipecacuanha, e outorgadas licenças para a exportação de 17.523 quilos.

Em prosseguimento à política iniciada no segundo semestre de 1943, as autoridades norte-americanas foram retirando diversas classes de produtos do plano denominado "Descentralização do Controle das Exportações para a América Latina".

Assim, ao findar o ano de 1944, apenas permanecia subordinada a esse regime a importação dos seguintes artigos, mencionados no Aviso n.º 87, de 1 de novembro: pneumáticos, câmaras de ar e pneus mágicos; carvão e coque; determinados itens de ferro e aço das classes "semi-manufaturas", e "produtos de usina"; alpaca (níquel silver); certas madeiras e suas manufaturas; e, finalmente, conjuntos de materiais de quaisquer classes para a execução de projetos de instalação ou ampliação de aparelhagem industrial.

As autoridades canadenses, que haviam também adotado o plano de "Descentralização", acompanharam as norte-americanas nas alterações que excluíram de sua dependência a maioria dos produtos.

Sem embargo, os números de "Pedidos de Preferência" recebidos e de "Recomendações" emitidas, que foram em 1943 de 41.251 e 28.326 respectivamente, elevaram-se, em 1944, a 39.198 e 31.844, havendo correspondido, em volume, a 3.127.791 e 1.515.272 toneladas.

Para as importações de cobre, concluiu-se com as autoridades chilenas ajuste que entrou em vigor no 2.º trimestre de 1944, o qual consiste em receber dos importadores, dentro de prazos estabelecidos, pedidos de preferência para o atendimento das encomendas relativas às necessidades trimestrais, e em recomendar ao órgão competente do Governo do Chile o licenciamento das exportações correspondentes aos aprovados, total ou parcialmente.

As "Recomendações" se fazem dentro de limites fixados, que as autoridades chilenas, entretanto, têm concordado em dilatar, para melhor atender às necessidades da indústria brasileira.

Para essas importações, receberam-se 197 "Pedidos de Preferência" no total de 19.480 toneladas, e se expediram 170 "Recomendações", para 9.941 toneladas.

A interrupção da importação de caninhões, que, até 1941, se processava em linha francamente ascendente, e o anormal desgaste das unidades existentes, vinham causando sérios danos aos transportes por estradas de rodagem. Ao se anunciar o reinício dos suprimentos, esclareceram as autoridades americanas que não era possível alargá-los, além de limite que apenas permitiria atender parte

das legítimas e mais essenciais necessidades civis brasileiras. Ante essa circunstância, e o propósito de assegurar o mais conveniente aproveitamento dos caminhões a importar, baixou o Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, em 6 de maio, a Portaria n.º 221, pela qual subordinou a venda dos aludidos veículos a regime de racionamento, cuja execução atribuiu à Carteira, estabelecendo ainda, com base na essencialidade da utilização, a escala de prioridades a observar.

No exercício dessas funções, receberam-se pedidos para 15.458 caminhões, que tiveram solução com observância do critério fixado, e dentro nos limites do suprimento proporcionado ao Brasil.

Por unidades federadas, foi a seguinte a sua distribuição:

Guaporé	1
Acre	1
Amazonas	11
Rio Branco	7
Pará	19
Amapá	6
Maranhão	26
Piauí	29
Ceará	86
Rio Grande do Norte	40
Paraíba	63
Pernambuco	157
Alagoas	31
Sergipe	17
Bahia	67
Minas Gerais	219
Espírito Santo	29
Rio de Janeiro	165
Distrito Federal	506
São Paulo	836
Paraná	142
Iguaçu	7
Santa Catarina	74
Rio Grande do Sul	206
Ponta Porã	1
Mato Grosso	29
Goiás	43
Total	2.818

Por despachos do Sr. Ministro da Fazenda, de 28 de junho e 7 de outubro, proferidos em acolhimento das sugestões feitas pela Carteira nas exposições de 20 de junho e 29 de setembro, passou a depender de licença prévia a importação de cimento branco e a de ouro e suas manufaturas.

No propósito de favorecer a expansão do comércio com o exterior, a Carteira continua prestando, a quantos pretendem iniciar ou desenvolver transações com o mercado brasileiro, os mais variados informes, quer sobre os produtos nacionais, quer a respeito das organizações industriais e importadoras.

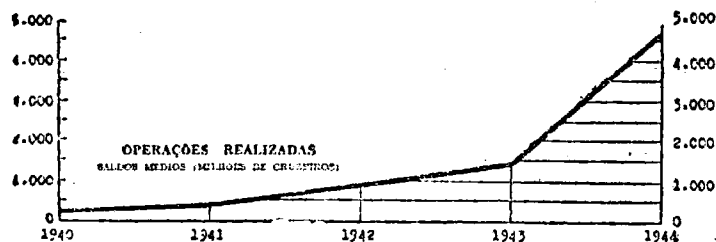
6. CARTEIRA DE REDESCONTOS

Aleçaram cifras vultosas as operações realizadas por esse órgão, cuja ação, de âmbito nacional, não traduz propriamente atividades do Banco.

Foram redescontados, em 1944, 47.355 títulos, no total de 4.459 milhões de cruzeiros, contra 36.615, no valor de 2.798 milhões, em 1943 o que representa um aumento de 29 % na quantidade de letras negociadas e de 59 % no seu valor.

O saldo médio dos redescontos, que, em janeiro, era de 1.221 milhões de cruzeiros, subiu para 1.605 milhões, em dezembro. O de empréstimos em conta elevou-se, gradativamente, de 1.600 milhões, em janeiro, para 4.531 milhões em dezembro.

No conjunto das operações, o saldo médio atingiu a cifra de 4.600 milhões, superior em 3.202 milhões, ou 233,3 %, à de 1943:



7. CAIXA DE MOBILIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA

O Decreto-lei n.º 6.419 de 13 de abril de 1944, mudou a denominação à antiga Caixa de Mobilização Bancária e lhe deu atribuições novas, que a colocaram em condições de melhor regular e fiscalizar o funcionamento do nosso sistema bancário, a cuja estabilidade ela continua a prestar assinalados serviços. Estes, dada a sua natureza, não se podem estimar pelo volume das operações efetuadas, resultando antes da ação de presença da Caixa, asseguradora de auxílio em qualquer emergência.

8. SÍNTESE DAS OPERAÇÕES

Todas as atividades do Banco mantiveram o ritmo de constante desenvolvimento, que vem assegurando ao nosso Instituto papel cada vez mais destacado no cenário nacional.

A média anual dos recursos ascendeu a 21.537 milhões de cruzeiros, ultrapassando em 8.112 milhões a do anterior exercício. Nos recursos próprios, verificou-se o acréscimo de 292 milhões de cruzeiros, 14 %, e, nos exigíveis, o de 7.820 milhões 69 %:

RECURSOS	Salas médios, em milhões de cruzeiros		Variações	
	1943	1944	Absolutas	%
Próprios	2.090	2.382	+ 292	14
Exigíveis	11.335	19.155	+ 7.820	69
Todos os recursos .	13.425	21.537	+ 8.112	60

As exigibilidades também em saldos médios, passaram de 11.335 milhões de cruzeiros, em 1943, a 19.155 milhões, em 1944, tocando aos depósitos e às operações com a Carteira de Redescontos a parte preponderante no aumento:

EXIGIBILIDADES	Saldos médios, em milhões de cruzeiros		Variações	
	1943	1944	Absolutas	%
Depósitos	9.620	13.340	+ 3.720	39
Operações com a Carteira de Redescontos	1.085	4.589	+ 3.504	323
Bônus em circulação .	75	75		
Outras exigibilidades .	555	1.151	+ 596	107
Todas as exigibilidades	11.335	19.155	+ 7.820	69

Em consequência de sua política de ampliar os empréstimos de natureza econômica, e da obrigação, que lhe cabe, de financiar as necessidades do Governo, quando insuficientes os recursos do Tesouro, teve o Banco de recorrer este ano com mais frequência à Carteira de Redescontos. Daí o aumento no saldo médio anual das operações com a mesma, saldo que, de 1.085 milhões de cruzeiros, em 1943, passou a 4.589 milhões, em 1944.

Conservou-se estacionário o saldo dos bônus em circulação, emitidos, de acordo com a Lei n.º 454, de 9 de julho de 1937, para operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. O das letras hipotecárias, emitidas, nos termos do Decreto-lei n.º 1.002, de 29 de dezembro de 1938, para empréstimos da Carteira destinados à liquidação de dívidas de agricultores, elevou-se a 7.646 milhares de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1943, a 14.302, em igual data de 1944.

Superando todas as cifras anteriores, as disponibilidades e aplicações azusaram, em 1944, um aumento de 8.112 milhões de cruzeiros, ou 60 % sobre o total relativo a 1943:

Disponibilidades e aplicações	Saldos médios, em milhões de cruzeiros		Variações	
	1943	1944	Absolutas	%
Disponibilidades	3.647	5.013	+ 1.366	37
Aplicações	9.778	16.524	+ 6.746	69
Todas as disponibilidades e aplicações	13.425	21.537	+ 8.112	60

As disponibilidades líquidas no exterior continuaram a acumular-se, subindo de 2.954 milhões de cruzeiros, em 1943, para 4.190 milhões em 1944:

DISPONIBILIDADES	Saldo médio, em milhões de cruzeiros		Variações	
	1943	1944	Absolutas	%
Caixa	693	823	+ 130	19
Disponibilidades líquidas no exterior	2.954	4.190	+ 1.236	42
Tôdas as disponibilidades	3.647	5.013	+ 1.366	37

As aplicações tiveram, por igual, notável expansão, passando o saldo médio anual de 9.778 milhões de cruzeiros, em 1943, para 16.524 milhões, em 1944, o que corresponde ao aumento absoluto de 6.746 milhões e ao percentual de 69 %.

O saldo dos empréstimos, representando 70 % das aplicações, atingiu 11.622 milhões de cruzeiros, em 1944, contra 8.170 milhões no ano anterior:

APLICAÇÕES	Saldo médio, em milhões de cruzeiros		Variações	
	1943	1944	Absolutas	%
Empréstimos	8.170	11.622	+ 3.452	42
Títulos do Banco	357	311	— 46	13
Edifícios de uso do Banco	112	118	+ 6	5
Outras aplicações	1.139	4.473	+ 3.334	293
Tôdas as aplicações ..	9.778	16.524	+ 6.746	69

A comparação dos índices de 1944 com os de 1943 põe de manifesto o crescente progresso do Banco:

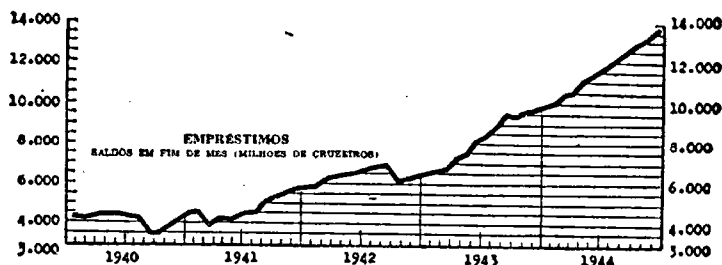
Principais rubricas	1943	1944
Recursos próprios	+ 21 %	+ 14 %
Todos os depósitos	+ 44 %	+ 39 %
Depósitos de entidades públicas	+ 56 %	+ 61 %
Depósitos de bancos	+ 62 %	+ 26 %
Depósitos do público, à vista	+ 31 %	+ 30 %
Depósitos do público, a prazo	+ 24 %	+ 34 %
Aplicações	+ 27 %	+ 69 %
Todos os empréstimos	+ 29 %	+ 42 %
Empréstimos a bancos	— 19 %	+ 39 %
Empréstimos a entidades públicas	+ 46 %	+ 35 %
Empréstimos à produção, ao comércio e a particulares	+ 10 %	+ 54 %
Edifícios de uso do Banco (valor)	+ 10 %	+ 5 %
Cobranças (valor)	+ 16 %	+ 15 %
Ordens de pagamento (valor)	+ 40 %	+ 36 %
Valores em custódia	+ 53 %	+ 39 %
Ações do Banco (cotações)	+ 21 %	— 3 %

9. EMPRÉSTIMOS

a) Empréstimos em geral

O quadro e o gráfico demonstram a progressiva ascensão em que, à parte leve declínio em 1936 e 1937, se mantiveram os empréstimos do Banco no último decênio:

A N O S	Saldo médio, em milhões de cruzeiros
1935	3.075
1936	3.070
1937	2.853
1938	3.290
1939	3.834
1940	4.149
1941	4.631
1942	6.325
1943	8.170
1944	11.622



Em relação ao total de 1943, o aumento no ano findo foi de 3.452 milhões de cruzeiros, 42 %, cabendo assinalar o desenvolvimento das aplicações de natureza econômica, as quais acusaram um acréscimo de 1.581 milhões, ou 54 % sobre o montante do exercício anterior:

EMPRÉSTIMOS	Saldo médio, em milhões de cruzeiros		Variação	
	1943	1944	Absolutas	%
A entidades públicas ..	5.106	6.917	+ 1.811	35
A bancos	152	212	+ 60	39
A produção, ao comércio e a particulares ..	2.912	4.493	+ 1.581	54
Todos os empréstimos ..	8.170	11.622	+ 3.452	42

b) Empréstimos ao Tesouro Nacional

Ao findar o ano de 1943, o débito do Tesouro para com o Banco era de 4.194.585 milhares de cruzeiros, dos quais 3.000.458 milhares provenientes da compra de ouro e 1.194.127 milhares, valor de promissórias que lhe descontáramos. Na mesma data, a conta de arrecadação e despesa acusava o saldo credor de 1.299.713 milhares de cruzeiros, posteriormente reduzido a 1.080.968 milhares. Esse saldo teve a aplicação prevista no contrato, ao encerrar-se o exercício fiscal, em 25 de abril de 1944.

Em 31 de dezembro de 1944, era esta a posição das três contas, em milhares de cruzeiros:

Conta de compra de ouro	— D —	4.526.455
Promissórias	— D —	895.595
Conta de arrecadação e despesa	— C —	717.786

c) Empréstimos a unidades federadas e municípios

Apenas um novo empréstimo concedeu o Banco no exercício em revista, o de 9.900 milhares de cruzeiros ao Estado do Espírito Santo. O município de Porto Alegre resgatou o seu débito para conosco.

Pelo quadro a seguir verifica-se ligeiro aumento no total das aplicações dessa natureza, 9.095 milhares de cruzeiros, ou 0,8 %, e redução na maioria dos débitos:

Unidades federadas e municípios	Saldo em fim de ano, em milhares de cruzeiros		Variações	
	1943	1944	+	-
Guaaporé	.	.		
Acre	.	.		
Amazônas	3.001	3.001		
Rio Branco	.	.		
Pará	7.804	6.244		1.500
Amapá	.	.		
Maranhão	.	.		
Piauí	2.000	1.500		500
Ceará	6.300	5.094		1.206
Rio Grande do Norte ..	3.500	3.150		350
Paraíba	.	.		
Pernambuco	.	.		
Alagoas	.	.		
Sergipe	11.612	11.756	144	
Bahia	.	.		
Minas Gerais	102.255	96.584		5.671
Espírito Santo	11.531	22.000	7.466	
Rio de Janeiro	15.624	13.488		2.136
Distrito Federal	570.425	570.425	.	.
São Paulo	385.032	404.171	19.139	
Paraná	.	.		
Iguaçu	.	.		
Santa Catarina	.	.		
Rio Grande do Sul ..	36.306	32.352		4.044
Ponta Porã	.	.		
Mato Grosso	11.000	9.000		2.000
Goiás	.	.		
Unidades federadas ..	1.169.486	1.178.768	9.282	
Petrópolis	664	563		101
Porto Alegre	86			86
Municípios	750	563		187
Unidades federadas e municípios	1.170.236	1.179.331	9.095	

d) Empréstimos a entidades autárquicas federais

Em 31 de dezembro de 1944, era de 433.500 milhares de cruzeiros o débito do Departamento Nacional do Café, que, entre outras garantias, tem a do Tesouro. Esse total era inferior em 16.500 milhares de cruzeiros ao limite contratual.

Ao terminar o exercício, as responsabilidades da Estrada de Ferro Central do Brasil se expressavam pelas seguintes cifras, em milhares de cruzeiros:

Saldo devedores	Créditos abertos	Datas dos contratos
31.016	Cr\$ 55.000.000,00	4- 5-1942
2.283	Cr\$ 12.000.000,00	17-12-1943
9.491	US\$ 2.264.892,25	26- 8-1944
45.790		

Elevava-se, na mesma data, a 41.821 milhares de cruzeiros a dívida do Instituto do Açúcar e do Alcool, por conta do crédito rotativo de 80.000 milhares, que lhe abrimos em 4-11-42, com a garantia principal de exclusividade da arrecadação da taxa de Cr\$ 3,10 por saco de açúcar (Decreto-lei n.º 1.831), e subsidiária do Tesouro.

Foi ampliado para 1.000 milhares de cruzeiros o limite do crédito aberto ao Instituto Nacional do Mate, com a garantia da taxa criada pelo Decreto-lei n.º 375, de acordo com o contrato firmado em 11 de setembro de 1942. O saldo devedor era de 625 milhares de cruzeiros, em 31 de dezembro.

Continua em vigor o crédito de 26.000 milhares de cruzeiros, aberto ao Instituto Nacional do Sal, por contrato de 19 de novembro de 1943, com a garantia do Tesouro e outras, previstas nos Decretos-leis n.ºs 2.300, 2.398 e 5.684, de 10 de junho e 11 de julho de 1940 e 20 de julho de 1943, respectivamente. O saldo devedor, em 31 de dezembro, era de 10.400 milhares de cruzeiros.

Em 27 de julho de 1944, abrimos à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional um crédito fixo Cr\$ 17.372.624,20, com a garantia do Tesouro. Era de Cr\$ 15.114.000,00 o saldo devedor em 31 de dezembro.

Permanece em aberto o crédito de 4.000 milhares de cruzeiros, concedido ao Coordenador da Mobilização Econômica, com a garantia do recolhimento de Cr\$ 20,00 por tonelada de turfa, no total mínimo de Cr\$ 60.000,00 mensais, e da entrega, em cobrança vinculada, de duplicatas de venda desse produto, além da fiança do Tesouro, nos termos do contrato celebrado em 18 de junho de 1943 o aditamento de 24 de dezembro de 1943. O saldo devedor em 31 de dezembro era de 3.978 milhares de cruzeiros.

A Companhia Vale do Rio Doce abrimos, em 16 de fevereiro de 1944, um crédito, cujo limite está agora fixado em 90.000 milhares de cruzeiros. Ao termo do exercício, o saldo devedor era de 91.753 milhares de cruzeiros.

e) Empréstimos à Companhia Siderúrgica Nacional

A essa entidade temos prestado toda a assistência financeira, de que necessita para concluir a grandiosa obra em que está empenhada e que marcará o início de uma era de grandes possibilidades para a economia nacional.

Em 31 de dezembro, o seu débito em conta-corrente se elevava a 335.025 milhares de cruzeiros, representado adiantamentos feitos à empresa por conta da participação do Tesouro no seu capital.

f) Empréstimos a bancos

O saldo médio anual das operações dessa natureza atingiu, em 1944, a 212 milhões de cruzeiros, contra 152 milhões, em 1943, registrando-se o aumento de 60 milhões, ou sejam 39 %.

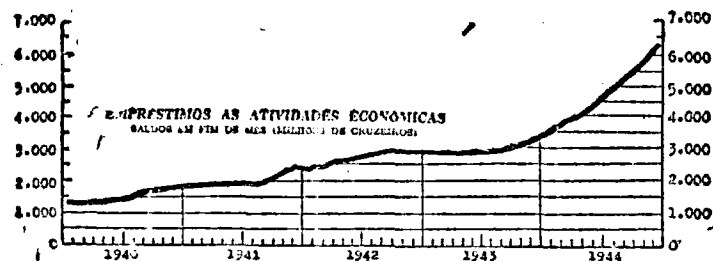
No quinquênio, os saldos médios foram:

A N O S	Saldo médio, em milhões de cruzeiros
1940	158
1941	138
1942	189
1943	152
1944	212

g) Empréstimos às atividades econômicas

Foram os seguintes os saldos médios, no último decênio, dos empréstimos de caráter econômico, e a percentagem de sua participação no total geral:

Anos	Saldos médios, em milhões de cruzeiros	Percentagem sobre o total dos empréstimos do Banco
1935	675	22 %
1936	755	25 %
1937	694	24 %
1938	759	23 %
1939	1.028	27 %
1940	1.456	35 %
1941	1.940	42 %
1942	2.639	42 %
1943	2.912	36 %
1944	4.493	30 %



Confrontado com o de 1943, o saldo médio de 1944 apresenta um excesso de 1.581 milhões de cruzeiros (54 %), o que evidencia o firme propósito da Diretoria de prestar a máxima assistência financeira aos vários grupos econômicos, obreiros da riqueza nacional.

Todas as unidades federadas, à exceção do Acre, beneficiaram-se da expansão dessa assistência:

Unidades federadas	Percentagem do aumento ou redução
Guaporé	+ 65
Acre	— 37
Amazonas	+ 2
Rio Branco	—
Pará	+ 22
Amapá	—
Maranhão	+ 126
Piauí	+ 35
Ceará	+ 22
Rio Grande do Norte	+ 78
Paraíba	+ 98
Pernambuco	+ 108
Alagoas	+ 45
Sergipe	+ 106
Bahia	+ 32
Minas Gerais	+ 99
Espírito Santo	+ 34
Rio de Janeiro	+ 23
Distrito Federal	+ 44
São Paulo	+ 45
Paraná	+ 85
Iguazú	+ 257
Santa Catarina	+ 84
Rio Grande do Sul	+ 24
Ponta Porã	+ 56
Mato Grosso	+ 60
Goiás	+ 265

Foi a seguinte a distribuição, pelos diversos grupos, dos empréstimos de natureza econômica, nos dois últimos anos.

Grupos econômicos	Saldos em fim de ano, em milhões de cruzeiros		Variações	
	1943	1944	Absolutas	%
Agricultura, indústria florestal e indústria extrativa mineral (*)	1.340	2.998	+ 1.658	124
Indústria manufatureira (**).	676	1.317	+ 641	95
Indústria da construção.....	250	249	— 1	0
Indústria dos transportes.....	154	163	+ 9	0
Comércio	716	1.191	+ 475	66
Capitalistas, profissões liberais, etc.	162	219	+ 57	35
Todos os grupos econômicos	3.298	6.137	+ 2.839	86

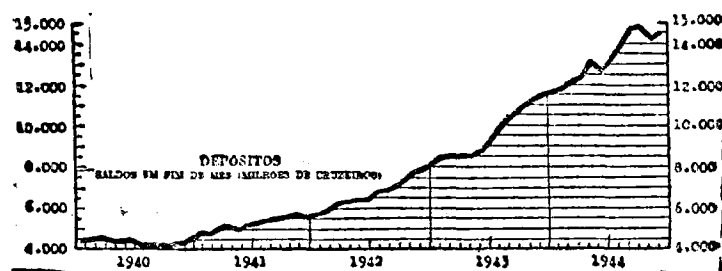
Desenvolveram-se promissoramente, em 1944, as operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, sobrepunhando as da Carteira de Crédito Geral na assistência prestada às atividades econômicas:

Anos	Carteira de Crédito Geral		Carteira de Crédito Agrícola e Industrial		Total
	Saldo médio, em milhões de cruzeiros	%	Saldo médio, em milhões de cruzeiros	%	
1940	1.130	78	326	23	1.456
1941	1.332	69	608	31	1.940
1942	1.565	59	1.074	41	2.639
1943	1.496	51	1.416	49	2.912
1944	2.017	45	2.476	55	4.493

10. DEPÓSITOS

Em saldos médios, verificou, em 1944, o aumento de 3.720 milhões de cruzeiros (39 %), em relação a 1943. Não houve, portanto, interrupção na curva ascensional dos depósitos, iniciada em 1938, testemunho da confiança do público em nossa Instituição, claramente perceptível pelo exame dos dados e gráfico seguintes:

A N O S	Saldo médio, em milhões de cruzeiros
1935	2.689
1936	2.612
1937	2.234
1938	3.635
1939	4.287
1940	4.287
1941	5.242
1942	6.679
1943	9.620
1944	13.340



(*) Inclusive as indústrias rurais (açúcar, laticínios, etc.).
(**) Exclusivo as indústrias rurais.

O aumento em 1944 teve a contribuição de todas as categorias de depósitos, sobressaindo os de entidades públicas (61 %), seguidos pelos do público a prazo (34 %) e do público à vista (30 %).

DEPÓSITOS	Saldo médio, em milhões de cruzeiros		Variações	
	1943	1944	Absolutas	%
De entidades públicas	2.909	4.687	+ 1.778	61
De bancos	2.107	3.922	+ 615	26
Do público, à vista ..	3.144	4.074	+ 930	30
Do público, a prazo ..	1.160	1.557	+ 397	34
Todos os depósitos	9.620	13.340	+ 3.720	39

O total dos depósitos, nos últimos dois anos, teve a seguinte contribuição percentual por grupos:

Depósitos	1943	1944
De entidades públicas	30 %	35 %
De bancos	25 %	23 %
Do público, à vista	33 %	30 %
Do público, a prazo	12 %	12 %
Todos os depósitos	100 %	100 %

Ao incremento no valor dos depósitos, correspondeu natural acréscimo no número de depositantes, que passou de 166.580, em 1943, a 178.340, em 1944, excluindo os bancos e entidades públicas:

A N O S	Número de depositantes
1941	133.675
1942	146.544
1943	166.580
1944	178.340

11. CÂMARAS DE COMPENSAÇÃO

Ao encerrar-se o exercício de 1944, estavam em funcionamento, junto às nossas Filiais, onze Câmaras de Compensação:

P r a ç a s	Unidades federadas
Aracaju	Sergipe
Belém	Pará
Belo Horizonte	Minas Gerais
Curitiba	Paraná
Fortaleza	Ceará
Porto Alegre	Rio Grande do Sul
Recife	Pernambuco
Rio de Janeiro	Distrito Federal
Salvador	Bahia
Santos	São Paulo
São Paulo	São Paulo

Em 1944, foram compensados 4.096 mil cheques, no importe de 114.142 milhões de cruzeiros, contra 3.349 mil, no valor de 87.673 milhões, em 1943.

As médias diárias da quantidade e do valor dos cheques compensados, que, em 1943, importaram em 11.500 e 301.373 milhares de cruzeiros, respectivamente, expressaram-se, no ano findo, em 13.957 cheques e 389.426 milhares de cruzeiros.

12. ENCAIXES

O saldo médio anual dos encaixes expressou-se em 823.294 milhares de cruzeiros, representando apenas 6 % da totalidade dos depósitos.

A estabilidade dos depósitos a prazo e a de apreciável soma dos à vista; empréstimos a curto prazo, de liquidação assegurada; e a possibilidade de recurso à Carteira de Redescontos, permitem conservar encaixe menos elevado do que o aconselhado pela técnica bancária, sem o risco de dificuldades de tesouraria.

13. COBRANÇAS

No último quinquênio, o movimento de entrada dos títulos confiados ao Banco para cobrança assim se exprime:

Anos	Ns. milhares de títulos	Valor milhões de cruzeiros
1940	1.028	2.953
1941	1.140	3.436
1942	1.090	3.858
1943	1.041	4.475
1944	1.137	5.168

Em confronto com o ano anterior, houve, em 1944, o acréscimo de 9 % na quantidade (96.000 títulos) e de 15 % no valor (Cr\$ 693.000.000,00).

14. ORDENS DE PAGAMENTO

Aumentaram ininterruptamente, em número e valor, as ordens de pagamento expedidas pelo Banco, sobre praças do País:

Anos	N.º milhares de ordens	Valor milhões de cruzeiros
1940	400	3.440
1941	476	4.345
1942	559	5.669
1943	671	7.957
1944	747	10.798

A evolução corresponde, de 1943 para 1944, a 11 % na quantidade e a 36 % no valor.

15. VALORES EM CUSTÓDIA

Os saldos médios dos valores entregues ao Banco em custódia, inclusive o ouro pertencente ao Tesouro Nacional, elevaram-se continuamente:

A N O S	Saldo médio, em milhões de cruzeiros
1940	2.836
1941	3.247
1942	4.047
1943	6.180
1944	8.568

O aumento, em relação a 1943, corresponde a 39 %, ou a 45 %, se excluído o ouro de propriedade do Tesouro Nacional.

16. RESULTADOS FINANCEIROS

O lucro líquido do Banco, no exercício em relato, elevou-se a 147.877 milhares de cruzeiros:

SEMESTRES	Milhares de cruzeiros
1.º	66.316
2.º	81.561
Total	147.877

Esse resultado superou em 13.030 milhares de cruzeiros (9,7 %) o obtido em 1943.

Apraz-nos consignar que proventos tão avultados foram conseguidos sem quebra das rígidas normas de ética bancária, que ao Banco, dada a sua posição, cabe trilhar e prestigiar, bem como à custa de módica taxa de juros. Com efeito, a taxa média ponderada, como vem acontecendo desde 1942, expressou-se em apenas 7 % ao ano, remuneração entre nós evidentemente modesta para o capital mutuado.

17. RESERVAS

Elevou-se o Fundo de Reserva, em 31 de dezembro de 1944, a 336.876 milhares de cruzeiros, ou sejam mais 14.787 milhares (4,6 %), do que em época idêntica do ano anterior.

As reservas especiais, destinadas a compensar possíveis prejuízos, foram reforçadas com a importância de 230.966 milhares de cruzeiros, perfazendo o total de 1.215.735 milhares de cruzeiros.

Essas cifras evidenciam a invejável situação de liquidez de nosso Banco.

18. EDIFÍCIOS DE USO DO BANCO

Como acentuamos no relatório anterior, o edifício da Rua Primeiro de Março, onde se acha instalada a sede do Banco, já não corresponde às necessidades do serviço, apesar das adaptações e acréscimos feitos. No momento, o número de funcionários em exercício nas suas diversas dependências é de 2.147, o que, por si só, evidencia a absoluta insuficiência do prédio para a condução normal dos serviços. Vários setores se acham, de há muito, instalados fora da sede, em dispersão evidentemente prejudicial à presteza no andamento do expediente e à própria administração.

Dificuldades que ainda não puderam ser totalmente removidas têm retardado o início da construção do novo prédio. Por isso, e no intuito de reunir num só edifício os setores que atualmente funcionam fora da sede, adquirimos, na esquina da futura Avenida Perimetral, à Rua do Rosário n.º 1, o edifício Ipiranga, cuja construção deverá estar terminada no decurso do ano corrente.

Em 1944, concluiu-se a construção de edifícios próprios para as Agências de Cachoeiro do Itapemirim, São Luís, Campina Grande e Chavantes, tendo-se feito reformas e instalações nos prédios das de Campos, Méier e Saúde. Ficou, igualmente, terminada a primeira fase da construção do edifício da Agência de São Paulo.

Com os novos prédios, eleva-se atualmente a 73 o número de Filiais instaladas em edifícios de propriedade do Banco.

Iniciou-se a edificação de prédios próprios para as Agências em Rio Branco (Acre), Corumbá, São João da Boa Vista, Itaperuna, Goiânia, Jiquié, Bagé, Praça da Bandeira e Glória, as duas últimas no Distrito Federal.

Acham-se ultimados os projetos e cálculos relativos aos edifícios para as Agências em São Paulo, Santos, Jacarézinho, Cruz Alta, Recife e Curitiba, estando em preparo os referentes aos prédios para as de Cataguazes, Juiz de Fora, Natal e Campo Grande (Distrito Federal).

A Diretoria do Banco deliberou adiar a construção de edifícios de elevado custo, tendo em vista não somente efetivá-la melhor e com menor dispêndio, terminada a guerra, como evitar, no momento, vultosas immobilizações de capitais, mais bem aproveitados em auxílio à produção nacional.

O crescente volume dos serviços relativos a projetos, construções, fiscalização e reformas de edifícios para as nossas Agências tornou necessária a ampliação do quadro do Serviço de Engenharia, competentemente superintendido pelo Sr. Diretor Pedro Demóstenes Rache, e constituído de profissionais de reconhecido valor. A esse Serviço estão confiadas outras tarefas relevantes, quais as de orientar e fiscalizar, como órgão técnico consultivo, as empresas industriais que financiamos, avaliar os imóveis de propriedade do Banco, ou oferecidos em garantia de empréstimos, e organizar o cadastro industrial do País.

19. AGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 1944, além de nossa Filial em Assunção,

Paraguai, 256 Agências funcionavam no Brasil, assim distribuídas pelas unidades federadas:

Guaporé	1
Acre	2
Amazônias	1
Rio Branco	1
Pará	5
Maranhão	4
Piauí	9
Ceará	9
Rio Grande do Norte	4
Paraíba	7
Pernambuco	9
Alagoas	5
Sergipe	4
Bahia	23
Minas Gerais	35
Espírito Santo	6
Rio de Janeiro	11
Distrito Federal	9
São Paulo	57
Paraná	8
Iguazú	1
Santa Catarina	6
Rio Grande do Sul	26
Ponta Preta	2
Mato Grosso	7
Goiás	4
Total	256

No decurso do ano de 1944, onze novas Agências iniciaram operações:

Agências	Unidades federadas	Início de operações
Boa Vista	Rio Branco	10 de janeiro
Bragança	Pará	3 de abril
Lençóis	Bahia	18 de janeiro
Luzilândia (ex-Porto Alegre)	Piauí	7 de junho
Óbidos	Pará	26 de junho
Paranaguá	Paraná	26 de dezembro
Picos	Piauí	15 de abril
Ramos	Piauí	20 de janeiro
Piracuruça	Distrito Federal	7 de janeiro
Saúde	Distrito Federal	10 de novembro
Taquaritinga	São Paulo	3 de julho

Em processo de instalação, encontram-se as seguintes Filiais:

Cais do Porto	Distrito Federal
Copacabana	Distrito Federal
D. Pedro II (Estação)	Distrito Federal
Dores do Indaiá	Minas Gerais
Macapá	Amapá
Santo André	São Paulo
Volta Redonda	Rio de Janeiro
Montevideu	Uruguai

Merece registro especial a Agência móvel, criada para atender às necessidades da Força Expedicionária Brasileira e que vem prestando assinalados serviços.

E' com justificado desvanecimento que divulgamos o elogio do ilustre Comandante, General Mascarenhas de Moraes, consignado em boletim interno da 1ª D.I.E., de 13 de fevereiro de 1945, do qual teve a gentileza de nos enviar cópia:

"A organização perfeita e a instalação criteriosa da Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira, ao lado da dedicação, espontaneidade e interesse dos seus funcionários em atender, sem distinção, a todos os nossos elementos, constituem um motivo de confiança e satisfação para o Comando, que vê assegurada, assim uma rigorosa assistência à economia de sua tropa.

Escalonada em profundidade, com o Escritório Central em Roma, e, dois outros, em Nápoles e Pistóia, mantém estreita ligação com os diversos órgãos da F.E.B. desde Caserta às primeiras linhas dentro da mais completa ordem e disciplina de serviço, e com um eficiente método de brevidade de ação, movimentação, mensalmente, cerca de 55 milhões de liras, em depósitos e transferências.

Sem prejuízo do seu trabalho normal e, quando necessário, sem horas de repouso, presta, ainda, relevantes outros serviços estranhos à sua atividade comum, como a instalação de elementos em trânsito, expedição e distribuição de telegramas, etc. graças à habilidade, soli-

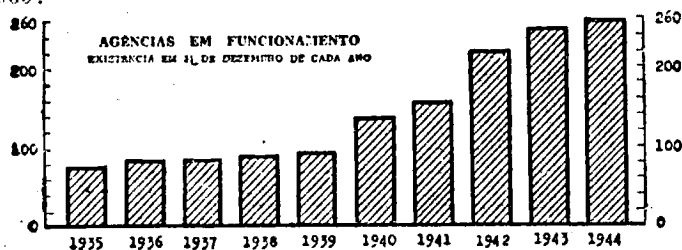
atitude, capacidade e iniciativa de seu pessoal, que dá, deste modo, uma prova eloquente de alto espírito de cooperação de que está possuído.

Integrado rapidamente no meio militar, vive em perfeita comunhão com os nossos oficiais, num sadio ambiente de camaradagem e respeito mútuo, compenetrado das responsabilidades e deveres da função e conquistando a admiração de todos pela correção de atitudes e firmeza de trato.

A elevada formação moral de seus integrantes, que os levou a voluntariamente se incorporarem à F.E.B., hoje, é, aqui traduzida pela maneira clogiosa com que se dedicam aos seus afazeres e pela inteligente propaganda que fazem das coisas do Brasil, difundindo dados sobre as suas riquezas e possibilidades.

Apresentando ao Coronel Gastão Luís Detsi e seus distintos auxiliares os mais francos louvores pela cooperação que prestam ao Comando, transmiro, em meu próprio nome e no dos meus comandados, as congratulações e as sinceras simpatias com que a F.E.B. acompanha a feliz atuação da Agência nos campos de guerra da Europa".

O diagrama focaliza a evolução do número de Agências, a partir de 1935:



Conquanto já seja bem mais expressivo o sistema bancário constituído pela numerosa rede de nossas Filiais, cujas atividades e serviços se irradiam por todos os quadrantes do País, levando valiosa e indispensável assistência às suas forças econômicas, determinamos aos Srs. Inspectores um estudo geral de suas zonas, para criação de novas Agências, em continuação ao plano que constitui o ponto fundamental de nosso programa administrativo.

20. DIRETORIA

Na assembleia geral de 27 de abril último, foi reeleito para o período 1944-1948, o Diretor Sr. Dr. Vilobaldo Machado de Sousa Campos, que, desde dezembro de 1931, vem prestando ao Banco o seu valioso concurso.

Com sincero pesar para todos, deixou a 22 de agosto último, a pedido, o cargo de Diretor da Carteira de Redescontos, o Sr. Major Carneiro de Mendonça, cuja atuação, sempre elevada, digna e patriótica, mais uma vez se afirmou brilhantemente no exercício de tão delicadas funções.

Tendo renunciado, em 24 do mesmo mês, as funções de Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, que, vinha dirigindo desde sua instalação, em 1937, e que lhe deve assinalado desenvolvimento, foi o Sr. Antônio Luís de Sousa Melo nomeado Diretor da Carteira de Redesconto, por decreto do Governo, de igual data.

Para completar o período do Diretor resignatário, a assembleia geral de 8 de setembro, convocada especialmente pela Diretoria, elegeu o Sr. Dr. José Loureiro da Silva. Empossado a 11 do mesmo mês, o novo Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial tem demonstrado as qualidades que já o haviam destacado no exercício de cargos públicos de revêlo.

Consignando a renúncia do excelente colega, Diretor Dr. Gastão Vidigal, lamentamos que se haja interrompido para o Banco a sua atuação esclarecida, honesta e eficiente. Preenchendo a Carteira de Exportação e Importação, desde 28 de julho de 1942, prestou relevantes serviços, confirmando-se, invariavelmente, perfeito conhecedor de assuntos econômicos e bancários.

Para substituí-lo, assumiu o exercício daquela Carteira o Dr. Coriolano de Araújo Góis Filho, nomeado por decreto de 8 de março de 1945.

O novo Diretor, que traz consigo esplêndidas credenciais de inteligência, probidade e cultura, tem notável tirocínio na pública administração.

Tendo em vista o término do mandato do Sr. José Loureiro da Silva, compete à assembleia geral ordinária proceder à eleição de um diretor para a quadriênio 1945-1949.

21. CONSELHO FISCAL

Para preencher a vaga ocorrida com a escolha do Sr. Dr. Jorge de Toledo Dodsworth para a Diretoria do Banco, a assembleia geral ordinária de 27 de abril elegeu para membro do Conselho Fiscal, o suplente, Sr. Pedro de Magalhães Corrêa.

Ocorreu a 13 de dezembro do ano findo o falecimento do Sr. Hernani Coelho Duarte, membro do Conselho Fiscal, o que nos causou profundo e sincero pesar. Para substituí-lo, foi convocado o suplente mais votado, Sr. Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca.

A Diretoria em muito estima a cooperação dos membros do Conselho Fiscal, cujo mandato ora expira. Em cada um deles encontramos um colaborador leal, inteligente e eficaz.

De acordo com os estatutos, incumbe à assembleia geral ordinária eleger, para o exercício de 1945, os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, arbitrando a remuneração daqueles.

22. FUNCIONALISMO

O número de funcionários, que era de 7.162 em fins de 1943, se elevava a 8.129 em dezembro de 1944, na proporção de 14 %.

Esse aumento de 967 servidores se justifica não só pela instalação de novas Filiais, como pelo constante desenvolvimento das atividades do Banco, em todos os setores.

Nos últimos três anos, a distribuição dos funcionários pelas diversas unidades federadas e países onde mantemos Agências era a seguinte:

Brasil e exterior	1942	1943	1944
Guaporé	6	6	6
Acre	7	8	13
Amazonas	50	52	56
Rio Branco	—	3	4
Pará	83	93	101
Amapá	—	—	3
Maranhão	53	57	64
Piauí	86	86	88
Ceará	163	179	184
Rio Grande do Norte	91	90	92
Paraíba	140	141	140
Pernambuco	224	251	266
Alagoas	78	80	76
Sergipe	58	63	54
Bahia	310	317	339
Minas Gerais	437	440	514
Espírito Santo	85	82	86
Rio de Janeiro	210	191	210
Distrito Federal	2.199	2.733	3.291
São Paulo	1.327	1.453	1.577
Paraná	141	145	169
Iguaçu	3	4	5
Santa Catarina	73	78	88
Rio Grande do Sul	441	462	517
Ponta Porã	4	6	5
Mato Grosso	77	87	107
Goiás	30	27	40
Brasil	6.376	7.137	8.098
Paraguai	20	25	29
Uruguai	—	—	2
Exterior	20	25	31
Total	6.396	7.162	8.129

A Diretoria, sempre atenta ao bem estar do funcionalismo, que se reflete no rendimento do trabalho e estimula a colaboração de todos no progresso do Banco, melhorou regalias existentes e concedeu outras. Assim é que o período de férias passou a ser proporcional ao tempo de serviço, variando do mínimo legal ao máximo de quarenta dias, anuais, em correspondência com a necessidade de maior repouso para os mais antigos no serviço. O auxílio de prole numerosa, a partir do quarto filho, foi substituído pelo abono de família, a começar do primeiro. As condições de aposentadoria dos servidores que completarem cinquenta anos de idade e trinta de serviço tiveram considerável melhora. E, nas licenças para tratamento de saúde, foi resolvido conceder os proventos integrais nos primeiros trinta dias.

Acolhendo sugestão do eminente economista Sr. Eugênio Gudim, a Diretoria deliberou manter, rotativamente, por dois anos, no curso de economia da Universidade de Harvard, dois funcionários do Banco, escolhidos, em seleção rigorosa, dentre os que hajam demonstrado estar em condições de segui-lo com aproveitamento.

No ano em revista, a Caixa de Empréstimo aos Funcionários efetuou 898 operações, no total de Cr\$ 12.865.000,00, contra 638, no montante de Cr\$ 5.192.000,00, no ano anterior. Limitando a concessão de empréstimos aos casos de real necessidade, conseguiu a Caixa manter o seu débito no Banco em cifra, muito inferior à verba votada pela assembleia dos Srs. Acionistas, sem embargos do constante aumento nos quadros do Banco.

Com prazer consignamos o magnífico serviço de assistência, que nos casos não enquadrados no regulamento do Fundo de Beneficência, vem prestando ao seu numeroso corpo de associados a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil. Instalada em 1-3-1944, já em 1-6-1944 iniciava a concessão de auxílios, os quais, em 31-12-1944, somavam Cr\$ 477.878,00, distribuídos por 537 beneficiários.

A Caixa constitui prova eloquente do espírito de previdência e solidariedade do funcionalismo, e pela sua elevada finalidade bem justi-

fica o aplauso, e o auxílio financeiro com que a administração do Banco a acolheu.

O Serviço Médico-Cirúrgico continua a prestar a sua eficiente e pronta assistência aos servidores do Banco e pessoas de suas famílias.

E' nos grato, mais uma vez, louvar de público a operosidade, dedicação e capacidade técnica do funcionalismo. Vale lembrar que grande número serve, de bom grado, em localidades distantes e desprovidas das

mais elementares condições de conforto, todos num comum esforço pelo engrandecimento do nosso Instituto.

23. SERVIÇO JURÍDICO

Os serviços, neste setor, continuam a ser atendidos com proficiência, pelo competente corpo de advogados a quem estão confiados.

24. BENEFICÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 1944, o Banco doou 8.287 milhares de cruzeiros a numerosas instituições, sediadas nas várias regiões do território nacional.

BANCO DO BRASIL S.A.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Ativo Disponível:		Passivo não Exigível:	
Caixa:		Capital	100.000.000,00
Em moeda corrente	968.356.221,00	Fundo de reserva	328.720.308,00
Em outras espécies	612,00	Fundo de previsão	625.501.657,50
Outros valores disponíveis	78.161.115,20	Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	149.901.319,90
Ativo Realizável:		Fundo para prejuízos eventuais	444.270.985,00
Correspondentes no exterior	4.180.041.143,90	Fundo para desenvolvimento de iniciativas de interesse público	18.548.318,50
Empréstimos:		Passivo Exigível:	
Tesouro Nacional, conta de compra de ouro ..	3.868.112.584,40	Correspondentes no exterior	371.124.883,70
Empréstimos rurais ...	1.938.385.892,90	Depósitos:	
Empréstimos industriais ..	437.722.371,00	Depósitos de entidades públicas:	
Empréstimos em letras hipotecárias	7.825.986,30	Tesouro Nacional, saldo das contas de arrecadação e despesa	18.005.945,90
Empréstimos de financiamento	607.879.153,70	Outros depósitos de entidades públicas	3.381.249.615,60
Outros empréstimos em c/c	2.825.098.631,60	Depósitos bancários:	
Títulos descontados	1.631.876.615,00	Depósitos de compensação de cheques	779.828.000,80
	11.316.901.234,90	Outros depósitos bancários	2.098.059.718,70
Títulos pertencentes ao Banco	304.550.078,50	Depósitos do público, à vista:	
Imóveis não destinados a uso do Banco	14.345.458,30	Depósitos sem juros	566.986.371,30
Títulos a receber	3.810.366.463,60	Depósitos sem limite ..	2.530.451.906,00
Antecipações de pagamento de câmbio comprado ..	82.479.811,10	Depósitos limitados	342.045.144,40
Letras hipotecárias a reemitir	710.100,00	Depósitos populares	290.490.714,10
Correspondentes no país	6.657.223,30	Depósitos de aviso prévio ..	665.089.614,10
Agências no exterior	61.684.296,20	Depósitos a prazo fixo	705.701.077,50
Agências no país	248.742.607,40	Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 3.077 de 26 de fevereiro de 1941):	
Créditos em liquidação	23.169.776,50	Depósitos judiciais	564.145.130,30
Outras contas do ativo realizável	820.207.275,50	Depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos	61.595.828,10
Ativo Fixo:		Depósitos a prazo fixo ..	191.153.130,70
Edifícios da Direção Geral e das Agências	118.191.561,10	Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942)	331.455.085,40
Móveis, utensílios e material de expediente	56.979.452,50	Depósitos em garantia de acidentados no trabalho (Decreto 24.637, de 10 de julho de 1934)	200.000,00
Contas de Resultado Pendente:			12.529.457.282,00
Contas de resultado pendente (rendas a receber e despesas do semestre futuro)	74.182.763,00	Contas correntes	4.340.159.529,70
	22.195.730.197,00	Bônus em circulação	75.863.000,00
Contas de Compensação:		Letras hipotecárias em circulação	8.224.900,00
Efeitos a receber de conta alheia:		Títulos a pagar	1.203.752.299,50
Do exterior	328.400.238,50	Ordens de pagamento	540.959.240,10
Do país	951.415.111,00	Correspondentes no país	2.493.638,80
	1.279.815.349,50	Outras contas do passivo exigível	756.432.031,00
Mandatários por cobrança de títulos	880.879.801,80	Contas de Resultado Pendente:	
Valores depositados:		Contas de resultado pendente (rendas em suspense, vendas do semestre futuro e provisão para despesas a efetuar)	695.320.802,40
Ouro depositado pelo Tesouro Nacional			22.195.730.197,00
(263.555.316 gr de ouro fino)	5.970.475.236,10	Contas de Compensação:	
Valores em depósito obrigatório (Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942)	43.413.919,70	Depositantes de efeitos para cobrança	2.166.695.151,30
Outros valores depositados	4.075.255.511,00	Valor em garantia em depósito	18.616.986.581,90
	10.089.111.696,80	Responsabilidades no exterior, por garantias prestadas a terceiros	1.422.783.723,80
Valores em garantia:		Créditos a utilizar no exterior, por conta do Tesouro Nacional	481.615.000,00
Hipotecas	1.493.559.523,70	Contratos de câmbio, por conta do Tesouro Nacional	3.732.913.550,70
Outras garantias	7.031.282.361,40	Créditos por empréstimos rurais e industriais contratados	2.910.113.674,40
	8.527.841.885,10	Outras contas de compensação	3.893.682.651,00
Devedores por garantias prestadas	1.422.783.723,80		55.420.520.530,10
Créditos no exterior, por conta do Tesouro Nacional	481.615.000,00		
Operações de câmbio a prazo, por conta do Tesouro Nacional	3.732.913.500,70		
Contratos de empréstimos rurais	2.363.810.925,40		
Contratos de empréstimos industriais	546.302.749,00		
Outras contas de compensação	3.893.682.651,00		
	55.420.520.530,10		

BANCO DO BRASIL S.A.

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Ativo Disponível:		Passivo não Exigível:	
Caixa, em moeda corrente	827.116.901,00	Capital	100.000.000,00
Outros valores disponíveis	92.501.714,90	Fundo de reserva	336.876.410,70
		Fundo de previsão	690.116.515,10
Ativo Realizável:		Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	159.191.208,50
Correspondentes no exterior	5.626.505.719,60	Fundo para prejuízos eventuais	525.618.800,80
Empréstimos:		Fundo para desenvolvimento de iniciativas de interesse público	26.760.215,10
Tesouro Nacional, conta de compra de ouro	4.526.458.903,30	Passivo Exigível:	
Empréstimos rurais	3.003.392.466,20	Correspondentes no exterior	610.305.215,10
Empréstimos industriais	486.012.336,70	Depósitos:	
Empréstimos em letras hipotecárias	11.510.411,90	Depósitos de entidades públicas:	
Empréstimos de financiamento	614.415.181,80	Tesouro Nacional, saldo das contas de arrecadação e despesa	717.780.363,10
Outros empréstimos em c/c	3.238.743.952,00	Outros depósitos de entidades públicas	2.521.287.930,30
Títulos descontados	1.888.286.882,10	Depósitos bancários:	
	13.771.910.137,00	Depósitos de compensação de cheques	912.534.110,80
Títulos pertencentes ao Banco	298.151.603,70	Outros depósitos bancários	2.507.869.506,10
Imóveis não destinados a uso do Banco	14.255.113,10	Depósitos do público, à vista:	
Títulos a receber	4.539.712.063,60	Depósitos sem juros	692.986.789,20
Antecipações do pagamento de câmbio comprado	61.382.487,30	Depósitos sem limite	3.090.159.462,20
Letras hipotecárias a receber	149.380,00	Depósitos limitados	389.557.868,20
Correspondentes no país	6.773.857,20	Depósitos populares	318.810.815,50
Agências no exterior	88.065.175,36	Depósito de aviso prévio	684.692.441,10
Agências no país	406.965.532,10	Depósitos a prazo fixo	921.356.421,40
Créditos em liquidação	37.719.681,10	Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 3.077, de 26 de fevereiro de 1911):	
Outras contas do ativo realizável	1.661.279.580,70	Depósitos judiciais	616.226.789,50
Ativo Fixo:		Depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos	68.301.377,80
Edifícios da Direção Geral e das Agências	121.554.570,80	Depósitos a prazo fixo	202.168.377,70
Móveis, utensílios e material de expediente	61.191.103,30	Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942)	380.545.217,10
Contas de Resultado Pendente:		Depósitos de garantia e para certificados de equipamento (Decreto 15.028 de 13-3-44)	359.458.161,90
Contas de resultado pendente (rendas a receber e despesas de juros de semestre futuro)	90.419.613,40	Depósitos em garantia de acidentes no trabalho (Decreto 24.637, de 10 de julho de 1931)	200.000,00
	27.712.581.187,40		14.113.965.662,20
Contas de Compensação:			
Efeitos a receber de conta alheia:		Contas correntes	7.100.003.736,30
Do exterior	290.715.773,10	Bônus em circulação	75.863.000,00
Do país	1.215.370.647,20	Letras hipotecárias em circulação	14.302.200,00
	1.506.116.420,30	Títulos a pagar	1.507.329.895,50
Mandatários opor cobrança de títulos	1.052.269.506,40	Ordens de pagamento	705.428.290,10
Valores depositados:		Correspondentes no país	2.812.185,50
Ouro depositado pelo Tesouro Nacional		Outras contas do passivo exigível	700.281.228,70
(292.529.220 gr de ouro fino)	6.628.233.779,30	Contas de Resultado Pendente:	
Valores em depósito obrigatório (Decreto-lei número 4.166, de 11 de março de 1942)	54.538.899,70	Contas de resultado pendente (rendas em suspenso, rendas do semestre futuro e provisão para despesas a efetuar)	713.699.187,90
Outros valores depositados	4.276.574.732,30		27.712.581.187,40
	10.959.317.411,20	Contas de Compensação:	
Valores em garantia:		Depositantes de efeitos para cobrança	2.558.385.926,70
Hipotecas	1.648.098.641,50	Valores em garantia e em depósito	21.559.470.725,50
Outras garantias	8.991.724.672,70	Responsabilidades no exterior, por garantias prestadas a terceiros	1.591.786.691,50
	10.639.823.314,20	Créditos a utilizar no exterior, por conta do Tesouro Nacional	98.410.000,00
Devedores por garantias prestadas	1.591.786.691,50	Contratos de câmbio, por conta do Tesouro Nacional	5.368.359.537,30
Créditos no exterior, por conta do Tesouro Nacional	98.410.000,00	Créditos por empréstimos rurais e industriais contratados	4.021.037.914,80
Operações de câmbio a prazo, por conta do Tesouro Nacional	5.368.359.537,30	Outras contas de compensação	4.591.473.827,40
Contratos de empréstimos rurais	3.456.315.523,50		67.517.238.613,60
Contratos de empréstimos industriais	504.722.388,30		
Outras contas de compensação	4.591.473.827,40		
	67.517.238.613,60		

BANCO DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Em 30 de junho de 1944

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Despesas financeiras (juros e redescontos)	245.917.822,50	Rendas:	
Despesas Administrativas:		Rendas de juros e descontos produzidas pelos empréstimos e adiantamentos ..	451.092.892,40
Despesas de impostos ..	8.416.129,60	Rendas de juros de ações e obrigações	29.417.057,30
Outras despesas administrativas	157.596.200,80	Rendas de comissões	50.698.017,60
Amortização do valor dos edifícios, móveis e utensílios de uso do Banco	7.508.568,10	Outras rendas	11.652.017,00
Prejuízos	18.384.266,20		542.859.981,30
Provisão que se leva ao "Fundo para prejuízos eventuais" (art. 45, parágrafo único, dos Estatutos), para a eventual compensação de prejuízos	41.087.953,00	Lucros:	
<i>Distribuição do lucro líquido (art. 45, parágrafo único, dos Estatutos):</i>		Lucros na venda de imóveis; lucros na alienação e no sorteio de títulos; e outros lucros	2.367.372,90
Fundo de reserva	6.631.641,90		
Percentagem da Diretoria ..	480.000,00		
Dividendos, à razão de 15% ao ano	7.500.000,00		
Fundo de Beneficência dos Funcionários	663.164,20		
Fundo de previsão	51.041.610,90		
	545.227.357,20		545.227.357,20

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1944. — *Marques dos Reis*, Presidente. — *Paulo Frederico de Magalhães*, Chefe do Departamento de Contabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Em 30 de dezembro de 1944

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Despesas financeiras (juros e redescontos)	299.632.672,60	Rendas:	
Despesas administrativas:		Rendas de juros e descontos produzidas pelos empréstimos e adiantamentos ..	515.944.905,40
Despesas de impostos	8.516.451,80	Rendas de juros de ações e obrigações	61.956.136,00
Outras despesas administrativas	175.130.244,20	Rendas de comissões	62.563.977,60
Amortização do valor dos edifícios, móveis e utensílios de uso do Banco	9.352.955,30	Outras rendas	18.358.441,20
Prejuízos	7.164.247,00		658.825.460,20
Provisão que se leva ao "Fundo para prejuízos eventuais" (art. 45, parágrafo único, dos Estatutos), para a eventual compensação de prejuízos	81.199.466,10	Lucros:	
<i>Distribuição do lucro líquido (art. 45, parágrafo único, dos Estatutos):</i>		Lucros na venda de imóveis; lucros na alienação e no sorteio de títulos; e outros lucros	3.731.604,30
Fundo de reserva	8.156.102,70		
Percentagem da Diretoria ..	474.457,00		
Dividendos, à razão de 15% ao ano	7.500.000,00		
Fundo de Beneficência dos Funcionários	815.610,26		
Fundo de previsão	64.644.857,60		
	662.557.061,50		662.557.061,50

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944 — *Marques dos Reis*, Presidente. — *Paulo Frederico de Magalhães*, Chefe do Departamento de Contabilidade.

III. CONCLUSÃO

Quando, há um ano, fixamos a decisiva e forte compenetração dos Brasileiros em face das calamidades da guerra, acentuando a perfeita unidade de vistas de civis e militares, — soldados da Pátria todos eles, — dissemos que os de uniforme disputavam oportunidades de perigo para confirmação de bravura tradicional. Vários nomes geográficos, no solo ensanguentado, são hoje marcos dessa bravura indomável, glorificando as nossas armas e valorizando o heroísmo brasileiro. Entre os combatentes há funcionários do Banco do Brasil; entre os que colaboram eficientemente com aqueles estão soldados do Banco do Brasil, atuando na sua Agência de ultramar, com a dedicação, o patriotismo e o senso de responsabilidade consagrados pelo bravo Comandante da nossa Força Expedicionária.

Integrado no programa do governo do preclaro Presidente Getúlio Vargas, o Banco do Brasil deu todo o seu empenho à obra de assistência à economia nacional, valendo-se em muito do apoio e prestígio que lhe dá o insigne estadista, de cuja atuação clarividente e patriótica tem recebido os maiores estímulos para se manter a serviço da grandeza nacional.

Não reduzimos a intensidade da nossa vigilância, nossa hora perigosa em que se acelera a vitória das armas, e os inimigos da humanidade, batidos em todas as frentes, se reduzem à convicção de que o crime não compensa e terão, para reforço do castigo, em suas pessoas e nas suas memórias, a execração das próprias pátrias que eles conduziram à desgraça.

Bem sabemos quanto é difícil resguardar a vitória, impedir que ela se malbarate por inépcia, devaneio ou enganosa confiança, mas tudo indica que, no seu setor, o Banco do Brasil não descontinuará a solidariedade da ajuda, da real e proibida contribuição ao Governo e ao povo, na defesa da civilização democrática contra a barbárie totalitária.

Março, 23 — 1945. — *Marques dos Reis.*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Cumprindo o preceito estatutário, e no desempenho de nossa honrosa investitura, vimos submeter à alta consideração dessa Assembléia o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas e atos da Diretoria do Banco, relativos ao exercício transato.

O nosso trabalho de análise se facilitou sobremaneira pela exposição clara, precisa e completa que, das principais atividades do Banco, faz relatório presidencial, como sempre acompanhado de quadros e gráficos que abundantemente ilustram as suas afirmativas e conclusões.

Com prazer, voltamos a assinalar o continuado desenvolvimento do Banco, que, auxiliando as classes produtoras do País em escala sempre crescente, desempenha, ainda, funções de verdadeiro Banco Central, e, no papel de agente e colaborador financeiro imediato do Governo, lhe vem prestando inestimáveis serviços.

Os depósitos em geral se elevaram em 39% sobre o total referente a 1943, sendo 34% a percentagem de aumento nos depósitos particulares à prazo, e de 36% nos depósitos particulares à vista. Igual expansão tiveram os empréstimos em geral, que ultrapassaram em 42% o montante do ano anterior. Dêsse acréscimo, 54% pertencem às aplicações de natureza econômica, distribuídas na proporção de 45% pela Carteira de Crédito Geral e de 55% pela de Crédito Agrícola e Industrial. Esta, como se vê, tomou a dianteira, que nos anos anteriores, coubera à Carteira de Crédito Geral, na assistência do Banco às atividades econômicas do País.

Consequência da expansão do Banco e do seguro critério com que vêm sendo aplicados os seus capitais, apurou-se o lucro líquido de 147.877 milhares de cruzeiros, superior em 9,7% ao do anterior exercício. Dêsse lucro foram levados, de acordo com o parágrafo único, alínea A do art. 45 dos Estatutos, 14.787 milhares de cruzeiros ao Fundo de Reserva, cujo montante passou de 322.089 a 336.876 milhares de cruzeiros. O Banco reforçou igualmente as reservas especiais destinadas a cobrir prejuízos eventuais elevando o seu total de 984.769 a 1.215.735 milhares de cruzeiros.

O Conselho Fiscal se associa ao pesar com que a Diretoria do Banco viu afastarem-se dois dos seus colaboradores mais dignos e esforçados, o Sr. Major Roberto Carneiro de Mendonça, e o Sr. Gastão Vidigal.

Havendo escolhido para Diretor o Sr. Jorge Toledo Dodworth, elegeu a Assembléia para sua vaga no Conselho Fiscal, em 27 de abril, o Sr. Pedro de Magalhães Corrêa; e, falcendo a 13 de dezembro o membro do Conselho Sr. Hernani Coelho Duarte, foi convocado o suplente mais votado, Sr. Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca. O passamento do nosso companheiro Hernani Coelho Duarte constonou profundamente a todos quantos, no Conselho, se habituaram ao seu convívio agradável, às luzes do sua competência, ao seu esforço em bem servir ao Banco.

No decorrer de 1944, realizamos regularmente as sessões ordinárias do Conselho, reunindo-nos, ainda, diversas vezes, em caráter extraordinário. Examinamos e conferimos nas épocas próprias, as contas, documentos, balanços, valores e encaixes do Banco, encontrando-os sempre em perfeita ordem. Propomos, assim, sejam aprovados pela Assembléia os atos, contas e balanços referentes a êsse exercício.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1945. — *João Daudt d'Oliveira.* — *Carloman da Silva Oliveira.* — *Pedro de Magalhães Corrêa.* — *Argemiro de Hungria Machado.*

SOCIEDADE ANÔNIMA INDUSTRIAL E IMOBILIÁRIA SANTA ANGELA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA ÀS QUINZE HORAS DO DIA TRINTA E UM DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO

As quinze horas do dia trinta e um de março de mil novecentos e quarenta e cinco, reuniram-se na sede da Sociedade Anônima Industrial e Imobiliária Santa Angela, à Avenida Almirante Barroso número noventa, quarto andar, sala quatrocentos e três, os senhores acionistas da mesma Sociedade previamente convocados para tal fim por aviso publicado de acordo com a lei, no *Diário Oficial* nos dias vinte, vinte e dois e vinte e quatro de março findante e no *"Jornal do Comércio"* nos mesmos dias. Verificando que o livro de presença consignava as assinaturas dos acionistas que se achavam presentes, em número legal para funcionamento da assembléia, o Diretor-Presidente da Sociedade, a Senhora Dona Gabriela Besanzoni Lage, abre a sessão e convida os senhores acionistas a elegerem um acionista para como presidente da assembléia dirigir os trabalhos. Foi aclamado o nome da acionista Senhora Dona Gabriela Besanzoni Lage, que aceita a indicação e tendo assumido a presidência, convidou para Secretário da mesa o Doutor Galba de Bóscoli. Em seguida, o secretário, por solicitação da senhora presidente procede à leitura dos documentos que se achavam sobre a mesa, o que foi feito na seguinte ordem: a) convocação para a presente assembléia publicada no *Diário Oficial* e no *"Jornal do Comércio"*, nos dias vinte, vinte e dois e vinte e quatro de março findante, e concedida nos seguintes termos: "São convidados os senhores acionistas da Sociedade Anônima Industrial e Imobiliária Santa Angela, para se reunirem em assembléia geral ordinária, na sede da Sociedade, à Avenida Almirante Barroso número noventa, quarto andar, sala quatrocentos e três, às quinze horas do dia trinta e um de março corrente, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre o relatório da Diretoria, Balanço e conta de Lucros e Perdas, e Parecer respectivo do Conselho Fiscal; e procederem à eleição da Diretoria e à eleição do Conselho Fiscal para o período mil novecentos e quarenta e cinco-mil novecentos e quarenta e seis. — Rio de Janeiro, dezesseis de março de mil novecentos e quarenta e cinco. — Pela Sociedade Anônima Industrial e Imobiliária Santa Angela — *Gabriella Besanzoni Lage*, Diretor-Presidente. — *Galba de Bóscoli*, Diretor-Técnico; b) Relatório da Diretoria, Balanço Geral e conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, publicados no *Diário Oficial* de vinte e três de março findante e no *"Jornal do Comércio"* no mesmo dia, documentos êsses que se achavam à disposição dos senhores acionistas, desde o dia vinte e oito de fevereiro

último conforme publicação feita no *Diário Oficial* e *"Jornal do Comércio"* nos dias um, dois e quatro de março findante. Lidos todos os documentos acima especificados, declarou a Senhora Presidente que compelia à assembléia tomar conhecimento dos mesmos, tendo a assembléia, por unanimidade, com abstenção única dos Diretores presentes, aprovado sem restrições os referidos documentos, deliberando essa que foi logo homologada pela mesa. Em seguida, a Senhora Presidente, declarou que na forma da lei, quanto ao Conselho Fiscal, e, de acordo com os Estatutos desta Sociedade, quanto à Diretoria, a assembléia passaria a proceder à eleição dos Diretores e dos membros e suplentes do Conselho Fiscal para o período anual de mil novecentos e quarenta e cinco-mil novecentos e quarenta e seis. Procedida à eleição verificou-se o seguinte resultado: Diretor-Presidente, Gabriela Besanzoni Lage, brasileira e residente à Rua Jardim Botânico número quatrocentos e quatorze; Diretor-Técnico, Galba de Bóscoli, brasileiro, residente à Rua Belivar número noventa e sete, apartamento oitenta e dois. — Membros do Conselho Fiscal: Mário Alves da Cunha, Raul Régio e David Campista Filho. Suplentes: Ubaldo Fernandes Lobo Lourenço Furtado de Mendonça e Dario de Almeida Régio, com a remuneração de quinhentos cruzeiros por ano e para cada membro em exercício. Conhecido o resultado da eleição, a Senhora Presidente declarou que tendo os Diretores já prestado a devida caução, dava os mesmos por empossados e, tendo sido na mesma ocasião convidados a ingressarem no recinto os membros do Conselho Fiscal que acabavam de ser eleitos mas não eram acionistas, foram também empossados juntamente com os demais membros que compunham o Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar nem a deliberar o não desejando nenhum dos senhores acionistas presentes fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu o concurso dos senhores acionistas, encerrou o livro de presença com a sua assinatura, deu por finda a assembléia e mandou lavrar a presente ata dos trabalhos. E, eu, Galba de Bóscoli, Secretário, lavrei a presente ata, que foi lida e achada conforme o unanimemente aprovada, pelo que é por mim assinada e pelos demais acionistas presentes. — Rio de Janeiro, trinta e um de março de mil novecentos e quarenta e cinco. — *Gabriella Besanzoni Lage.* — *Galba de Bóscoli.* — *Raul Régio.* — *Antonio Cabral Tello Junior.* — *Mário Alves da Cunha.* — *Antonio Minofra.* — E' cópia fiel extraída do respectivo livro de atas. — *Galba de Bóscoli*, Secretário.

Pela S. A. Industrial e Imobiliária Santa Angela. — *Galba de Bóscoli*, Diretor-Técnico.

VIVACQUA IRMÃOS S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA DE VIVACQUA IRMÃOS S. A. A SER APRESENTADO NA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 25 DE ABRIL DE 1945

Senhores acionistas:

Cumprindo as determinações legais e estatutárias vimos apresentar o Relatório referente ao exercício comercial findo em 31 de dezembro de 1944, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal.

Pelo balanço que submetemos a vossa apreciação, constatareis que os negócios correram satisfatoriamente.

Durante o ano de 1944 houve constantes e grandes flutuações no mercado de café, razão pela qual procuramos realizar nossas operações dentro do critério comercial exigido no momento, mantendo sempre um estoque disponível coberto por vendas futuras.

Deveis notar que figura em nosso ativo uma regular soma aplicada em imóveis, a qual merece referência especial pelo fato de constituir uma operação feliz na aplicação do nosso fundo de reserva em terrenos na zona sul desta cidade, os quais já se acham bastante valorizados, e em um andar no Edifício 19 de abril, à Avenida Rio Branco, onde pretendemos instalar os nossos escritórios.

Podeis verificar também que, além do Fundo de Reserva legal, elevamos, neste balanço, o nosso Fundo de Reserva Especial em mais de Cr\$ 600.000,00.

Nada mais havendo que mereça menção especial, colocámo-nos à vossa disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Rio de Janeiro 1 de março de 1945. — *Pedro Vivacqua*, Diretor-Gerente. — *Daniel Vivacqua*, Sub-Gerente.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DE VIVACQUA IRMÃOS S. A. REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1945

Aos trinta e um dias do mês de março de 1945, de acordo com que preceitua o artigo 127 do Decreto-lei n.º 2.627 de 29 de setembro de 1940, nós, membros do Conselho Fiscal de Vivacqua Irmãos S. A., examinamos o balanço relativo ao exercício comercial findo em 31 de dezembro de 1944, assim como a demonstração da Conta de Lucros e Perdas e demais documentos referentes ao mesmo exercício, tendo encontrado tudo em perfeita ordem; razão pela qual somos de parecer que sejam aprovadas as contas da Diretoria.

Para os devidos fins mandamos lavrar esta ata na forma da alínea I do artigo da lei acima referido.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1945. — *Marcelino Martins Filho*, — *Joaquim Gomes de Castro*. — *Edgar Soares de Pinho*.

BALANÇO GERAL DA VIVACQUA IRMÃOS S. A. ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo

	Cr\$	Cr\$
Disponível:		
Caixa	110.230,10	
Bancos	130.945,80	241.175,90
Realizável a curto prazo:		
Contas Correntes	3.851.051,40	
Casa Filial de Vitória, c/Lucros	1.015.094,60	
Sacaria	72.930,00	
Obrigações a Receber	212.792,80	
Obrigações de Guerra	55.700,00	
Café	12.243.370,00	17.450.939,40
Realizável a longo prazo:		
Ações da Cia. Armazéns Gerais de Vitória	32.000,00	
Ações da Cia. Florestal Rio Doce	147.600,00	179.600,00
Imobilizado:		
Imóveis no Distrito Federal	2.005.218,40	
Móveis & Utensílios	26.000,00	
Propriedade em Bom Jesus do Norte	74.555,80	
Maquinismo	10.274,90	2.146.149,40
Contas de compensação:		
Caução da Diretoria	187.500,00	
Bancos c/Títulos	6.667.205,00	6.854.705,00
		26.842.569,40

Passivo

	Cr\$	Cr\$
Não Exigível:		
Capital	5.000.000,00	
Atribuído à nossa Filial	2.500.000,00	2.500.000,00
Reserva Especial		600.000,00
Reserva Especial (a ser atribuída à n/Filial		300.000,00
Fundo de Reserva		273.514,00
		3.673.514,00
Exigível a curto prazo:		
Impostos a Pagar	161.390,60	
Contas Correntes	4.398.030,60	
Bancos	9.105.298,40	
Obrigações a Pagar	2.647.881,80	
Cota de Previdência	1.719,00	16.311.320,40
Contas de compensação:		
Ações Cauçionadas	187.500,00	
Valores Cauçionados	6.667.205,00	6.854.705,00
		26.842.569,40

Pedro Vivacqua, Diretor-Gerente. — *N. A. Bloomfield*, Registro n.º 31.950.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" DA VIVACQUA IRMÃOS S. A. ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito

	Cr\$	Cr\$
Aluguéis	16.800,00	
Seguros	252.092,40	
Juros & Descontos	497.468,40	
Ordenados	276.500,00	
Imposto Sindical	1.717,60	
Corretagens	668.487,80	
Despesas Gerais	525.127,80	
Impostos	390.040,10	
Obrigações de Guerra	17.068,80	
Contas Correntes	504.346,00	
Impostos a Pagar	161.390,60	
Reserva Especial	300.000,00	
Reserva Especial (a ser atribuída à nossa Filial)	300.000,00	
Fundo de Reserva	126.086,40	
Dividendos	1.129.905,50	5.167.031,70
		5.167.031,70

Crédito

	Cr\$	Cr\$
Café	4.145.303,20	
Casa Filial de Vitória c/Lucros	1.015.094,60	
Dividendos a Receber	6.633,90	5.167.031,70
		5.167.031,70

Pedro Vivacqua, Diretor-Gerente. — *N. A. Bloomfield*, Registro n.º 31.950.

BALANÇO GERAL DA VIVACQUA IRMÃOS S. A. (FILIAL DE VITÓRIA) ENCERRADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo			Passivo		
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
Disponível:			Inexigível:		
Caixa	149.858,50		Casa Matriz, c/capital	2.500.000,00	
Bancos	50.546,10	200.404,60	Fundo de Reserva	230.400,40	
Realizável a curto prazo:			Reserva Especial	325.063,00	3.055.463,40
Contas Correntes	3.845.293,40		Exigível a curto prazo:		
Cambiais	1.248,00		Contas Correntes	1.356.531,30	
Letras e Obrig. a Receber	12.523,40		Bancos	534.065,90	
Café	758.596,40		Casa Matriz, c/lucros	1.015.094,60	2.905.691,80
Fazendas Gerais	66.557,50				
Gêlo	49.723,70				
Cacáu	4.000,00	4.737.942,40			
Realizável a longo prazo:					
S. A. Comércio de Café, c/ações	450.000,00				
Cia. Florestal do Rio Doce S. A. c/ações	24.000,00				
Cia. de Armazéns Gerais de Vitória, c/ações	16.000,00	490.000,00			
Imobilizado:					
Imóveis	322.359,20				
Terrenos do Rio Pancas	6.606,00				
Móveis e Utensílios	30.412,10				
Iristampa, c/máquina	13.384,00				
Máquinas de Gêlo	130.195,90				
Máquinas de Café	25.800,00				
Máquina de Mamôna	4.050,00	532.808,20			
		5.961.155,20			5.961.155,20

Pietrangelo De Biase, Diretor-Gerente. — Alvaro Augusto de Barros, Contador, reg. n.º 12.697. — Manuel Vivacqua, Diretor-Gerente.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" DA VIVACQUA IRMÃOS S. A. DA (FILIAL DE VITÓRIA) ENCERRADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito			Crédito		
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
Contas Correntes	729,20		Contas Correntes	0,10	
Contas Paradas	26.556,40		Contas Paradas	3.714,90	
Juros e Descontos	89.143,10		Café	1.145.721,10	
Despesas Gerais	356.090,80		Fazendas Gerais	61.816,30	
Máquinas de Gêlo	14.466,20		Gêlo	7.660,60	
Máquinas de Café	2.866,60		Cacau	139.733,50	
Máquina de Mamôna	450,00		Aluguéis	23.929,80	
Iristampa, c/máquina	3.346,00		Comissões, c/seguros	6.771,80	
Móveis e Utensílios	3.379,20		Cia. de Armazéns Gerais de Vitória, c/dividendos	3.200,00	
Fundo de Reserva	53.426,00	360.453,50	S. A. Comércio de Café, c/dividendos	180.000,00	1.575.548,10
Casa Matriz, c/lucros		1.015.094,60			1.575.548,10
		1.575.548,10			

Pietrangelo De Biase, Diretor-Gerente. — Alvaro Augusto de Barros, Contador, reg. n.º 12.697. — Manuel Vivacqua, Diretor-Gerente.

(N.º 6.240 — 17-4-45 — Cr\$ 1.118,10).

COMPANHIA DE FERRO MALEÁVEL

RELATÓRIO DA DIRETORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1944

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais, juntamente com as contas relativas ao exercício de 1944 e parecer do Conselho Fiscal referente ao mesmo exercício, temos a satisfação de submeter ao vosso exame e apreciação o relatório da Diretoria sobre aquele exercício.

Ainda no correr deste ano nos vimos na contingência de ampliar as instalações de determinadas seções de nossa usina a fim de melhor atendermos a nossa clientela, entregando-lhe os nossos produtos, além de fundidos, usinados, para o que construímos novo pavilhão.

Não se realizaram inteiramente as previsões expressas em nosso último relatório quanto a época de entrega do forno elétrico de fusão encomendado nos Estados Unidos da América do Norte. Só em dezembro p. findo conseguimos ter em nosso poder este quase indispensável elemento para o normal e econômico desenvolvimento de nosso programa.

Felizmente o forno em aprêço já se acha inteiramente instalado e os resultados obtidos nestes primeiros meses de funcionamento são altamente satisfatórios, confirmando-se assim nossas previsões.

A larga aceitação que sempre tiveram os nossos produtos, já agora que podemos contar com o aproveitamento de toda a nossa capacidade de produção, a enorme procura de bons produtos de ferro maleável, de que é seguro índice o crescente número de pedidos que recebemos, nos fazem prever um futuro risonho para a nossa indústria no correr deste novo ano.

Anexos ao presente relatório, com o parecer do Conselho Fiscal, encontrareis o Balanço Geral, a demonstração da conta de Lucros e Perdas e os demais documentos exigidos pelo Decreto-lei n.º 2.627 de 26 de setembro de 1940.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1945. — *Alberto de Faria Filho*, Diretor-Presidente. — *Jean Duvernoy*, Diretor-Gerente.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Imobilizado	2.841.570,70	Não Exigível	3.660.291,30
Terrenos e Edifícios	536.919,60	Capital	3.600.000,00
Maquinismos, Acessórios e Instalações Industriais	1.669.991,90	Fundo de Depreciação	60.291,30
Móveis e Utensílios	27.238,40	Exigível a Curto Prazo	835.027,30
Plantas e Estudos	200.000,00	Fornecedores	73.017,80
Gastos de Instalação	303.661,80	Contas Correntes	53.579,30
Instalações Elétricas	97.119,90	Empréstimos Bancários	708.400,20
Marcas e Patentes	500,00	Provisões	30.532,50
Estudos e Experiências	6.139,10	Provisão para Férias	15.629,80
Realizável a Prazo Longo	5.115,00	Provisão para Seguro Operário	14.902,70
Cauções	5.115,00	Compensação	107.115,90
Realizável a Prazo Curto	1.027.631,69	Caução da Diretoria	40.000,00
Almoxarifado	140.361,50	Títulos em Cobrança	67.115,90
Matéria Prima	148.950,00		
Produtos Fabricados	175.970,30		
Clientes	372.221,80		
Devedores Duvidosos	3.628,00		
Contas Pessoais	350,00		
Acionistas	185.250,00		
Disponível	202.440,20		
Caixa	10.117,70		
Bancos	192.322,50		
Resultados Pendentes	1.939,10		
Operações a Classificar	1.939,10		
Compensação	107.116,90		
Ações Cauçionadas	40.000,00		
Bancos e/Cobrança	67.116,90		
Lucros e Perdas	447.154,50		
	4.632.968,00		4.632.968,00

Dr. *Alberto de Faria Filho*, Diretor-Presidente. — *Jean Duvernoy*, Diretor-Gerente. — *Marcos Naf.* Contador — Reg. 37.157 — D.N.I.C.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Custo da Produção	1.817.944,70	Vendas	1.699.310,70
Impostos	33.194,90	Lucros e Perdas	447.154,50
Juros	60.647,30		
Despesas Gerais	231.678,30		
	2.146.465,20		2.146.465,20

Dr. *Alberto de Faria Filho*, Diretor-Presidente. — *Jean Duvernoy*, Diretor-Gerente. — *Marcos Naf.* Contador — Reg. 37.157 — D.N.I.C.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal da Companhia de Ferro Maleável, reunidos em sua sede à Rua Guandu n.º 17, — no Rio de Janeiro — para exame do Balanço Geral e da conta de Lucros e Perdas do exercício de 1944, findo em 30 de dezembro último, verificaram a sua exatidão aconselhando aos Srs. Acionistas a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1945. — *Lafayette Rodrigues Pereira*. — *Nelson de Azevedo Branco*. — *Sergio dos Guimarães Bonjean*.

Declaro que o Parecer acima é cópia fiel do que se acha lavrado no livro próprio do qual constam as assinaturas dos Membros acima.

— *Alberto de Faria Filho*, Diretor-Presidente da Companhia de Ferro Maleável.

(N.º 6.076 — 17-4-45 — Cr\$ 372,30)

COMPANHIA FIAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 27 DE ABRIL DE 1945

Senhores Acionistas

Em cumprimento dos dispositivos legais, submetemos à sua apreciação o nosso balanço em 31 de dezembro de 1944 e seus anexos, bem assim a demonstração da — Conta de Lucros e Perdas, permi-

tindo-nos propor que, ouvido o Conselho Fiscal, a Assembléia dos Senhores Acionistas autorize a distribuição do dividendo de trinta e cinco por cento (35%), ou seja Cr\$ 35,00 por ação, e ratifique a retirada da verba de Cr\$ 974.336,60 para o Fundo de Depreciação.

Para quaisquer outros esclarecimentos, colocamo-nos à sua disposição.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1945. — Dr. Cezar Proença, Diretor. — O. T. Cunningham, Diretor-gerente.

BALANÇO GERAL — 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Imobilizado		Exigível	1.076.027,30
Terrenos, Edifícios e Maqui- mos	13.135.552,30	Contas Correntes	60.535,60
Móveis e Utensílios e Automó- veis	159.246,90	Fornecedores Diversos	193.675,40
Disponível		Impostos a Pagar	162.000,00
Caixa	169.121,60	Obrigações a Pagar	372.638,40
Realizável		Diversas Contas	287.177,90
Estoque	2.511.738,30	Inexigível	16.907.212,70
Obrigações a Receber	1.200.426,10	Capital	7.000.000,00
Contas Correntes	5.327.702,30	Fundo de Reserva	445.921,90
Apólices e Ações	2.000,00	Fundo de Depreciação	9.161.320,80
Diversas Contas	7.500,00	Pendente	4.950.161,20
Pendente		Lucros e Perdas	4.939.202,70
Seguros Antecipados	119.918,70	Diversas Contas	10.958,50
Depósitos	195,00	Compensação	8.985.312,50
Compensação		Depósito da Diretoria	20.000,00
Ações em Caução	20.000,00	Obrigações Contratuais	156.600,00
Contratos de Algodão	156.600,00	Fios para Beneficiamento	177.089,60
Devedores Diversos	177.089,60	Credores Diversos	8.631.622,90
Máquinas Alugadas	172.850,20		
Algodão em Rama para Be- neficiamento	8.458.772,70		
	31.918.743,70		31.918.743,70

CONTAS DE LUCROS E PERDAS

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Apólice e Ações	158,40	Saldo de 1943	4.849.332,40
Aluguéis de Máquinas	9.422,20	Juros	35.986,50
Imposto de Renda	158.782,90	Eventuais	96.466,70
Dividendos	1.610.000,00	Fabricação	1.825.247,50
Fundo de Reserva	89.466,90		
Saldo para 1945	4.939.202,70		
	6.807.033,10		6.807.033,10

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — Dr. Cezar Proença, Diretor. — O. T. Cunningham, Diretor-gerente. — J. M. de Freitas, Contador. (Reg. n.º 43.945).

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Fiação do Rio de Janeiro, com sede à Rua Borboréma n.º 249 — Madureira — Distrito Federal, tendo examinado devidamente o balanço encerrado em 31 de dezembro de 1944 e seus anexos, declara ter encontrado tudo em perfeita ordem e regularidade e é de parecer que sejam aprovados pela Assembléia dos Senhores Acionistas e mais as contas e atos da Diretoria naquele exercício, autorizando-se a distribuição do dividendo proposto pela Diretoria em seu relatório.

Outrossim, é de parecer que a mesma assembléia ratifique a retirada da verba de Cr\$ 974.336,60 para o Fundo de Depreciação.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1945. — A. Gastão Bousquet. — Francisco Viana Lima. — Th. Whittam.
(N.º 6.082 — 17-1-45 — Cr\$ 275,40)

COMPANHIA INDUSTRIAL COMERCIAL E AGRICOLA

C. I. G. A.

Rua 1.º de Março n.º 6-9.º andar s/6 — End. teleg. "Oiti" — Rio
RELATÓRIO DA DIRETORIA RELATIVO AO ANO DE 1944

Sres. Acionistas:

De acordo com o dispositivo dos nossos Estatutos, cumprimos o dever de apresentar à vossa apreciação e aprovação o balanço geral e as contas do exercício de 1944. A falta de transportes muito dificultou a vida de nossa Companhia, que somente com grandes difi-

culdades conseguiu levar os seus produtos aos centros consumidores. Conseguimos entretanto trabalhar todo ano apesar da pequena safra de algodão que foi compensada pela abundância de caroço de algodão. Os resultados entretanto foram pequenos como demonstra o lucro de Cr\$ 250.851,40 que achamos prudente não distribuir e colocar em reserva para o ano próximo. Muito tem contribuído a nossa indústria para a melhoria das condições de vida no interior, principalmente no que diz ao rebanho do Estado com a distribuição de torta que veio amenizar o efeito das secas no sertão.

Aos gerentes, funcionários e operários, os nossos agradecimentos pelos serviços e colaboração durante este exercício.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1945. — Dr. R. O. de Castro Maya.
— Dr. Cesar de Melo e Cunha, Diretores.

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo			Passivo		
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
Imobilizado:			Não Exigível:		
Imóveis	658.545,70		Capital	4.000.000,00	
Maquinismos	1.369.198,20		Fundo de Reserva	191.997,20	
Móveis e Utensílios	99.442,90	2.127.186,80	Fundo de Depreciação	184.037,20	
			Lucros Suspensos	304.872,10	4.680.906,50
Disponível:			Exigível:		
Caixa	738,70		Bancos e Banqueiros	340.873,80	
Bancos e Banqueiros	5.584,90	6.323,60	Contas Assinadas	21.268,00	
			Contas Correntes	71.618,60	
Realizável a curto prazo:			Contas a Pagar	407.830,10	
Almoxarifado	1.038.043,70		Dividendos	280.000,00	
Contas Assinadas	1.061.119,70		Obrigações a Pagar	500.000,00	1.621.590,50
Contas Correntes	139.595,00				
Produtos Fabricados	1.233.868,30		Contas de Resultados Pendentes:		
Sacaria	118.299,60		Lucros e Perdas		250.851,40
Títulos de Renda	186.160,00		Compensação:		
Vasilhame	583.231,50	4.360.320,80	Caução da Diretoria	40.000,00	
			Títulos em Custódia	143.000,00	183.000,00
Compensação:			Diversas Contas		143.835,70
Ações caucionadas	40.000,00		TOTAL		6.880.184,10
Valores depositados	143.000,00	183.000,00			
Diversas Contas		203.352,90			
TOTAL		6.880.184,10			

Dr. R. O. de Castro Maya. — Dr. Cesar de Melo e Cunha, Diretores. — José Duarte Pinto, Contador Reg. n.º 32.027.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"
Em 30 de dezembro de 1944

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Gastos Gerais	1.452.077,20	Saldo do exercício anterior	443.183,30
Impostos	348.214,70		
Juros e Descontos	82.567,30	Produtos das operações sociais:	
Amortizações de Reserva e Fundos Especiais:		Exploração	2.123.500,90
Fundo de Reserva	22.159,20		
Fundo de Depreciação	44.318,40	Renda de Capitais não empregados nas operações sociais:	
		Renda de Títulos	8.022,40
Dividendos	280.000,00	TOTAL	2.574.706,60
Saldo da Bonificação de 1941	80.200,00		
Porcentagem aos Diretores	44.318,40		
Saldo para o exercício seguinte	250.851,40		
TOTAL	2.574.706,60		

Dr. R. O. de Castro Maya. — Dr. Cesar de Melo e Cunha, Diretores. — José Duarte Pinto, Contador Reg. n.º 32.027.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 7 dias do mês de março de 1945, reunidos na sede da Companhia Industrial Comercial e Agrícola, à Rua 1.º de Março n.º 6 — 9.º andar — sala n.º 6, os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados, declararam que, tendo examinado com toda a minuciosidade a escritura, Relatório da Diretoria, Balanço de 30 de dezembro, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referentes ao ano de 1944, e bem assim todos os documentos exigidos pela lei das Sociedades Anônimas e todos os atos da Diretoria praticados durante o referido ano, encontraram tudo na melhor ordem e são de opinião que os mesmos sejam aprovados pelos senhores acionistas.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1945. — Manoel Machado de Araujo. — T. C. Tinoco. — Bernardo Piquet Carneiro Filho.

G.014 — Dia: 1944-45 — Cr\$ 285,60 — 17-1-45)

CASA A. BARREIRO Y RAMOS S.A. (FILIAL)

LIVRAMENTO

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944.

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Ativo fixo:		Passivo não exigível:	
Maquinarias	122.683,10	Capital	331.500,00
Móveis e utensílios	11.466,80	Reserva para depreciação	65.701,90
Despesas de instalação	12.879,30	Fundo de reserva	13.988,90
Imóveis	54.600,80	Lucros e perdas	42.735,80
Acessórios	895,70		456.926,60
	202.525,70		
Ativo disponível:		Passivo exigível:	
Caixa	16.090,10	Contas correntes credores	20.330,40
Bancos	182.055,90	Contas a pagar	10.776,30
	198.246,00	Contribuição a L. B. A.	213,40
Ativo realizável:			31.320,10
Almoxarifado	56.133,80	Passivo de compensação:	
Contas correntes devedoras	18.386,00	Duplicatas em cobrança	17.316,00
Obrigações de Guerra	12.955,20	Depositantes de papel	24.241,30
	87.475,00		41.557,30
Ativo de compensação:			529.834,00
Banco da Província C/cobrança	17.316,00		
Papel em depósito	24.211,30		
	41.527,30		
	529.831,00		

DEMONSTRATIVO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 1944.

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
A Despesas de instalação	2.575,80	Saldo credor desta conta	1.924,50
A Reserva para depreciação	13.501,60	De impressos	324.863,40
A Ordenados	192.392,60	De Juros e descontos	4.242,80
A Aluguéis	9.020,00		
A Seguros	1.997,80		
A Impostos	5.274,50		
A Comissões	979,70		
A Estampilhas	5.729,40		
A Selos	51,60		
A Conta de Previdência	3.746,10		
A Contribuição Decreto-lei n.º 4.048	1.058,00		
A Despesas gerais	49.715,60		
A Fundo de reserva	2.249,20		
A Saldo que passa para o exercício seguinte	42.735,80		
	331.030,70		331.030,70

Livramento, 30 de dezembro de 1944. — P.p. "Casa A. Barreiro y Ramos" S. A. (Filial) José Maria Castro, Gerente.

(N.º 6.113 — 17-4-45 — Cr\$ 219,30)

EMPRESA INDUSTRIAL DE MELHORAMENTOS NO BRASIL S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas:

Em cumprimento à Lei e aos Estatutos, vimos apresentar o relatório da Diretoria, sintetizando as principais ocorrências sobre a nossa gestão no exercício findo em 31 de dezembro de 1944.

Os trabalhos das atividades sociais continuaram na mesma linha dos anos anteriores, e o resultado das operações comerciais permitiu manter sólida a situação financeira e econômica da Empresa, sem prejuízo do dividendo compensador ao capital dos acionistas.

Os trabalhos e obras de beneficiamento da área denominada Vila da Penha continuaram no mesmo ritmo com finalidade promissora, resultando uma maior procura dos terrenos, justificada pela real valorização conseguinte.

As terras que a Empresa possuía no Estado do Rio de Janeiro, sitas em Ilambi e Ilaborai foram vendidas, pois além de não produ-

zirem renda estavam sendo ano a ano gravadas com maiores despesas e impostos, necessitando ainda de custoso saneamento para serem exploradas de modo econômico. Dêsse modo, ouvimos o Conselho Fiscal e diante do parecer favorável resolvemos a dita venda.

Pareceu-nos oportuno, aplicar parte das nossas reservas em bens móveis e imóveis, desde que oferecessem emprego seguro e um justo rendimento. Nesse propósito nos desfizemos das apólices que receberíamos pela desapropriação do prédio da nossa antiga sede, adquirindo título de renda de colação firme e compramos o prédio sítio à Avenida Mem de Sá n.º 289.

Lembrando aos Srs. Acionistas que a próxima Assembléia Geral Ordinária deverá eleger Diretores para um novo período, conforme os estatutos, ficamos à sua disposição para quaisquer outros esclarecimentos que julgarem necessários e úteis à sua deliberação.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945. — *Socrates Mariani Bittencourt*, Diretor-presidente. — *Haroldo de Frontin Werneck*, Diretor-tesoureiro.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Disponível:		Não exigível:	
Caixa	18.239,30	Capital	1.000.000,00
Bancos	475.882,00	Fundo de reserva	707.762,30
		Fundo de depreciação	300.000,00
Realizável:			
Títulos de renda	567.412,80	Exigível a curto prazo:	
Letras a receber	363.332,10	Dividendos	79.371,00
Prestamistas	1.316.035,00	Exigível a longo prazo:	
Impostos a cobrar	41.418,60	Promessas de venda	2.027.330,00
Contas correntes	73.327,70	Contas correntes	616.856,60
		Obrigações a pagar	249.000,00
Imobilizado:		Resultado:	
Áreas loteadas	1.042.280,90	Lucros e perdas	220.685,20
Prédios e terrenos	749.242,40	Pendente:	
Móveis e utensílios	21.505,00	Recimbo do custo do terreno	91.165,40
Depósitos	145,00	Compensação:	
Beneficiamento das áreas loteadas	439.649,70	Comissões a vencer	255.241,00
		Caução da Diretoria	20.000,00
Pendente:			
Prestações recebidas	456.700,00		
Compensação:			
Comissões s/ vendas	255.241,00		
Ações caucionadas	20.000,00		
	5.510.411,50		5.510.411,50

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *Socrates Mariani Bittencourt*, Diretor-presidente. — *Haroldo de Frontin Werneck*, Diretor-tesoureiro. — *Francisco Campello Monteiro*, Contador, registrado no D.N.I.C. sob o n.º 41.534 e na D.E.C. sob o n.º 41.888.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS"

	Débito Cr\$	Crédito Cr\$
Saldo do exercício anterior		190.419,00
Lucro bruto das prestações		310.288,70
Lucros bruto na venda de terrenos		114.000,00
Lucro na venda de títulos		16.105,00
Renda de imóveis		30.150,00
Renda de títulos		31.694,50
Renda eventuais		52.477,50
Juros e descontos		56.755,60
Despesas gerais	167.157,10	
Conservação das áreas loteadas	33.236,20	
Custeio e conservação de imóveis	10.814,30	
Amortização do beneficiamento das áreas vendidas	163.800,00	
Indenização na rescisão de contratos	7.702,00	
Prejuízo na venda de títulos	18.715,00	
Seguros	2.997,80	
Comissões	76.782,70	
Dividendos	100.000,00	
Saldo	220.685,20	
	801.890,30	801.890,30

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *Socrates Mariani Bittencourt*, Diretor-presidente. — *Haroldo de Frontin Werneck*, Diretor-tesoureiro. — *Francisco Campello Monteiro*, Contador, registrado no D.N.I.C. sob o n.º 41.534 e na D.E.C. sob o n.º 41.888.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Estando perfeitamente em ordem os livros, documentos e o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1944, opinamos pela sua respectiva aprovação".

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945. — *Jorge de Toledo Dodsworth*, *José Valentin Dunham* e *Estanislau Luiz Bousquet*.

(N.º 6.000 — 17-4-45 — Cr\$ 334,60)

S.A. INDÚSTRIAS KHAIR

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS SRS. ACIONISTAS, A REALIZAR-SE EM 30 DE ABRIL DE 1945

Senhores acionistas:

Vimos cumprir determinações legais, apresentando ao vosso exame e julgamento os atos e contas da Diretoria, referentes ao ano de mil novecentos e quarenta e quatro. Os nossos trabalhos correram normalmente e o resultado po deis verificar pelo balanço e a demonstração da conta de lucros e perdas, juntos a este.

Em vista, pois, desse resultado, consultado o nosso digno Conselho Fiscal, submetemos à vossa deliberação a proposta de distribuição de um dividendo de Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) por ação.

Tendes de eleger os Diretores para o triênio de 1945 a 1948 e o Conselho Fiscal para o exercício de 1945, fixando para este o respectivo honorário.

Ficamos ao vosso inteiro dispôr para qualquer outra informação que precisardes.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1945. — *Katil José Khair*, Presidente. — *Ibrahim José Khair*, Diretor. — *Fouad José Khair*, Diretor.

BALANÇO REALIZADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Imobilizado:		Não Exigível:	
Imóveis	835.240,00	Capital	1.000.000,00
Móveis e Utensílios	23.451,00	Fundo Depreciação Maquinismos	866.482,60
Terrenos em Goiás	9.284,00	Fundo Amortização Devedores Duvidosos	310.357,50
Imóveis da Fábrica	309.371,00	Fundo de Reserva Legal	82.654,30
Maquinismos	987.352,80		2.259.494,40
	2.161.698,80		
Disponível:		Exigível a Curto Prazo:	
Caixa	7.125,10	Percentagem da Diretoria a Dividir	77.147,00
Realizável a Curto Prazo:		Títulos Descontados	271.513,50
Depósitos	22.765,30	Obrigações a Pagar	1.038.021,60
Apólices de São Paulo	3.780,00	Contas Correntes (credores)	1.189.302,00
Apólices de Minas Gerais	980,00		2.575.984,10
Obrigações de Guerra	26.222,40		
Matéria Prima	420.238,30	Contas de Resultado Pendente:	
Obrigações a Receber	21.750,70	Lucros a Distribuir	20.140,50
Manufaturas	314.261,50	Lucros & Perdas	717.637,40
Contas Correntes (devedores)	2.577.104,30		737.777,90
Aluguéis a Receber	11.340,00		
	3.101.432,50	Compensado:	
Compensado:		Ações Cauçionadas	80.000,00
Caução da Diretoria	80.000,00	Títulos em Caução	209.906,20
Bancos com caução	209.906,20		289.906,20
	289.906,20		5.863.162,60
	5.863.162,60		

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Katil José Khair*, Presidente. — *Nagib Youssef Khair*, Gerente. — *Ibrahim José Khair*, Diretor. — *Fouad José Khair*, Diretor. — *Raphael da Costa Faria*, Contador — Reg. no D.N.I.C. sob n.º 30.432 e no D.E.C. n. 774.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS & PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944.

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Despesas Gerais	159.991,00	Manufaturas	1.687.086,60
Impostos	329.725,10	Aluguéis	110.844,90
Juros	63.180,10		
Honorários	288.000,00		
Ordenados e Gratificações	68.798,80		
Contribuição I. A. P. Industriários	19.937,10		
Contribuição Serviço Aprendizagem	6.416,40		
Seguros	16.998,10		
Percentagem da Diretoria	47.507,00		
Fundo de Reserva Legal	39.868,80		
Fundo Depreciação Maquinismos	39.868,70		
Saldo credor da conta	717.637,40		
	1.797.928,50		1.797.928,50

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Katil José Khair*, Presidente. — *Nagib Youssef Khair*, Gerente. — *Ibrahim José Khair*, Diretor. — *Fouad José Khair*, Diretor. — *Raphael da Costa Faria*, Contador — Reg. no D.N.I.C. sob n.º 30.432 e no D.E.C. n. 774.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da S. A. Tecidos Indústrias Khair, no exercício de suas atribuições legais, examinaram minuciosamente as contas, balanço e demais documentos apresentados pela Diretoria, referentes ao ano de 1944, verificaram a sua exatidão. Assim, este Conselho é de opinião que sejam aprovados pelos senhores acionistas, as referidas contas, balanço e atos praticados pela Diretoria e bem assim estão de acordo com a proposta da Diretoria para distribuição de um dividendo de Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) por ação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945. — *Dr. Sebastião Moreira de Azevedo*. — *Dr. Ricardo José Antunes Junior*. — *Oscar Mar-
ques Filho*. (N.º 5.958 — 17-4-45 — Cr\$ 298,80)

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Sede em Lisboa — Fundado em 1864

Caixa do Tesouro e Emissor nas Colônias Portuguesas (Exceto Angola)

BALANCETE DAS DEPENDÊNCIAS NO BRASIL

(Rio de Janeiro — Filial e Sub-agência, São Paulo, Recife e Manaus)

Cartas patentes ns. 997, de 25-5-32, 933, 934, 935, 936 e 937, de 27-3-31

Em 28 do março de 1945

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Capital a realizar.....	—	Capital	9.000.000,00
Letras Descontadas	212.790.105,20	Fundo destinado ao aumento do capital no Brasil.	4.000.000,00
Letras a Receber por e/ própria do Exterior.....	—	Fundo de Reserva.....	3.544.285,90
Letras a Receber por e/ própria do Interior.....	—	Depósitos em c/e com juros.....	167.454.724,10
Letras a Receber de c/ alheia em cobrança (do Exterior)	14.970.130,70	Depósitos em c/e limitadas.....	222.233.763,10
Letras a Receber de c/ alheia em cobrança (do Interior)	237.328.761,20	Depósitos em c/e sem juros.....	19.188.884,70
Valores em Liquidação.....	—	Depósitos a prazo fixo.....	50.944.565,20
Empréstimos em cc/ Correntes.....	94.608.985,40	Depósitos em c/ de cobrança do Exterior.....	14.970.130,70
Valores Cauçionados	20.739.809,00	Depósitos em c/ de cobrança do Interior.....	237.328.761,20
Valores Depositados	114.479.397,00	Títulos em caução e em depósito.....	135.219.206,00
Caixa Matriz	27.245.385,60	Caixa Matriz	233.344,00
Agências e Filiais no Exterior.....	774.980,20	Agências e Filiais no Exterior.....	38.515.804,70
Agências e Filiais no Interior.....	47.882.562,40	Agências e Filiais no Interior.....	57.843.368,00
Correspondentes no Exterior.....	19.980.280,50	Correspondentes no Exterior.....	1.241.956,30
Correspondentes no Interior.....	9.937.325,10	Correspondentes no Interior.....	2.777.261,40
Títulos e fundos pertencentes ao Banco.....	26.544.103,80	Valores Hipotecários	1.254.669,70
Hipotecas	1.254.669,70	Letras a Pagar.....	514.012,70
Caixa:		Lucros e Perdas.....	—
Em moeda corrente no Banco	27.323.307,80	Diversas Contas	65.544.393,70
Em moeda ouro no Banco	—	Ordens de Pagamento.....	1.174.254,80
Em outras espécies no Banco	4.489,10		
No Tesouro Nacional.....	1.000.000,00		
Em depósito no Banco do Brasil	107.632.987,30		
Em outros Bancos.....	26.311.373,60		
	162.272.157,80		
Diversas contas	34.329.303,20		
Edifícios e Propriedades.....	7.845.436,70		
Total do Ativo.....	1.032.983.393,50	Total do Passivo.....	1.032.983.393,50

CASAS DE MADEIRA S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Em obediência às prescrições legais e de conformidade com o que determinam os estatutos desta sociedade, vimos submeter à vossa apreciação os atos praticados pela Diretoria durante o exercício encerrado em 30 de dezembro de 1944.

Em face da grande alta da madeira, com agravante da falta de transportes não pudemos dar maior incremento às nossas operações, tendo, entretanto, realizado algumas transações de vulto, com resultados compensadores.

O dividendo de vinte por cento (20%), que foi agora possível distribuir, representa, na realidade, o resultado de 1943 e 1944, uma vez que, com sua aquiescência, o resultado de 1943 foi, então, incorporado ao movimento de 1944.

Quanto às possibilidades futuras, são por demais conhecidas de VV. SS., e esta Diretoria está empenhada, com o melhor dos seus esforços, para que prossiga, apesar das circunstâncias desfavoráveis acima referidas, o movimento sempre crescente da sociedade.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1945. — Paulo Kastrup, diretor-presidente. — Heitor Kastrup, diretor-gerente.

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Disponível:		Não exigível:	
Caixa	8.294,00	Capital	200.000,00
Bancos e movimento	3.167,80	Lucros e perdas	9.866,40
	11.461,80	Fundo de reserva	3.449,80
		Depreciações	797,60
Realizável:			214.133,80
Acionistas	140.000,00	Exigível:	
Títulos a receber	278.632,80	Títulos a pagar	154.712,00
Estampilhas	16,70	Contas correntes	103.388,80
Materiais	65.714,20	Diversos credores	489,20
	481.363,70	Reserva p/Imp. Renda	4.556,10
Imobilizado:		Títulos descontados	50.000,00
Cauções	1.000,00	Dividendos	40.000,00
Móveis e utensílios	4.837,70		353.116,10
Imóveis	65.296,70	Compensado:	
Obrigações de Guerra	300,00	Cauções da Diretoria	10.000,00
	71.434,10	Títulos em cobrança	19.136,00
Compensado:			29.136,00
Ações caucionadas	10.000,00		596.395,90
Bancos e cobrança	19.136,00		
	29.136,00		
	596.395,90		

LUCROS E PERDAS — DEMONSTRAÇÃO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
A gastos diversos	33.628,30	Saldo de 1943	318,70
A ordenados	4.009,50	De juros	1.161,30
A alugueis	4.350,00	De materiais	99.625,00
A descontos	1.847,10		
A fundo de reserva	2.847,60		
A reserva p/impôsto de renda	4.556,10		
A dividendos	40.000,00		
Saldo para 1945	9.866,40		
	101.105,00		101.105,00

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1945. — Paulo Kastrup, presidente. — Heitor Kastrup, gerente. — Fernando Carlos Doria, contador n.º 40.829.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de Casas de Madeira S. A., examinaram os livros, balanço e constas relativos ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944, tendo constatado estar tudo em ordem e em exata correspondência com os resultados apresentados, são de parecer que o balanço e contas sejam aprovados pelos Srs. acionistas.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1945. — Alberto Pucheu. — Sylvio Francisco dos Santos. — Francisco Driendl.

COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO PAULO E RIO

Relatório a ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 27 de abril de 1945

Senhores acionistas:

De acordo com o que determinam os nossos Estatutos e as disposições legais, vimos submeter à vossa apreciação o Balanço e contas referentes ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944.

Os resultados obtidos neste exercício demonstram a boa aceitação que os nossos produtos têm tido no mercado consumidor, o que compensa os esforços que temos desenvolvido para melhorarmos as nossas instalações. Nesse sentido, e de acordo com as deliberações da assembléia geral de 30 de novembro p.p. que aumentou o capital social para

Cr\$ 40.000.000,00, providenciamos imediatamente a aquisição de novos maquinismos que, no próximo ano, já entrarão em atividade, dentro do programa de modernização da nossa indústria.

No ano findo terminamos a construção do refeitório para os nossos operários, tendo sido iniciada ainda a construção de uma creche que ficará terminada nos próximos meses.

Lembramos aos senhores acionistas que nesta assembléia devem eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e suplentes para o novo exercício.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1945. — A. Monteiro de Carvalho Filho. — Joaquim Monteiro de Carvalho. — Mario Simonsen. — Domingos Jansen S. da Costa.

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944**Ativo**

	Cr\$	Cr\$
Imobilizado:		
Fábricas	11.796.785,40	
Móveis e Utensílios	19.330,20	
Acionistas	18.000.000,00	
Automóveis	150.500,00	29.966.615,60
Disponível:		
Caixa		109.586,80
Realizável a Curto Prazo:		
Obrigações de Guerra	228.453,10	
Ações da Cia. Predial S. Paulo e Rio ..	5.000,00	
Contas Correntes	17.865.221,10	
Duplicatas a Receber	804.221,70	
Ambulatório	1,00	
Almoxarifado	896.421,00	
Mercadorias	1.749.654,20	
Matérias Primas	1.545.439,40	
Material Refratário	1.263.539,00	
Combustíveis	641.838,20	
Lubrificantes	22.486,00	
Embalagens	162.656,50	
Selos e Estampilhas	35.947,40	
Cauções	12.391,50	25.233.270,10
Contas de Compensação:		
Ações Caucionadas	100.000,00	
Dev. p/Títulos à Cobrança	475.616,90	575.616,90
		55.885.089,40

Passivo

	Cr\$	Cr\$
Não Exigível:		
Capital	40.000.000,00	
Fundo de Reserva	2.421.717,20	
Fundo p/Dep. de Maquinismos	2.370.587,40	44.792.304,60
Exigível a Curto Prazo:		
Contas Correntes	4.406.371,20	
Duplicatas a Pagar	8.837,50	
Títulos a Pagar	101.959,20	
Dividendos	4.000.000,00	
Bonificações	2.000.000,00	10.517.167,90
Contas de Compensação:		
Caução da Diretoria	100.000,00	
Títulos à Cobrança	475.616,90	575.616,90
		55.885.089,40

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944 — A. Monteiro de Carvalho Filho. — Joaquim Monteiro de Carvalho. — Mario Simonsen. — Domingos Jansen S. da Costa, Diretores. — Carlos da Costa Pereira, Chefe da Contabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944**Débito**

	Cr\$
Despesas Gerais	1.175.717,60
Ordenados	367.875,80
Impostos e Licenças	422.997,10
Seguros	68.049,40
Juros, Descontos e Comissões	12.967,30
Fundo, p/Dep. de Maquinismos	1.000.000,00
Fundo de Reserva	416.027,00
Bonificações	2.000.000,00
Dividendos	4.000.000,00
	9.463.634,20

Crédito

	Cr\$
Aluguéis	240,00
Dividendos	552,00
Mercadoria	9.063.502,40
Materiais	281.873,10
Rendas Eventuais	117.167,00
	9.463.634,20

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944 — A. Monteiro de Carvalho Filho. — Joaquim Monteiro de Carvalho. — Mario Simonsen. — Domingos Jansen S. da Costa, Diretores. — Carlos da Costa Pereira, Chefe da Contabilidade.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Industrial São Paulo e Rio, tendo examinado o relatório, balanço e contas da Diretoria relativos ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944, assim como os respectivos livros e documentos, encontraram tudo

na mais perfeita ordem e exatidão, sendo do parecer de que os mesmos, assim como os atos administrativos do referido exercício sejam aprovados pelos senhores acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1945. — Edgard Montauray Pimenta — Alfredo Egydio de Souza Aranha. — Octavio Souza Dantas.

(N.º 6.187—Dia 8-4-45—Cr\$ 255,00).

LIB SOCIEDADE ANÔNIMA

RELATÓRIO A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 30 DE ABRIL DE 1945

Senhores Acionistas:

Temos o prazer de apresentar-vos o Balanço e Contas relativas ao exercício de 1944, que bem demonstram o impulso que a Sociedade vai tomando. Consideramos este ano que passou, um período decisivo para a nossa firma; concluímos acordos com Laboratórios no estrangeiro, que nos trarão enormes benefícios científicos e financeiros. Estamos em vias de lançamento de vários novos produtos de alto valor científico. O nosso nível de vendas se elevou bastante,

fazendo prever em futuro próximo, um movimento bastante compensador.

Criamos mais cinco novas Agências nos Estados: do Pará, do Amazonas, de Pernambuco, de Bahia e Alagoas.

Sendo o que se refere, ficamos ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para quaisquer informações ou esclarecimentos que possam desejar.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1945. — *Ewaldo Sousa Alves*, Diretor Presidente. — *Nelson de Souza Alves*, Diretor Gerente.Reconheço as firmas, *Ewaldo Sousa Alves* e *Nelson de Souza Alves*. — Rio de Janeiro, 17 de abril de 1945. — Em testemunho (sinal público da verdade). — *Antonio Assunção*.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

A t i v o			P a s s i v o		
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
Imobilizado:			Não exigível:		
Fundo de Comércio	256.541,10		Capital	160.000,00	
Móveis e Utensílios	750,00		Lucros e Perdas	19.232,60	179.232,60
Depósitos	470,00	257.761,10			
Realizável:			Exigível:		
Contas Assinadas a Rec.	162.698,20		Títulos Descontados	250.000,00	
Contas Correntes	280.850,00		Contas Correntes	643.814,50	
Mercadorias	361.510,90	805.039,10	Inst. dos Industriários	2.074,30	895.918,80
Disponível:			Contas de Compensação:		
Caixa		12.301,20	Caução da Diretoria	3.000,00	
Contas de Compensação:			Títulos em Cobrança	148.460,20	151.460,20
Atos em Caução	3.000,00				
Cobranças em Banco	148.460,20	151.460,20			
		1.226.611,60			1.226.611,60

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *Ewaldo Sousa Alves*, Diretor Presidente. — *Nelson de Souza Alves*, Diretor Gerente. —*Joyne Melo dos Santos* — D.E.C. — 7.741.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS", REFERENTE AO BALANÇO GERAL, REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1945

D é b i t o		C r é d i t o	
	Cr\$		Cr\$
Dvidores duvidosos	11.805,40	Saldo do exercício anterior	16.448,35
Comissões	20.495,20		
Despesas Gerais	49.268,90	Mercadorias	390.902,00
Despesas Bancárias	9.954,30		
Luz, Gás e Telefone	6.147,30		
Aluguéis	9.500,00		
Estampilhas	1.423,70		
Embalagens	8.071,80		
Ordenados	74.225,40		
Impostos	9.151,60		
Selos de consumo	30.754,00		
Estampilhas mercantis	7.670,00		
Fretes e carretos	19.262,20		
Juros e descontos	16.330,30		
Despesas de viagens	6.268,50		
Propaganda	79.530,70		
Seguros	2.456,00		
Gratificações	3.272,20		
Portes de correio	91,00		
Honorários	21.500,00		
Material para laboratório	128,00		
Saldo que passa p/exerc. de 1945	19.232,65		
	406.540,35		406.540,35

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *Ewaldo Sousa Alves*, Diretor Presidente. — *Nelson de Souza Alves*, Diretor Gerente. —*Joyne Melo dos Santos* — D.E.C. — 7.741.Reconheço as firmas *Ewaldo Sousa Alves* e *Nelson de Souza Alves*. — Rio de Janeiro, 17 de abril de 1945. — Em testemunho (sinal público da verdade). — *Antonio Assunção*.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da LIB Sociedade Anônima, tendo acompanhado todos os trabalhos da Sociedade, e, tendo pleno conhecimento dos negócios da mesma, após examinarem os Livros, Balanços e Contas relativas ao exercício de 1944 e tendo encontrado tudo na devida ordem, são de parecer que as mesmas devem ser aprovadas.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1945. — *José Peres Voigt*. — *Ney Marques de Souza Zielinsky*. — *Lino Cunha*.

(N.º 6.003 — 17-4-45 — Cr\$ 296,80)

COMPANHIA AMERICANA DE ARTEFATOS DE BORRACHA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. acionistas:

Cumprindo determinações legais e estatutárias vimos submeter à apreciação dos Srs. acionistas, resumido no balanço e demonstração da conta de Lucros e Perdas, abaixo publicados com parecer favorável do Conselho Fiscal, o resultado das operações efetuadas nos primeiros seis meses de existência da nossa Companhia:

Esclarecendo que somente em novembro p. passado iniciamos a venda dos nossos produtos, permanecemos à disposição dos Srs. acionistas na sede social, para quaisquer informações que julguem necessárias e lembramos que a Assembléa terá de eleger o Conselho Fiscal e suplentes, para o exercício de 1945.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1945. — *Milton Fontenelle de Araujo*, Presidente; *Jayme Martins Sampaio*, Gerente; *Frederico S. Vieira de Lemos*, Técnico.

Cia. Americana de Artefatos de Borracha. — *Jayme Martins Sampaio*, Diretor.

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo

Imobilizado:		
Imóveis	164.102,20	
Máquinas e Motores	293.540,00	
Ferramentas e Acessórios	17.675,00	
Instalações	78.198,60	
Móveis e Utensílios	21.490,00	
Gastos de Organização	16.196,60	
Marcas e Patentes	10.000,00	437.100,20
Disponível:		
Caixa		2.753,90
Realizável:		
Contas a Receber	5.243,40	
Materiais Fabricados	89.106,50	
Materia Prima	88.453,80	182.803,70
Compensação:		
Agões em Caução		30.000,00
		816.760,00

Passivo

Inexigível:		
Capital	500.000,00	
Fundo de Reserva	1.232,60	501.232,60
Exigível:		
Contas correntes		285.527,40
Compensação:		
Caução da Diretoria		30.000,00
		816.760,00

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Milton Fontenelle Araujo*, Presidente; *Jayme Martins Sampaio*, Gerente; *Frederico S. Vieira de Lemos*, Técnico; *J. M. Sampaio*, Contador, Registro M.E.S. 8.874, D.N.I.C. 31.522.

Cia. Americana de Artefatos de Borracha. — *J. M. Sampaio*, Contador, Registro M.E.S. 8.874; *Jayme Martins Sampaio*, Diretor.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS"

EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

	Débito	Crédito
de Produção		60.986,40
a Honorários	35.000,00	
Salários	11.723,00	
Transportes	8.053,50	
Despesas gerais	1.300,60	
Impostos	1.874,70	
Propaganda	1.280,00	
Comissões	400,30	
Descontos	121,70	
Fundo de Reserva	1.232,60	
	60.986,40	60.986,40

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Milton Fontenelle Araujo*, Presidente; *Jayme Martins Sampaio*, Gerente; *Frederico S. Vieira de Lemos*, Técnico; *J. M. Sampaio*, Contador, Registro M.E.S. 8.874, D.N.I.C. 31.522.

Cia. Americana de Artefatos de Borracha. — *J. M. Sampaio*, Registro, M.E.S. 8.874; *Jayme Martins Sampaio*, Diretor.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Americana de Artefatos de Borracha, abaixo assinados, no exercício de suas funções legais, examinaram detidamente as contas, balanço, conta de "Lucros e Perdas" e escrituração das operações realizadas pela Companhia no exercício encerrado em 30 de dezembro de 1944, e, tendo encontrado

tudo na mais perfeita ordem, são de parecer que esses documentos, e todos os atos praticados pela Diretoria naquele exercício, merecem a aprovação da Assembléa.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1945. — *Anezio Pinto Ferraz* — *Dr. Hernane Pequeno Genú* — *Luiz Paulo Bagueira Bandeira*.

Cia. Americana de Artefatos de Borracha. — *Jayme Martins Sampaio*, Diretor.

(N.º 6.201 — 18-4-45 — Cr\$ 214,80)

BANCO MAUÁ S.A.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

D. N. I. C.

Divisão do Registro do Comércio

CERTIDÃO

Certifico que o Banco Mauá S. A. arquivou nesta Divisão, sob o n.º 863, por despacho de 17 de abril de 1945, as folhas do *Diário Oficial* de 10 de abril de 1945, com a publicação da certidão expedida pela Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, comprobatória da aprovação do aumento do capital de Cr\$ 3.000.000,00 para Cr\$ 10.000.000,00, deliberado e aprovado pelas assembléas extraordinárias, de 23 de novembro de 1943 e 30 de junho de 1944, do que dou fé.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Divisão do Registro do Comércio em 17 de abril de 1945. — Eu, *Carmen Cruz*, auxiliar de escritório IX, escrevi, conferi e assino. — *Carmen Cruz* — Eu, *Renato Adolpho Penna Barros*, pelo Chefe da S. R. E., a subcrevo e assino. — *R. A. Penna Barros*.

(Selada com Cr\$ 4,40).

(Proc. n.º 6.377-45).

(N.º 6.106—17-4-45—Cr\$ 30,00).

COMPANHIA CARBONÍFERA URUSSANGA S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

As anomalias decorrentes da requisição da totalidade de nossa produção de carvão persistem, de modo que teríamos que reeditar o que já informamos os Srs. acionistas em nosso relatório referente aos trabalhos de 1943.

Apesar de nossas reiteradas reclamações e apêlos a todas as entidades que supervisionam os negócios de carvão, continua a prática nefasta da mistura de nossos carvões lavados e beneficiados com carvões brutos de outras procedências nos portos de embarque.

Como sabeis, os nossos carvões lavados alcançaram renome e a preferência dos consumidores pelo seu relativamente baixo teor em cinzas e elevado poder calorífico.

As operações de lavagem cuja finalidade é expurgar determinado excesso de piritas e matérias inertes, reduzem de 30 % o volume de nossa produção bruta, mas valorizam o produto final em proporção maior.

Todo esse trabalho, todo esse sacrifício na redução da produção resultam inoperantes em face da mistura com outros carvões brutos.

O poder calorífico de nosso carvão lavado atingiu a média, durante vários anos, acima de 6.000 calorías-quilo, ao passo que esse mesmo carvão, em consequência das misturas apenas alcançou, em média, 5.516 calorías-quilo, em análises feitas em base úmida porquanto nenhum laboratório oficial tem obedecido às prescrições legais, que mandam que essas análises sejam procedidas em base seca, com umidade reduzida a zero.

Bem podeis avaliar o prejuízo que decorre desse estado de coisas, porém, mau grado tantos embaraços que inutilizam os nossos esforços, continuamos a melhorar o nosso aparelhamento de lavra e de transportes industriais e estamos adquirindo dos E.E. U.U. mais um grupo de locomotivas elétricas, compressores e perfuratrizes, etc.

Os trabalhos propriamente de extração e beneficiamento correram com normalidade e aproveitamos o ensejo para agradecer a leal colaboração de todos os chefes, empregados e operários.

Na parte relativa aos transportes ferroviários, somente temos louvores ao modo eficaz por que tem sido dirigida a E. F. D. T. — *res Cristina* e os transportes marítimos também melhoraram consideravelmente.

Deveis eleger novos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, e continuamos a vosso dispor para todos os demais informes que desejardes.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1945. — *Gastão de Azevedo Villela*. — *J. Junqueira Botelho*. — *Jacy Ribeiro Junqueira*.

BALANÇO GERAL — PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 1944

Ativo			Passivo		
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
<i>Imobilizado:</i>			<i>Não exigível:</i>		
Biblioteca	10.418,98		Capital	10.000.000,00	
Material Fixo e Rodante	580.972,84		Fundo de Reserva Especial	467.000,00	10.467.000,00
Máquinas de Lavagem	522.080,64		<i>Exigível a Longo Prazo:</i>		
Móveis & Utensílios	32.987,63		Obrigações a Pagar	7.300.000,00	
Usina de Fôrça	565.662,01		Correntistas em Rio Deserto	119.954,74	
Oficinas	55.826,68		Contas Correntes	1.005.610,74	8.425.565,48
Bens de Raiz	415.684,16		<i>Conta de Compensação:</i>		
Laboratórios — e Aparelhos ...	6.455,89		Caução da Diretoria		60.000,00
Semóventes	5.366,50		<i>Exigível a Curto Prazo:</i>		
Serraria	26.013,45		Fôlhas a Pagar	62.780,80	
Despesas de Instalação	707.879,70		Conta de Previdência — c/Arrecadação	19.702,00	
Máquinas de Mineração	60.446,39		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	7.422,00	
Instrumentos Técnicos	11.506,70		Contas Correntes	27.928,49	117.833,29
Edifícios	170.421,60				
Imóveis	10.862,30				
Instalação Telefônica	8.199,19				
Via Férrea Elétrica	399.947,02				
Cabo Aéreo	396.913,53				
Estação de Escolha	90.034,67				
Sonda Rotativa	54.339,10				
Carvão Medido	4.285.534,62				
Plantação de Eucaliptus	129.926,73				
Contratos & Concessões	4.247.000,00				
Vila Operária	472.949,30	12.967.429,33			
<i>Contas de Resultado Pendente:</i>					
Lucros & Perdas	3.248.355,59				
Estrada em Construção	118.585,30				
Empréstimo Hipotecário	3.781,86				
Adiantamento de Salários	253,10				
Descontos em Litígio	205.611,10	3.576.586,95			
<i>Conta de Compensação:</i>					
Cauções		60.000,00			
<i>Contas Transitórias:</i>					
Seguro Contra Fogo	6.481,60				
Materiais a Importar	132.223,40				
Seguro Contra Acidentes do Trabalho	4.978,20	143.683,20			
<i>Realizável a Curto Prazo:</i>					
Ações da Companhia Siderúrgica Nacional	100.000,00				
Títulos	8.000,00				
Almoxarifado	631.651,13				
Títulos de Capitalização	15.476,80				
Obrigações de Guerra	14.900,00				
Carvão	421.594,39				
Contas Correntes	993.144,94	2.184.767,26			
<i>Realizável a longo prazo:</i>					
Contas Correntes		103.054,48			
<i>Disponível:</i>					
Caixa — Rio	12.890,35				
Caixa — Rio Deserto	19.277,90				
Contas Correntes	2.709,00	34.877,25			
		19.070.398,77			19.070.398,77

BALANÇO GERAL — PERÍODO DE 1 DE JULHO A 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Imobilizado:		Não exigível:	
Máquinas de Lavagem	522.080,64	Capital	10.000.000,00
Móveis e Utensílios	39.416,33	Fundo de Reserva Especial	467.000,00
Usina de Força	565.662,01		10.467.000,00
Oficinas	55.826,68	Exigível a Longo Prazo:	
Instrumentos Técnicos	11.551,70	Obrigações a Pagar	7.300.000,00
Bens de Raiz	115.684,16	Correntistas em Rio Deserto	152.717,84
Laboratório — c/Aparelhos	6.455,89	Contas Correntes	1.277.151,10
Semoventes	6.312,50		8.729.868,94
Serraria	26.013,45	Conta de Compensação:	
Despesas de Instalação	708.034,19	Caução da Diretoria	60.000,00
Máquinas de Mineração	60.446,39	Exigível a Curto Prazo:	
Imóveis	10.862,30	Folhas a Pagar	62.515,00
Instalação Telefônica	8.334,43	Cota de Previdência — c/Arrecadação	28.083,90
Via Férrea Elétrica	402.957,85	Contas Correntes	95.619,20
Cabo Aéreo	396.913,53		186.213,10
Estação de Escolha	90.034,67		
Sonda Rotativa	54.339,10		
Carvão Medido	4.271.109,08		
Plantação de Eucaliptus	131.473,43		
Contratos & Concessões	2.247.000,00		
Vila Operária	492.081,87		
Edifícios	221.243,79		
Material Fixo e Rodante	635.422,22		
Biblioteca	12.841,98		
	13.092.098,10		
Realizável a Curto Prazo:			
Ações da Companhia Siderúrgica Nacional	100.000,00		
Títulos	8.000,00		
Almoxarifado	943.317,77		
Títulos de Capitalização	17.516,80		
Obrigações de Guerra	14.900,00		
Contas Correntes	564.377,80		
Carvão	376.636,30		
	2.024.748,67		
Conta de Compensação:			
Cauções	60.000,00		
Contas Transitórias:			
Seguro Contra Fogo	11.322,26		
Seguro Contra Acidentes do Trabalho	52.793,80		
	64.116,00		
Realizável a longo prazo:			
Contas Correntes	225.651,10		
Disponível:			
Caixa — Rio	8.090,05		
Caixa — Rio Deserto	33.702,60		
Contas Correntes	2.079,90		
	43.872,55		
Contas de Resultado Pendente:			
Estrada em Construção	118.585,30		
Empréstimo Hipotecário	3.781,68		
Lucros & Perdas	3.204.596,37		
Desconto em Litígio	545.637,00		
	3.932.600,53		
	19.443.087,04		19.443.087,04

Rio 12 Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — Gastão de Azevedo Villela, Diretor-Presidente. — J. Junqueira Botelho, Diretor-Gerente.
— Jacy Ribeiro Junqueira, Diretor-Secretário. — Paulo Alves Peixoto, Contador — Reg. Dec. n.º 10.239 e DNIC n.º 33.017.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS & PERDAS" REFERENTE AO ANO DE 1944

Primeiro Semestre — 1 de janeiro a 30 de junho

	Débito	Crédito
Saldo de 1943	2.833.158,06	
Seguro Contra Fogo	6.481,50	
Aluguéis	11.220,00	
Comissões	3.251,30	
Conserva de Estrada	5.623,50	
Fretes & Despesas	16.325,10	
Máquinas de Lavagem — c/Exploração	19.370,58	
Vila Operária — c/Aluguéis	2.667,81	
Culturas	2.447,83	
Despesas de Sondagem	3.430,07	
Carvão Medido	12.853,63	
Juros & Descontos	385.559,00	
Seguro Marítimo	17.833,60	
Imposto Sindical	1.086,90	
Serraria — c/Exploração	2.897,55	
Exploração de Carvão	817.619,59	
Contribuição & Impostos	27.888,40	
Beneficiamento	20.267,89	
Honorários da Diretoria	81.000,00	
Seguro Contra Acidentes do Trabalho	29.869,30	
Despesas Gerais — Rio	73.563,80	
Despesas Gerais — Mina	38.705,50	
Diferença e Descontos de Carvão	3.158,80	
Fretes Ferroviários	146.510,00	
Carga e Descarga de Carvão	181.952,20	
Taxa do Decreto-lei n.º 2.627	25.502,00	
Honorários do Conselho Fiscal	3.700,00	
Oficina Mecânica — c/Consertos		2.077,98
Vendas Eventuais		5.070,50
Carvão		1.507.603,81
Fretes Marítimos		5.958,40
Avarias & Indenizações		309,70
Imóveis — c/Aluguéis		470,00
Títulos de Capitalização		4.097,80
Saldo para o 2.º Semestre		3.248.355,59
	4.773.943,81	4.773.943,81

Segundo Semestre — 1 de julho a 30 de dezembro

	Débito	Crédito
Seguro Contra Fogo	6.481,60	
Aluguéis	11.220,00	
Comissões	3.187,50	
Conserva de Estrada	6.196,60	
Fretes & Despesas	18.466,36	
Máquinas de Lavagem — c/Exploração	33.148,10	
Vila Operária — c/Aluguéis	1.799,42	
Culturas	2.968,50	
Despesas de Sondagem	3.462,06	
Carvão Medido	14.425,54	
Juros & Descontos	383.809,40	
Seguro Marítimo	489,20	
Serraria — c/Exploração	3.376,10	
Exploração de Carvão	861.561,37	
Contribuições & Impostos	35.206,15	
Beneficiamento	12.689,76	
Honorários da Diretoria	81.000,00	
Seguro Contra Acidentes do Trabalho	37.709,80	
Despesas Gerais — Rio	71.459,63	
Despesas Gerais — Mina	32.528,70	
Diferença e Descontos de Carvão	35.672,40	
Fretes Ferroviários	158.716,80	
Carga e Descarga de Carvão	101.138,00	
Taxa do Decreto-lei n.º 2.627	22.297,50	
Honorários do Conselho Fiscal	1.100,00	
Royalty	21.982,60	
Vendas Eventuais		1.570,10
Carvão		1.915.869,77
Imóveis — c/Aluguéis		980,00
Oficina Mecânica — c/Consertos		390,44
Avarias & Indenizações		42,00
Saldo do 1.º Semestre deste ano	3.248.355,59	
Saldo para o ano de 1945		3.264.596,37
	5.213.448,68	5.213.448,68

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Gastão de Azevedo Villela*, Diretor-Presidente. — *J. J. Junqueira Botelho*, Diretor-Gerente.
— *Jacy Ribeiro Junqueira*, Diretor-Secretário. — *Paulo Alves Peixoto*, Contador — Reg. n.º 10.239 — DEC. e n.º 33.017 DNIC.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Carbonífera de Urussanga, tendo, de acordo com suas atribuições legais, examinado minuciosamente as contas, livros, balancetes, anexos, e demais documentos, relativos aos 1.º e 2.º semestres do ano de 1944, acharam a escrituração de acordo com os respectivos documentos, pelo que são de parecer que sejam aprovados as contas, balanços e todos os atos da Diretoria, referentes ao ano de 1944.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1945. — *Fidelis Botelho Junqueira*. — *Maria do Carmo Pacheco Leão*. — *Luiz Gomes de Almeida*.
(N.º 6.096 — 17-4-45 — Cr\$ 816,00).

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas:

Conforme as disposições estatutárias, temos o prazer de submeter aos Senhores Acionistas o nosso relatório, balanço e conta de lucros e perdas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1944.

Algumas das novas representações que conseguimos e que já haviam sido referidas no nosso relatório anterior, continuaram a nos trazer os esperados lucros, que foram assim reforçar aqueles obtidos com as demais representações e agências com as quais vínhamos trabalhando já há muitos anos. Sem embargo do que dissemos, as importações de algumas mercadorias continuaram bastante difíceis. Algumas delas são de tamanha necessidade para a economia nacional, que foram criadas cotas de importação durante o ano de 1944; mas, por demora nas fontes de manufatura não chegaram em tempo de poder contribuir nos resultados obtidos.

Tais importações, que estão agora chegando e em maior quantidade, refletirão de modo acentuado no presente exercício financeiro, pois que se trata de material com licença especial de importação assegurada.

Como resultado de uma viagem de negócios aos Estados Unidos, em visita à maioria dos nossos representados, surgiu o sucesso em obtermos peças sobressalentes para maquinária, as quais nos sentimos felizes em poder entregar à nossa freguesia, satisfazendo, assim, ao menos em parte, esta grave necessidade.

Tivemos que adquirir uma elevada quantidade de "Certificados de Equipamento", cumprindo a lei de Lucros Extraordinários, e esperamos que, dentro em breve, possamos tomar uma decisão sobre o uso a ser dado a tais certificados.

Com a continuação da guerra, muitos dos materiais necessários às nossas especialidades de representação, são de obtenção difícil, sendo mesmo de todo impossível e assim é que uma resolução sobre

a nossa expansão comercial terá de ser prorrogada até que as hostilidades na Europa hajam terminado.

Com os resultados obtidos, no exercício em causa, justifica-se a distribuição de um dividendo de Cr\$ 50,00 por ação, se bem que podemos desde já ver claramente a necessidade de reservar todos os nossos recursos financeiros para o momento em que as importações de mercadorias manufaturadas que representamos, comecem a ser facilitadas e em maiores quantidades, mercadorias essas que, como é sabido, não eram obtidas nos anos passados, embora de vital importância para a vida nacional e para a expansão da nossa indústria.

Durante o exercício a que nos vimos referindo, tivemos o maior movimento de vapores já experimentado desde há muitos anos. Tal movimento foi predominante no porto do Rio de Janeiro, secundando-o de Santos; outros portos do país também estiveram empenhados nos serviços da navegação Brasil-Estados Unidos, sob nosso controle.

Ainda neste ano, tivemos o prazer de ser escolhidos para agentes de outras companhias de navegação.

O nosso movimento em seguros marítimos, terrestres e de fogo foi bastante compensador, tendo aumentado satisfatoriamente o número de apólices emitidas para as nossas representadas.

Ainda mais uma vez e ao encerrar este relatório, cumprimos o grato dever de agradecer de público aos nossos funcionários pelo desempenho de seus cargos e interesse demonstrado pelo futuro da Companhia, o que está espelhado no resultado obtido em 1944.

Durante o exercício em causa, foram lavrados dois termos de transferência de ações.

Aos Senhores Acionistas teremos o prazer de fornecer maiores detalhes se assim os desejarem, cumprindo-nos ainda declarar que de acordo com a lei e na forma dos Estatutos, a Assembléia determinará quem serão os novos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para o exercício de 1945, fixando a remuneração para os primeiros.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1945. — *Harry F. Covington*, Diretor Presidente. — *Florêncio de Abreu Schilling*, Diretor Gerente.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DO ANO DE 1944

Débitos		Créditos	
	Cr\$		Cr\$
Despesas Gerais da Matriz e suas Filiais de Santos e São Paulo (incluindo ordenados salários e despesas diversas)	5.106.281,70	Renda total da Matriz e suas Filiais de Santos e São Paulo	10.449.527,70
Bônus aos Empregados da Matriz e suas Filiais de Santos e São Paulo	504.720,00		
Saldo líquido a distribuir	4.838.526,00		
	10.449.527,70		10.449.527,70
Dividendos a pagar:		Saldo líquido a distribuir	4.838.526,00
de 22.500 ações ordinárias a Cr\$ 50,00 por ação ..	1.125.000,00	Saldo a distribuir de lucros anteriores	866.653,70
A Fundo de reserva	241.000,00		
A Fundo de reserva suplementar	1.300.000,00		
A Fundo para contas duvidosas	100.000,00		
A Fundo para depreciação de Móveis & Utensílios ..	50.000,00		
A Fundo para depreciação da Fábrica de S. Paulo ..	50.000,00		
A Fundo de previsão para leis sociais	200.000,00		
A Fundo de previsão para depreciação de sobressalentes p/autos obsoletos	200.000,00		
A Fundo de previsão para contingências em geral ..	1.000.000,00		
A Percentagem do Incorporador — 5 % sobre	Cr\$ 4.838.526,00		
	241.926,30		
A Gratificação estatutária — 14 % sobre	Cr\$ 4.838.526,00		
	677.393,60		
Saldo disponível que passa ao exercício seguinte ..	519.859,80		
	5.705.179,70		5.705.179,70

Harry F. Covington, Diretor Presidente. — *Florêncio de Abreu Schilling*, Diretor Gerente. — *Ricardo Bevilacqua*, Contador, Registrado s/ n.º 34.325.

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
<i>Imobilizado</i>	1.353.770,00	<i>Não exigível</i>	14.790.818,50
Móveis e utensílios e veículos	520.362,90	Capital	4.500.000,00
Garagem	672.068,10	22.500 ações ordinárias de Cr\$	
Almoxarifado	6.184,50	200,00 cada	10.290.818,50
Papelaria	49.012,40	Reservas	
Fábrica	106.142,10	Fundo de reserva	1.930.000,00
		Fundo de reserva	
		suplementar ...	2.920.561,50
		Fundo para con-	
		tas duvidosas ..	692.574,80
<i>Disponível</i>	4.714.090,60	Fundo para de-	
Caixa	244.975,70	prec. móveis e	
Bancos	4.469.114,90	utensílios	497.929,70
		Fundo de previ-	
<i>Realizável a curto prazo</i>	4.178.037,00	são p/leis so-	
Títulos diversos	383.450,40	ciais	700.000,00
Duplicatas a receber	1.413.899,50	Fundo p/ deprec.	
Contas correntes	1.992.157,40	edifício n/ ga-	
Contas a receber	379.645,20	rage no Rio ...	450.000,00
Vendas a vista	6.702,00	Fundo de previ-	
Juros s/apólices e títulos	2.212,50	são p/ conti-	
		gências em ge-	
		ral	2.199.752,50
<i>Realizável a longo prazo</i>	10.424.506,20	Fundo de previ-	
Depósitos	53.143,40	são p/ deprec.	
Duplicatas a receber	1.675.648,20	de sobressalen-	
Devedores diversos	16.934,00	tes p/autos ob-	
Mercadorias	7.407.080,20	soleiros	800.000,00
Letras a receber	24.536,00	Fundo p/ deprec.	
Certificados de equipamento	1.247.164,40	da Fábrica de	
		S. Paulo	100.000,00
<i>Contas de resultado pendente</i>	355.757,30	<i>Exigível a curto prazo</i>	5.989.772,30
Seguros	2.114,50	Dividendos a pagar	1.125.000,00
Contas dos departamentos	140.745,60	Gratificação estatutária	677.393,60
Vendas por duplicatas	48.767,60	Percentagem do incorporador	241.926,30
Embarques pneus câmaras e di-		Lucros e perdas (saldo de 1944) ..	519.859,80
versos	161.129,60	Dividendos não reclamados	28.161,60
		Contas correntes	1.828.301,50
<i>Diversas contas</i>	500,00	Obrigações a pagar	1.362.947,70
<i>Contas compensadas</i>	11.808.106,20	Garantias	6.000,00
Consignações	718.316,80	Contas a pagar	200.181,80
Encomendas a chegar	10.439.159,80	<i>Contas de resultado pendente</i>	20.401,10
C/cobrança duplicatas caucionadas	642.629,60	Embarques marítimos	16.372,70
Ações em caução	8.000,00	Ordenados e salários	2.790,30
		Seguros para terceiros	1.241,40
		<i>Diversas contas</i>	225.695,90
		<i>Contas compensadas</i>	11.808.106,20
		Consignantes	718.316,80
		Fornecedores de encomendas a re-	
		ceber	10.439.159,80
		Duplicatas caucionadas em co-	
		brança	642.629,60
		Caução da Diretoria	8.000,00
	32.834.797,30		32.834.797,30

Harry F. Covington, Diretor Presidente. — Florencio de Abreu Schilling, Diretor Gerente. — Ricardo Bevilacqua, Contador, Registrado s/n.º 34.325.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cia. Expresso Federal, depois de examinarem os livros, contas, balanço e demais documentos relativos ao ano de 1944, são de parecer que os mesmos devem ser aprovados pelos Srs. Acionistas.

Rio de Janeiro. — J. D. Rogers. — J. P. Curtis. — A. F. Hiltz.

(N.º 6.101 — 17-1-15 — Cr\$ 903,70).

COMPANHIA DE TECIDOS BOM PASTOR

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
D. N. I. C.

Divisão do Registro do Comércio

CERTIDÃO

Certifico que a Companhia de Tecidos Bom Pastor arquivou nesta Divisão, sob o n.º 764, por despacho de 27 de março de 1945, a ata da assembléia geral ordinária, realizada em 10 de fevereiro de 1945, que aprovou as contas do exercício de 1944, elegeu os membros da Diretoria e os do Conselho Fiscal, bem como fixou os seus honorários, do que dou fé.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Divisão do Registro do Comércio, em 28 de março de 1945. — Eu, Carmen Cruz, auxiliar de escritório IX, escrevi, conferi e assino. — *Carmen Cruz*. — Eu, Renato Adolpho Penna Barros, pelo Chefe da S. R. E., a subscrevo e assino. — *R. A. Penna Barros*.

(Selada com Cr\$ 4,40).

(Proc. n.º 5.114-45).

(N.º 6.238—17-4-45—Cr\$ 51,00)

COMPANHIA INDUSTRIAL GEMELI

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas

Em cumprimento às disposições da lei que rege as sociedades anônimas, submetemos à apreciação dos Srs. acionistas o balanço e contas das operações realizadas no exercício encerrado em 30 de dezembro de 1944, sobre as quais já se manifestou o nosso Conselho Fiscal.

No ano de 1944 continuamos o programa de reajustamento e adaptação das instalações da fábrica de Rocha Sobrinho, procurando, com a introdução de melhoramentos, fazer face à sempre crescente escassez de mão de obra.

O pequeno aumento de produção conseguido neste exercício não corresponde aos nossos esforços nesse sentido, nem às necessidades do mercado consumidor.

Lembrando aos Srs. acionistas que terão de eleger o Conselho Fiscal e suplentes para o exercício de 1945, ficamos à sua disposição, para quaisquer esclarecimentos, na sede social.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1945. — *Augusto V. Corsino*, Presidente. — *Arthur Martins Sampaio*, Superintendente. — *Jayme Martins Sampaio*, Gerente.

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Cr\$	Cr\$
Imobilizado			
Imóveis	321.903,50		
Máquinas e Instalações	777.000,00		
Móveis e Utensílios	11.496,00	1.110.399,50	
Disponível			
Caixa	16.487,50		
Depósitos em Bancos	259.281,00	275.768,50	
Realizável			
Cerâmica	16.935,00		
Armazem	16.437,70		
Contas a receber	137.401,00		
Fornecedores de lenha	200.637,10		
Obrigações de Guerra	2.700,00		
Depósitos	1.090,00	375.200,80	
Compensação			
Ações em Caução		30.000,00	
		1.791.368,80	
Passivo		Cr\$	Cr\$
Inexigível			
Capital	450.000,00		
Fundo de Reserva	27.874,70		
Fundo para Depreciações	274.940,80		
Lucros e Perdas	12.172,80	761.988,30	
Exigível			
Contas Correntes	760.700,00		
Obrigações a Pagar	200.000,00		
Contas a Pagar	35.680,50	996.380,50	
Compensação			
Caução da Diretoria		30.000,00	
		1.791.368,80	

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Augusto V. Corsino*, Presidente. — *Arthur Martins Sampaio*, Superintendente. — *Jayme Martins Sampaio*, Gerente. — *Julio Navarro*, Guarda-livros. Registro M. E. S. n.º 21.326.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS
EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito — Crédito

	Cr\$	Cr\$
Saldo de 1943		3.913,70
de Produção		1.446.993,20
Juros e descontos		5.120,00
a Honorários	72.000,00	
Ordenados	50.600,00	
Salários	396.652,10	
Combustível	256.123,20	
Custeio e despesas de embarque	332.310,00	
Conservação e concertos	89.673,00	
Fôrça e luz	47.784,00	
Impostos	45.322,80	
Instituto dos Industriários	22.463,40	
Férias e indenizações	16.441,50	
Seguro do pessoal	9.692,10	
Despesas Gerais	20.231,40	
Fundo para Depreciações	78.849,60	
Fundo de Reserva	5.651,00	
Balanco	12.172,80	
	1.455.966,90	1.455.966,90

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Augusto V. Corsino*, Presidente. — *Arthur Martins Sampaio*, Superintendente. — *Jayme Martins Sampaio*, Gerente. — *Julio Navarro*, Guarda-livros. Registro MES n.º 21.326.

Cia. Industrial Gemelli S. A. — *Julio Navarro*, Guarda-livros Registro M. E. S. n.º 21.326. — *Jayme Martins Sampaio*, Diretor-gerente.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. Acionistas

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia Industrial Gemelli, tendo examinado a escrituração, balanço e contas referentes ao ano de 1944, declaram que encontraram tudo em perfeita ordem, pelo que são de parecer que esses documentos merecem a aprovação dos Srs. acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1945. — *Nelcio Dourado Lopes*. — *Fabricio Paulo Bagueira Bandeira*. — *Julio Bueno Horta Barbosa*. (N.º 6.199 — 18-4-45 — Cr\$ 234,60).

"SOTREQ" — SOCIEDADE ANÔNIMA DE TRATORES E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Cumprindo as exigências legais e as disposições dos Estatutos da nossa Sociedade, vimos submeter à vossa apreciação o relatório das atividades da mesma, no exercício que terminou a 31 de dezembro de 1944, o balanço geral encerrado na mesma data, a demonstração da conta de "Lucros e Perdas" e o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

Sendo a nossa atividade principal a importação de máquinas e equipamentos para uso no país, sofreu ela, ainda no exercício em questão, as consequências oriundas da guerra mundial, vale dizer, restrições excepcionais sobre produtos, quase todas, críticas e essenciais ao esforço de guerra.

Contudo, essas mesmas restrições, no segundo semestre, no que diz respeito à peças de máquinas, experimentaram certa melhoria, o que nos permitiu estender uma melhor assistência aos clientes. O próximo desfecho do conflito europeu autoriza-nos a supor que, muito em breve, as restrições serão diminuídas mais ainda, até a volta à normalidade do comércio importador, tão necessária ao desenvolvimento geral do país. No curso do mesmo exercício foi-nos permitido obter a importação de alguns produtos que vieram melhorar a situação de alguns clientes, e, portanto, possibilitar o incremento de várias obras sob sua execução.

Como fatos capitais à vida da empresa em 1944, devemos assinalar novos contratos de distribuição com os seguintes fabricantes: Federal Motor Truck Company, Fruehauf Trailer Company, e Jaeger Machine Company, que vieram acrescer nossas linhas de trabalhos com produtos de alta categoria. No mesmo período, em consequência à demolição do prédio em que nos achávamos instalados à Rua São Pedro n.º 66, fomos forçados a adquirir o da Rua Camerino n.º 90, onde nos achamos hoje.

E' com prazer que consignamos aqui nossos agradecimentos ao pessoal da Companhia, pela dedicação que emprestou à organização, e, ao mesmo tempo, às fábricas nossas representadas que tudo fizeram para atender às nossas necessidades.

Com a sucinta exposição retro, pomos-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1945. — *Edgar Lyra*, Diretor. — *E. P. Assis Figueiredo*, Diretor.

PARECER DO CONSELHO GERAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da "Sotreq, Sociedade Anônima de Tratores e Equipamentos", tendo examinado, escrupulosamente, toda escrituração da Sociedade, cujo confronto fizeram com os documentos, verificaram a mais rigorosa exatidão em todos os lançamentos.

Obtiveram da Diretoria todos os esclarecimentos que lhe solicitaram para fiel desempenho da sua missão.

São da opinião, portanto, que a assembléia geral aprove as contas, balanço e demonstração da conta "Lucros e Perdas" e, finalmente, todos os atos praticados pela Diretoria no exercício de 1944, tendo em vista os ótimos resultados obtidos, inclusive a percentagem proposta para distribuição de dividendo.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1945. — *Luis Aranha*. — *Julio de Souza Avelar*. — *Augusto Frederico Schmidt*. — *Themistocles Barcellos*. — *Lauro Salazar Requeira*.

CERTIFICADO DOS AUDITORES

O Instituto de Organização e Revisão de Contabilidade S. A. (IORC), tendo em vista:

1 — que Sociedade Anônima de Tratores e Equipamentos (SOTREQ) possui todos os livros exigidos por lei e que os mesmos se acham legalizados e escriturados dentro das normas contábeis;

2 — que o Balanço de 1944, que se encontra em anexo, está em conformidade com os seus livros de escrituração;

3 — que a demonstração da Conta de Lucros e Perdas, também em anexo, detalha os resultados do exercício de 1944;

Certifica que o Balanço e Conta de Lucros e Perdas, evidenciam com clareza e correção os valores, direitos e obrigações da Sociedade Anônima de Tratores e Equipamentos (SOTREQ), demonstrando a sua situação patrimonial em 31 de dezembro de 1944.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945. — Instituto de Organização e Revisão de Contabilidade S. A. (I. O. R. C.). — *Erymá Carneiro*, Diretor-Presidente.

DEMONSTRAÇÃO DE "LUCROS E PERDAS", EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

		Débito	Crédito
		Cr\$	Cr\$
Vendas			9.601.079,30
Custo de vendas		6.117.794,10	
Diversas despesas		336.278,50	
Despesas gerais		876.088,10	
Rendas diversas			256.510,30
Juros & Descontos		345.880,40	
Depreciação de Móveis & Utensílios		10.874,10	
Honorários da Diretoria e Conselho Fiscal		390.000,00	
Depreciação de ferramentas e acessórios		2.406,40	
Comissões s/vendas		216.802,20	
Gratificações		81.450,00	
Provisão para contas a receber		495.108,10	
Lucro líquido e sua distribuição:			
Percentagem dos Diretores-Gerentes	71.336,20		
Dividendos	500.000,00		
Reserva legal (5%)	47.595,40		
Reserva leis trabalhistas (2,5%)	23.797,70		
Saldo à disposição da assembléia	309.178,10	951.907,40	
		9.857.589,60	9.857.589,60

Edgard Lyra, Diretor. — *F. P. Assis Figueiredo*, Diretor. — *Lauro Horta*, Contador, reg. n.º 6.445.

BALANÇO GERAL

Levantado em 30 de dezembro de 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Imobilizado:		Não exigível:	
Imóveis	1.490.102,00	Capital	2.000.000,00
Móveis & Utensílios	108.740,60	Fundo de reserva	245.260,60
Ferramentas & Acessórios	24.064,20	Fundos de depreciação	49.111,00
		Reserva para flutuação de preços	81.015,30
Disponível:		Reserva para leis trabalhistas	23.797,70
Caixa		Provisão para contas a receber	495.108,10
		Lucros & Perdas	309.178,10
Realizável:			3.206.830,80
Contas a receber	5.380.603,00	Exigível:	
Reclamações a receber	430,00	Banco Moreira Sales S. A.	1.744.698,50
Depósitos para garantia de fornecimentos	3.320,00	Títulos descontados	5.000.000,00
Contas correntes	1.645.105,80	Contas a pagar	147.488,60
Títulos & Apólices	76.541,00	Fornecedores	287.992,50
Conta de "stock"	2.203.110,40	Dividendos	500.000,00
Despesas antecipadas	61.643,40	Percentagens dos Diretores-Gerentes	71.336,20
Seguros a receber	22.964,00	Gratificações a pagar	84.450,00
			7.835.965,80
			11.012.796,60
Compensação:		Compensação:	
Devedores por títulos em cobrança	248.316,80	Títulos em cobrança	248.316,80
Devedores por valores depositados	76.500,00	Valores depositados	76.500,00
			324.816,80
			11.367.613,40
	11.012.796,60		
	11.367.613,40		

Edgard Lyra, Diretor. — *F. P. Assis Figueiredo*, Diretor. — *Lauro Horta*, Contador, reg. n.º 6.445.

(N.º 6.026 — 17-1-45 — Cr\$ 561,00).

LLOYD REAL BELGA (BRASIL) S.A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 1945

Aos vinte e seis dias de fevereiro de mil novecentos e quarenta e cinco, às quinze horas, presentes na sede social do Lloyd Real Belga (Brasil) S. A., à Avenida Rio Branco n.º 9, segundo andar, sala n.º 213, os acionistas abaixo assinados, representando 100% das ações, conforme consta do livro de presença, e havendo, portanto, número legal, iniciaram-se os trabalhos da Assembléia Geral, convocada conforme anúncios publicados no *Diário Oficial* e "O Jornal" de quatorze, quinze e dezesseis do corrente mês, sendo aclamado para presidir a Sr. Dr. Clovis Bittar, que, assumindo o cargo e agradecendo a sua indicação, convidou o Sr. Pierre Eugène Janssens para servir de Secretário. A seguir, o Sr. Presidente declarou que a reunião tinha os fins constantes da referida convocação, a qual foi lida pelo Sr. Secretário e depois de submeter ao estudo dos senhores acionistas o relatório da Diretoria, balanço e contas de Lucros e Perdas do exercício de 1944, foram os mesmos aprovados unanimemente, abstendo-se de votar os impedidos por lei. Logo após, procedeu-se à eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 1945, sendo reeleitos, por unanimidade: para Diretor-presidente, o Sr. Pierre Eugène Janssens, belga, residente em Petrópolis, à Rua Coronel Veiga n.º 1.601; para Diretor-gerente, o senhor Emile Henri Pieters, domiciliado no Rio de Janeiro, à Rua Almirante Tamandaré n.º 77, 2.º andar; para membros efetivos do Conselho Fiscal, os Srs. Dr. Clovis Bittar, Sebastião de Paiva Magalhães Calvet e Manuel da Cunha Mota; para suplentes, os senhores Ubiratan da Silva Paranhos, Antônio Vital Dias da Costa e Hilton Vidal. Foi mantida, por unanimidade de votos, a remuneração da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal do exercício anterior, ou seja Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) para cada Diretor e Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) para cada membro efetivo do Conselho Fiscal, por ano. — Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembléia, suspendendo a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. — Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1945. — *Sr. Clovis Bittar*. — *Pierre Eugène Janssens*. — *Emile Henri Pieters*. — *Ubiratan da Silva Paranhos*. — *Antônio Vital Dias da Costa*. — *Pierre Eugène Janssens*, por procuração de Paul Crten e Mario de Tabuena

MINISTERIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

D. N. I. C.

Divisão do Registro do Comércio
CERTIDÃO

Certifico que a sociedade anônima Lloyd Real Belga (Brasil) S. A. arquivou nesta Divisão, sob o n.º 790, por despacho de 3 de abril de 1945, a ata da assembléia geral ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 1945, que aprovou as contas do exercício de 1944, elegu os membros do Conselho Fiscal e os da Diretoria, bem como fixou os seus honorários, do que dou fé.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Divisão do Registro do Comércio, em 4 de abril de 1945. — *Irm. Carmen Cruz*, auxiliar de escritório IX, escrevi, conferi e assino. — *Carmen Cruz*. — *Eu, Renato Adolpho Penna Barros*, pelo Chefe da S. R. E., a subscrovo e assino. — *R. A. Penna Barros*.

(Selada com Cr\$ 4,40).

(Proc. n.º 5.642-45).

(N.º 6.074-17-4-45—Cr\$ 142,80).

"ADEL IMOBILIÁRIA" S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Exercício de 1944

Senhores acionistas:

Cumprindo as determinações constantes do Decreto-Lei n.º 2.327 de 26 de setembro de 1940 e disposição de nossos estatutos, vimos apresentar a VV. SS. o relatório correspondente ao exercício encerrado em 30 de dezembro de 1944.

Não ocorreu durante o mesmo nenhum fato que mereça destaque, seguindo as atividades da Sociedade um ritmo normal, com a perfeita desobrigação dos seus compromissos.

Pelo balanço geral e demonstração da conta de lucros e perdas, cuja leitura oferecemos a VV. SS. poderão formar um juízo exato da nossa situação social.

Estamos à disposição de VV. SS. para quaisquer outros esclarecimentos.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1945. — *A. G. Seabra Moura*, Diretor Presidente. — *Trajano de Miranda Valverde*, Diretor Secretário.

BALANÇO GERAL

Imobilizado:

	Ativo	Passivo
Imóveis	1.557.232,90	
Móveis e Utensílios	960,00	
Disponível:		
Caixa	25,80	
Realizável:		
Títulos n/Propriedade	33.280,00	
Contas Correntes	31.452,90	
Aluguéis a Receber	21.040,00	

Obrigações de Guerra	16.782,00	
Caucões	9.200,00	
De compensação:		
Ações Cauconadas	10.000,00	
Não exigível:		
Capital em Ações	400.000,00	
Reserva Legal	29.297,70	
Fundo para Conservação do Imóvel	69.131,10	
Exigível a curto prazo:		
Contas a Pagar	1.175,50	
Instituto A. P. Comerciais	84,00	
Legião Brasileira Assistência	8,00	
Exigível a longo prazo:		
Ricardo Seabra Moura c/emp.º	418.224,70	
Garantias	39.125,00	
De resultado pendente:		
Lucros & Perdas	712.567,60	
De compensação:		
Caução da Diretoria	10.000,00	
	1.679.913,60	1.679.913,60

A. G. Seabra Moura, Diretor Presidente. — *Trajano de Miranda Valverde*, Diretor Secretário. — *João de Miranda Valverde*, Contador

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS

reg. n.º 33.265.

	Débito	Crédito
Saldo credor desta conta		585.832,20
Aluguéis		252.386,00
Juros e Descontos		1.092,20
Impostos	70.536,80	
Ordenados	8.892,40	
Elevadores	5.900,00	
Despesas Gerais	5.287,80	
Energia Elétrica	3.471,30	
Consertos	2.968,30	
Limpesa	1.847,80	
Seguros	1.386,80	
Luz Elétrica	1.347,20	
Abonos	1.200,00	
Telefones	692,70	
Estampilhas	446,70	
Imposto Sindical	300,00	
Móveis e Utensílios	100,00	
Reserva Legal	7.455,00	
Fundo para Conservação do Imóvel	14.910,00	
Balanço	712.567,60	
	839.310,40	839.310,40

A. G. Seabra Moura, Diretor Presidente. — *Trajano de Miranda Valverde*, Diretor Secretário. — *João de Miranda Valverde*, Contador, reg. 33.265.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 1944

Senhores acionistas:

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da "Adel Imobiliária" S. A., em cumprimento aos dispositivos legais, examinaram detidamente o balanço, as contas e demais atos da sua administração, correspondentes ao exercício de 1944, e, tendo encontrado os mesmos em perfeita ordem e rigorosamente exatos, são de parecer que devem ser aprovados pelos Srs. acionistas.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1945. — *Américo Constantino Brécia*. — *Manuel Nunes da Cruz*. — *Plínio Pinheiro Guimarães*.

(N.º 6.237 — 17-4-45 — Cr\$ 357,00).

COMPANHIA IMOBILIÁRIA FINANCEIRA AMERICANA S.A.

RELATÓRIO

Senhores Acionistas:

Cumprindo as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório e Contas referentes ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944.

Temos satisfação em poder demonstrar aos senhores Acionistas que os nossos negócios, no exercício, ora em revista, se processaram nos mesmos moldes dos anos anteriores, isto é, em nível crescente.

Como os senhores Acionistas podem verificar do exame da conta "Lucros e Perdas", depois de constituídas as reservas legais e estatutárias, o exercício encerrou com muito bom resultado que, adicionado aos saldos de exercícios anteriores, constitui apreciável fundo de reserva. Assim, pelo que entende, a Diretoria julga justificável a distribuição do terceiro dividendo, o qual, se os senhores acionistas assim o deliberarem na Assembléia Geral, poderá ser fixado em base idêntica à das anteriores distribuições.

A Diretoria está pronta a prestar quaisquer esclarecimentos que forem desejados.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1945. — *M. F. Guimarães*, Presidente. — *W. S. Cunningham*, Superintendente.

BALANÇO ENCERRADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Disponível:		Não exigível:	
Caixa:		Capital	1.400.000,00
Fundos nos Bancos:		Fundo de reserva	197.020,50
Banco Boavista S. A.	533.531,70	Reserva do imposto sobre imóveis	20.000,00
Banco do Brasil S. A.	1.057.920,50	Reserva de contingência	450.000,00
Banco do Comércio S. A.	82.518,90	Reserva para impostos	82.136,20
The National City Bank of New York		Reserva de oscilação de títulos	71.309,00
Rio de Janeiro	492.737,50		2.220.165,70
São Paulo	806.063,30	Exigível:	
	1.298.800,80	Contas a pagar	1.930.914,30
Banco Nacional do Comércio S. A.	68.773,50	Exigível a longo prazo:	
Saldos em caixa:		Empréstimo sob garantia hipotecária	700.000,00
São Paulo	1.000,00	Contas de compensação:	
Realizável:		Agências conta prêmios em co-	
Contas a receber	1.891.833,40	brança	612.621,50
Aluguéis a receber	2.000,00	Caução da diretoria	20.000,00
Títulos da dívida pública	327.800,00		662.621,50
Contas de compensação:		Contas de resultado pendente	
Prêmios em cobrança	642.621,50	Lucros e Perdas:	
Ações caucionadas	20.000,00	Saldo do exercício anterior	1.257.604,10
Imobilizado:		Saldo do exercício de 1944	531.072,90
Imóveis	1.375.878,20		1.788.677,00
	7.302.678,50		7.302.678,50

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Despesas gerais	1.889.788,70	Departamento de vistorias:	
Imposto predial	15.874,80	Honorários	373.738,00
Impostos diversos	11.471,60	Comissões de liquidação	119.896,40
	1.917.135,10		493.634,40
Despesas de vistorias	3.921,00	Departamento de representações:	
Juros de empréstimo sob garantia hipotecária	42.000,00	Renda deste Departamento auferida no exercício	2.386.116,60
Reserva de oscilação de títulos:		Aluguéis	117.600,00
Constituída em 30 de dezembro de 1944	71.309,00	Juros:	
Reserva do imposto sobre imóveis:		De contas correntes bancárias	83.172,70
Aumento desta reserva	4.000,00	De títulos da Dívida Pública	22.643,00
Fundo de reserva:			105.815,70
Aumento desta reserva	57.020,50	Saldo:	
Reserva para impostos:		Do exercício anterior	1.257.604,10
Constituída em 30 de dezembro de 1944	82.136,20		4.361.070,80
Reserva de contingência:			
Reintegrando o limite desta reserva	394.872,00		
Saldo:			
Que passa para o exercício seguinte	1.788.677,00		
	4.361.070,80		

Companhia Imobiliária Financeira Americana S. A. — M. F. Guimarães, Presidente. — Carlos Santa Rosa, Contador.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal, da Companhia Imobiliária Financeira Americana S. A., depois de examinarem o Balanço e Contas referentes ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944, e tendo encontrado tudo em perfeita ordem, são de parecer que os mesmos sejam aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1945. — Andrew J. Royal. — J. Spencer Anderson. — Clovis Arruda.

(N.º 6.120 — 17-4-45 — Cr\$ 408,00).

COMPANHIA SKF DO BRASIL ROLAMENTOS

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA AOS DEZESSEIS DIAS, DO MÊS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e cinco, às onze e trinta minutos, na sede social, à rua do Rosário número cento e cinquenta e seis, reuniram-se em assembleia geral ordinária todos os acionistas da Companhia SKF do Brasil Rolamentos, conforme assinatura constantes do "Livro de Presença de Acionistas".

Assumindo a direção dos trabalhos o Sr. Nils Albert Hamvik, Diretor da Sociedade, solicitou ele aos presentes, elegessem o Presidente da Mesa que passaria a dirigir os trabalhos da assembleia. Foi escolhido o Dr. Abelardo da Cunha, que convidou para Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, o Sr. Bengt Astedt e Sebastião da Silva Lemenhe. Declarando aberta a assembleia, o Presidente comunicou aos senhores acionistas que a mesma se destinava ao exame, discussão e deliberação sobre o relatório da Diretoria, balanço, demonstração da conta de lucros e perdas e parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em trinta e um de dezembro de mil novecentos e quarenta e quatro, e à eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o próximo exercício, tudo conforme editais de convocação publicados no *Diário Oficial* e no "Jornal do Comércio" dos dias quatorze, quinze e dezesseis de março próximo passado.

Entrando na primeira parte da ordem do dia, solicitou o Presidente fosse feita pelo Primeiro Secretário, a leitura dos documentos relativos ao exercício findo, documentos esses que já foram publicados no *Diário Oficial* de vinte e nove e no "Jornal do Comércio" de vinte e oito de março próximo passado, com retificações feitas pelos mesmos jornais, no dia seis do corrente.

Lidos os documentos, passou a assembleia a deliberar sobre os mesmos, aprovando-os por voto de todos os presentes, com abstenção dos legalmente impedidos. Foi aprovada também a proposta da Diretoria, recomendada pelo Conselho Fiscal, no sentido de ser distribuído aos senhores acionistas um dividendo de Cr\$ 707,50 (setecentos e sete cruzeiros e cinquenta centavos) por ação.

Passando à segunda parte da ordem do dia, pediu o Presidente fossem eleitos os Diretores e membros do Conselho Fiscal para o exercício próximo. Por proposta do acionista Sr. Bengt Astedt, deliberou a assembleia preencher apenas dois cargos da Diretoria, à semelhança do que foi feito nos exercícios anteriores, tendo sido apurado o seguinte resultado: Diretores: Nils Albert Hamvik, sueco, casado, engenheiro, residente nesta cidade, à rua Saint Romain, número duzentos e vinte e dois, e Fritz Gunnar Wistrand, sueco, casado, do comércio, residente nesta cidade, à rua Fernando Mendes, número trinta e um; Conselho Fiscal: Dr. Ascendino da Cunha, brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade, à rua Miguel Pereira, vinte e oito, Sven Gunnar Friberg, sueco, solteiro, do comércio, residente nesta cidade, à Avenida Copacabana, número setecentos e sessenta e um; e Dr. Gilberto de Ulhôa Canto, brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade, à Rua Santa Alexandrina número quatrocentos e oitenta, para membros efetivos, e Dr. Eivaldo Saramago Pinheiro, brasileiro, casado, advogado, residente em Niterói, à Alameda S. Boaventura, número mil duzentos e vinte, Dr. Geraldo Fonseca, brasileiro, solteiro, advogado, residente nesta cidade à Avenida dos Trapicheiros, número seis, e Dr. José Pereira Gomes Filho, brasileiro, casado, advogado, residente em São Paulo, à rua Dr. Rosa, número trinta e seis, para suplentes.

Prestada a caução pela Diretoria, foi ela desde logo empossada. Deliberou a assembleia que os Diretores e membros efetivos do Conselho Fiscal, ou suplentes quando em exercício, recebam a mesma remuneração que veem percebendo.

Ninguém tendo pedido a palavra, nem havendo mais o que deliberar, foi encerrada a assembleia, da qual esta é a ata, que todos leram e assinam. — *Abelardo da Cunha*. — *Fritz Gunnar Wistrand*. — *Nils Albert Hamvik*. — *Sebastião da Silva Lemenhe*. — *A. B. Société Anonyme des Roulements à Billes Suédois SKF P.P.* *Sebastião da Silva Lemenhe*. — *Bengt Astedt*. — *Aktiebolaget Svenska Kullagerfabriken*, pp. *Bengt Astedt*.

Esta é uma cópia fiel extraída do livro de atas das assembleias gerais.

(N.º 6.087 — 17-4-45 — Cr\$ 112,80)

ORGANIZAÇÕES TÊXTEIS JORGE CHAMMA S.A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Aos doze dias do mês de abril de 1945, às 16 horas na sede social à Rua da Alfândega ns. 319-321, nesta Capital, presentes os acionistas abaixo assinados, conforme consta do livro de presença folha 2, foram abertos os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária em primeira convocação.

O Diretor-Presidente, Sr. Dr. Jorge A. Chamma, convidou para secretário o Sr. Dr. Gustavo Filadelfo de Azevedo, que ocupou o seu lugar.

Verificando os anúncios de convocação inseridos no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio", constatou o Sr. Secretário, que os mesmos estavam de acordo com a lei.

O Sr. Presidente, em seguida, anuncia a discussão do inventário, balanço, contas e atos da administração relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 1944, bem como o parecer do Conselho Fiscal à respeito.

Com a palavra, o Sr. Washington A. Chamma, pede a dispensa da leitura desses documentos, por já terem os mesmos sido publicados na imprensa. E aceita esta proposta pela Assembleia.

Continuando com a discussão, o Dr. Benedito de Azevedo Barros com a palavra, declara que as peças em debate, constituíram objeto de estudo do Conselho Fiscal, que à respeito das mesmas emitiu parecer recomendando a aprovação desta Assembleia, por isso era também pela aprovação das mesmas.

Procedida, a seguir, à votação da matéria, foram aprovados inventários, balanços, contas e atos da administração, relativos ao exercício de 1944, abstendo-se de votar os Srs. Dr. Jorge A. Chamma e Roberto A. Chamma, em virtude dos mesmos serem Diretores.

Em seguida, passou-se à segunda parte da ordem do dia e a mesa anunciou a eleição dos membros e suplentes do Conselho Fiscal, tendo sido reeleitos os Srs. Dr. Gustavo Filadelfo de Azevedo, Dr. Benedito de Azevedo Barros e Dr. Ricardo Nami Jafet, com a remuneração de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) anuais para cada membro do Conselho Fiscal e os Srs. Mário Pinheiro, Dr. Pedro Cascardo e Dr. Edmundo Lins Neto, para suplentes, também reeleitos.

A seguir, pelo Sr. Washington A. Chamma, foi proposto à Assembleia, um voto de louvor à Diretoria, pelo modo acertado com que conduziu durante o exercício de 1944, os negócios da Companhia.

Essa proposta foi aprovada unanimemente pelos Senhores acionistas presentes.

Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Dr. Jorge A. Chamma, suspendeu a sessão pelo tempo necessário para lavratura da presente ata, que mandei lavrar no livro próprio e reaberta a sessão, foi a mesma lida e aprovada e vai por mim subscrita e assinada por todos os acionistas presentes, dela tirando cópias autênticas e dactilografadas para fins legais.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1945. — *Gustavo Philadelpho de Azevedo*. — *Benedito de Azevedo Barros*. — *Ricardo Nami Jafet*. — *Washington Abdalla Chamma e Nelson Chamma*.

(N.º 6.016 — 17-4-45 — Cr\$ 91,80)

S.A. EDIFÍCIO "JORNAL DO BRASIL"

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1945

Aos trinta dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e cinco, reunidos na sede social, à Avenida Rio Branco, 110, 1.º andar, às dezesseis horas, em assembleia geral ordinária, acionistas representando a totalidade do capital, foi aberta a sessão pelo Diretor, senhor Conde Pereira Carneiro, que, escolhido para presidir-la, convida os Srs. Adolfo Carneiro de Lacerda Machado e Osvaldo Correia de Araújo para Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente. Dando início aos trabalhos, declarou o Sr. Presidente que, de acordo com a convocação publicada no *Diário Oficial* da 10, 17 e 29 de março corrente, a presente assembleia tinha por fim deliberar sobre o relatório da Diretoria, balanço, conta de lucros e perdas e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano findo, a eleição dos novos componentes do Conselho, segundo preceitua a lei. Propôs, então, o acionista doutor Sydney Haddock Lobo que a assembleia dispensasse a leitura dos referidos documentos, visto serem os mesmos do conhecimento de todos. Aprovada esta proposta, o Sr. Presidente submeteu à discussão, e, em seguida, à votação, o relatório da Diretoria, balanço, contas e parecer do órgão fiscal, tendo sido todos esses documentos aprovados unanimemente. Passa-se, em seguida, à eleição do Conselho Fiscal para o exercício de 1945. Apurado o escrutínio, resultam eleitos: para efetivos, Osvaldo Correia de Araújo, Sydney Haddock Lobo e Adolfo Carneiro de Lacerda Machado, brasileiros, residentes, respectivamente, à Rua Embaixador Morgau, 63, Carlos de Campos, 22 e Leopoldo Miguez, 29; para suplentes, João A. Rêgo Barros Mac Dowell, Albino Ferreira Serpa e José Leal Guimarães, brasileiros e moradores, respectivamente, à Rua Joaquim Nabuco, 11, apto. 1.205, Manuel Leitão 5, apto. 202 e Rua Ferreira Viana, 57, apto. 5. Os eleitos são empossados, ficando resolvido pelos presentes que não haja alteração, no exercício em curso, nos honorários do Conselho que continuará, assim, sendo o mesmo do exercício anterior. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspende os trabalhos para que seja redigida a presente ata, que, lida e achada conforme, é assinada pela unanimidade dos presentes.

(N.º 6.081 — 17-4-45 — Cr\$ 71,40)

COMPANHIA CONSTRUTORA E TÉCNICA KOTEC S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA E PARECER DO CONSELHO FISCAL, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 1944, QUE SERÃO APRESENTADOS AOS SRS. ACIONISTAS EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, CONVOCAÇÃO PARA O DIA 11 DE ABRIL DE 1945.

Srs. Acionistas

Mais uma vez, estamos submetendo a alta apreciação de VV. SS. o balanço, contas e atos de nossa administração.

No presente relatório nos reportamos aos acontecimentos do exercício de 1944:

Os serviços de pavimentação asfáltica da Cidade do Juiz de Fora, prosseguem com a normalidade desejada. A Municipalidade pelo seu Prefeito está estudando a ampliação do contrato de maneira a aproveitar melhor as instalações já feitas por nós, naquela cidade.

Prosseguem os serviços de construção da Rodovia Vitória a Campos e os de remodelação da Estrada de D. Castorina em demanda à Vista Chinesa.

Os serviços de construção da Base Aérea de Sta. Cruz, achando-se na fase final; os da Base Aérea de Vitória, vão tendo o desempenho previsto no programa de execução.

A pedreira do Butantan, em São Paulo, continua a ser explorada com o sucesso que esperávamos ao adquirir o maquinário respectivo e ao firmar o contrato de locação da pedreira.

Continua também em exploração a pedreira de propriedade da Companhia situada no Beco do Ataliba n.º 122, no Meier.

São estas propriamente as pedreiras que a Companhia explora com o objetivo comercial. As demais pedreiras exploradas pela Companhia, destinam-se ao abastecimento dos seus próprios serviços e acham-se situadas: duas delas no km 51 da Estrada Rio-São Paulo, no Estado do Rio; uma no Campo de São Jose, em Sta. Cruz, no Distrito Federal; duas outras na Estrada União e Indústria entre Juiz de Fora e Benfica, ainda uma outra na mesma estrada no km 128; outra nos terrenos do Matadouro Municipal, para os serviços da Prefeitura de Juiz de Fora e finalmente a pedreira situada no local denominado Goiabeira em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Atualmente dispõe a Companhia para a preparação de misturas asfálticas, de usinas instaladas, nesta Capital, no Beco Ataliba número 122; em São Paulo, no km 4 da Estrada do Itú, e, em Juiz de Fora, nos terrenos do Matadouro Municipal.

Em assembléia geral extraordinária realizada a 31 de outubro de 1944, foram aprovados os atos da Diretoria para efetivação do aumento do capital social, que passou a ser de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros).

A Diretoria fez todas as chamadas relativas ao aumento do capital e assim se acham integralizadas as ações respectivas.

O vulto dos negócios está a exigir um novo aumento, e, dos estudos a que procedemos, chegamos à conclusão de que necessitamos o aumento para Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros). Solicitamos dos Srs. Acionistas considerarem com a devida atenção esse pedido nosso.

A parte de contribuição da Companhia, como empregador, para o

	Cr\$
I.A.P.I., I.A.P.E.T.C., L.B.A., atingiu a	190.766,70
S E N A I	51.407,60
Férias e Indenizações	123.075,00
Salários a convocados	27.580,00
Seguros	162.740,60

Os benefícios auferidos pelo nosso pessoal, no conjunto atingiu a Cr\$ 3.146,00 (três mil cento e quarenta e seis cruzeiros).

No exercício transato a aquisição compulsória de obrigações de guerra foi de Cr\$ 13.964,00 (treze mil, novecentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Fizemos no Banco do Brasil, o depósito de Cr\$ 86.738,40 (oitenta e seis mil, setecentos e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos), para os certificados de equipamento, nos termos do Decreto-lei número 15.028, de 13-3-44.

Foram dispendidos com a reparação de máquinas Cr\$ 375.264,10 (trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros e dez centavos), somente no que diz respeito a grandes reparações.

São estas as principais ocorrências do exercício que findou em 31 de dezembro de 1944.

Prestaremos entretanto, com prazer quaisquer outros esclarecimentos se julgados necessários.

A presente assembléia terá que eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para o exercício de 1945.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1945. — Washington Rodrigues Pereira de Proença, Diretor-Presidente. — Manoel Vivacqua Vieira, Diretor-Secretário. — José d'Almeida Vieira Sobrinho, Diretor-Gerente.

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Imobilizado:			
Instalações	625.422,40		
Imóveis	135.540,60		
Máquinas	2.314.368,20		
Móveis e Utensílios	36.834,40		
Veículos	251.457,10		
Certificados de Equipamento	86.738,40	3.150.361,10	
Disponível:			
Bancos	805.321,40		
Caixa	26.932,20		
Escritórios	53.762,80	886.016,40	
Realizável a Curto Prazo:			
Cauções — liberadas	227.345,30		
Devedores em contas correntes	882.474,20		
Duplicatas a Receber	318.998,80		
Medições a Receber	3.209.531,30		
Medições a Faturar	833.780,00		
Material em "Stock"	1.609.509,60		
Títulos de Renda	55.426,30	7.136.765,50	
Compensação:			
Ações Cauccionadas		30.000,00	11.503.143,00

Passivo

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Não Exigível:			
Capital	1.500.000,00		
Fundo de Reserva	119.399,90		
Fundo de Amortização	1.072.664,20		
Lucros Suspensos	480.907,00	3.172.971,10	
Exigível a Curto Prazo:			
Dividendos a Distribuir:			
— anterior	65.000,00		
— deste exercício	35.415,40	100.415,40	
Fornecedores		30.550,70	
Instituto dos Industriários		70.473,90	
Obrigações a Pagar		3.779.009,50	
Porcentagem da Diretoria		249.833,40	
Impostos a Pagar		66.622,20	
Salários a Pagar		110.760,90	
Transportes a Pagar		149.385,30	
Credores em Contas Correntes		3.019.088,20	7.576.139,50
Exigível a Longo Prazo:			
Credores em Contas Correntes			721.032,40
Compensação:			
Caução da Diretoria		30.000,00	11.503.143,00

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — João Martins Sampaio, Contador, Registrado no D.N.I.C. 36.719 e D.E.C. 12.643. — José d'Almeida Vieira Sobrinho, Dir.-Gerente. — Washington Rodrigues Pereira de Proença, Diretor-Presidente. — Manoel Vivacqua Vieira, Diretor-Secretário.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS"

EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

De Lucros Suspensos:	Cr\$	Cr\$
Saldo do exercício anterior		553,00
De Obras:		
Saldo desta conta proveniente dos trabalhos executados durante o exercício.	3.415.166,20	
De Juros de Títulos e Depósitos:		
Saldo desta conta	8.200,20	
De Receita Eventual:		
Saldo desta conta	26.639,40	3.480.005,80
		3.480.558,90
A Diversos:		
Encerramento das seguintes contas pelos respectivos saldos:	Cr\$	Cr\$
Despesas Gerais	781.712,60	
Despesas com Veículos	78.692,90	
Férias e Indenizações	123.75,60	
Juros e Descontos	853.648,00	
Reparação de Máquinas e Veículos	375.264,10	2.215.393,20
A Fundo de Amortização:		
Depreciações e inutilizações s/diversas peças representadas pelas seguintes contas:		
Maquinismos:		
15% s/o valor dos existentes	317.155,20	
Veículos:		
15% s/ os existentes	37.718,60	
Móveis e Utensílios:		
10% s/ os existentes	3.683,40	388.557,20
A Fundo de Reserva:		
Reserva legal de 5%	43.830,40	43.830,40
A Impostos a Pagar:		
Imposto de Renda de 8% s/o lucro apurado neste exercício de Cr\$.....	66.622,20	66.622,20
832.778,00		
A Dividendo a Distribuir:		
10% s/o Capital de Cr\$ 250.000,00	25.000,00	
1/12% s/ Cr\$ 1.250.000,00 das novas ações integralizadas em 30-11-94.....	10.415,40	35.415,40
A Percentagem da Diretoria:		
Percentagem atribuída aos Diretores, de conformidade c/os estatutos.....		219.833,40
A Lucros Suspensos:		
Saldo do exercício anterior	553,00	
Saldo deste exercício	480.354,00	480.907,00
		3.480.558,90

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *João Martins Sampaio*, Contador, Registrado no D.N.I.C. 36.749 e D.E.C. 12.643. — *José d'Almeida Vieira Sobrinho*, Dir.-Gerente. — *Washington Rodrigues Pereira de Proença*, Diretor-Presidente. — *Manoel Vivacqua Vieira*, Diretor-Secretário.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Construtora e Técnica, Koteca, S.A., reunido para examinar o relatório da Diretoria, balanço e contas referentes no exercício de 1944, tendo verificado a exatidão de todos os dados, a ordem e clareza da escrita, recomenda à Assembléia a aprovação dos mesmos e demais atos da Diretoria praticados no transcurso do ano social referido.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1945. — *Artur Martins Sampaio*. — *Galileu Vito de Mello*. — *Jayme Martins Sampaio*.

(N.º 6.121 — 17-4-45 — Cr\$ 711,00).

IMOBILIÁRIA DELAMARE S.A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 31 dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco, às 16 horas, na sede social à Rua 13 de Maio n.º 41, nesta Capital, presente os acionistas em número legal, conforme se vê do competente livro de presença, abriu a sessão o Presidente da Sociedade, Sr. Abelardo de Lamare, que solicitou aos acionistas presentes a indicação de um Presidente para os trabalhos, tendo sido aclamado o próprio Sr. Abelardo de Lamare, que, agradecendo convidou para secretariar os trabalhos da mesa o Sr. José de Araújo Mota Jnr. Constituída a mesa por esta forma, o Sr. Presidente pediu ao Secretário que procedesse a leitura dos documentos, cuja deliberação competia à Assembléia estudar e que foram os seguintes: 1.º — O aviso a que se refere o artigo 99 da lei das Sociedades Anônimas, publicado, respectivamente no *Diário Oficial* e no "Jornal do Comércio", dos dias 17, 18 e 19 de janeiro. 2.º — Convocação para a presente Assembléia Geral, publicada nos mesmos jornais nos dias 19, 20 e 21 do março e concebido no seguinte termo: "Imobiliária Delamare S. A. — Assembléia Geral Ordinária — São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 31 de março do corrente ano, às 16 horas, na sede da Imobiliária, à Rua 13 de Maio número 41, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre o relatório da Diretoria, Balanços e contas relativas ao exercício de 1944, Parecer do Conselho Fiscal, procederem à eleição dos membros do Conselho Fiscal e suplentes, para o corrente exercício. — Rio de Janeiro, 18 de março de 1945. — *Abelardo de Lamare*, Presidente. —

Lucio Gonçalves de Lamare, Diretor-Gerente. 3.º — Relatório da Diretoria, balanço geral, contas de lucros e perdas e parecer do Conselho Fiscal, publicados nos mesmos jornais do dia 21 e 22 de março. Lidos que foram esses documentos, o Sr. Presidente sujeitou-os à deliberação da Assembléia que, por unanimidade, com abstenção única dos Diretores e membros do Conselho Fiscal, aprovou-os. Em seguida, o Sr. Presidente declarou que ia proceder à eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e, procedida que foi a referida eleição, apurou-se o seguinte resultado: Para membros do Conselho Fiscal, foram eleitos os Srs. Augusto Paranhos Fontenele, Manuel Ferreira de Carvalho Soutelo e Benigno Correia, e para suplentes também reeleitos os Srs. Clóvis da Silveira Lobo Miguez, Moacir Roubaud e Antônio Vieira. Conhecidos esses resultados o Presidente declarou-os empossados. Em seguida o Sr. Presidente, declarou, ainda, que competia à Assembléia decidir sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, ficando decidido que caberia a mesma remuneração já anteriormente aprovada de Cr\$ 200,00, anuais para cada um. Como ninguém mais solicitasse o uso da palavra o Sr. Presidente, declarou que suspendia a sessão pelo espaço de tempo necessário e pediu aos presentes que aguardassem a lavratura da presente ata, feito o que foi a mesma lida, aprovada e assinada pelos presentes. — *Abelardo de Lamare*. — *Lucio Gonçalves de Lamare*. — *João Pedro Navarro de Andrade*. — *José de Affonseca*. — *José de Araújo Mota Junior*. — *Manoel Ferreira de Carvalho Soutelo*. — *Celia Gonçalves de Lamare*. — *Ten. Ccl. Cesar Gonçalves*. — *Helio Penna*.

(Firmas reconhecidas pelo Tabelião Mozart Lago).

(N.º 6.100 — 17-4-45 — Cr\$ 122,40)

"LAI SPAR CASSE"

BALANÇO GERAL DA SOCIEDADE COOPERATIVA DE CRÉDITO DE RESPONSABILIDADE LÍQUIDA, "LAI SPAR CASSE" DO RIO DE JANEIRO, LEVANTADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Ativo			
Caixa	23.775,70		
Banco Nacional Ultramarino	462,90	27.238,60	
Devedores de Cotas ..	1.675,00		
Ações Siderúrgica ...	1.000,00		
Obrigações a receber ..	439.254,20		
Obrigações de Guerra ..	272,40	439.201,30	
Móveis e Utensílios...		1.922,00	468.361,90
Passivo			
Contas Correntes	36.581,30		
C/Correntes Tercários ..	216.569,70		
Contas Especiais.....	2.400,00		
Dividendos a Distribuir	22.859,70	278.440,70	
Capital	461.250,00		
Fundo de Beneficência ..	2.960,50		
Fundo de Reserva ...	25.740,70	189.951,20	468.361,90

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço somando igualmente o Ativo e Passivo em Cr\$ 468.361,90 (quatrocentos e sessenta e oito mil e trezentos e sessenta e um cruzeiros e noventa centavos).

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1945. — *David Lerner*, Presidente. — *A. Brito Passos*, Contador reg. sob n.º 34.684.

Lai Spar Casse Sociedade Cooperativa de Crédito. — *David Lerner*, Presidente.

(N.º 6.004 — 17-4-45 — Cr\$ 198,70).

COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPAGANDA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 7 DE ABRIL DE 1945

Aos sete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e quarenta e cinco, às quatorze horas, reunidos na sede social, à Rua Sete de Setembro n.º 58-2.º andar, acionistas em número legal, representando 100 ações ordinárias, a totalidade do capital social, conforme assina-tura no livro "Presença dos Acionistas", foi a sessão aberta pelo Dr. José Geraldo da Silva Passos, o qual, por escolha dos presen-tes foi também, incumbido de presidir os trabalhos. Para secre-tário, o Sr. Presidente convidou o Sr. Custódio Machado de Lima. Constituída assim a mesa o Sr. Presidente pediu ao Sr. Secretário que procedesse a leitura do seguinte edital de convocação, pu-blicado no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio" de 14, 25-3 e 6-4-45: "São convocados os Srs. acionistas da Companhia Brasileira de Pro-paganda para a Assembléia Geral Ordinária que se realizará na sede social, à Rua Sete de Setembro n.º 58-2.º andar, no dia 7 de abril próximo vindouro, às 14 horas. Constarão da ordem do dia as seguintes matérias: a) — leitura e aprovação do relatório da Diretoria, balanço e demonstração da conta de Lucros e Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal, tudo relativo ao exercício de 1944; b) — eleição da Diretoria; c) — eleição do Conselho Fiscal para o corrente exercício. Rio de Janeiro, 12 de março de 1945. Assinado — *Helio Junqueira Meireles*, Diretor-superintendente". Passando à ordem do dia, o Sr. Presidente pediu que se procedesse à leitura do relatório, balanço e atos da Administração, bem como do Pare-cer do Conselho Fiscal, tudo relativo ao exercício de 1944. Termina-da a leitura, foram ditos documentos submetidos à discussão e de-pois à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, observa-das as abstenções legais. Pediu a palavra o acionista e Diretor-su-perintendente, Sr. *Helio Junqueira Meireles*, para comunicar à Assembléia a resolução de caráter irrevogável a que chegara de exo-nerar-se do cargo de Diretor-superintendente. O Sr. Presidente pediu então a casa que se manifestasse sobre a solicitação feita pelo Sr. *Helio Junqueira Meireles*. A seguir, o Sr. Presidente, em nome dos presentes, concedeu a exoneração pedida e agradeceu a colaboração eficiente que o Diretor demissionário prestou à nossa so-ciedade. Pediu a palavra o Sr. *Ranulpho Nunes de Carvalho* para propor que se procedesse à eleição de Diretor-superintendente. Dis-tribuídas as cédulas e feita a apuração, constatou-se ter sido eleito o Sr. Dr. *Elias Davidovich*, brasileiro naturalizado, casado, resi-dente à Rua Pinto Figueiredo n.º 33 casa 5, nesta Capital. O Sr. Presidente proclamou eleito o Sr. Dr. *Elias Davidovich*, convidan-do-o a tomar posse dentro do prazo legal, mediante a assinatura do termo de posse, na forma dos estatutos. Passou-se em seguida à eleição do Conselho Fiscal para o corrente exercício. Feita a apura-ção, verificou-se terem sido eleitos os seguintes: Para membros efe-tivos, os Srs. *Aloisio Corrêa Nelo*, *Carlos Corrêa de Matos* e *Antonio Rodrigues de Carvalho* e para suplentes os Srs. *Joaquim Nunes de Carvalho*, *Emílio Rodrigues* e *Manoel Gomes Veiga*. Foram fixados os seguintes honorários, com aprovação de todos os presentes: — para o Diretor-superintendente, Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) me-sais e para os membros efetivos Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) anualmente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspen-deu a sessão para ser lavrada esta Ata que eu, Secretário, redigi e mandei transcrever. Reaberta a sessão foi esta lida, submetida à discussão e depois à votação, tendo sido aprovada por unanimidade

e vai assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1945. — *José Geraldo da Silva Passos*, Presidente. — *Custódio Machado de Lima*, Secretário. — *Hildebrando Gomes Barreto Ju-nior*, p.p. do Diretor-superintendente dos Laboratórios Raul Leite S. A. — *Raul de Goes*. — *Carlos Corrêa de Matos*. — *Lauro Damas-ceno Duarte*. — *Helio Junqueira Meireles*. — *Ranulpho Nunes de Carvalho*.

A presente é a cópia fiel extraída do livro de atas, 201has 2 verso a 3 verso.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1945. — *José Geraldo da Silva Pas-sos*, Presidente. — *Custódio Machado de Lima*, Secretário.

(N.º 6.089 — 17-4-45 — Cr\$ 153,00).

EMPRESA IMPORTADORA CARIOCA S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas.

Na forma da lei e dos estatutos, cabe-me fazer o relatório e apresentar as contas referentes ao exercício findo em 31 de dezem-bro de 1944.

A Sociedade não pode dar ainda juízo às suas atividades em virtude de terem persistido as mesmas dificuldades dos anos ante-riores.

Junto encontrareis o balanço do exercício, bem como a demons-tração da conta — Lucros e Perdas.

Durante o ano de 1944, continuou o processamento para a venda ao Governo da União do terreno sito na Ilha do Governador de pro-priedade da Sociedade, sendo de esperar que a escritura de compra e venda seja lavrada e assinada nos primeiros meses do corrente ano.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1945. — Empresa Importa-dora Carioca, S. A. — *Cyril Winton Nave*, Diretor.

BALANÇO GERAL DO ATIVO E PASSIVO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Nome das Contas	Ativo	Passivo
	Cr\$	Cr\$
Disponível:		
Depósito em Banco.....	172.470,70	
Imobilizado:		
Terrenos.....	1.802.003,80	1.820.753,80
Construções ...	28.750,00	
Conta de Amortização:		
Despesas de organização.....	7.615,00	
Conta de compensação:		
Ações em Caução.....	10.000,00	
Não exigível:		
Capital	—	2.000.000,00
Conta de compensação:		
Caução do Diretor.....	—	10.000,00
Conta de resultado pendente:		
Lucros e Perdas.....	—	10.539,50
Soma	2.020.539,50	2.020.539,50

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — Empresa Importa-dora Carioca, S. A. — *Cyril Winton Nave*, Diretor. — *Hans Edward Tschersfing*, Contador registrado sob n.º 32.896, no D. N. I. C. e 2.965 no D. E. C.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Discriminação	Débito	Crédito
	Cr\$	Cr\$
Saldo anterior	—	7.410,00
Despesas Gerais	243,80	—
Juros	—	3.373,30
Lucros em 30 do corrente.....	10.539,50	—
Soma	10.783,30	10.783,30
Cr\$		
Lucros verificados em 1943	7.410,00	
Lucros verificados em 1944	3.129,50	10.539,50

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — Empresa Importa-dora Carioca, S. A. — *Cyril Winton Nave*, Diretor. — *Hans Edward Tschersfing*, Contador registrado sob n.º 32.896, no D. N. I. C. e 2.965 no D. E. C.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Empresa Importadora Carioca S. A., tendo examinado o balanço e as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro último, em confronto com os livros, papéis e documentos respectivos e achado tudo em per-feita ordem, são de parecer que o balanço e as contas referidos me-recem a aprovação dos senhores acionistas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1945. — *Donald Bruce Hughes* — *Edgar Wuehnel*. — *Alberto Peizoto Rocha*.

(N.º 6.069 — 17-4-45 — Cr\$ 326,40)

COMPANHIA DE EXPANSÃO ECONÔMICA FLUMINENSE

(C. E. E. F.)

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo Imobilizado:	Cr\$	Cr\$
Despesas de Instalação.	271.938,00	
Imóveis.	2.063.100,00	
Veículos.	30.923,40	
Móveis e utensílios.	51.189,80	
Material de Escritório.	12.779,60	
Depósitos de Garantias.	180.000,00	
Obras e Ampliações em Itaperuna.	40.625,10	
Obras e Ampliações em Camboatá.	15.476,50	
Benfeitorias Agrícolas.	70.000,00	
Equipamento Industrial.	760.900,00	
Equipamento Agrícola.	48.615,80	
Material Agrícola.	20.294,50	3.568.812,70
Ativo disponível:		
Caixa.	15.892,10	
Depósitos Bancários.	2.486.057,30	2.501.949,40
Ativo realizável:		
Acionistas.	3.200.700,00	
Contas Correntes.	18.672,00	
Mercadorias.	767.643,20	3.937.015,20
Ativo pendente:		
Diversas Contas.		1.155,00
Ativo compensado:		
Valores Cauçionados.		100.000,00
		<u>10.158.962,30</u>
<i>Passivo</i>		
Passivo não exigível:		
Capital.		10.000.000,00
Passivo exigível:		
Contas Correntes.		55.126,70
Passivo pendente:		
Diversas Contas.		3.835,60
Passivo compensado:		
Caução da Diretoria.		100.000,00
		<u>10.158.962,30</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — Dr. *Frederico Rangel*, Presidente. — Dr. *Francisco Saturnino Braga*, Diretor Técnico. — Dr. *João L. Moreira da Rocha*, Diretor Secretário. — Sr. *H. Quartin Pinto*, Diretor Comercial. — Sr. *Oswaldo de Oliveira Ferreira*, Contador, reg. n.º 370.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

Débito

	Cr\$	Cr\$
A Despesas Comerciais.	1.618,50	
A Despesas Agrícolas.	26.728,10	
A Despesas Administrativas.	107.761,00	
A Estampilhas.	3.800,00	139.937,60

Crédito

De Despesas de instalação.	124.768,10	
De Rendas Comerciais.	2.314,00	
De Rendas Agrícolas.	1.490,60	
De Produtos Agrícolas.	8.094,90	
De Rendas Administrativas.	3.270,00	139.937,60

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — Dr. *Frederico Rangel*, Presidente. — Dr. *Francisco Saturnino Braga*, Diretor Técnico. — Dr. *João L. Moreira da Rocha*, Diretor Secretário. — Sr. *H. Quartin Pinto*, Diretor Comercial. — Sr. *Oswaldo de Oliveira Ferreira*, Contador, reg. n.º 370.

Srs. Acionistas:

Cumprindo o disposto na letra g do art. 23 dos Estatutos sociais, apresento-vos o relatório dos negócios desta Companhia durante o exercício de 1944.

Definitivamente constituída em 3 de outubro de 1944, teve a C. E. E. F., seus atos constitutivos publicados no *Diário Oficial* de 3 de novembro seguinte, data a partir da qual puderam ser movimentados os recursos da empresa, tendo em vista os dispositivos legais vigentes.

A vista do exposto no ano de 1944, a Companhia teve, apenas, 58 dias de efetivo funcionamento, prazo exiguo para que se iniciassem as operações e, assim sendo, dedicados inteiramente a trabalhos de organização e instalação.

A complexidade dos trabalhos de organização e instalação não impediu que fizessem algumas compras iniciais num montante de Cr\$ 167.643,20.

Sob o ponto de vista comercial o mais produtivo trabalho foi, porém, sem dúvida, o encaminhamento de várias compras em condições muito interessantes, entre as quais:

a) 330 toneladas de arame farpado e 220 toneladas de diversos produtos de ferro, encomendados aos produtores nos Estados Unidos e com licença de exportação concedida;

b) encomenda de arados e outras máquinas agrícolas feitas, com exclusividade, para a C. E. E. F., a um dos melhores fabricantes nacionais, para entrega parcelada durante o primeiro quadrimestre de 1945;

c) tratores e máquinas agrícolas de importante fábrica norte americana.

No exercício de 1944 não houve vendas de mercadorias, não tendo assim havido operações comerciais completas, não podendo ser apurados lucros nem prejuízos.

Apesar do acima exposto, levantou-se o balanço e demonstração de lucros e perdas, tendo em vista o imperativo legal que manda proceder tais operações em cada fim de exercício.

A demonstração de "Lucros & Perdas"

A despesa, no exercício de 1944 elevou-se a Cr\$ 139.937,60, sendo a principal verba a de Despesas Administrativas, num montante de Cr\$ 107.761,00, que abrangem honorários saláris, aluguéis e outras despesas gerais, exclusivas as relativas ao Campo de Demonstração de Cambaú, que montaram a Cr\$ 26.728,10, correspondentes a gastos do mesmo gênero computados na conta Despesas Agrícolas. As duas outras verbas de Cr\$ 1.618,50 e Cr\$ 3.800,00, correspondem, respectivamente, a Despesas Comerciais (frete, carretos e embalagens) e estampilhas.

A receita foi de Cr\$ 15.169,50, entre as quais se destaca a verba de Cr\$ 8.094,90, correspondente à venda de produção do campo de demonstração de Cambaú, relativa ao qual é também a rubrica de Cr\$ 1.490,60, de aluguéis de sub-locação e venda avulsa de fubá aos operários. Cr\$ 3.270,00 foram rendas administrativas relativas à sub-locação de salas, feita a título temporário e, finalmente, apurou-se, sob o título Rendas Comerciais, Cr\$ 2.314,00, relativos a descontos por antecipação de pagamentos de duplicatas.

O dispêndio líquido de Cr\$ 124.768,10, diferença entre a receita e a despesa, foi levado a débito de Despesas de Instalação, tendo em vista a natureza predominante dos trabalhos no exercício de 1944, conforme se assentou no início deste relatório.

O Ativo

As Despesas de Instalação montaram, em 31 de dezembro de 1944, a Cr\$ 271.938,00, o que equivale a pouco mais de 2,7% do capital social. Mesmo que no exercício de 1945 ainda se continuem certos trabalhos de organização e instalação, o montante das respectivas despesas ficará, seguramente, muito longe do limite legal de 10% do capital, fixado pelo art. 129, alínea d, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Imóveis, com Cr\$ 2.063.100,00, correspondem aos incorporados na constituição da empresa, armazéns em São Fidelis, Itaperuna e Funil, pelos preços de incorporação.

Cr\$ 30.923,40, veículos, é verba relativa a uma caminhonete a gasôgeno, adquirida para serviços da C. E. E. F.

Sob o título Móveis e Utensílios, com Cr\$ 54.189,80, se enquadram todos os que guarneceiam, em 31 de dezembro de 1944, a sede social, inclusive máquinas de escrever. Merece destaque esta verba, pois que os bens que neles se enquadram valem seguramente muito mais.

Cr\$ 12.779,60, era o estoque de material de escritório, compreendendo impressos, livros e material de uso de escritório.

Depósitos de Garantias, Cr\$ 180.000,00, correspondem ao feito para a compra de três caminhões novos, já entregues à Companhia, não tendo sido feito o lançamento definitivo em virtude de não ter sido ultimado o ajuste de custo.

Sob a denominação Obras e Ampliações em Itaperuna e em Cambaú, encontram-se, respectivamente, Cr\$ 40.625,10 e Cr\$ 15.476,50, correspondentes a materiais e despesas com obras em curso.

Cr\$ 70.000,00 é a avaliação das benfeitorias já efetuadas no Campo de Demonstração de Cambaú, abrangendo Cr\$ 48.000,00, residências agrícolas, reforma do edifício sede e construção de um depósito, e Cr\$ 22.000,00, referentes a obras de irrigação e drenos.

Cr\$ 760.900,00 é o valor do equipamento industrial existente nos armazéns de S. Fidelis, Itaperuna e Funil.

No Campo de Demonstração de Cambaú existiam Cr\$ 48.615,80, e Cr\$ 20.294,50, respectivamente, de Equipamento Agrícola, arados, grades, cultivadores, etc. e material agrícola adubos, forragens, etc.

Em caixa havia em 31 de dezembro de 1944, Cr\$ 15.892,10 e em bancos de primeira ordem, Cr\$ 2.186.057,30.

O capital a realizar, Acionistas, era de Cr\$ 3.200.700,00.

Diversos Correntistas, propostos da C. E. E. F., cuidando da instalação das sucursais, deviam, Cr\$ 18.672,00, computados no ativo como contas correntes.

Dos Cr\$ 767.643,20 de mercadorias, Cr\$ 300.000,00 correspondem a sacos vastos incorporados na constituição da sociedade, e o restante, Cr\$ 467.643,20, era o estoque de mercadorias compradas.

Apenas pouco mais de 1/10.000 do capital consta do Ativo como diversas contas; são minúsculas várias perfeitamente discriminadas em nossos livros.

Finalmente a Caução da Diretoria, correspondem os Cr\$ 100.000,00, computados como valores caucionados.

O Passivo

Cr\$ 10.000.000,00 é o capital social subscrito, do qual se acha realizado Cr\$ 6.799.300,00.

Dos Cr\$ 55.126,70, computados em Contas Correntes, Cr\$.... 53.911,60, são o débito para com o acervo da Assicurazioni Generali, em conta relativa a diversos fornecimentos e ainda aberta, e 1.215,10 são o débito para com Frederico Rangel, por suprimentos de caixas.

Sob o título Diversas Contas aparecem Cr\$ 3.835,60, ou sejam menos de 4/10.000 do total do capital.

Aplica-se aqui o que se disse em relação a diversas contas do ativo, seja permitido demonstrar a satisfação com que saliente a discriminação do nosso balanço, visto que a lei permite 1/10 parte do capital social figure como diversas contas.

Fecha o passivo a Caução da Diretoria, em Conta Compensada.

Convicto de que o segredo é a alma do negócio saberei guardá-lo, quando necessário, em benefício de nossos acionistas e fregueses.

Julgo, porém, que não há incompatibilidade de tal sadia norma e o cumprimento do dever legal e estatutário de fazer público relatório minucioso e claro, dos negócios sociais.

Não me restringi, assim, à fria exposição das cifras, relativas aos negócios já contabilizados, tendo de início me referido às compras em curso.

Desejo agora referir-me a um evento auspicioso para o Brasil e a C. E. E. F.: a promulgação, em 30 de outubro de 1944, do Decreto-lei n.º 7.602, e em 29 de novembro de 1944, do respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 17.260.

Por essa legislação o Governo Federal concederá 20% de prêmio e 80% de financiamento em 10 anos, a 7% a/a de juros, sobre o valor gasto em construção de armazéns para cereais e respectivo aparelhamento.

Tão cedo teve conhecimento do assunto, a C. E. E. F. providenciou, com a maior urgência a planificação de uma rede de 12 armazéns no Estado do Rio de Janeiro e um no Distrito Federal, os projetos, especificações e orçamentos necessários.

Apesar do presente documento ser relatório das operações de 1944, não me posso furtar à satisfação de informar aos Srs. Acionistas que já em 6 de fevereiro próximo passado, dava o requerimento dessa Companhia entrada no Ministério da Agricultura, onde se encontra em processamento. Cópias do projeto e orçamento estão na sede da C. E. E. F., à disposição dos Acionistas.

Terminando este relatório, agradeço a irrestrita confiança demonstrada pelos Srs. Acionistas e transmito-lhes a minha confiança de que, o exercício de 1945 corresponderá aos objetivos da Companhia e, apesar das dificuldades do momento e de ser o primeiro de operações, trará lucro compensador. — *Frederico José de Souza Rangel*, Presidente.

(Firma reconhecida no Cartório do Tabelião Fausto Werneck.)

PARER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Expansão Econômica Fluminense, tendo examinado o balanço e a demonstração da conta de lucros e perdas, relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1944, bem como o relatório do Presidente, em confronto com a escrituração da sociedade e os documentos em que se apóia, tudo acharam em perfeita ordem e concordância, pelo que, são do parecer que merecem ser aprovados aqueles documentos e as contas e atos da Diretoria, no referido exercício social.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *Romualdo Monteiro de Barros*, membro efetivo. — *Jorge Bhering de Oliveira Matos*, membro suplente. — *Edgard Miguelote Vianna*, membro suplente.

(Firmas reconhecidas no Cartório do Tabelião A. Werneck.)

(N.º 5.133 — Dia 19-4-45 — Cr\$ 510.00.)

COMPANHIA FIAÇÃO TECELAGEM E COMÉRCIO REALENGO

ATA DA QUARTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA FIAÇÃO, TECELAGEM E COMÉRCIO REALENGO, REALIZADA AOS TREZE DO MÊS DE ABRIL DE 1945.

Aos treze dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e cinco, na Sede Social da Companhia Fiação, Tecelagem e Comércio Realengo, à Avenida Nilo Pecanha n.º 12, 11.º andar, reuniram-se, em primeira convocação, acionistas da referida Companhia, representando noventa e oito por cento (98%) do capital social, conforme se verifica do respectivo livro de presença. Aberta a sessão, assumiu a presidência o Diretor-Presidente da Companhia, Sr. Pedro Paulo da Rocha que convidou para Secretário, nos termos do artigo doze do estatuto social, o Sr. Edgar Ribeiro Leite. Constituída a mesa, o Presidente informou que, de acordo com as convocações feitas e publicadas, cujos exemplares dos respectivos jornais se encontram sobre a mesa, é objeto da reunião retificar e ratificar as decisões da Assembléia Geral Extraordinária anterior, em vinte e um (21) de setembro de mil novecentos e quarenta e quatro, e tomar conhecimento do pronunciamento que, por ventura, tiver havido por parte dos senhores acionistas em geral, sobre o aumento de capital realizado naquela última Assembléia e seus respectivos direitos de preferência na subscrição daquele aumento, nos justos termos do parágrafo segundo, do artigo cento e onze (111), do Decreto-lei n.º 2.627, de 26-9-40. — Assim, em cumprimento aos dispositivos legais, mandou o Secretário ler o edital de convocação que está concebido nos seguintes termos: "A fim de satisfazer a exigência do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, no processo de aumento do capital desta Companhia, conforme decisão da Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 11 de outubro de 1944, cuja ata foi publicada no *Diário Oficial* de 11 de outubro de 1944, vimos convidar os senhores Acionistas a, mediante declaração escrita, fazerem uso de seu direito de preferência na subscrição daquele aumento, dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, tudo nos justos termos do parágrafo 2.º do art. 111, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26-9-40. Outrossim, fica desde já convocada a respectiva Assembléia Geral Extraordinária que deverá retificar e ratificar as decisões da Assembléia anteriormente referida e tomar conhecimento do pronunciamento que por ventura houver dos senhores Acionistas em geral. Esta Assembléia deverá realizar-se no dia 13 de abril próximo vindouro, às 17 horas, na Sede Social, à Avenida Nilo Pecanha n.º 12, 11.º andar, Rio de Janeiro, 13 de março de 1945. P. Paulo da Rocha, Diretor-Presidente". Terminada a leitura o Presidente consulta a Diretoria da Companhia sobre se, durante o prazo dos 30 dias concedidos aos senhores Acionistas para usarem do direito de preferência, algum deles se manifestou, por escrito, ou mesmo verbalmente, sobre o assunto. Com a palavra, o Dr. Gustavo A. Aigner, Diretor-Gerente, informou à Assembléia que nenhum Acionista, durante aquele prazo, deu qualquer notícia sobre a matéria. O senhor Presidente, então, consulta aos presentes sobre se têm alguma objeção ou restrição a fazer sobre as deliberações tomadas na última Assembléia de 21 de setembro p. findo. Como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, o senhor Presidente declara que, tendo decorrido o prazo de trinta dias concedidos, de acordo com a lei, e na conformidade da exigência feita pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, para que os acionistas se pronunciassem sobre o direito de preferência no aumento de capital realizado na Assembléia de 21-9-44, e como nenhum dos portadores de ações da Companhia se houvesse pronunciado, submetta à Assembléia ali reunida a consulta sobre se ratificava integralmente as decisões tomadas naquela última Assembléia, inclusive a subscrição do capital na forma por que foi feita. Submetida a votos a consulta, verificou-se que, por unanimidade de votos, foi aprovada integralmente a subscrição do aumento de capital realizado em 21-9-44, bem como, todas as demais deliberações tomadas e que constam da Ata publicada no *Diário Oficial* de 11 de outubro de 1944. Terminada, assim, a ordem do dia e, como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, foi suspensa a sessão para ser lavrada esta Ata. Reaberta a sessão, às 18 horas, foi lida esta Ata e, depois de aprovada por todos os presentes, vai por mim Secretário, assinada, bem como por todos os demais acionistas presentes. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1945. — *Edgard Ribeiro Leite*, Secretário. — *Pedro Paulo da Rocha*, Presidente. — *Antonio Manoel Pereira Lobo*. — *Rodney Alvares da Rocha*. — *Guilherme Melcheri*. — *Luiz Fabricio Silva*. — *Anna Grace Reis Flygare*. — *Gustavo Adolpho Aigner*. — *Victor Harouche*. — *Luiz Aranha*. — *Leopoldo Affonseca*. — *Léo Lopes de Resende*. — *Benjamin Reis Jr.*

Confere fielmente com o original lavrado em livro próprio do qual mandei extrair três cópias dactilografadas, que vão por mim assinadas. — Rio de Janeiro, 16 de abril de 1945. — *Pedro Paulo da Rocha*, Diretor-Presidente.

(N.º 6.083 — 17-4-45 — Cr\$ 183,00.)

COMPANHIA DOCAS DA BAHIA

EXERCÍCIO DE 1944

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 1945

Senhores Acionistas:

Vem a Diretoria da Companhia Docas da Bahia dar-vos conta de sua gestão no curso do exercício de 1944, pondo-vos a par de suas atividades e do desenvolvimento dos negócios da nossa empresa.

MOVIMENTO DO PORTO

A tonagem movimentada foi de 707.201 toneladas, o que representa uma diminuição de 36.805 toneladas em comparação com o exercício anterior, diferença diminuta consideradas as condições precárias do tráfego marítimo durante o exercício.

Tendo em vista que continua o porto desfalcado de cerca de um terço da extensão do cais acostável por navios de grande calado, ocupado por vasos de guerra e de três dos seus dez armazéns empregados como depósito de material de guerra, poucas têm sido as reclamações contra os serviços de manutenção da carga, o que constitui prova evidente da eficiência da administração local, já assinalada em relatório anterior com relação às dificuldades consideráveis provenientes da guerra mundial.

RENDA DA EXPLORAÇÃO

O total da renda de exploração foi de Cr\$ 11.790.778,40.

E' de notar que a compensação devida pela aplicação do Decreto-lei n.º 3.844, de 20 de novembro de 1941, só foi concedida pela Portaria n.º 622 de 13 de junho de 1944, tendo sido aplicada a partir de 15 de julho, o que foi considerável detrimento para a Companhia.

O aumento da tarifa, alias, não compensava o total das elevações de salários e vencimentos que a Companhia se viu obrigada a conceder ao pessoal nas circunstâncias já conhecidas e relatadas, com o resultado deporável de ver ainda aumentados os *deficits* anuais da exploração reconhecidos em Tomada de Contas. Assim a Diretoria se viu compelida a pedir a revisão da tarifa outorgada pela portaria n.º 622, com amparo na cláusula XII do seu contrato, sendo o pedido finalmente atendido, tal a justiça da sua reclamação, tarde demais, porém, para incluir na receita de 1944, pois a tarifa definitiva só foi publicada (com a portaria n.º 5, de 6 de janeiro de 1945), em 10 de janeiro do corrente ano.

DESPESA

A despesa total do exercício elevou-se a Cr\$ 11.958.470,40. Entretanto, para efeito de comparação com os exercícios anteriores, devem decair-se as despesas realizadas com as obras novas e melhoramentos compreendidos de acordo com as decisões da Diretoria, aprovadas na Assembléia Geral Ordinária de 28 de abril de 1944 e cujo montante é de Cr\$ 2.610.000,00 em números redondos. Dessa importância, cerca de Cr\$ 1.000.000,00 foram dispendidos em obras novas, que eventualmente serão incluídas no capital adicional da Companhia; o resto foi gasto na reconstrução das oficinas gerais de reparo, e aquisição de máquinas e aparelhos novos para as mesmas. Mas pode ter-se como certo que estas despesas muito contribuirão, se não para o aumento das receitas, ao menos para redução apreciável das despesas.

COEFICIENTE DA EXPLORAÇÃO

Com as deduções acima referidas, o coeficiente do exercício de 1944 é de 63,73% contra 60,65% em 1943, resultado que pode ser considerado assás satisfatório, considerando que a exploração sofreu considerável aumento de despesa, não compensado pela elevação de tarifas, durante todo o primeiro semestre.

De acordo com as nossas previsões, o produto da taxa adicional de 10% papel sobre as importações, subiu a quase Cr\$ 700.000,00 contra cerca de Cr\$ 385.000,00 em 1943. E' de esperar que, com o próximo fim da guerra na Europa, a importação venha a aumentar do que resultará acréscimo do produto dessa taxa.

OBRAS NOVAS

Está em andamento a reparação do nosso cais com a qual temos fundadas esperanças de permanente consolidação da faixa entre o cais e os armazéns, que tantos inconvenientes apresentava e era causa de despesas de consertos e reparações de não somenos importância.

Já está sendo utilizado um dos pátios cobertos previstos no programa de obras delineado no relatório do exercício de 1943.

A oficina do cais, destinada a acelerar as reparações do material elétrico, e especialmente o aparelhamento dos guindastes, está agora em pleno funcionamento com bons resultados.

Foi igualmente pôsto em serviço o novo pavilhão do tráfego, que oferece bem maiores facilidades ao comércio e maior conforto ao pessoal desta seção. A construção das novas instalações sanitárias no cais, para servir, tanto ao pessoal quanto ao público, está bem adiantada, esperando-se a entrega ao serviço dentro de curto prazo.

Prosseguem as obras de reconstrução da oficina principal, já estando prontos e em serviço o novo Almoxarifado e escritório da 3.ª seção. Quase todo o aparelhamento novo destinado a reforçar a oficina já foi recebido, aguardando apenas a terminação das obras no prédio para a instalação definitiva, que transformará a velha tenda de Jequitiaia em oficina moderna e eficiente.

As instalações de armazenagem e distribuição de inflamáveis, realizadas em virtude do contrato lavrado com a The Texas Company of Brazil, já se acham quase terminadas, tendo sido iniciado o armazenamento do inflamáveis a granel nos reservatórios. As negociações com outras empresas congêneres estão em via de chegar a bom termo, esperando a Diretoria assinar os contratos com a Standard Oil of Brazil e Anglo Mexican Petroleum Products dentro de curto prazo.

EXONERAÇÃO DO SUPERINTENDENTE

O estado de saúde do grande administrador, que é o Dr. Arlindo Luz, que há oito anos prestava à Companhia serviços inestimáveis, obrigou-o, bem a nosso pesar, a renunciar ao cargo de Superintendente do Porto da Bahia.

Raramente se podem encontrar reunidos numa personalidade, dotes e qualidades tão excelentes para o cargo que desempenhava, como as que se deparavam no ilustre engenheiro: grande capacidade, energia inflexível, temperada pela moderação e a cortesia, habilidade em evitar ou resolver as dificuldades que se lhe antepunham no desempenho dos seus encargos, assiduidade, diligência e dedicação, tudo isto contribuía para o prestígio que o aureolava e redundava em benefício para a empresa. Foi realmente uma grande perda para a Companhia o seu afastamento do cargo que ocupava. Felizmente, como ele teve o dom de fazer discípulos, que sabem inspirar-se no exemplo do chefe, esperamos encontrar entre estes quem o possa substituir e continuar a sua atividade tão profícua.

E a perda da sua cooperação será de certo modo atenuada, se o Dr. Arlindo Luz aceitar, como esperamos, o encargo de consultor técnico da Companhia, que poderá assim aproveitar a sua larga experiência e a sua consumada capacidade.

SERVIÇOS DOS EMPRÉSTIMOS

A importância dos juros das debêntures do empréstimo de 1.^a hipoteca, de acordo com as nossas obrigações contratuais, elevou-se para o exercício, a Cr\$ 1.603.976,70, correspondente à percentagem de 75% da nossa receita líquida, após dedução das quantias necessárias à amortização dos bonos ainda em circulação, da dívida ao Banco de França e o do imposto sobre a renda, que cabe a esses credores.

No exercício de 1944 pagou ainda a Companhia aos portadores dos títulos dos empréstimos de 2.^a hipoteca as importâncias de Cr\$ 513.248,40 e de Cr\$ 333.800,50 correspondentes aos juros do 2.^o semestre de 1943 e do 1.^o semestre de 1944, o que representa as quantias de Cr\$ 8,40 e Cr\$ 5,50 por título, nos dois semestres, respectivamente.

Como sabeis, estes pagamentos correspondem a 75% e 20%, respectivamente, das receitas anuais da Companhia, nos termos do acordo celebrado com os debenturistas dos dois empréstimos, visto ter sido concluído o pagamento da dívida de construção, de que era titular a Participações e Incorporações S. A. fato de que já tendes conhecimento pelo relatório das operações do exercício de 1943.

QUESTÃO JUDICIAL

Não ignoreis que, por não se conformar com o ponto de vista da Companhia, no tocante à taxa de conversão do franco da dívida de construção, Participações e Incorporações S. A. intentou uma ação judicial, distribuída ao Juízo da 14.^a Vara Cível, para que fôsse a Companhia Docas da Bahia condenada a satisfazer o pagamento procedendo-se à conversão do franco à taxa da data do contrato (5 de maio de 1936). Computados os pagamentos já efetuados, esta pretensão importava em sujeitar a Companhia a um pagamento suplementar de mais de 13 milhões de cruzeiros, acrescidos ainda de juros. Evidente é que não podia a Diretoria concordar com este modo de ver, que se lhe afigurava desarrazoado e destituído de base jurídica. E forçoso lhe foi suportar os onus desta demanda, em que teve por patronos os ilustres advogados Drs. José de Miranda Valverde e Plínio de Castro Pinheiro Guimarães. A sentença largamente motivada e prolatada pelo MM. Juiz, Dr. Francisco Pereira de Bulhões Carvalho, deu inteiro ganho de causa à Companhia, salvo num pormenor, de somenos importância, e isto mesmo por carência de informação acerca do saldo da dívida, oferecido pela Companhia, a princípio recusado e por isto depositado, mas ulteriormente, após a propositura da ação, recebido pela credora, Participações e Incorporações S. A. Esta sentença passou em julgado, exceto no tocante ao pagamento do referido saldo, ponto em que será por certo, e dentro em pouco, reformada na apelação que a Companhia teve de interpor. Foi um triunfo notável, dada a importância da tese de direito debatida; ele removeu de uma vez para sempre a ameaça que pairava sobre a vida da Companhia, e que lhe acarretaria di-

fículdades sumamente graves, caso pudessem vingar as pretensões da credora. Justificada ficou assim a pertinaz resistência, que a Diretoria opôs sempre a tais pretensões. O trabalho do seu ilustre advogado, Dr. José de Miranda Valverde, é uma peça jurídica de subido valor, que honra o seu autor e confirma o alto conceito em que é tido.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Como viram os Srs. Acionistas, decresceram em 1944 as receitas do porto, pela diminuição da tonelagem manipulada. Mas não ficamos aqui. Forçoso foi aumentar os salários correspondentes ao serviço de capatazias, por aplicação do Decreto n.º 3.844, de 1944. Isto ocorreu em novembro de 1943. Pois bem, a elevação das tarifas destinada a compensar esse aumento de despesa, só a conseguimos no 2.^o semestre de 1944, pela Portaria n.º 622, de 13 de junho desse ano. Do que resultou um prejuízo isto é, uma despesa não compensada de Cr\$ 1.057.638,00. Também, na mesma ocasião, impôs-se o aumento dos salários do pessoal do quadro dos armazéns e escritórios, e a compensação a que fez jús a Companhia só foi afinal obtida pela Portaria n.º 5, de janeiro de 1945, donde um aumento da despesa, não compensado, durante todo o exercício de 1944, de Cr\$ 1.310.773,00. As duas importâncias somam Cr\$ 2.368.411,00.

Não é só. Dever preçpuo de uma empresa que tem a seu cargo a gestão de serviços públicos, é prestar ao público serviços tanto quanto possível satisfatórios e eficientes. Foi a razão do aumento de salários, a que acima nos referimos, pois sem uma justa remuneração do pessoal não é dado conseguir a execução dos serviços tal como o público tem razão de exigir. Mas foi igualmente imprescindível atender à melhoria das condições materiais dos serviços: consolidação do cais de atracação, reforma e melhor aparelhamento das oficinas de reparação, aumento dos recintos para abrigo das mercadorias, melhoria das condições dos escritórios e dos lugares onde tem acesso o público, que requer a prestação de serviços portuários. Obrigações que se faziam de execução urgente e que importaram em despesa assás considerável, como se esclarece neste relatório, no capítulo de "obras novas". Pois bem, bastou isto para que a Companhia se encontrasse na situação deplorável de não poder distribuir a seus acionistas, como pela primeira vez no exercício passado, o modicíssimo dividendo de dois por cento sobre um capital já reduzido a metade. E' uma declaração que nos pesa fazer; mas fato inelutável com que defrontamos, quando, nesta mesma época, somos testemunhas de balanços em que, afóra importantes deduções para fundos diversos, se distribuem a acionistas dividendos de 30, 40, 60 e mais por cento. E, a despeito dos nossos esforços, não conseguimos sequer estancar, não dizemos diminuir, o nosso deficit de exploração que ascende no momento atual a mais de Cr\$ 60.000.000,00.

E' a situação que resulta da falta de compreensão do caráter das empresas de serviços públicos. Elas têm necessariamente limitados os seus lucros, nos seus contratos. Não podem cobrar do público senão tarifas aprovadas pelas autoridades administrativas, e não aquelas que melhor lhes convier. Mas, de outro lado, a justiça e o bom senso exigem que estes lucros deliberadamente moderados, como de razão, sejam certos e garantidos pelo poder concedente. E' o que prevê o art. 147 da Constituição Federal ao prescrever: "A lei federal regulará a fiscalização e revisão das tarifas dos serviços públicos explorados por concessão para que, no interesse coletivo, delas retire o capital uma retribuição justa e adequada, e sejam atendidas convenientemente as exigências de expansão e melhoramento dos serviços". Ora, não é a aplicação deste preceito que se depara, entre outros casos, no da nossa empresa. Se se entende, e de fato assim é, que as tarifas destinadas à remuneração dos serviços não comportam aumentos indefinidos, sem pesado gravame para o público, é de estrita justiça que, por meio de subvenções, de modalidades múltiplas e variadas, o poder concedente contribua de sua parte para a remuneração dos capitais, cujo concurso ele solicitou, seja efetiva, embora limitada, e a legítima esperança dos que lhe trouxeram confiantes estes capitais não se veja frustrada.

Terminando, chamamos a atenção dos Senhores Acionistas, que de acordo com o art. 9.^o dos Estatutos da Companhia, cabe aos mesmos elegerem a nova Diretoria, cujo mandato terminará na data da assembléia que no primeiro trimestre de 1949, deverá ser convocada para tomar conhecimento dos atos e contas da diretoria ao ano anterior. Igualmente os Senhores Acionistas deverão eleger os novos membros do Conselho Fiscal e fixar-lhes os vencimentos e bem assim elegerem os respectivos suplentes.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945. — José Saboia Viriato de Medeiros, Presidente. — E. d'Oliveira, Diretor Gerente Tesoureiro. — Arthur Germain, Diretor Secretário.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Imobilizado		Não Exigível	
Capital Reconhecido	155.074.351,60	Capital	50.000.000,00
Serviços em execução:		Reserva Estatutária	574.360,40
a) instalações		Fundo de Compensação Contra-	
para infla-		tual	5.594.341,80
máveis ...	5.181.778,30	Debêntures	99.649.407,20
b) obras novas		Provisões para depreciação de	
e melhora-		valores ativo	42.892.552,40
mentos	3.056.634,60	Diferença de câmbio s/moedas	
	8.238.412,90	estrangeiras	41.149.113,30
Governo Federal C/Garantia de			
Juros	60.310.051,50	Exigível a Curto Prazo	17.060.139,00
Imóveis	10.948.518,90	Dividendos a Pagar — 1943 ...	541.118,40
Aparelhos, Máquinas e Insta-		Fundos a aplicar por delibera-	
ções	8.155.366,70	ção dos Acionistas:	
Títulos da Dívida Pública Fe-		a) saldo ante-	
deral	576.492,00	rior	32.690,40
Disponível:		b) saldo de	
Caixas e Bancos	2.706.558,50	1944	164.083,70
Realizável a Curto Prazo	15.863.102,50		196.774,10
Banco do Brasil C/de Aviso Pre-		Credores Diversos (debenturis-	
vio (debenturistas)	11.814.252,60	tas e outros)	16.322.246,50
Apólices Diversas	149.900,00		
Ações da Companhia Imobiliária		Exigível a Longo Prazo	6.380.686,90
da Bahia	1.200.000,00	Credores Diversos	450.831,10
Devedores Diversos	2.698.949,90	Calorie Company C/C	784.862,40
		Texas Company C/C	5.141.933,40
Realizável a Longo Prazo	1.841.446,50		
Devedores Diversos	634.348,56	Contas de Solução Pendente	4.022.082,00
Diversas Contas	1.207.098,00	Excedente Contratual em Sus-	
		penso	638.465,40
Contas de Solução Pendente	3.608.381,90	Diversas Contas	3.383.616,60
Governo Federal C/Dispensas da			
taxa de 2% ouro	516.823,70	Contas de Compensação	41.084.764,00
Diversas Contas	3.091.558,20	Caução da Diretoria	300.000,00
Contas de Compensação	41.084.764,00		
Ações Cauçionadas	300.000,00		
	308.707.447,00		308.707.447,00

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — José Saboia Viriato de Medeiros, Presidente. — E. d'Oliveira, Diretor-Gerente e Tesoureiro. — A. Germain, Diretor Secretário. — Christiano H. Braune, Chefe da Contabilidade — Contador, reg. n.º 41.877.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Custeio da Exploração	7.699.324,30	Renda do Porto	14.790.778,10
Despesas Gerais	841.640,90	Renda Adicional de 10%	699.821,10
Percentagem dos Portadores de Obrigações	3.117.589,39	Juros e Comissões	79.017,20
A Disposição dos Acionistas	164.083,70	Dividendos	90.000,00
Perdas Diversas	33.002,20	Lucros Diversos	706.522,90
Fundo de Compensação	465.329,20		
Reserva Estatutária	202.258,50		
Provisão para depreciação de valores do ativo	3.842.911,50		
	46.366.139,60		46.366.139,60

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — José Saboia Viriato de Medeiros, Presidente. — E. D'Oliveira, Diretor-Gerente e Tesoureiro. — A. Germain, Diretor Secretário. — Christiano H. Braune, Chefe da Contabilidade. Contador reg.º n.º 41.877.
Autorizo a publicação — Companhia Docas da Bahia. — A. Germain, Diretor Secretário.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Docas da Bahia, cumpre o dever de apresentar aos Senhores Acionistas, o resultado do seu exame dos atos e contas da Administração da Companhia, referentes ao exercício de 1944.

O Conselho Fiscal constatou, como sempre, a minúcia e clareza com que foi elaborado o Balanço Geral do exercício passado, o que permite ajuizar, sem dificuldade, a situação das contas da Companhia, das ocorrências de importância do exercício de 1944.

A Diretoria, em seu longo e elucidativo relatório, vos dá contas

Cumpra-nos, apenas, destacar para dar-lhe o nosso franco apoio, a bem fundada justificativa da Diretoria ao alegar não lhe ser possível distribuir aos Senhores Acionistas um dividendo referente ao capital-ações, embora este devesse ser, necessariamente, ainda bem modesto.

Mas, o aumento dos salários e ordenados a que foi levada a nossa Diretoria e, bem assim, o emprêgo de avultadas somas em obras do cais e modernização das oficinas da Companhia, somas essas que não tiveram compensação correspondente no exercício em foco, bem justificam essa decisão da Diretoria, com a qual concordamos, visto que, em conclusão, se trata de vos pedir um novo sacrifício em benefício mesmo do patrimônio social.

Ao concluir, nos congratulamos convosco e com a Diretoria, pela feliz solução da ação judicial intentada contra a Companhia pela "Participações e Incorporações S. A." com referência à taxa de conversão do franco.

Cabe-nos pois, pedir aos Senhores Acionistas, pelos fundamentos acima expostos, a aprovação dos Atos e Contas da Diretoria, referentes ao exercício de 1944.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945. — Alberto Nin Ferreira. — Januario A. Marques da Cunha. — Jorge Pinto Lisboa.

(N.º 6.137 — 18-4-45 — Cr\$ 1.030,00)

FÁBRICA DE TECIDOS ESPERANÇA S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1945

Aos vinte e seis de março de 1945, às 14 horas, no escritório da Sociedade, à rua Teófilo Ottoni, 74 — 1.º andar, presentes dezoito Srs. acionistas (18), representando por si e por procurações vinte e oito mil e treze ações (28.013) com direito a treze mil oitocentos e quarenta e três votos (13.843) ou seja mais que o número legal, o Sr. Presidente da Sociedade Bento Costa declarou aberta a sessão e convida para presidir os trabalhos da assembleia o acionista Dr. Joaquim José Fernandes Couto, o que, depois de aprovado por todos os presentes aceita o convite e constitui a mesa, convidando para primeiro e segundo secretários os Srs. Carlos Henry Ricardo Kopal e Dr. Zey Bueno, respectivamente. Lido o anúncio da convocação da presente assembleia publicado em dois de março no *Diário Oficial*, como segue: Fábrica de tecidos Esperança S. A. — Assembleia Geral Ordinária. — São convidados os Srs. Acionistas desta Companhia para se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de março de 1945, às 14 horas, no escritório, à rua Teófilo Ottoni, 74, 1.º andar, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre o Balanço, Contas, Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1944 e eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para o corrente exercício, bem como deliberar sobre a aplicação do Fundo de Garantia de Dividendos, de que trata o parágrafo único do art. 32 dos Estatutos. Ficam suspensas as transferências de ações até o dia da Assembleia Geral Ordinária. Rio de Janeiro, 2 de março de 1945. — *Bento Costa*, Presidente. — *Avelino Ottoni de Carvalho*, Tesoureiro. — *Francisco de Paula Bueno*, Técnico. — Este anúncio foi publicado nos dias 2, 6 e 13 de março no *Jornal do Comércio* e 3, 6 e 13 de março no *Diário Oficial*. Posteriormente, foram lidos o Parecer do Conselho Fiscal, como segue: Os membros do Conselho Fiscal da Fábrica de Tecidos Esperança S. A., abaixo assinados, havendo examinado, em obediência às atribuições que lhes são conferidas pelos Estatutos e disposições legais em vigor, os balanços e contas da Empresa, relativos aos exercícios de 1944, encontraram tudo escriturado em devida ordem e com perfeita clareza, pelo que são de parecer que tanto as referidas contas como os atos praticados pela Diretoria durante esse mesmo período merecem a aprovação dos Srs. acionistas. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1945. — *José Ramos da Cunha Braz*. — *Eduardo Corrêa de Figueiredo Lima*. — *Norberto de Medeiros* e o relatório e balanço sendo os mesmos aprovados. Os acionistas Armando Augusto Bordalo, Augusto Conrado Bordalo, Antônio Bordalo e Walter Cox Schuback declararam que aprovavam dito balanço e contas com restrições, porque as comissões por ela recebidas, no valor de Cr\$ 2.272.448,00, são quase iguais aos dividendos e bonus distribuídos aos acionistas na importância de Cr\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros). O acionista Sr. Walter Cox Schuback aprovou o relatório e contas, bem como o parecer do Conselho Fiscal, sem restrições, conforme declarou em tempo. O acionista Sr. Norberto de Medeiros pede a palavra para, como membro do Conselho Fiscal, chamar a atenção da Assembleia que as comissões da Diretoria estão de perfeito acordo com que prescrevem os Estatutos. Anunciada a eleição do Conselho Fiscal e seus suplentes, foram reeleitos por aclamação e com a mesma remuneração que vinham recebendo, isto é, Cr\$ 300,00 — trezentos cruzeiros — mensalmente, os acionistas senhores José Ramos da Cunha Braz, Eduardo Corrêa de Figueiredo Lima e Norberto de Medeiros para membros efetivos e os Srs. Carlos Henry Ricardo Kopal, Dr. Gastão de Figueiredo e Dr. Antônio de Andrade Botelho para suplentes. A seguir, o presidente da Assembleia declarou que, na conformidade do anúncio de convocação e do art. 32 dos Estatutos deviam os Srs. acionistas resolver sobre a distribuição ou aplicação dos fundos de garantia de dividendos que vinha sendo constituído pelos lucros auferidos no último quinquênio. Propõe então o Dr. Armando Augusto Bordalo que fossem distribuídos pelos acionistas Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) das reservas, o que permitiria à Fábrica ficar com numerário suficiente para atender a todas as suas necessidades. Retrucou o Sr. Bento Costa não ser possível atender a pretensão do acionista que o precedera, porque, desejando a diretoria construir a nova fábrica e vir operária, precisava de numerário para fazer face às despesas de construção. Secundando o ponto de vista do Dr. Armando Augusto Bordalo, falaram ainda os acionistas Dr. Walter Cox Schuback e Dr. Joaquim José Fernandes Couto que salientaram o prejuízo que vêm suportando os acionistas com a retenção de reservas em espécie, pois conservadas assim, sofrem as consequências da desvalorização da moeda. Tratando do assunto, o acionista Dr. Antônio de Andrade Botelho sugere que não seja distribuído o "Fundo de garantia de dividendos" e, em vez disso, aplicado exclusivamente na construção da nova fábrica e vila operária, devendo a mesma ser iniciada imediatamente, para que os ditos fundos tenham aplicação efetiva. Encerrada a discussão e submetidas as propostas à deliberação da Assembleia, na ordem em que foram apresentadas, foi aprovada por maioria de votos a proposta do Dr. Antônio de Andrade Botelho, ficando conseqüentemente estabelecido pela Assembleia que a Diretoria fica na obrigação de providenciar para a imediata construção da nova fábrica e vila operária, destinando exclusivamente para essas obras o valor dos fundos

de garantia de dividendos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a sessão depois de fazer lavrar nesta ata por voto do acionista Sr. Eduardo Corrêa de Figueiredo Lima um voto de louvor à Diretoria pelo acerto com que vem dirigindo a Companhia, bem como por proposta do Sr. Alfredo de Sequeira Jorge um voto de louvor à mesa pela correção com que dirigiu os trabalhos da presente Assembleia. E eu, primeiro secretário da Assembleia, a escrevi e assinei e vai por todos assinada. — *Carlos Henry Ricardo Kopal*, 1.º Secretário. — *Joaquim José Fernandes Couto*, Presidente. — *Zey Bueno*, 2.º Secretário. — *Bento Costa*, por si e por sua esposa. — *Avelino Ottoni de Carvalho*. — *Francisco de Paula Bueno*. — *Augusto Fernandes*. — *Antonio Costa Pinheiro*. — *Antonio Bordallo*. — *Augusto Conrado Bordalo*. — *Antonio de Andrade Botelho*, por si e por sua esposa, Manoela Brandão de Andrade Botelho, p.p. de Ana de Andrade Botelho, *Antonio de Andrade Botelho*, p.p. de Maria Botelho Pires, *Antonio de Andrade Botelho*, p.p. de Maria Facenda, *Antonio de Andrade Botelho*, p.p. de Carolina Moniz da Rocha, *C. H. Ricardo Kopal*, p.p. de Damiana Pedroza Joppert, *C. H. Ricardo Kopal*. — *Norberto de Medeiros*. — *Eduardo Corrêa de Figueiredo Lima*. — *Armando Augusto Bordalo*, p.p. de Dolores Senna di Genero, *Zey Bueno*. — *Alfredo de Sequeira Jorge*. — *Walter Cox Schuback*. — *Gabriel de Andrade Botelho Sobrinho*. — *Visconde de Carnaxide*.

Pela Fábrica de Tecidos Esperança S. A. — *Francisco de Paula Bueno*.

(N.º 6.006 — 17-1-45 — Cr\$ 220,30)

COMPANHIA TEXTIL ALIANÇA INDUSTRIAL

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1945

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e cinco, na sede da Companhia, à Avenida Rio Branco n.º 120, 7.º andar, presentes acionistas em número bastante, representando cinquenta e quatro mil ações e outros tantos votos conforme as respectivas assinaturas lançadas no "Livro de Presença", com as declarações que a lei exige, foi aclamado para Presidente desta Assembleia o Sr. Severino Pereira da Silva, Diretor Presidente da Companhia, que convidou para secretariar os trabalhos o acionista Sr. Pedro Pedrosa Galvão. Constituída a mesa, declarou o Sr. Presidente instalada a Assembleia Geral Ordinária que fora regularmente convocada por anúncios publicados no *Diário Oficial* e no *Jornal do Comércio* dos dias 6, 7 e 10 do corrente mês, do seguinte teor:

"São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 16 de abril do corrente ano, às 12 horas, na sede social, à Avenida Rio Branco n.º 120, 7.º andar, a fim de deliberarem sobre o relatório da Diretoria, parecer do Conselho Fiscal, Balanço, contas e atos administrativos do exercício findo em 30 de dezembro de 1944, bem assim elegerem o novo Conselho Fiscal e a Diretoria para o novo período estatutário".

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1945. — *Severino Pereira da Silva*, Presidente".

Em seguida o Sr. Presidente declarou que a presente assembleia nos termos da convocação, tinha por fim tomar conhecimento e deliberar sobre o relatório da Diretoria, parecer do Conselho Fiscal, balanço e demais contas referentes ao exercício de 1944, documentos esses publicados no *Jornal do Comércio* do dia 8 do mês em curso e no *Diário Oficial* do dia 9 do mesmo mês, depois de terem sido postos à disposição dos senhores acionistas, conforme publicações feitas no *Diário Oficial* e no *Jornal do Comércio* dos dias 1, 2 e 3 de março deste ano, eleição da Diretoria para o novo período estatutário e dos membros do Conselho Fiscal, para servirem no exercício de 1945.

Determinou em seguida o Sr. Presidente, o que fiz como Secretário, a leitura do relatório, balanço, contas de Lucros e Perdas e parecer do Conselho Fiscal, este assim redigido:

"O Conselho Fiscal da Companhia Têxtil Aliança Industrial, tendo examinado minuciosamente o balanço e demais documentos apresentados pela Diretoria, referentes ao ano findo em 30 de dezembro de 1944 e achando tudo na mais perfeita ordem, é de parecer que sejam aprovados pela Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1945. — *Atílio Soares*. — *Arthur Botelho Junqueira*. — *Norberto de Medeiros*".

Postos em discussão estes documentos e não havendo quem os quisesse discutir, o Sr. Presidente os submeteu à votação, sendo aprovados, sem reservas, por todos os presentes, com exceção dos legalmente impedidos, que se abstiveram de votar.

Dando o Sr. Presidente por aprovados aqueles documentos e os atos administrativos no exercício de 1944, declarou que ia submeter aos senhores acionistas a eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para o novo período, devendo os senhores acionistas, de acordo com a lei, fixar-lhes os vencimentos.

Distribuídas as respectivas cédulas e apurados os votos verificou-se terem sido eleitos para membros efetivos do Conselho Fiscal os Srs. Arthur Botelho Junqueira, Atílio Soares e Norberto Medeiros e, para suplentes, os Srs. Jofre Amado de Melo e Silva, Antônio Paulino

de Carvalho e Miguel Madeira de Freitas, todos brasileiros, residentes no País, fixando-se em Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) mensais a remuneração para cada um dos membros em exercício.

A seguir o Sr. Presidente declarou que, de acordo com o Art. 25 dos Estatutos, o mandato dos Diretores, seus suplentes e procuradores, eleitos na Assembléia de 23 de fevereiro de 1942, terminava com a realização da presente assembléia, pelo que submetia à votação dos Srs. Acionistas a eleição da Diretoria para o novo período estatutário.

Com a palavra o acionista Sr. Oscar da Cunha Ramos, propôs que a assembléia elegeisse para os cargos do Diretor Presidente, Diretor Tesoureiro e Diretor Gerente, respectivamente, os Srs. Severino Pereira da Silva, Fernando Miguel de Moraes Ferreira e Demétrio Pereira da Silva e, para suplentes dos mesmos, respectivamente, os Srs. Draull Ernanny de Melo e Silva, Francisco Vieira de Alencar e Joaquim Antônio Penalva dos Santos e procuradores os Srs. Adueto Barros e Cincinato César de Gusmão.

Posta em discussão e submetida à votação essa proposta, foi a mesma aprovada, tendo o Sr. Presidente proclamado eleitos para o triênio a findar em 1948: Diretor Presidente, Severino Pereira da Silva, brasileiro, casado, industrial, residente nesta Capital, à Rua General Glicério n.º 400 — Apts. 1.201-4; Diretor Tesoureiro, Fernando Miguel de Moraes Ferreira, brasileiro, casado, bancário, residente nesta Cidade, à Rua Joaquim Nabuco n.º 16; Diretor Gerente, Demétrio Pereira da Silva, brasileiro, casado, industrial, residente nesta Cidade, à Rua Visconde de Cabo Frio n.º 29; Suplente do Diretor Presidente, Draull Ernanny de Melo e Silva, brasileiro, casado, banqueiro, residente nesta Cidade, à Rua Conrado Menezes n.º 17; Suplente do Diretor Tesoureiro, Francisco Vieira de Alencar, brasileiro, casado, bancário, residente nesta Cidade à Rua Machado de Assis n.º 45, Apt. 312; Suplente do Diretor Gerente, Joaquim Antônio Penalva dos Santos, brasileiro, casado, engenheiro, residente nesta cidade, à Av. Portugal n.º 330. Procuradores os Srs. Adueto Barros brasileiro, casado, industrial, residente nesta Cidade, à Avenida Rui Barbosa n.º 624, apart.º 601 e Cincinato César de Gusmão, brasileiro, solteiro, bancário, residente nesta Cidade, à Rua Barão de Itaipú n.º 44.

Pedindo a palavra o acionista Sr. Adueto Barros propôs que a assembléia aproveitasse a presente reunião para determinar os vencimentos dos Diretores, nos termos dos estatutos, sugerindo que os mesmos fossem fixados em Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) por mês. Submetida à discussão e à votação, foi esta proposta aprovada pelos presentes, abstendo-se de tomar parte na votação os legalmente impedidos de o fazer. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu a sessão a fim de ser lavrada esta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida, submetida à discussão e à votação sendo aprovada sem debates por todos os presentes que assinam comigo, Pedro Pedrosa Galvão, Secretário, que a redigiu e conferiu.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1945. — *Pedro Pedrosa Galvão*, Secretário. — *Severino Pereira da Silva*. — *Fernando Miguel de Moraes Ferreira*. — *Demétrio Pereira da Silva*. — *Adueto Barros*. — *Joaquim Antônio Penalva dos Santos*. — *Oscar da Cunha Ramos*. — *Jorge L. Vitela*. — *Rômulo Gonçalves Cascão*. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1945. — *Pedro Pedrosa Galvão*, Secretário.

Companhia Textil Aliança Industrial. — Diretor Tesoureiro. — *Fernando Moraes Ferreira*.

(N.º 6.224 — 17-4-45 — Cr\$ 408,00).

SOCIEDADE ANÔNIMA INDUSTRIAL E IMOBILIÁRIA SANTA ANGELA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE ANÔNIMA INDUSTRIAL E IMOBILIÁRIA SANTA ANGELA, REALIZADA ÀS QUINZE HORAS DO DIA QUATORZE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO

Às quinze horas do dia quatorze de abril de mil novecentos e quarenta e cinco, reuniram-se na Sede da Sociedade Anônima Industrial e Imobiliária Santa Angela, à Avenida Almirante Barroso número noventa, quarto andar, sala quatrocentos e três, os senhores acionistas da mesma Sociedade, previamente convocados para tal fim por aviso publicado de acordo com a lei no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio", nos dias cinco, sete e nove do corrente mês de abril de mil novecentos e quarenta e cinco. Verificando pelas assinaturas no livro de presença que se achavam presentes acionistas representando pelo número de suas ações, parte do capital social superior ao exigido por lei, o Diretor presidente, da Sociedade, Dona Gabriella Besanzoni Lage, abriu a sessão e convidou os senhores acionistas a elegerem um acionista para como presidente dirigir os trabalhos. Sendo aclamado o nome da acionista Dona Gabriella Besanzoni Lage, que aceita a indicação, assume ela, nesse caráter, a presidência e convidou para secretário o acionista Doutor Galba de Boscoli. Constituída a mesa, o secretário por ordem da Presidente da Assembléia procede à leitura do aviso de convocação publicado no *Diário Oficial* e no "Jornal do Comércio", nos dias cinco, sete e nove do corrente mês, e do teor seguinte: — "Ficam convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia quatorze do corrente mês de abril, de mil novecentos e quarenta e cinco, às quinze horas na sede social, à Avenida Almirante Barroso número noventa, sala quatrocentos e três, e que terá por objetivo uma autorização para empréstimo com garantia hipotecária, e outorga das autorizações complementares. — Rio de Janeiro, quatro de abril de mil novecentos e quarenta e cinco. — Pela Sociedade Anônima

Industrial e Imobiliária Santa Angela — *Gabriella Besanzoni Lage* — Diretor-Presidente. — *Galba de Boscoli* — Diretor-Técnico". — Logo após o senhor secretário por ordem da Senhora Presidente, procede à leitura da exposição apresentada à Assembléia Geral Extraordinária, pela Diretoria, referente aos assuntos declarados no aviso de convocação e que é a seguinte: — "Senhores acionistas da Sociedade Anônima Industrial e Imobiliária Santa Angela — Em dezesseis de novembro de mil novecentos e quarenta e dois, em Assembléia Geral Extraordinária, os senhores acionistas autorizaram a negociação para serem adquiridos por esta Sociedade, pelo preço total de seissentos e trinta e oito mil cruzeiros os apartamentos números novecentos e um, novecentos e dois, novecentos e três e novecentos e quatro do Edifício Umuarama, sito à Rua A, prolongamento da Rua General Glicério, nesta cidade, inclusive um box de garage, tendo sido também aprovado fosse também realizado a hipoteca do conjunto dos quatro apartamentos inclusive o box de garage, para garantir um débito de trezentos e sessenta e três mil seiscientos e sessenta cruzeiros, mais juros de dez por cento ao ano, acrescidos de um por cento ao ano em caso de mora, parte correspondente à cota de nossa Sociedade no mútuo a ser contratado conjuntamente com os adquirentes dos demais apartamentos do Edifício Umuarama, com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários que financiará a construção a cargo da Companhia Construtora Alcides B. Cotia. Acontece que, posteriormente as bases definitivas do financiamento com esse mesmo Instituto foram ligeiramente melhoradas, passando a hipoteca do conjunto dos mesmos apartamentos inclusive o box de garage, a garantir um débito de trezentos e sessenta e oito mil cento e oitenta e um cruzeiros e vinte cinco centavos, mantidas todas as demais condições, aprovadas para a negociação cujo preço total de aquisição de seissentos e trinta e oito mil cruzeiros não se modificou. Nestas condições vimos solicitar autorização aos senhores acionistas para que essa Diretoria realize os seguintes atos: a) Escritura de hipoteca dos apartamentos novecentos e um, novecentos e dois, novecentos e três e novecentos e quatro, do Edifício Umuarama, sito à Rua A, prolongamento da Rua General Glicério, nesta cidade, inclusive o box de garage, que deverá garantir um débito de trezentos e sessenta e oito mil cento e oitenta e um cruzeiros e vinte cinco centavos; b) Convenção entre condôminos do dito Edifício Umuarama; c) Compra das frações dos terrenos, relativos aos apartamentos citados; d) Contrato de construção a ser realizado com a Companhia Construtora Alcides B. Cotia; demais atos necessários para a realização da negociação. Anexamos o parecer do Conselho Fiscal para conhecimentos dos senhores acionistas. — *Gabriella Besanzoni Lage*, Diretor-Presidente. — *Galba de Boscoli*, Diretor-Técnico". Manda a Senhora Presidente proceder à leitura do parecer do Conselho Fiscal a que se refere a exposição da Diretoria e que é assim expresso: "Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Sociedade Anônima Industrial e Imobiliária Santa Angela, tomaram conhecimento da exposição que a Diretoria da mesma Sociedade pretende apresentar aos senhores acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, no sentido de ser concedida autorização para que a Diretoria realize os atos relativos a negociação de aquisição do conjunto dos apartamentos novecentos e um, novecentos e dois, novecentos e três e novecentos e quatro inclusive o box de garage do Edifício Umuarama, sito à Rua A, prolongamento da Rua General Glicério, nesta cidade, negociação essa que já havia sido aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em dezesseis de novembro de mil novecentos e quarenta e dois, mas cujo montante a financiar com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, foi ligeiramente modificado, passando a hipoteca do conjunto dos ditos apartamentos inclusive o box de garage, a garantir um débito de trezentos e sessenta e oito mil cento e oitenta e um cruzeiros e vinte cinco centavos, em vez de trezentos e sessenta e três mil seiscientos e sessenta cruzeiros, mantidas todas as demais condições aprovadas para a negociação cujo preço total de aquisição de seissentos e trinta e oito mil cruzeiros não se modificou. Examinando detalhadamente a exposição da diretoria, os membros abaixo assinados são favoráveis a que a Diretoria tenha autorização para realizar os atos consignados na sua exposição para os quais ela pede aprovação, a saber: A) — Escritura de hipoteca dos apartamentos novecentos e um, novecentos e dois, novecentos e três, e novecentos e quatro, do Edifício Umuarama, sito à Rua A, prolongamento da Rua General Glicério, nesta cidade, inclusive um box de garage, que deverá garantir um débito de trezentos e sessenta e oito mil cento e oitenta e um cruzeiros e vinte cinco centavos; B) — convenção entre condôminos, do dito Edifício Umuarama; C) — compra das frações do terreno relativas aos apartamentos citados; D) — contrato de construção a ser realizado com a Companhia Construtora Alcides B. Cotia; demais atos necessários para realização da negociação. — Rio de Janeiro, dois de abril de mil novecentos e quarenta e cinco. — *Mário Alves da Cunha*. — *Raul Rego*. — *David Campista Filho*". — Terminada a leitura a Senhora Presidente declarou que se achavam em discussão os assuntos contidos na exposição da Diretoria, bem como o parecer do Conselho Fiscal; ninguém havendo pedido a palavra, declara a Senhora Presidente que os submete à votação; são unanimemente aprovados os pedidos da Diretoria bem como o parecer do Conselho Fiscal; salienta a Senhora Presidente que de acordo com a resolução da Assembléia, fica a Diretoria autorizada a efetuar em nome da Sociedade a operação a que se refere a sua exposição e o respectivo parecer do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, nem desejando nenhum dos presentes fazer uso da palavra a Senhora Presidente, agradeceu o concurso dos senhores acionistas, encerrou a lista de presença com a sua assinatura,

deu por finda a Assembléa e mandou lavrar a presente ata dos seus trabalhos. E, eu Galba de Boscoli, secretário, lavrei a presente ata que foi lida e achada conforme e unânimemente aprovada pelo que é assinada por mim e pelos demais acionistas presentes. — Rio de Janeiro, quatorze de abril de mil novecentos e quarenta e cinco. — *Gabriella Besanconi Lage.* — *Galba de Boscoli.* — *Mario Alves da Cunha.* — *Antonio Cabral Tello Junior.* — *Raul Rego.* — *Antonio Minafra.* — E' cópia fiel extraída do respectivo livro de atas. — *Galba de Boscoli, Secretário.*

(N.º 6.094 — 17-4-45 — Cr\$ 295,80)

COMPANHIA RAYMOND FUNDAÇÕES

ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA RAYMOND DE FUNDAÇÕES

Aos vinte e seis dias do mês de março de 1945, às 16 horas da tarde, reunidos na sede social, à Rua Santa Luzia n.º 798 — 15.º andar, os acionistas abaixo assinados, representando a totalidade do capital social, assumiu a presidência o Senhor Georges N. Eustathopulo, Vice-presidente em exercício da presidência, que convidou para Secretário o acionista Francisco Carvalho.

Disse o Senhor Presidente que a assembléa se reunia em virtude de convocação publicada no *Diário Oficial* e no "Jornal do Comércio" dos dias 14, 16 e 24 do corrente mês, que tinha os fins previstos no art. 98 da lei de Sociedades Anônimas e, ainda, a eleição de nova Diretoria e do novo Conselho Fiscal.

Propôs o acionista José Tomás Nabuco que fosse dispensada a leitura do relatório da Diretoria e do Parecer do Conselho Fiscal, e do Balanço e demais contas, vistos já se acharem à disposição dos acionistas, na sede social, há mais de um mês, conforme anúncios publicados no *Diário Oficial* dos dias 23, 24 e 27 e no "Jornal do Comércio" dos dias 23, 24 e 26 de fevereiro próximo findo, e de terem sido estes documentos publicados no "Jornal do Comércio" do dia 21 e no *Diário Oficial* do dia 22 do corrente mês de março.

Submetida esta proposta à Assembléa, foi ela unânimemente aprovada.

Ninguém pedindo a palavra para falar sobre estes documentos, o Senhor Presidente declarou que iria submetê-los à aprovação da Assembléa, pedindo aos presentes que os que os aprovassem se mantivessem sentados. Verificando-se serem os mesmos unânimemente aprovados, esclareceram os Senhores Diretores presentes que não deviam ser computados os seus votos, nem por si próprios, nem pelos acionistas que representavam.

O Senhor Presidente, em seguida, declarou que a Assembléa deveria passar a eleger nova Diretoria e novo Conselho Fiscal, sugerindo que se deixasse vago o cargo de Diretor — 3.º Vice-presidente, visto existir um projeto de alteração dos estatutos, com a supressão desse cargo.

Submetida a discussão esta preposta, foi ela unânimemente aprovada.

Declarou, então, o Senhor Presidente que iria recolher as cédulas para a eleição da nova Diretoria e do novo Conselho Fiscal, verificando-se a eleição unânime dos seguintes Diretores e Conselheiros:

DIRETORIA

Presidente — Georges N. Eustathopulo — Americano, casado, do comércio, residente nesta cidade, no Copacabana Palace Hotel, à Avenida Atlântica.

1.º Vice-presidente — Edward Phelan — Americano, casado, do comércio, residente nesta cidade, no Hotel Glória, à Praia do Russel.

2.º Vice-presidente — José Tomás Nabuco — Brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade à Rua Mário Pederneiras número 5.

1.º Tesoureiro — 2.º Secretário — Henry Glassman — Americano, divorciado, do comércio, residente nesta cidade, à Avenida Atlântica número 68.

1.º Secretário — 2.º Tesoureiro — João Pedro Gouveia Vieira brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade, à Rua Senador Vergueiro n.º 138.

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos

Alexander Anderson — Inglês, casado, do comércio, residente em Niterói.

George Stanley Benedict — Inglês, casado, do comércio, residente nesta cidade.

Edward Orrel Peel — Inglês, casado, do comércio, residente nesta cidade.

Suplentes

Glenbourne Harvey Whittker — Inglês, casado, do comércio, residente em Niterói.

Frank Edwin Fuller — Inglês, casado, do comércio, residente em São Paulo.

Edward Tully — Inglês, casado, do comércio, residente nesta cidade.

Propôs, então, o acionista José Tomás Nabuco que, enquanto não fossem ativados os negócios sociais, a remuneração dos Diretores passaria a ser puramente nominal, ou seja de Cr\$ 100,00 por mês, sendo fixada para o Conselho Fiscal, a remuneração de Cr\$ 100,00 por reunião a que comparecessem.

Submetida esta proposta a votação, foi ela unânimemente aprovada.

O Senhor Presidente informou que a ata da Assembléa Geral de 30 de agosto de 1944, pela qual tinha sido eleito diretor o senhor Henry Glassman, ainda não havia sido arquivada no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, porque não constava da ata a individuação do diretor eleito, mas que esta falta ficava sanada agora pela individuação que fica acima.

O Senhor Presidente declarou, finalmente, que ele também iria fazer uma proposta e que era a de que a Assembléa não se dissolvesse sem antes aprovar um voto de agradecimentos aos Diretores Aderbal de Miranda Pougy, Eduardo Guinle Filho e Guilherme Ernesto Winter, pelos serviços até aqui prestados à Sociedade.

Aprovada esta proposta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão e mandou lavrar a presente ata, que vai por mim, Secretário, subscrita e por todos assinada. — *Francisco Carvalho.* — *Georges N. Eustathopulo.* por si e como procurador da Raymond Concrete Pile Co. — *José Thomaz Nabuco,* por si e como procurador de Paul D. Case.

Confere com o original no livro de atas. — *José Thomaz Nabuco,* Diretor.

ATA DA 2.ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE AÇIONISTAS DA COMPANHIA RAYMOND DE FUNDAÇÕES

Aos doze dias do mês de abril de 1945, às duas horas da tarde, reunidos na sede social, à Rua Santa Luzia n.º 798 — 10.º andar, os acionistas abaixo assinados, constantes do livro de presença, representando a totalidade do capital social, instalou-se a assembléa, assumindo a presidência o acionista Georges N. Eustathopulo, que convidou para Secretário o acionista Francisco Carvalho.

Aberta a sessão, o Senhor Presidente mandou ler os editais de convocação, publicados no *Diário Oficial* dos dias 4, 6 e 11 do corrente mês e no "Jornal do Comércio" dos mesmos dias, que são do teor seguinte:

COMPANHIA RAYMOND DE FUNDAÇÕES

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas convidados para uma assembléa geral extraordinária que se deverá reunir no dia 12 do corrente, às duas horas da tarde, a fim de deliberar sobre uma proposta de alteração dos estatutos.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1945. — Pela Diretoria. — *G. N. Eustathopulo,* Diretor-Presidente.

Em seguida declarou o Senhor Presidente que havia sobre a mesa uma proposta de alteração dos estatutos, redigida nos termos seguintes.

"PROPOSTA

Tendo sido reduzido o capital da sociedade e tendo Servix Engenharia Ltda. deixado de ser acionista, proponho que se simplifique a sua administração, fazendo-se as seguintes alterações em seus estatutos:

I — Os artigos 9.º, 10.º § 2.º e 11.º parágrafo único, serão assim redigidos:

"Art. 9.º) A Companhia será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembléa Geral pelo prazo de um ano e composta de cinco diretores, dos quais um será eleito para o cargo de Presidente, um para o cargo de 1.º Vice-Presidente, um para o cargo de 2.º Vice-Presidente, um para o cargo de Tesoureiro e ou para o cargo de Secretário".

"Art. 10.º) § 2.º) Em caso de vaga de um lugar de Diretor, será eleito outro para substituí-lo, até a próxima assembléa geral ordinária, na forma do artigo 24. Nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, os diretores se substituirão uns aos outros na ordem da nomeação de seus cargos, no artigo 9.º".

"Art. 11) parágrafo único) O número legal para as reuniões da Diretoria será, no mínimo, de 2 diretores presentes".

II — Suprimir a palavra "individualmente" nos artigos 18 e 19.

III — O artigo 20 terá a seguinte redação:

"Art. 20) O 2.º Vice-Presidente servirá de Consultor Jurídico da Companhia".

IV — Art. 21) Suprimir a palavra "primeiro" antes de "Tesoureiro".

V — Suprimir os artigos 22, 23 e 25 por terem sido suprimidos os cargos de 3.º Vice-Presidente, 2.º Tesoureiro e 2.º Secretário.

VI — O artigo 24 passará a ter o número 22 e os artigos 26 e seguintes passarão a ter a numeração 23 e seguintes.

VII — O artigo 24 (atual 27) e o artigo 27 (atual 30) serão redigidos:

"Art. 24) Além dos poderes e das atribuições que a lei lhe confere, compete ao Conselho Fiscal, em caso de vaga na Diretoria, eleger novo diretor, para preenchê-la".

"Art. 27) A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou, na falta deste, pelo acionista que, na ocasião, fôr escolhido, o qual convidará então outro para servir de Secretário".

VIII — Acrescente-se a seguinte

"Disposição Transitória" — Art. 30) Os diretores eleitos na última assembléia geral ordinária continuarão em exercício até a próxima assembléia geral ordinária, nos cargos para que foram eleitos, perdendo apenas o Tesoureiro as funções de 2.º Secretário e o Secretário as de 2.º Tesoureiro".

Rio de Janeiro, 20 de março de 1945. — José Thomaz Nabuco".

Declarou a seguir o Senhor Presidente que a proposta estava em discussão. Ninguém pedindo a palavra, o Senhor Presidente pediu então aos presentes, que a aprovavam, que se mantivessem sentados, tendo sido a proposta unanimemente aceita.

Requeriu, então, o mesmo acionista José Thomaz Nabuco que fôsse inserido na ata o texto integral dos estatutos, tal como ficaram redigidos depois das alterações votadas nesta e na anterior assembléia. Submetido a discussão e votação este pedido, foi ele aprovado.

Estatutos da Companhia Raymond de Fundações

CAPÍTULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo primeiro — A Companhia Raymond de Fundações reger-se-á por estes Estatutos, e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo segundo — A Companhia tem por objeto a execução de fundações, de quaisquer tipos e para quaisquer fins, por conta própria ou de terceiros, para obras públicas ou particulares, por empreitada ou administração, podendo, para tanto, praticar todas as demais operações relacionadas com seu gênero de atividade.

Parágrafo único — A Companhia, para a consecução dos seus objetivos, poderá associar-se a firmas ou sociedades nacionais ou estrangeiras, de atividades congêneres ou correlatas, bem como abrir filiais, agências, oficinas, depósitos e outras dependências, e exercer suas atividades em qualquer parte do território nacional e do estrangeiro.

Artigo terceiro — O Foro Jurídico é o da cidade do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, onde a Sociedade tem sua sede.

Artigo quarto — A Companhia durará por prazo indeterminado.

CAPÍTULO SEGUNDO

CAPITAL E AÇÕES

Artigo quinto — O capital social é de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) dividido em 2.400 ações ordinárias integralizadas, do valor nominal de Cr\$ 500,00 cada uma.

Artigo sexto — As ações serão ao portador.

Artigo sétimo — A Companhia poderá emitir títulos múltiplos, até o máximo de mil ações por título.

Artigo oitavo — A cada ação corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

CAPÍTULO TERCEIRO

ADMINISTRAÇÃO

Artigo nono — A Companhia será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembléia Geral pelo prazo de um ano e composta de cinco diretores, dos quais um será eleito para o cargo de Presidente, um para o cargo de 1.º Vice-Presidente, um para o cargo de 2.º Vice-Presidente, um para o cargo de Tesoureiro e um para o cargo de Secretário.

Parágrafo único — É permitida a reeleição.

Artigo décimo — Cada Diretor prestará a caução de cinco (5) ações da Companhia em garantia de sua gestão, e será investido no cargo mediante termo de posse lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria".

Parágrafo primeiro — O mandato dos Diretores vigorará, a contar da data em que forem eleitos, até a Assembléia Geral Ordinária seguinte, mas permanecerão no exercício de seus cargos até que os seus sucessores sejam eleitos e empossados.

Parágrafo segundo — Em caso de vaga de um lugar de Diretor, será eleito outro para substituí-lo, até a próxima assembléia geral ordinária, na forma do art. 24. Nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, os diretores se substituirão uns aos outros na ordem da nomeação de seus cargos, no artigo 9.º

Artigo onze — A Diretoria reunir-se-á, quando convocada pelo Presidente ou por dois de seus membros, devendo, obrigatoriamente, realizar pelo menos, uma reunião por ano.

Parágrafo único — O número legal para as reuniões da Diretoria será, no mínimo, de 2 diretores presentes.

Artigo doze — Compete à Diretoria, agindo como órgão coletivo:

a) Convocar Assembléias Gerais Extraordinárias dos Acionistas sempre que julgar conveniente, ou, obrigatoriamente, quando solicitada por acionistas que representem mais de um quinto do capital social, sem prejuízo de quem tenha, em virtude da lei, tal direito; b) Submeter à Assembléia Geral os relatórios, contas, balanços e inventários da Administração e parecer do Conselho Fiscal; c) Dar autorização para, observado o que dispõe o artigo dezesesseis (16), contrair empréstimos em dinheiro, alienar, adquirir ou arrendar móveis ou imóveis; constituir hipotecas, gravames ou outros ônus sobre imóveis, dar penhor ou caução de móveis, transigir, aceitar arbitramento ou desistir de qualquer espécie de ação; d) Deliberar sobre todos os atos que digam respeito a: Primeiro) Criação de filiais ou agências; Segundo) Contratos de financiamento; Terceiro) Participação da Companhia em outras firmas ou entidades, existentes ou a serem criadas, para fins gerais ou específicos; e) administrar, de modo geral e com os mais amplos poderes, os negócios e bens sociais, executando todos os atos que lhe são atribuídos pela lei ou pelos presentes Estatutos, ou que não forem pela lei, nem por estes Estatutos, expressamente atribuídos a qualquer outro órgão; f) Elaborar o seu regimento interno.

Artigo treze — As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e as atas destas deliberações serão assinadas por Diretores em número suficiente, no mínimo, para a constituição de *quorum*.

Parágrafo primeiro — Ao Diretor ausente é permitido fazer-se representar nas reuniões da Diretoria por outro Diretor, devidamente autorizado por carta, telegrama ou documento autêntico.

Parágrafo segundo — Em caso de empate na Diretoria, o assunto, a pedido de qualquer Diretor, será submetido à Assembléia Geral.

Artigo quatorze — A remuneração da Diretoria será votada anualmente pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO QUARTO

DIREÇÃO EXECUTIVA

Artigo quinze — O Diretor-presidente e o Diretor Primeiro Vice-presidente, eleitos na forma prevista no artigo nove, são os principais dirigentes executivos da Companhia, e, como tais, têm sujeitos às outras disposições destes Estatutos, todos os poderes necessários para, agindo sempre conjuntamente, por si ou por mandatários, efetuarem todas e quaisquer transações da Sociedade, de acordo com os seus respectivos Estatutos e dentro da lei.

Artigo dezesesseis — No desempenho de suas funções, o Presidente e o Primeiro Vice-presidente podem, agindo sempre conjuntamente e com a devida observância dos requisitos da lei, e destes Estatutos, e com o prévio consentimento da Diretoria, quando fôr o caso tomar empréstimos em dinheiro; alienar, adquirir ou arrendar móveis ou imóveis; constituir hipotecas, gravames ou outros ônus sobre imóveis; dar penhor ou caução móvel; transigir, aceitar arbitramento, móveis ou desistir, digo arbitramento, mover ou desistir de qualquer espécie de ação; comparecer nos pleitos em que se discuta o condomínio dos bens ou outros direitos da Companhia, de qualquer espécie, e converter tais bens em outros.

Artigo dezessete — Competem ainda ao Presidente e Primeiro Vice-presidente, agindo conjuntamente, observadas as restrições legais pela, digo restrições impostas pela Diretoria ou por estes Estatutos as atribuições seguintes: a) Constituir procuradores judiciais ou extra-judiciais para representar a Companhia, podendo em casos de emergência, nos quais haja necessidade de agir com rapidez, exercer as atribuições indicadas nesta alínea, sem prévia autorização da Diretoria, prestando-lhe, oportunamente, contas de seus atos; b) Celebrar contratos para a execução de obras e serviços para o cumprimento de outros fins sociais; c) Elaborar, de acordo com os membros da Diretoria, o relatório que a Diretoria deve apresentar à Assembléia Geral Ordinária sobre os negócios sociais; d) Nomear agentes e prepostos da Companhia, criar cargos e funções, fixando-lhes as atribuições e respectivas remunerações; e e) Desempenhar as demais funções que lhes sejam atribuídas pela Diretoria ou Assembléia Geral, bem como todos os demais atos que, dentro de suas atribuições, sejam necessários para que a Companhia preencha cabal e eficientemente suas finalidades.

Artigo dezoito — Compete ao Presidente, além das atribuições que lhe cabe exercer em conjunto com o Primeiro Vice-presidente; a) Representar a Companhia, ativa ou passivamente, perante os órgãos, autoridades ou tribunais judiciais ou administrativos; b) Presidir às Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria; c, c) Ordenar as atividades dos Diretores.

Artigo dezenove — Ao primeiro Vice-presidente, além das atribuições que lhe cabe desempenhar conjuntamente com o Presidente, compete: a) Exercer o cargo de Gerente Geral da Companhia; b) Juntamente com o Diretor Primeiro Tesoureiro, emitir, endossar, ou aceitar cheques, notas promissórias, letras de câmbio ou outros ti-

tuos de responsabilidade da Companhia; e, c) orientar os serviços de engenharia e construção, admitir ou demitir funcionários.

Artigo vinte — O 2.º Vice-presidente servirá de Consultor-jurídico da Companhia.

Artigo vinte e um — Ao Tesoureiro compete as atribuições geralmente a cargo do Tesoureiro de Sociedades Anônimas, entre as quais: a) a guarda dos fundos e valores da Companhia; b) a guarda dos livros comerciais e outros documentos da Contabilidade; c) a manutenção em dia da escrita da Companhia; e, d) Juntamente com o primeiro Vice-presidente, emitir, aceitar ou endossar cheques, letras de câmbio ou outros títulos de responsabilidade da Companhia.

Artigo vinte e dois — Ao Diretor Secretário compete as atribuições habitualmente a cargo do Secretário de Sociedades Anônimas, entre as quais: a) Secretariar tanto as Assembléias Gerais como as reuniões da Diretoria e manter a escrituração dos respectivos livros de atas; b) Expedir convocações para as Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria; e, c) Manter em dia os livros e papéis sob sua guarda.

CAPITULO QUINTO

CONSELHO FISCAL

Artigo vinte e três — O Conselho Fiscal compôr-se-á de seis membros, todos residentes no País, sendo três efetivos e três suplentes, eleitos anualmente, pela Assembléia Geral.

Artigo vinte e quatro — Além dos poderes e das atribuições que a lei lhe confere, compete ao Conselho Fiscal, em caso de vaga na Diretoria, eleger novo diretor, para preenchê-la.

Artigo vinte e cinco — A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada, anualmente, pela Assembléia Geral Ordinária que os eleger.

CAPITULO SEXTO

ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo vinte e seis — A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia trinta e um (31) de março de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas.

Parágrafo primeiro — Os anúncios de convocação, publicados pela imprensa como manda a lei, mencionarão o dia, a hora e o local da reunião, e, ainda que sumariamente, a ordem do dia, não podendo a Assembléia deliberar sobre assuntos estranhos à convocação.

Parágrafo segundo — Nas Assembléias Gerais, os acionistas poderão fazer-se representar por procuradores, desde que estes também sejam acionistas da Companhia.

Artigo vinte e sete — A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou, na falta deste, pelo acionista que, na ocasião, for escolhido, o qual convidará então outro para servir de secretário.

CAPITULO SÉTIMO

EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo vinte e oito — O exercício social termina a trinta e um de dezembro de cada ano. Levantado o balanço, com observância das prescrições legais e feitas as necessárias amortizações, do lucro líquido deduzir-se-ão: a) Cinco por cento (5%) para a constituição do fundo de reserva legal, até alcançar vinte por cento (20%) do capital social; b) a importância necessária para a distribuição do dividendo, que, por proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, for aprovado pela Assembléia Geral; o saldo, se houver, será no todo ou em parte, conforme resolver a assembléia geral, transportado para o exercício seguinte.

CAPITULO OITAVO

LIQUIDAÇÃO

Artigo vinte e nove — A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, ou quando o requererem acionistas representando mais de um terço do capital social, competindo à assembléia geral determinar o modo da liquidação, nomear o liquidante ou liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação.

CAPITULO NONO

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Artigo trinta — Os diretores eleitos na última assembléia geral ordinária continuarão em exercício até a próxima assembléia geral ordinária, nos cargos para que forem eleitos, perdendo apenas o Tesoureiro as funções de 2.º secretário e o secretário as de 2.º tesoureiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão e mandou lavrar a presente ata, que vai por mim, secretário, subscrita e por todos assinada. — *Francisco Carvalho*. — *Georges N. Eustathopulo*, por si e como procurador da Raymond Concrete Pipe Company. — *José Thomaz Nabuco*, por si e como procurador de Paul D. Case.

Confere com o original no livro de atas. — *José Thomaz Nabuco*, Diretor.

(N.º 6.025 — 16-1-45 — Cr\$ 979,20).

COMPANHIA RAYMOND — SERVIX DE CONSTRUÇÕES (RAYVIX)

ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA RAYMOND-SERVIX DE CONSTRUÇÕES (RAYVIX)

Aos vinte e seis dias do mês de março de 1945, às 14 horas da tarde, reunidos na sede social, à Rua Santa Luzia n.º 798 — 15.º andar, os acionistas abaixo assinados, representando a totalidade do capital social, assumiu a presidência o senhor Georges N. Eustathopulo, Vice-presidente em exercício da presidência, que convidou para Secretário o acionista Francisco Carvalho.

Disse o Senhor Presidente que a assembléia se reunia em virtude de convocação publicada no *Diário Oficial* e no "Jornal do Comércio" dos dias 14, 16 e 24 do corrente mês, que tinha os fins previstos no art. 98 da Lei de Sociedades Anônimas e, ainda, a eleição de nova Diretoria e de novo Conselho Fiscal.

Propôs o acionista José Tomás Nabuco que fosse dispensada a leitura do relatório da Diretoria e do Parecer do Conselho Fiscal, e do Balanço e demais contas, vistos já se acharem à disposição dos acionistas, na sede social, há mais de um mês, conforme anúncios publicados no *Diário Oficial* dos dias 23, 24 e 27 e no "Jornal do Comércio" dos dias 23, 24 e 26 de fevereiro próximo findo, e de terem sido estes documentos publicados no "Jornal do Comércio" do dia 21 e no *Diário Oficial* do dia 22 do corrente mês de março.

Submetida esta proposta à Assembléia, foi ela unanimemente aprovada.

Ninguém pedindo a palavra para falar sobre estes documentos, o Senhor Presidente declarou que iria submetê-los à aprovação da Assembléia, pedindo aos presentes que os que os aprovassem, se mantivessem sentados. Verificando-se serem os mesmos unanimemente aprovados, esclareceram os senhores Diretores presentes que não deviam ser computados os seus votos, nem por si próprios, nem pelos acionistas que representavam.

O Senhor Presidente, em seguida, declarou que a Assembléia deveria passar a eleger nova Diretoria e novo Conselho Fiscal, sugerindo que se deixasse vago o cargo de Diretor — 3.º Vice-presidente, visto existir um projeto de alteração dos estatutos, com a supressão desse cargo.

Submetida a discussão esta proposta, foi ela unanimemente aprovada.

Declarou, então, o Senhor Presidente que iria recolher as cédulas para a eleição da nova Diretoria e do novo Conselho Fiscal, verificando-se a eleição unânime dos seguintes Diretores e Conselheiros:

DIRETORIA

Presidente — *Georges N. Eustathopulo* — Americano, casado, do comércio, residente nesta cidade, no Copacabana Palace Hotel, à Avenida Atlântica.

1.º Vice-presidente — *Edward Phelan* — Americano, casado, do comércio, residente nesta cidade, no Hotel Glória, à Praia do Russel.

2.º Vice-presidente — *José Tomás Nabuco* — Brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade à Rua Mário Pederneiras número 5.

1.º Tesoureiro — 2.º Secretário — *Henry Glassman* — Americano, divorciado, do comércio, residente nesta cidade, à Avenida Atlântica n.º 68.

1.º Secretário — 2.º Tesoureiro — *João Pedro Gouveia Vieira* — Brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade, à Rua Senador Vergueiro n.º 138.

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos

Alexander Anderson — Inglês, casado, do comércio, residente em Niterói.

George Stanley Benedict — Inglês, casado, do comércio, residente nesta cidade.

Edward Orrel Peel — Inglês, casado, do comércio, residente nesta cidade.

Suplentes

Glenbourne Harvey Whittker — Inglês, casado, do comércio, residente em Niterói.

Frank Edwin Fuller — Inglês, casado, do comércio, residente em São Paulo.

Edward Tully — Inglês, casado, do comércio, residente nesta cidade.

Propôs, então, o acionista José Tomás Nabuco que, enquanto não fossem ativados os negócios sociais, a remuneração dos Diretores passaria a ser puramente nominal, ou seja de Cr\$ 100,00 por mês, sendo fixada para o Conselho Fiscal, a remuneração de Cr\$ 100,00 por reunião a que comparecessem.

Submetida esta proposta a votação, foi ela unanimemente aprovada.

O Senhor Presidente informou que a ata da Assembléia Geral de 30 de agosto de 1944, pela qual tinha sido eleito diretor o senhor Henry Glassman, ainda não havia sido arquivada no Departamento

Nacional de Indústria e Comércio, porque não constava da ata a individuação do diretor eleito, mas que esta falta ficava sanada agora pela individuação que fica acima.

O Senhor Presidente declarou, finalmente, que ele também iria fazer uma proposta e que era a de que a Assembléia não se dissolvesse sem antes aprovar um voto de agradecimento aos Diretores Aderbal de Miranda Pongy, Eduardo Guinle Filho e Guilherme Ernesto Winter, pelos serviços até aqui prestados à Sociedade.

Aprovada esta proposta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão e mandou lavrar a presente ata, que vai por mim, Secretário, subscrita e por todos assinada. — Francisco Carvalho. — Georges N. Eustathopulo, por si e como procurador da Raymond Concrete Pile Co. — José Thomaz Nabuco, por si e como procurador de Paul D. Case.

Confere com o original no livro de atas. — José Thomaz Nabuco, Diretor.

ATA DA 2.ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA COMPANHIA RAYMOND — SERVIX DE CONSTRUÇÕES

Aos doze dias do mês de abril de 1945, às quatro horas da tarde, reunidos na sede social, à Rua Santa Luzia n.º 798 — 15.º andar, os acionistas abaixo assinados, constantes do livro de presença, representando a totalidade do capital social, instalou-se a assembléia, assumindo a presidência o acionista George N. Eustathopulo, que convidou para Secretário o acionista Francisco Carvalho.

Aberta a sessão, o Senhor Presidente mandou ler os editais de convocação, publicados no *Diário Oficial* dos dias 4, 6 e 11 do corrente mês e no "Jornal do Comércio" dos mesmos dias, que são do teor seguinte:

"COMPANHIA RAYMOND-SERVIX DE CONSTRUÇÕES

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas convidados para uma assembléia geral extraordinária que se deverá reunir no dia 12 do corrente, às quatro horas da tarde, a fim de deliberar sobre uma proposta de alteração dos estatutos.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1945. — Pela Diretoria. — G. N. Eustathopulo, Diretor-Presidente".

Em seguida declarou o Senhor Presidente que havia sobre a mesa uma proposta de alteração do nome da Sociedade e outras modificações estatutárias redigidas nos termos seguintes.

"Proposta

Tendo sido reduzido o capital da sociedade e tendo Servix Engenharia Ltda. deixado de ser acionista, proponho que a sociedade não use mais a palavra "Servix" em sua denominação e simplifique a sua administração, fazendo-se as seguintes alterações em seus estatutos:

I — Os arts. 1.º, 9.º, 10 § 2.º e 11 parágrafo único serão assim redigidos:

"Art. 1.º) Companhia Raymond de Construções reger-se-á por estes estatutos e disposições legais que lhe forem aplicáveis".

"Art. 9.º) A Companhia será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembléia Geral pelo prazo de um ano e composta de cinco diretores, dos quais um será eleito para o cargo de Presidente, um para o cargo de 1.º Vice-presidente, um para o cargo de 2.º Vice-presidente, um para o cargo de Tesoureiro e um para o cargo de Secretário".

"Art. 10 — § 2.º) Em caso de vaga de um lugar de Diretor, será eleito outro para substituí-lo, até a próxima assembléia geral ordinária, na forma do art. 24. Nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, os diretores se substituirão uns aos outros na ordem da nomeação de seus cargos, no art. 9.º".

Art. 11 — Parágrafo único) O número legal, para as reuniões da Diretoria será, no mínimo, de 2 diretores presentes".

II — Suprimir a palavra "individualmente" nos artigos 18 e 19.

III — O artigo 20 terá a seguinte redação:

"Art. 20) O 2.º Vice-Presidente servirá de Consultor Jurídico da Companhia".

IV — Art. 21) Suprimir a palavra "primeiro" antes de "Tesoureiro".

V — Suprimir os artigos 22, 23 e 25 por terem sido suprimidos os cargos de 3.º Vice-Presidente, 2.º Tesoureiro e 2.º Secretário.

VI — O artigo 24 passará a ter o número 22 e os artigos 26 e seguintes passarão a ter a numeração 23 e seguintes.

VII — O artigo 24 (atual 27) e o artigo 27 (atual 30) serão redigidos:

"Art. 24) Além dos poderes e das atribuições que a lei lhe confere, compete ao Conselho Fiscal, em caso de vaga na Diretoria, eleger novo diretor, para preenchê-la".

"Art. 27) A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou, na falta deste, pelo acionista que, na ocasião, for escolhido, o qual convidará então outro para servir de Secretário".

VIII — Acrescente-se a seguinte

"Disposição Transitória" — Art. 30) Os diretores eleitos na última assembléia geral ordinária continuarão em exercício até a próxima assembléia geral ordinária, nos cargos para que foram eleitos, perdendo apenas o Tesoureiro as funções de 2.º Secretário e o Secretário as de 2.º Tesoureiro".

Rio de Janeiro, 20 de março de 1945. — José Thomaz Nabuco".

Declarou a seguir o Senhor Presidente que a proposta estava em discussão. Ninguém pedindo a palavra, o Senhor Presidente pediu então aos presentes, que a aprovavam, que se mantivessem sentados, tendo sido a proposta unanimemente aceita.

Requerem, então, o mesmo acionista José Thomaz Nabuco que fosse inserido na ata o texto integral dos estatutos, tal como ficaram redigidos depois das alterações votadas nesta e na anterior assembléia. Submetido a discussão e votação este pedido, foi ele aprovado.

CAPITULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo primeiro — A Companhia Raymond de Fundações reger-se-á por estes Estatutos, e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo segundo — A Companhia tem por objeto: Primeiro) Execução, por conta própria ou de terceiros, de obras e serviços de engenharia, para fins públicos ou particulares, por empreitada ou administração, tais como: Estradas de Ferro, Estradas de rodagem; metropolitanos; pontes; docas; molhes; portos; túneis; redes de esgotos e abastecimento de água; tratamento de águas potável e industriais; regularização de rios e canais, usinas termos e hidro-elétricas; irrigação; edifícios — para fins públicos, comerciais ou industriais; pavimentação de estradas; fortificações; aeroportos e finalmente todas as demais obras desse gênero. — Segundo) Financiar as obras e serviços públicos ou particulares, que contratar. — Terceiro) Praticar todas as demais operações relacionadas com seu gênero de atividades.

Parágrafo único — A Companhia, para a consecução dos seus objetivos, poderá associar-se a firmas ou sociedades nacionais ou estrangeiras, de atividades congêneres ou correlatas, bem como abrir filiais, agências, oficinas, depósitos e outras dependências, e exercer suas atividades em qualquer parte do território nacional e do estrangeiro.

Artigo terceiro — O Fôro Judicial é o da cidade do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, onde a Sociedade tem sua sede.

Artigo quarto — A Companhia durará por prazo indeterminado.

CAPITULO SEGUNDO

CAPITAL E AÇÕES

Artigo quinto — O capital social é de Cr\$ 150.000.00 (cento e cinqüenta mil cruzeiros) dividido em 1.500 ações ordinárias integralizadas, do valor nominal de Cr\$ 100.00 (cem cruzeiros) cada uma.

Artigo sexto — As ações serão ao portador.

Artigo sétimo — A Companhia poderá emitir títulos múltiplos até o máximo de mil ações por título.

Artigo oitavo — A cada ação corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

CAPITULO TERCEIRO

ADMINISTRAÇÃO

Artigo nono — A Companhia será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembléia Geral pelo prazo de um ano e composta de cinco diretores, dos quais um será eleito para o cargo de Presidente, um para o cargo de 1.º Vice-Presidente, um para o cargo de Tesoureiro e um para o cargo de Secretário.

Parágrafo único — É permitida a reeleição.

Artigo décimo — Cada Diretor prestará a caução de cinco (5) ações da Companhia em garantia de sua gestão, e será investido no cargo mediante termo de posse lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria".

Parágrafo primeiro — O mandato dos Diretores vigorará, a contar da data em que forem eleitos, até a Assembléia Geral Ordinária seguinte, mas permanecerão no exercício de seus cargos até que os seus sucessores sejam eleitos e empossados.

Parágrafo segundo — Em caso de vaga de um lugar de Diretor, será eleito outro para substituí-lo, até a próxima assembléia geral ordinária, na forma do art. 24. Nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, os diretores se substituirão uns aos outros na ordem da nomeação de seus cargos, no artigo 9.º

Artigo onze — A Diretoria reunir-se-á, quando convocada pelo Presidente ou por dois de seus membros, devendo, obrigatoriamente, realizar pelo menos, uma reunião por ano.

Parágrafo único — O número legal para as reuniões da Diretoria será, no mínimo, de 2 diretores presentes.

Artigo doze — Compete à Diretoria, agindo como órgão coletivo:

- 1) Convocar Assembléias Gerais Extraordinárias dos Acionistas sempre que julgar conveniente, ou, obrigatoriamente, quando solicitada por acionistas que representem mais de um quinto do capital social, sem prejuízo de quem tenha, em virtude da lei, tal direito;
- 2) Submeter à Assembléia Geral os relatórios, contas, balanços e inventário da Administração e parecer do Conselho Fiscal;
- 3) Dar autorização para observado o que dispõe o artigo dezesseis (16), contrair empréstimos em dinheiro, alienar, adquirir ou arrendar móveis ou imóveis; constituir hipotecas, gravames ou outros ônus sobre imóveis, dar penhor ou caução de móveis, transigir, aceitar arbitramento ou desistir de qualquer espécie de ação;
- 4) Deliberar sobre todos os atos que digam respeito a: Primeiro) Criação de filiais ou agências; Segundo) Contratos de financiamento; Terceiro) Participação da Companhia em outras firmas ou entidades, existentes ou a serem criadas, para fins gerais ou específicos;
- 5) e) administrar, de modo geral e com os mais amplos poderes, os negócios e bens sociais, executando todos os atos que lhe são atribuídos pela lei ou pelos presentes Estatutos, ou que não forem pela lei, nem por estes Estatutos, expressamente atribuídos a qualquer outro órgão;
- 6) Elaborar o seu regimento interno.

Artigo treze — As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e as atas destas deliberações serão assinadas por Diretores em número suficiente, no mínimo, para a constituição de quorum.

Parágrafo primeiro — Ao Diretor ausente é permitido fazer-se representar nas reuniões da Diretoria por outro Diretor, devidamente autorizado por carta, telegrama ou documento autêntico.

Parágrafo segundo — Em caso de empate na Diretoria, o assunto, a pedido de qualquer Diretor, será submetido à Assembléia Geral.

Artigo quatorze — A remuneração da Diretoria será volada anualmente pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO QUARTO

DIREÇÃO EXECUTIVA

Artigo quinze — O Diretor-presidente e o Diretor Primeiro Vice-presidente, eleitos na forma prevista no artigo nove, são os principais dirigentes executivos da Companhia, e, como tais, têm sujeitos as outras disposições destes Estatutos, todos os poderes necessários para, agindo sempre conjuntamente, por si ou por mandatários, efetuarem todas e quaisquer transações da Sociedade, de acordo com os seus respectivos Estatutos e dentro da lei.

Artigo dezesseis — No desempenho de suas funções, o Presidente e o Primeiro Vice-presidente podem, agindo sempre conjuntamente e com a devida observância dos requisitos da lei, e destes Estatutos, e com o prévio consentimento da Diretoria, quando for o caso tomar empréstimos em dinheiro; alienar, adquirir ou arrendar móveis ou imóveis; constituir hipotecas, gravames ou outros ônus sobre imóveis; dar penhor ou caução móvel; transigir, aceitar arbitramento, móveis ou desistir, digo arbitramento, mover ou desistir de qualquer espécie de ação; comparecer nos pleitos em que se discutir o condomínio dos bens ou outros direitos da Companhia, de qualquer espécie, e converter tais bens em outros.

Artigo dezessete — Competem ainda ao Presidente e Primeiro Vice-presidente, agindo conjuntamente, observadas as restrições legais pela, digo restrições impostas pela Diretoria ou por estes Estatutos as atribuições seguintes: a) Constituir procuradores judiciais ou extra-judiciais para representar a Companhia, podendo em casos de emergência, nos quais haja necessidade de agir com rapidez, exercer as atribuições indicadas nesta alínea, sem prévia autorização da Diretoria, prestando-lhe, oportunamente, contas de seus atos; b) Celebrar contratos para a execução de obras e serviços para o cumprimento de outros fins sociais; c) Elaborar, de acordo com os outros membros da Diretoria, o relatório que a Diretoria deve apresentar à Assembléia Geral Ordinária sobre os negócios sociais; d) Nomear agentes e prepostos da Companhia, criar cargos e funções, fixando-lhes as atribuições e respectivas remunerações; e) Desempenhar as demais funções que lhes sejam atribuídas pela Diretoria ou Assembléia Geral, bem como todos os demais atos que, dentro de suas atribuições, sejam necessários para que a Companhia preencha cabal e eficientemente suas finalidades.

Artigo dezoito — Compete ao Presidente, além das atribuições que lhe cabe exercer em conjunto com o Primeiro Vice-presidente: a) Representar a Companhia, ativa ou passivamente, perante os órgãos, autoridades ou tribunais judiciais ou administrativos; b) Presidir às Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria; c) Coordenar as atividades dos Diretores.

Artigo dezenove — Ao primeiro Vice-presidente, além das atribuições que lhe cabe desempenhar conjuntamente com o Presidente, compete: a) Exercer o cargo de Gerente Geral da Companhia; b) Juntamente com o Diretor Primeiro Tesoureiro, emitir, endossar, ou aceitar cheques, notas promissórias, letras de câmbio ou outros títulos de responsabilidade da Companhia; c) orientar os serviços de engenharia e construção, admitir ou demitir funcionários.

Artigo vinte — O 2.º Vice-presidente servirá de Consultor-jurídico da Companhia.

Artigo vinte e um — Ao Tesoureiro compete as atribuições geralmente a cargo do Tesoureiro de Sociedades Anônimas, entre as quais: a) a guarda dos fundos e valores da Companhia; b) a guarda dos livros comerciais e outros documentos da Contabilidade; c) a manutenção em dia da escrita da Companhia; e, d) Juntamente com o primeiro Vice-presidente, emitir, aceitar ou endossar cheques, letras de câmbio ou outros títulos de responsabilidade da Companhia.

Artigo vinte e dois — Ao Diretor Secretário compete as atribuições habitualmente a cargo do Secretário de Sociedades Anônimas, entre as quais: a) Secretariar tanto as Assembléias Gerais como as reuniões da Diretoria e manter a escrituração dos respectivos livros de atas; b) Expedir convocações para as Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria; e, c) Manter em dia os livros e papéis sob sua guarda.

CAPÍTULO QUINTO

CONSELHO FISCAL

Artigo vinte e três — O Conselho Fiscal compôr-se-á de seis membros, todos residentes no País, sendo três efetivos e três suplentes, eleitos anualmente, pela Assembléia Geral.

Artigo vinte e quatro — Além dos poderes e das atribuições que a lei lhe confere, compete ao Conselho Fiscal, em caso de vaga na Diretoria, eleger novo diretor para preenchê-la.

Artigo vinte e cinco — A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada, anualmente, pela Assembléia Geral Ordinária que os eleger.

CAPÍTULO SEXTO

ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo vinte e seis — A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia trinta e um (31) de março de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas.

Parágrafo primeiro — Os anúncios de convocação, publicados pela imprensa como manda a lei, mencionarão o dia, a hora e o local da reunião, e, ainda que sumariamente, a ordem do dia, não podendo a Assembléia deliberar sobre assuntos estranhos à convocação.

Parágrafo segundo — Nas Assembléias Gerais, os acionistas poderão fazer-se representar por procuradores, desde que estes também sejam acionistas da Companhia.

Artigo vinte e sete — A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou, na falta deste, pelo acionista que, na ocasião, for escolhido, o qual convidará então outro para servir de secretário.

CAPÍTULO SÉTIMO

EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo vinte e oito — O exercício social termina a trinta e um de dezembro de cada ano. Levantado o balanço, com observância das prescrições legais e feitas as necessárias amortizações, do lucro líquido deduzir-se-ão: a) Cinco por cento (5%) para a constituição do fundo de reserva legal, até alcançar vinte por cento (20%) do capital social; b) a importância necessária para a distribuição do dividendo, que, por proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, for aprovado pela Assembléia Geral; o saldo, se houver, será no todo ou em parte, conforme resolver a assembléia geral, transportado para o exercício seguinte.

CAPÍTULO OITAVO

LIQUIDAÇÃO

Artigo vinte e nove — A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, ou quando o requererem acionistas representando mais de um terço do capital social, competindo à assembléia geral determinar o modo da liquidação, nomear o liquidante ou liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação.

CAPÍTULO NONO

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Artigo trinta — Os diretores eleitos na última assembléia geral ordinária continuarão em exercício até a próxima assembléia geral ordinária, nos cargos para que forem eleitos, perdendo apenas o Tesoureiro as funções de 2.º secretário e o secretário as de 2.º tesoureiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão e mandou lavrar a presente ata, que vai por mim, secretário, subscrita e por todos assinada. — *Francisco Carvalho.* — *Georges A. Eustathopulo.* por si e como procurador da Raymond Concrete Pile Company. — *José Thomaz Nabuco,* por si e como procurador de Paul D. Case.

Confere com o original no livro de atas. — *José Thomaz Nabuco,* Diretor.

FABRICA DE PAPEL TIJUCA S.A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA FÁBRICA DE PAPEL TIJUCA SOCIEDADE ANÔNIMA, REALIZADA EM TRÊS DE ABRIL, DE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO

Aos três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e quarenta e cinco, de conformidade com a convocação do *Diário Oficial*, feita nos dias vinte e oito de fevereiro e um e dois de março próximo passado, reuniram-se na sede social à Rua do Lavradio, número noventa e oito, às quinze horas, trinta e nove acionistas da Fábrica de Papel Tijuca S. A., representando seis mil e oitenta ações, conforme consta do Livro de Presença. O Senhor Adelino Augusto de Moraes, Diretor-Presidente, verificando número legal, declara abertos os trabalhos e pede a Assembléia para indicar um dos acionistas presentes para presidir-lá. É aclamado o Senhor Antônio Parente Ribeiro, que, assumindo a presidência, convida para Primeiro e Segundo Secretários, os Senhores acionistas Antonino Gomes Fraga e Leonardo Freitas do Vale. — Iniciados os trabalhos o Senhor Presidente manda proceder a leitura dos anúncios de convocação, o que foi feito. Em seguida, o Senhor Presidente manda proceder a leitura do Relatório da Diretoria, do Balanço e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo. Pediu a palavra o acionista Senhor José da Silva Pereira, que propôs ser dispensada a referida leitura, visto ser matéria publicada no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio" dos dias 22 e 23 de março próximo passado, respectivamente. Postos em discussão o Relatório da Diretoria, o Balanço e Parecer do Conselho Fiscal, foram os mesmos unanimemente aprovados, tendo absteído de votar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. Procedeu-se em seguida a eleição dos membros do Conselho Fiscal e Suplentes para o corrente exercício com o seguinte resultado: Membros efetivos: José Alves de Sousa, brasileiro, casado, residente à Praça José de Alencar, número doze, reeleito, Almenio Manuel Ribeiro, português, solteiro, residente à Rua Paraguai, número quarenta, reeleito, e Joaquim Pinto da Silva, brasileiro, casado, residente à Rua Valença, número vinte e sete. Membros suplentes: Leonardo Freitas do Vale, Aníbal Rodrigues dos Santos e Manuel José Alves, todos reeleitos. A seguir, o Sr. Presidente declara-os empossados

nos respectivos cargos e passa a tratar da fixação dos honorários da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício corrente. O Senhor Artur Cardoso Frazão, propõe que os honorários, tanto dos Diretores, como dos membros do Conselho Fiscal, sejam os mesmos do exercício anterior, o que foi aprovado. Findo os trabalhos relacionados na ordem do dia, o Senhor Presidente da franca a palavra. O Senhor Manuel Pereira Gomes Júnior, pede então, que se faça constar na Ata, um voto de profundo pesar pela morte do Senhor Doutor J. G. Boesch, ex-membro do Conselho Fiscal, cujo desaparecimento foi uma perda irreparável para a indústria do papel no Brasil e muito particularmente para a Fábrica de Papel Tijuca S. A. — Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença dos acionistas e suspende a sessão pelo tempo necessário a lavratura desta Ata, que eu, Primeiro Secretário mandei fazer no Livro próprio. Reaberta a sessão foi a mesma lida e aprovada e vai assinada por mim, pela mesa e demais acionistas presentes. Rio de Janeiro, três de abril de mil novecentos e quarenta e cinco. Antonino Gomes Fraga, Antônio Parente Ribeiro, Leonardo Freitas do Vale, Adelino Augusto de Moraes, Isabel da Costa Fraga, Rita, menor e Marília, menor, por seu pai, Antonino Gomes Fraga, Augusta Costa Fraga, Maria José Gomes Fraga, Viriato Gomes Fraga, Carlos Alberto Vieira Lima, Maria Vieira Lima, Jaguaribe, Sílvia Vieira Lima, p. p. Antonino Gomes Fraga, José Gomes Fraga, Manuel Pereira Gomes Júnior, Mário, menor, Alvaro, menor, por seu pai Manuel Pereira Gomes Júnior, Manuel José Alves, José da Silva Pereira, Artur Cardoso Frazão, Hermínia Teodoro Solano, p. p. Artur Cardoso Frazão, José Alves de Sousa, João Correia Pereira, Rosa de Sá Gomes, p. p. Antônio Parente Ribeiro, Joaquim Pereira Gomes, p. p. Antônio Parente Ribeiro, José Antônio de Azevedo, Almenio Manuel Ribeiro, Joaquim Pinto da Silva, Panificadora Carioca Ltda., Emílio Augusto de Moraes, Isabel Conde de Moraes, Joaquim do Amaral Castêlhos Júnior.

Declaramos que o presente documento é cópia fiel extraída do Livro de Atas de Assembléias Gerais, de folhas 1 vs. e 2 vs. da Fábrica de Papel Tijuca S. A. — *Adelino Augusto de Moraes*, Diretor-Presidente. — *Manoel Pereira Gomes Júnior*, Diretor-Tesoureiro.

(N.º 6.022 — 17-4-45 — Cr\$ 193,80).

COMPANHIA PREDIAL MINAS GERAIS

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 20 DE ABRIL DE 1945

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e ao disposto em nossos estatutos, apresentamos para o vosso conhecimento o Balanço e demonstração da conta de Lucros & Perdas, relativos ao exercício de 1944, cujas cifras demonstram perfeitamente a situação da Sociedade.

Estamos, todavia, ao vosso dispor para quaisquer outros esclarecimentos porventura necessários.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945. — *Gabriel Pereira*, Presidente. — *José Geraldo da Silva Passos*, Diretor-Gerente.

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

(Período: 1.º de janeiro a 30 de dezembro)

Ativo			Passivo	
	Cr\$	Cr\$		Cr\$
Imóveis	1.000.000,00		Capital	1.000.000,00
Móveis & Utensílios	18.650,00	1.018.650,00		
Empréstimos Garantidos	40.000.000,00		Contas Correntes	41.568.459,10
Contas Correntes	4.432.599,50		Valores Depositados e Cauçionados	111.700,00
Obrigações de Guerra	1.700,00	41.134.299,50	Diversas Contas	5.568,20
Lucros & Perdas		120.875,80		
Depósitos e Cauções		111.700,00		
Diversas Contas		182,00		
		45.685.707,30		45.685.707,30

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS & PERDAS

Crédito		Débito	
	Cr\$		Cr\$
Juros & Descontos	10.793,50	Saldo do exercício anterior	73.797,70
Saldo que passa para o próximo exercício:		Impostos	4.091,20
Prejuízo do exercício anterior	73.797,70	Honorários do Advogado	12.000,00
Prejuízo deste exercício	47.078,10	Despesas Gerais	41.747,40
			131.639,20
			131.639,30

Gabriel Pereira, Presidente. — *José Geraldo da Silva Passos*, Diretor-Gerente. — *Custódio Machado de Lima*, Contador — Registro n.º 44.203.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Predial de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, tendo examinado o Balanço e Demonstração da conta de Lucros & Perdas relativos ao exercício de 1944, encontraram tudo perfeitamente escriturado e comprovado pelo que recomendam a sua aprovação pelos senhores acionistas.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945. — *Aloysio Corrêa Netto*. — *Benito Derizans*. — *Antonio Rodrigues de Carvalho*.

(N.º 6.023 — 17-4-45 — Cr\$ 193,80).

COMPANHIA CANTAREIRA E VIAÇÃO FLUMINENSE

RELATÓRIO DA DIRETORIA PARA SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL DE 1945

Senhores Acionistas:

De acordo com o que determina o inciso 4.º do art. 15 de nossos Estatutos, temos a satisfação de vos apresentar o relatório dos serviços da Companhia, compreendendo os atos administrativos de maior relevância, durante o exercício social findo a 31 de dezembro de 1944, acompanhado do "Balanco geral", da "Conta de Lucros e Perdas" e do "Parecer do Conselho Fiscal".

RESULTADOS GERAIS

A renda bruta total, apurada nos diversos serviços explorados pela Companhia atingiu a Cr\$ 35.509.581,00 e a despesa se elevou a Cr\$ 32.409.088,00, incluindo a verba de Cr\$ 182.750,00, referente à cota de amortização dos bens da Seção de Carris Elétricos reversíveis ao Estado do Rio de Janeiro, porém sem inclusão de cota para o "Fundo de Renovações e Reconstruções" do material e instalações da mesma Seção, que deixou de ser feita no ano em consideração por insuficiência de renda.

Deduzidos os nossos compromissos de Cr\$ 2.236.420,00 relativos a juros de empréstimos contraídos; pagamento de imposto sobre a renda e de taxas de remessas no valor global de Cr\$ 171.012,00 e feitas as reservas para garantia do capital, para amortização do prejuízo em câmbio no montante de Cr\$ 693.061,00, não houve saldo disponível no exercício de 1944.

A renda bruta no exercício aumentou de Cr\$ 2.016.000,00, enquanto as despesas de operações se elevaram de Cr\$ 2.312.000,00.

A forte elevação de ordenados feita a partir de dezembro de 1943 contribuiu, principalmente, para o aumento verificado nas despesas de custeio dos nossos serviços, tendo sido, também, considerável a despesa adicional com combustíveis e materiais, cujos preços sofreram novo aumento.

NAVEGAÇÃO ENTRE O RIO E NITERÓI

Subsistem, ainda, as dificuldades para a aquisição de combustível adequado a esse serviço, mas, apesar dessa circunstância, reflexo da situação mundial, foi-nos possível mantê-lo com relativa regularidade, sem maiores inconvenientes a não ser os atrasos inevitáveis resultantes da qualidade inferior dos únicos combustíveis à disposição.

Foram transportados 20.923.472 passageiros contra 19.400.752 no ano passado, ou sejam 8% mais.

NAVEGAÇÃO PARA AS ILHAS DE PAQUETÁ E DO GOVERNADOR

Como prevíamos nos anos anteriores, continua a demonstrar deficit a exploração desse serviço. E' assim que o prejuízo nesse serviço subiu a Cr\$ 1.764.717,00, não se incluindo qualquer quantia para administração, ou reservas para depreciação de embarcações. Verificamos na despesa, um aumento de cerca de Cr\$ 238.605,00, decorrente principalmente das verbas combustíveis e pessoal, sendo Cr\$ 87.914,00 naquela e Cr\$ 147.822,00 nesta.

Foram transportados 3.607.220 passageiros contra 3.305.617 no ano anterior com o aumento de 8%.

CONSERVAÇÃO DA FROTA

Foi mantida em tráfego toda a frota, apesar das reconhecidas e irremovíveis condições do mercado, conseqüente do conflito universal, no que se refere a material novo para as embarcações.

Continuam, porém, os atrasos de substituição de máquinas, caldeiras, etc., que tornam-se cada vez mais urgentes devido ao desgaste anormal. Assim, as obras mais indispensáveis de renovação das barcas, principalmente das barcas "Imbuí", "Gracoutá" e "Terceira", com a substituição de caldeiras, novo chapeamento, etc., e a substituição de maquinismos essenciais aos estaleiros vão exigir, nos próximos 3 anos, despesas avaliadas em Cr\$ 10.000.000,00 que dependem da obtenção de reforço de renda para sua realização.

NOVO MATERIAL FLUTUANTE

Está a terminar a construção das duas lanchas-ônibus que esperamos incluir no tráfego dentro em breve. A demora na ultimação e pronto final dessas lanchas, devida em parte à guerra que influiu para o recebimento tardio dos motores, reflete, também, as dificuldades com que luta o construtor para obter pessoal habilitado.

Pagamos, regularmente, os juros dos empréstimos feitos para esse fim, à Caixa Econômica Federal na base de 9% e à Leopoldina Railway na base de 3%, de que vos demos ciência no relatório do ano passado, cujos juros atingiram a Cr\$ 208.516,00.

SERVIÇOS DE CARRIS ELÉTRICOS

A manutenção do Serviço de Carris durante o ano, foi feita através de dificuldades asseverantes, entre as quais avulta a sempre crescente falta de pessoal, o que nos tem impedido de utilizar numerosas unidades de transporte, com prejuízo para o serviço público e para a renda da Companhia.

Apesar da boa vontade que encontramos nas autoridades do Governo do Estado, e de que vos demos conhecimento no relatório do ano anterior, — quanto ao concurso que nos foi prestado por

praças da Força Militar, — a situação ainda é premente no que toca ao pessoal para os serviços de tráfego e conservação da via permanente, principalmente para aquele onde existem cerca de 300 vagas, estando o serviço sendo executado com a metade dos empregados necessários.

Não obstante, com grande esforço e mediante emprêgo dos últimos fundos de reserva disponíveis, vimos mantendo o tráfego e a conservação das linhas para que aquele se processe com segurança e a possível regularidade.

Entregamos ao tráfego, mau grado a situação descrita, mais um carro-motor reconstruído de acordo com o tipo aprovado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, fechado em ambos os lados, com portas e estribos pneumáticos, que oferece perfeita segurança aos passageiros e ao condutor de serviço. E' o segundo dessa série, oferecendo todas as vantagens do anterior, — já expostas no relatório do ano passado —, e, ainda, novos aperfeiçoamentos que a prática e a observação nos aconselharam.

NOVO CONTRATO DE CARRIS

Foi assinado, em 25 de julho do ano em exame, o termo aditivo de que cogita a cláusula 29.ª do contrato de 20 de maio de 1941, com o Estado do Rio de Janeiro, tendo sido reconhecido o capital da Companhia, pertinente à Seção de Carris Elétricos, na forma do relatório apresentado pela Comissão de Arbitramento e de que vos dêramos notícia no nosso relatório de 1942.

Por força desse termo, o valor dos bens pertencentes aos serviços de Carris Elétricos e reversíveis ao Estado do Rio de Janeiro, foi fixado em Cr\$ 43.020.219,00.

FUNDO DE MELHORAMENTOS — SEÇÃO CARRIS

Em 31 de dezembro de 1944, a situação desse Fundo, criado pela cláusula 30.ª do contrato de 1941, era a seguinte: Importâncias creditadas àquele Fundo — até aquela data, Cr\$ 37.141,00, e mesma soma de dezembro de 1943, por não ter havido possibilidade de novos créditos. Saldo devedor em favor da Companhia até aquela data — 31 de dezembro de 1944, Cr\$ 856.716,00.

AUMENTO DE TARIFAS — SEÇÃO CARRIS

Tendo em vista a situação criada pela aplicação dos Decretos-leis de novembro de 1943, que mandaram elevar o salário mínimo e estabeleceram o salário adicional e de compensação para a indústria dos transportes, tornando ainda mais deficitários os serviços de carris elétricos, a Companhia, em princípios de 1944, dirigiu-se ao Excelentíssimo Senhor Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, demonstrando a dificuldade que estava defrontando e que teria de defrontar para a manutenção daqueles serviços, tendo o assunto merecido atenção daquela digna autoridade que determinou fosse estudada uma solução capaz de resolver a difícil situação que se desenhava.

Em posteriores entendimentos com as autoridades, após terem se confirmado as nossas previsões dum deficit superior a Cr\$ 1.500.000,00 anuais, foi concordado que o Estado não podia ficar indiferente às perspectivas de colapso em que se achava esse serviço público, tomaria providências para cobrir os deficits até a normalização da situação futura e providenciaria recursos para o prosseguimento de um programa de renovação do material fixo e rodante.

Comprometeu-se, também, a Companhia a continuar a aplicar os saldos remanescentes de seu "Fundo de Renovações", na renovação de suas linhas. Desse saldo, que em 31 de dezembro de 1943 era de Cr\$ 2.070.000,00, foi dispendida a importância de cerca de Cr\$ 1.270.000,00, durante o ano de 1944, resultando para o corrente ano um saldo de Cr\$ 800.000,00 inteiramente empenhado em obras em andamento, não tendo havido durante o ano nenhum crédito ao referido Fundo, por insuficiência de renda.

Quanto à revisão de tarifas, que pelo contrato em vigor só poderia ser feita a partir de 20 de maio deste ano, e tendo em vista que a situação vinha cada vez mais se agravando, pleiteou a Companhia que essa providência fosse antecipada para poder enfrentar os seus encargos e não só conceder aos seus empregados um justo aumento de salários, mas de forma, também, a poder preencher os urbanos em Niterói.

Até o fim do exercício sob exame, os entendimentos prosseguiram seus quadros e, assim, regularizar os seus serviços de transportes nestas bases.

TERRENOS DE MARINHA EM CAIS PIAROUÉ

Temos a satisfação de comunicar que o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, atendendo à justa argumentação desenvolvida pela Diretoria, resolveu reconsiderar a sua primitiva decisão, confirmando os direitos contratuais da Companhia referentes aos terrenos acima e mandando, por decisão publicada no *Diário Oficial* de 6-1-1945, que fosse lavrada a escritura do respectivo aforamento.

PLANO DE URBANIZAÇÃO E MELHORAMENTOS DE NITERÓI

Continuam em andamento os entendimentos para a localização futura dos nossos Estaleiros, nada de definitivo tendo sido resolvido, havendo a firma concessionária desses melhoramentos entrado em liquidação e estando em organização nova Companhia para ativar as obras de remodelação da cidade de Niterói.

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Mantivemos as relações amistosas com essa Instituição, tendo sido, afinal, conseguido que representantes da Companhia viessem a fazer parte do Conselho Fiscal recém-organizado, na qualidade de membro efetivo e de suplente.

PERSPECTIVAS FUTURAS

As perspectivas dos serviços da Companhia estão diretamente dependentes das providências solicitadas às autoridades competentes e acima já referidas. Na Seção de Navegação, dos recursos advindos das medidas pleiteadas, teremos de promover a renovação das nossas embarcações, para o que já temos encomendadas da Inglaterra novas caldeiras e equipamento para queimar óleo para uma das barcas e chapas para a renovação do casco de duas. Para as demais, enquanto a situação decorrente da guerra impossibilita a encomenda de novas unidades, e nem mesmo havendo disponíveis outras de segunda mão com os característicos peculiares ao nosso serviço, não há outro meio senão procurar-se manter em tráfego as unidades de que dispomos presentemente.

Nos serviços de carris, se confirmam as nossas previsões anteriores, com a apuração de um déficit de custeio de mais de 800 mil cruzeiros, que se elevaria a mais de Cr\$ 1.550.000,00 se se computasse a cota habitual de Cr\$ 750.000,00 anuais para o "Fundo de Renovações e Reconstruções", e sem se incluir as obrigações decorrentes dos empréstimos em vigor.

A solução proposta ao Governo do Estado e já referida acima, será o único meio de se poder manter os serviços, pois que do contrário teremos de vê-lo perecer por nenhuma outra possibilidade nos ser facultada.

Outros quaisquer esclarecimentos que por ventura sejam necessários, a Diretoria se compraz em ministrá-los com o melhor de seu agrado.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *G. B. F. Neele*, Diretor Presidente. — *Alcides Lins*, Diretor Vice-Presidente. — *Justino Lisboa*, Diretor Gerente. — *G. B. Weinschenck*, Diretor Técnico. — *E. J. Clark*, Diretor Tesoureiro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, exercitando o seu mandato, com a atribuição de que trata o inciso III, do art. 127, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, e, bem assim, de conformidade com o que dispõe o item 4.º, do artigo 21 dos Estatutos sociais, vem de concluir o exame procedido das contas e dos atos da Diretoria, relativos ao exercício social, findo a 31 de dezembro de 1944. E concluindo pela exatidão daquelas e perfeita orientação que tiveram êstes, apresenta à deliberação dos Srs. Acionistas o seguinte projeto de resolução:

1.º) São aprovadas as contas referentes ao ano social findo em 31 de dezembro de 1944;

2.º) São, igualmente, aprovados os atos administrativos praticados durante o mesmo exercício social.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *Vernon Smith*. — *Fredrick Argue*. — *Edgard Land Avellar*.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Cr\$	Cr\$
Imobilizado:			
Capital em obras.....	46.557.069,80		
Cauções	198.468,60	46.755.538,40	
Disponível:			
Caixa		834.662,00	
Realizável em curto prazo:			
Almoxarifado	8.753.327,90		
Contas dos Governos.....	851.538,30		
Devedores diversos	441.234,50		
Obrigações de guerra.....	134.400,00	10.180.500,70	
Contas de resultado pendente:			
Diferenças de câmbio.....	3.988.612,20		
Fundo de melhoramentos da Seção de Carris	856.746,60		
Diversas contas	1.625.211,50	6.470.600,30	
Contas de compensação:			
Ações em caução.....	50.000,00		
Apólices depositadas	422.000,00		
Contrato de empréstimo — Caixa Econômica Federal — Saldo..	200.000,00		
Diversas contas	1.986.368,70	2.658.368,70	
		66.899.670,10	

Passivo

Cr\$

Exigível em longo prazo:			
Empréstimos		20.014.817,80	
Exigível em curto prazo:			
Credores diversos		3.130.760,90	
Não exigível:			
Capital	30.000.000,00		
Reserva legal	118.716,90		
Reservas e provisões.....	10.475.887,80	40.591.604,70	
Contas de resultado pendente:			
Diversas contas		501.118,00	
Contas de compensação:			
Caução da Diretoria.....	50.000,00		
Apólices caucionadas	422.000,00		
Empréstimo contratado à Caixa Econômica Federal — Saldo..	200.000,00		
Diversas contas	1.986.368,70	2.658.368,70	
		66.899.670,10	

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *G. B. F. Neele*, Diretor Presidente. — *Alcides Lins*, Diretor Vice-Presidente. — *Justino Lisboa*, Diretor Gerente. — *G. Weinschenck*. — *E. J. Clark*, Diretores. — *E. J. Clarke*, Contador, registros D.N.I.C. n.º 36.144 e D.E.C. n.º 1.809.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS", DO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito

Cr\$

Cr\$

Despesas gerais de exploração:			
Carris	13.977.034,80		
Navegação	16.786.230,50	30.763.265,30	
Impostos		487.459,50	
Juros de empréstimos:			
The Leopoldina Terminal & Company Limited	2.027.874,60		
Caixa Econômica Federal.....	184.171,20		
The Leopoldina Railway C.º Ltd. .	21.375,00	2.236.420,80	
Taxa sobre remessas.....		101.393,70	
Provisão para depreciação.....		975.612,90	
Amortização dos bens da Seção de Carris reversíveis ao Governo do Estado do Rio de Janeiro		182.750,00	
Reserva para garantia do capital.....		38.134,00	
Reserva para imposto sobre a renda.....		69.618,60	
Reserva para prejuízo em câmbio.....		654.926,70	
		35.509.581,50	

Crédito

Cr\$

Cr\$

Renda Bruta:			
Carris	13.334.282,30		
Navegação	22.043.251,50	35.377.533,80	
Juros e descontos.....		132.047,70	
		35.509.581,50	

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *G. B. F. Neele*, Diretor Presidente. — *Alcides Lins*, Diretor Vice-Presidente. — *Justino Lisboa*, Diretor Gerente. — *G. Weinschenck*. — *E. J. Clark*, Diretores. — *E. J. Clarke*, Contador, registros D.N.I.C. n.º 36.144 e D.E.C. n.º 1.809.

(N.º 6.183 — 18-4-45 — Cr\$ 816,00)

INDÚSTRIA DE MADEIRAS SCHEEFFER S.A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA INDÚSTRIA DE MADEIRAS

SCHEEFFER SOCIEDADE ANÔNIMA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1945

Aos vinte e quatro dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e cinco, às dez horas da manhã, na sede da firma Indústria de Madeiras Scheeffler Sociedade Anônima, à Avenida Rio Branco, número duzentos e setenta e sete, décimo terceiro andar, sala número mil trezentos e cinco, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, convocados pelas publicações feitas no *Diário Oficial* de dezessete de março de mil novecentos e quarenta e cinco e no *"Jornal do Comércio"* de dezesseis de março de mil novecentos e quarenta e cinco, os acionistas constantes do "Livro de Presença", representando seiscentas e sessenta ações.

Assumiu a direção dos trabalhos, o senhor Gustavo Adolfo Scheeffler, que convidou o senhor Nemésio Heusi, para secretário, que aceitou tomando assento à mesa.

Iniciando os trabalhos, declarou o senhor Presidente, que pelo "Livro de Presença" de acordo com a lei das Sociedades Anônimas, estavam reunidos os acionistas, para deliberarem sobre o que consta no edital publicado no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio" que foi lido pelo senhor secretário.

Destarte a ordem do dia, continuou o senhor Presidente, consta de aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço, Parecer do Conselho Fiscal, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, bem como a eleição do Conselho Fiscal e suplentes para o exercício do corrente ano, pelo que, colocava em discussão o Relatório, Balanço, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, do exercício de mil novecentos e quarenta e quatro, sendo pelos acionistas, dispensado a leitura destes documentos, por serem do conhecimento de todos os presentes o Relatório, Balanço, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, publicados no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio". Pelo senhor Francisco Eduardo Magalhães, acionista que representa cento e cinquenta e nove ações (159), foi lido um apanhado sobre o Balanço publicado, concluindo que desaprovava o Balanço e Contas apresentados pela Diretoria.

Pelo acionista Alvaro Batista, foi proposto aos demais acionistas, que representam quatrocentas e sessenta ações (460), que o mesmo Balanço, prestação de contas de Lucros e Perdas, publicado oficialmente, fosse aprovado. Pelo senhor Francisco Eduardo Magalhães Júnior, representando uma ação (1) foi dito que também desaprovava o referido Balanço.

Em vista deste resultado, o Diretor Gustavo Adolfo Scheffer, declarou que o Balanço, Relatório, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, na qualidade de Presidente da Assembléia Geral Ordinária, foram aprovados por maioria de votos, como acima foi discriminado, conforme se manifestaram e votaram os acionistas acima referidos e constantes no "Livro de Presença". Pelo acionista Alvaro Batista, foi indicado aos presentes, os seguintes nomes para o Conselho Fiscal:

João Cleiliano de Andrade, Nemésio Heusi e José Pais de Almeida Campos e para suplentes Antônio Ferreira Soares, Valdemiro Lima e Doutor Raul Prates. Submetida à discussão e votação pelo Presidente da Assembléia, foram essas indicações aprovadas unanimemente pelos acionistas presentes.

Como tenha terminado o mandato, o Diretor Gustavo Adolfo Scheffer, é submetido a votação a sua reeleição, o acionista Ernani Lopes Venâncio, propõe que seja reeleito o Diretor Gustavo Adolfo Scheffer, pelo tempo estipulado no Estatuto.

O senhor Francisco Eduardo Magalhães, declarou que votava no acionista Alvaro Batista e o senhor Francisco Eduardo Magalhães Júnior, que se abstinha de votar. Em resultado desta votação foi verificada a reeleição do Diretor Gustavo Adolfo Scheffer, por maioria de votos dos presentes acionistas sendo comprovado nesta Assembléia no cargo de Diretor. O acionista Alvaro Batista, propõe ainda aos presentes que os vencimentos do Diretor e do Conselho Fiscal sejam os mesmos estabelecidos em atas anteriores, submetidos à votação foram aprovados unanimemente pelos acionistas presentes.

Foi dada a posse aos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente Assembléia Geral Ordinária, às onze horas, sendo assinado pelos acionistas presentes, o Presidente da Assembléia, pelo que lavrei a presente Ata que também vai assinada por mim.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1945. — *Gustavo Adolfo Scheffer*. — *Ernani Lopes Venâncio*. — *José Pais de Almeida Campos*. — *Francisco Eduardo Magalhães Júnior*. — *Francisco Eduardo Magalhães*. — *Alvaro Batista*. — *Nemésio Heusi*.

(N.º 6.122 — 17-4-45 — Cr\$ 204,00)

IMÓVEIS E FAZENDAS COSTAMONTE S.A

RELATÓRIO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1944

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições da Lei que rege as sociedades por ações, e ao disposto no Estatuto social, apresentamos, em síntese, o que foram as atividades econômico-administrativas nos poucos meses do exercício social findo.

Logo após concluída a escritura de constituição da Sociedade, em maio, assinamos a escritura de promessa de venda da Fazenda Itanema, em Angra dos Reis visando a rápida valorização, para o que iniciamos benfeitorias várias, povoação e início da exploração de lenha, carvão, madeiras e bananais. Ao mesmo tempo, iniciamos a formação de rebanhos bovinos e suínos, agora o gado de tração adquirido.

De acordo com informações oficiais que obtivemos, serão muito em breve iniciados os serviços da rodovia Angra-Parati, o que muito influirá no desenvolvimento econômico local.

Apesar das reconhecidas dificuldades que o momento apresenta e não existir à época da aquisição qualquer construção na chamada "Fazenda Itanema", apresentamos aos Srs. Acionistas o que nos foi possível realizar, a começar pelo ressurgimento da sede da Fazenda e início da montagem da serraria, com aproveitamento de força hidráulica no local.

O capital realizado (Cr\$ 785.500,00), poderá ser cotejado com o ativo realizado. Assim, pois, o prejuízo apresentado (Cr\$ 36.604,00), é mínimo e comum às empresas em organização, mormente nas de finalidades idênticas à nossa.

No próximo exercício social, esperamos, os resultados serão mais satisfatórios, dado o que observamos nesses poucos meses de atividades administrativas.

Agradecemos aos Srs. Acionistas a confiança que nos foi dispensada e ficamos ao seu inteiro dispor, oferecendo maiores detalhes com relatórios parciais existentes.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1945. — *Alfredo Pinto da Costa Monteiro*, Presidente. — *Leonardo Pinto da Costa Monteiro*, Tesoureiro.

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		
	Cr\$	Cr\$
<i>Disponível:</i>		
Caixa	62.215,20	
Bancos	5.703,80	67.919,00
<i>Realizável a curto prazo:</i>		
Acionistas — A realizar		1.714.500,00
Devedores Diversos		1.994,80
Criação bovina		10.500,00
Criação suína		300,00
Carvão — Em estoque		8.053,00
<i>Imobilizado:</i>		
Imóveis		505.058,50
Benfeitorias		65.617,60
Móveis e utensílios		10.419,00
Gado de tração		30.600,00
Arroios, canga e cangalhas		4.096,00
Materiais e ferramentas		6.171,10
Serraria		140,00
Bananais		21.874,30
<i>Contas de compensação:</i>		
Ações caucionadas		20.000,00
<i>Resultado pendente:</i>		
Despesas de organização e constituição		32.152,10
Lucros e perdas		36.604,90
		2.539.000,60

Passivo		
	Cr\$	Cr\$
<i>Não exigível:</i>		
Capital:		
Realizado	785.500,00	
A realizar	1.714.500,00	2.500.000,00
<i>Exigível a curto prazo:</i>		
Credores diversos		19.000,60
<i>Contas de compensação:</i>		
Caução da Diretoria		20.000,00
		2.539.000,60

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS", EM 30 DE DEZEMBRO

DE 1944	
Débito	
	Cr\$
Gastos da Administração Central	9.679,90
Gastos da Administração da Fazenda	11.888,00
Custeio da Sede da Fazenda	7.142,10
Custeio da exploração da lenha	3.432,50
Custeio da exploração de carvão	12.137,80
Custeio da criação bovina	5.827,00
Transportes, fretes e carros	9.459,20
Impressos e papelaria	22,00
Juros e comissões pagas	111,00
Despesas variáveis	410,90
Despesas eventuais	829,60
	60.947,90
Crédito	
	Cr\$
<i>Carvão:</i>	
Saldo em estoque	8.053,00
<i>Venda de produtos:</i>	
Saldo desta conta	12.584,00
<i>Rendas e receitas diversas:</i>	
Saldo desta conta	3.706,00
Prejuízo que passa a 1945	36.604,90
	60.947,90

Rio de Janeiro, 17 de março de 1945. — *Alfredo Pinto da Costa Monteiro*, Presidente. — *Leonardo Pinto da Costa Monteiro*, Tesoureiro. — *Antonio Lourenço Cabral*, Contador, registro n.º 34.905.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Imóveis e Fazendas Costamante, S. A., abaixo assinados, tendo lido o relatório da Diretoria e examinado o inventário, balanço e contas relativos ao ano social findo em 31 de dezembro de 1944, acharam tudo perfeitamente em ordem e exato, pelo que são de parecer sejam esses atos aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — Antonio Rodrigues d'Almeida. — Manoel Barbosa. — José Nogueira da Silva.

(N.º 6.173 — 18-4-45 — Cr\$ 201,00)

ASSOCIAÇÃO DOS ATUÁRIOS, CONTADORES, ECONOMISTAS E GUARDA-LIVROS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Extrato dos estatutos

Fundada nesta Capital, sua sede e fóro, destina-se ao estudo e resolução de todos os problemas das Ciências Econômicas, Finanças, Contabilidade, Atuação e Assuntos Fazendários, além de outras finalidades contidas nas alíneas b a f do art. 3.º dos estatutos que poderão ser reformados pela assembléia geral, respeitadas as disposições do art. 36. É administrada por uma diretoria composta de: Presidente Perpétuo, Vice-Presidente, 2 Secretários e 2 Tesoureiros, cabendo ao Presidente a representação social em juízo e fora d'ele. De duração indeterminada, não poderá ser dissolvida sem a concordância de 2/3 de sócios quítes, reunidos em assembléia geral especialmente convocada para esse fim, obedecidas as disposições do art. 43. No caso de dissolução da Associação, serão todos os bens inclusive móveis, reduzidos a moeda corrente e, depois de pagas todas as dívidas, entregue o saldo a uma sociedade civil de Educação a critério da Assembléia Geral. Os seus associados não respondem, subsidiariamente pelas obrigações sociais. A diretoria atual e fundadores constam de uma relação anexa. Distrito Federal, 18 de abril de 1945. — Expério Hortêncio de Lacerda Pentecado, Presidente Perpétuo.

(N.º 6.289—Dia 18-4-45 — Cr\$ 58,10).

LABORATÓRIO SIAN S.A.

RELATÓRIO A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, QUE SE REALIZARÁ EM 24 DE ABRIL DE 1945

Senhores Acionistas.

Em cumprimento às exigências legais e de acordo com os Estatutos, apresentamos à vossa apreciação, o balanço geral e demonstração da conta de Lucros & Perdas, referentes ao exercício de 1944, com o parecer do Conselho Fiscal.

Pelos documentos abaixo podeis verificar que a situação desta Sociedade é perfeitamente normal, entretanto, nos colocamos à disposição dos Srs. Acionistas para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1945. — Manoel Alves Martins, Diretor Presidente. — Joaquim José da Cunha, Diretor Tesoureiro. — José Fernando dos Santos Alves, Diretor. — Oscarina Ferreira Cardoso, Diretora Técnica.

BALANÇO GERAL, REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		
	Cr\$	Cr\$
Imobilizado:		
Benfeitorias	36.350,00	
Móveis e utensílios	121.157,70	
Marcas de fábrica	785.079,90	
Depósitos e cauções	532,00	913.119,60
Disponível:		
Caixa		3.112,80
Disponível a prazo:		
Contas correntes	13.831,30	
Mercadorias	589.688,10	
Devedores gerais	176.469,80	779.992,50
Lucros e perdas		330.591,90
Contas compensadas:		
Bancos C/cobrança	79.578,50	
Ações caucionadas	30.000,00	109.578,50
		2.166.395,30

Passivo

	Cr\$	Cr\$
Não exigível:		
Capital		1.000.000,00
Exigível a prazo:		
Títulos descontados	75.000,00	
Contas correntes	879.891,10	
Obrigações a pagar	100.000,00	
Bônus de guerra	200,00	
Instituto de Aposentadoria	1.507,90	
Legião de Assistência	217,80	1.056.816,80
Contas compensadas:		
Caução da Diretoria	30.000,00	
Títulos em cobrança	79.578,50	109.578,50
		2.166.395,30

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1945. — Manoel Alves Martins, Presidente. — Joaquim José da Cunha, Tesoureiro. — José Fernando dos Santos Alves, Gerente. — O. Ferreira Cardoso, Técnico. — Aparício Batalha, Contador, registro n.º 31.416.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

Débito		
	Cr\$	Cr\$
Contas correntes	4.800,00	
Despesas gerais	312.618,70	
Propaganda	610.272,10	
Impostos	38.738,00	
Selos consumo	33.048,60	
Selos vendas mercantis	17.076,00	
Juros e descontos	23.598,50	
Serviços aprendizagem	18,00	1.010.169,90
Crédito		
	Cr\$	Cr\$
Saldo desta conta	32.358,60	
Mercadorias	677.219,10	
Lucros e perdas	330.591,90	1.040.169,90

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1945. — Manoel Alves Martins, Presidente. — Joaquim José da Cunha, Tesoureiro. — José Fernando dos Santos Alves, Gerente. — O. Ferreira Cardoso, Técnico. — Aparício Batalha, Contador, registro n.º 31.416.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do Laboratório Sian, S. A., no exercício de suas funções legais, tendo examinado o relatório da Diretoria, balanço e contas relativas ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944, assim como os respectivos livros e documentos, declaram ter encontrado tudo na mais perfeita ordem e exatidão, de acordo com os dispositivos legais, sendo de parecer que os mesmos atos de administração referentes àquele exercício, sejam aprovados pela Assembléia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas, a ser realizada em 24 de abril do fluente mês.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1945. — Alvaro Augusto Fiel d'Oliveira. — Luiz da Silva Pereira. — Francisco Macedo da Fonseca Galvão.

(N.º 6.135 — 18-4-45 — Cr\$ 253,00)

COMPANHIA FORNECEDORA DE MATERIAIS

Relatório da Diretoria a ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária convocada para 26 de abril de 1945

Senhores acionistas:

É com prazer que lhe apresentamos, obedecendo às disposições legais e estatutárias, em vigor, as contas da nossa administração no ano social findo em 31 de dezembro de 1944.

Não é sem satisfação que assinalamos que, apesar das contingências da atual situação mundial, as nossas operações correram normalmente, com resultados animadores, graças à preferência com que temos sido honrados pela nossa clientela, à qual consignamos nosso agradecimento, bem como à cooperação dos nossos auxiliares, cujos esforços também agradeceremos.

As operações da Cerâmica Vista Alegre, Ltda., de S. Gonçalo, Estado do Rio, da qual somos cotistas, também decorreram normalmente, nada havendo ocorrido digno de especial menção.

Lembramos aos Senhores Acionistas que tendo-se esgotado o mandato do Conselho Fiscal, dever-se-á proceder agora à eleição dos seus novos membros e suplentes, bem como à fixação dos respectivos honorários.

Permanecemos ao dispor dos Srs. Acionistas, para proporcionar-lhes quaisquer esclarecimentos, além dos documentos oferecidos ao seu exame.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1945. — Arthur Hortêncio Bastos, Presidente. — José Nogueira da Silva, Diretor. — José Maria Fernandes Vieira, Diretor. — Armando do Valle Bastos, Diretor.

CÓPIA DO RESUMO DO BALANÇO GERAL DO 1.º PERÍODO DE 1 DE JULHO A 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		
Imobilizado:		
Pedreira de Santana	691.806,80	
Propriedades	2.022.392,70	
Terrenos e benfeitorias	2.150,00	
Área de Mauá	415.245,70	
Maquinismos e pertences	292.620,90	
Material rodante	421.156,50	
Embarcações	323.917,70	
Móveis e utensílios	199.279,90	
Cerâmica Vista Alegre Ltda.	250.000,00	
Pedreira do Morro Cabeludo (Sete Lagoas)	1.200,00	
Olaria de Cordovil	9.190,00	
Oficina de Segoiro	18.995,00	
Desvio da Rua Pedro Alves	6.915,10	
Bens semoventes	1.000,00	4.656.230,60
Disponível:		
Caixa	1.200,00	
Contas correntes:		
Diversos bancos	1.567.096,20	1.568.296,20
Realizável a Curto Prazo:		
Fazendas gerais	4.187.093,00	
Apólices da Dívida Pública	10.831,50	
Apólices Municipais	439.324,00	
Obrigações de guerra	151.564,90	
Ações da Comp. Siderúrgica Brasileira	1.000,00	
Obrigações a receber	40.000,00	
Contas Correntes:		
Cerâmica Vista Alegre Limitada	974.254,10	
Devedores diversos	4.983.638,90	5.957.893,30
Realizável a Longo Prazo:		
Hipoteca da Rua Pereira Landim		25.100,00
Contas de Regularização:		
Depósitos de luz e força	857,00	
Depósitos e cauções	299.370,80	
Contrato de Arrendamento da Pedreira do Morro Cabeludo (Sete Lagoas)	30.000,00	
Selos de vendas e consignações	13.137,00	
Diversas contas	425,50	314.090,30
Contas de Compensação:		
Ações canceladas	110.000,00	
Contas correntes:		
Créditos incertos	734.178,80	
Obrigações a receber:		
Créditos incertos	7.182,50	851.361,30
		18.232.785,10
Passivo		
Não Exigível:		
Capital	3.100.000,00	
Fundo de reserva	2.169.039,40	
Fundo de reserva especial	2.236.212,50	
Fundo de depreciação	1.838.087,10	11.313.339,00
Exigível a Curto Prazo:		
Contas correntes	1.213.156,40	
Contas a pagar	21.385,90	
Dividendos	208.652,40	
Percentagens à Diretoria	422.601,00	1.895.798,30
Contas de Regularização:		
Diversas contas	7.250,50	
Gratificações	418.053,60	
Lucros não distribuídos	3.686.982,40	4.112.286,50
Contas de Compensação:		
Caução da Diretoria	110.000,00	
Créditos incertos	741.361,30	851.361,30
		18.232.785,10

CÓPIA DA DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DO MESMO PERÍODO

de Fazendas Gerais	1.716.206,60	
de Cerâmica Vista Alegre Ltda. e lucros	36.010,00	
de Prêmios e descontos	26.691,50	
de Diversas contas	413.924,70	
de Contas correntes	1.022.890,60	
a Créditos incertos	103.363,90	
a Contas correntes	63.513,30	
a Contrato de arrendamento da Pedreira do Morro Cabeludo (Sete Lagoas)	3.000,00	
a Selos de vendas e consignações	110.841,80	
a Serviço Nac. de Aprendizagem Industrial	6.566,90	
a Abono provisório	56.505,50	
a Seguros	71.216,40	
a Previdência social	47.973,20	
a Estampilhas	10.281,70	
a Salários	118.015,60	
a Férias	23.174,40	
a Custeio de automóveis	306.654,50	
a Comissões	395.980,60	
a Pessoal	134.860,10	
a Impostos	113.809,90	
a Despesas Gerais	445.795,30	
a Percentagens à diretoria	422.601,00	
a Gratificações	117.390,00	
a Fundo de depreciação	117.390,00	
a Dividendos	201.000,00	
a Lucros não distribuídos		
Saldo que passa para o próximo semestre	312.516,30	
	3.215.753,40	3.215.753,40

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — Arthur Hortêncio Bastos, Presidente. — José Nogueira da Silva, Diretor. — José Maria Fernandes Vieira, Diretor. — Armando do Valle Bastos, Diretor. — Antonio C. C. Lugo, Contador, Registro DNIC 32.751 — DEC. 7.454.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias vigentes, nós, abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia Fornecedora de Materiais, nos reunimos, por convocação da sua Diretoria, em sua sede social, à Rua Frei Caneca, 35-39, às 15 horas do dia 6 de março de 1945 para, no desempenho das nossas atribuições, procedermos ao exame dos seus livros, balanço, contas e demais documentos relativos ao ano comercial findo em 31 de dezembro de 1944, o que fizemos. Tendo encontrado em tudo perfeita ordem, regularidade e exatidão, somos de parecer sejam aprovadas as contas prestadas pela Diretoria da sua administração naquele período, assim como somos de parecer seja a mesma louvada pelos esforços e zelo com que alcançaram os resultados apresentados.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1945. — Raul Carlos da Silva Telles — Dr. Guilherme Pinto Bravo. — Alfredo Barcellos. (N.º 6.162—Dia 18-1-45—Cr\$ 765,00).

CINÉDIA, SOCIEDADE ANÔNIMA

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA QUE SE REALIZARÁ EM 25 DE ABRIL DE 1945

Senhores acionistas:

Cumprindo as disposições legais e na forma dos estatutos da sociedade, cabe-nos trazer ao vosso conhecimento o relatório sobre os atos e contas dos diretores, relativos ao ano social encerrado em 31 de dezembro de 1944, e submeter ao vosso exame e deliberação as referidas contas, o balanço geral e o parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Está em curso, perante o Juízo da 8.ª Vara Cível, a ação em que nos defenderemos da investida ilícita da Sociedade Anônima Martignelli. São nossos advogados, os eminentes juristas Drs. Mário Bulhões Pedreira e Heráclito Sobral Pinto, a quem concedemos poderes para pleitear nas instâncias cível e criminal, confiantes de que serão reconhecidos os nossos direitos e pronunciadas as sanções de direito contra os culpados.

Temos envidado o máximo de nossos esforços para o desenvolvimento dos negócios sociais, tendo conseguido um sensível aumento de nossas rendas no ano de 1944, com o lançamento de filmes de longa metragem "Berlim na Batucada", "Corações sem Piloto" e "Romance Proibido", e temos outras produções quase concluídas e que serão lançadas logo no início da temporada de 1945.

Deveis eleger, na próxima assembleia, os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e suplentes.

E o que tem a expor a Diretoria, permanecendo ao dispor dos Srs. acionistas para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945. — Adhemar de Almeida Gonzaga, Diretor-Presidente-Tesoureiro. — Luiz Braga Junior, Diretor-Secretário.

BALANÇO GERAL REALIZADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

(Compreendendo as operações da Matriz no Rio e Filial em São Paulo)

Operações de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1944

Ativo		Cr\$	Cr\$
Imobilizado:			
1 — Veículos		62.872,00	
2 — Instalações		25.658,30	
3 — Móveis e Utensílios		88.686,60	
4 — Benfeitorias		675.378,40	
5 — Aparelhagem Cinematográfica		923.460,20	1.776.055,50
Disponível:			
6 — Caixa e Bancos			49.407,60
Realizável (Curto e longo prazo):			
7 — Produção	3.310.182,00		
8 — Aliança C. Brasileira, S. A. c/mov. e distrib.	247.832,10		
9 — Depósitos	4.430,00		
10 — Filmes em Preparo	438.381,60		
11 — Matéria Prima	4.893,90		
12 — Devedores Diversos	392.521,80		4.398.241,40
De Resultado Pendente:			
13 — Caução de Obrigações	2.000.000,00		
14 — Devedores Duvidosos	28.357,60		
15 — Lucros e Perdas	1.490.033,40		
16 — Aliança C. Brasileira, S. A., ações em poder da S. A. Martinelli — valor pendente	56.250,00		3.574.641,00
De Compensação:			
17 — Ações Caucionadas	40.000,00		
18 — Distribuidores	20.886,50		
19 — Emissão de Obrigações	2.000.000,00		2.060.886,50
			11.859.232,00
Passivo		Cr\$	Cr\$
Exigível:			
20 — Ademar de Almeida Gonzaga	1.086.717,00		
21 — Títulos Descontados	322.570,00		
22 — Credores Diversos	937.000,50		
23 — S. A. Martinelli — c/garantida	583.960,80		
24 — Dividendos	14.600,70		
25 — Obrigações a Pagar	593.000,00		
26 — Contas a Pagar	173.612,60		3.711.161,60
Não Exigível:			
27 — Capital	2.000.000,00		
28 — Fundo de Reserva	5.537,80		
29 — Fundo Dep. Móveis e Utensílios	133.400,90		
30 — Fundo Amortiz. Inst. Máquinas	905.108,60		
31 — Fundo Depreciação Filmes	1.042.837,10		4.086.883,90
De Resultado Pendente:			
32 — Obrigações Caucionadas		2.000.000,00	
De Compensação:			
33 — Filmes Distribuídos	20.886,50		
34 — Depósito da Diretoria	40.000,00		
35 — Empréstimo por Obrigações	2.000.000,00		2.060.886,50
			11.859.232,00

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — Adhemar de Almeida Gonzaga, Presidente-Tesoureiro. — Geraldo Ferreira Bastos, Contador — Reg. 34.975.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS — EXERCÍCIO DE 1944

Débito		Cr\$
Saldo — exercício de 1943		1.460.033,40
Prêmios de Seguros		
parte vencida do prêmio pago		9.145,70
Juros e Descontos		
saldo que se transfere		111.070,40
Comissões		
idem, idem		48.687,20
Despesas Gerais, Distribuição		
idem, idem		76.706,90
Despesas Gerais, Filial		
idem, idem		57.431,80
Despesas Gerais, Estúdio		
idem, idem		281.031,90
Despesas Gerais, Administração		
idem, idem		94.001,80
Impostos e Licenças		
idem, idem		26.356,30
Devedores Duvidosos		
saldo incobráveis ou prescritos		41.395,10
Fundo Dep. Móveis Utens. Veículos		15.155,90
Fundo Amortização Inst. e Máquinas		94.911,80
Fundo Depreciação de Filmes		130.409,50
		2.446.310,70
Crédito		Cr\$
Rendas Diversas		
lucro bruto verificado n/conta		956.307,30
Prejuízo do exercício	30.000,00	
Prejuízo anterior	1.460.033,40	
Saldo que passa para 1945		1.490.033,40
		2.446.310,70

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — Adhemar de Almeida Gonzaga, Presidente-Tesoureiro. — Geraldo Ferreira Bastos, Contador — Reg. 34.975.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sob convocação da Diretoria da Cinédia, S. A., e no cumprimento do que prescrevem os seus estatutos, os membros do Conselho Fiscal que este subscrevem, reuniram-se na sede da sociedade e examinaram detidamente o balanço, inventário e contas da Diretoria, relativos ao ano social encerrado em 31 de dezembro de 1944, procederam ao devido trabalho de confronto com os lançamentos feitos nos livros de contabilidade da sociedade, tendo achado tudo exato, na mais perfeita ordem e rigorosa clareza, pelo que propõem que sejam aprovados o balanço, inventário, contas e atos da Diretoria, relativos ao ano social encerrado em 31 de dezembro de 1944, com um voto de louvor à Diretoria pelo seu esforço na administração da sociedade.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945. — Tito Carlos de Lima. — Plínio de Mello e Souza. — Raul Ribeiro.
(N.º 6.207 — 18-4-45 — Cr\$ 350,80)

ALIANÇA CINEMATOGRAFICA BRASILEIRA S.A.

Srs. Acionistas:

Em cumprimento ao que determinam a lei e os nossos estatutos vimos submeter ao vosso exame e deliberação o balanço e conta de lucros & perdas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1944.

Para quaisquer outros esclarecimentos estaremos ao vosso inteiro dispor.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1945. — Milton Rodrigues, Diretor-Presidente. — Luiz Braga, Diretor-Secretário. — Luiz Carlos Guimarães, Diretor-Gerente.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Cr\$	Cr\$
Imobilizado:			
Móveis & Utensílios			54.000,00
Realizável C/Prazo:			
Filmes	952.375,50		
C/Correntes	106.274,50		
Depósitos em Garantia	1.295,20		1.059.945,20
Disponível:			
Caixa			2.028,00
De Compensação:			
Cauções em Depósito			60.000,00
De Resultado Pendente:			
Saldo desta conta			1.241.283,10
Lucros & Perdas:			
Saldo desta conta p/1945			29.383,00
			2.446.639,30

Passivo		Cr\$	Cr\$
<i>Não Exigível:</i>			
Capital	1.500.000,00		
Fundo de Reserva	96.981,60	1.596.981,60	
<i>Exigível:</i>			
C/Correntes	371.654,70		
Título a Pagar	415.000,00	789.654,70	
<i>De Compensação:</i>			
Cauções da Diretoria		60.000,00	
		2.446.639,30	

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1944. — *Milton Rodrigues*, Diretor-Presidente. — *Luiz Carlos Guimarães*, Diretor-Gerente. — *Luiz Braga*, Diretor-Secretário. — *Yolanda de Figueiredo*, Contador registro n.º 41.443.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS & PERDAS EM 31-12-44

Débito		Cr\$	Cr\$
Saldo de 1943		30.107,00	
<i>C/Correntes:</i>			
Débito julgado incobrável	60,00		
<i>Despesas Gerais:</i>			
Saldo desta conta	74.181,90	74.241,90	
		101.348,90	
Crédito		Cr\$	Cr\$
<i>Aluguéis Filmes:</i>			
Saldo desta conta	62.654,00		
<i>Comissões:</i>			
Idem, idem	6.627,80		
<i>Material:</i>			
Idem, idem	5.681,10	71.965,90	
Saldo para 1945		29.383,00	
		101.348,90	

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1944. — *Milton Rodrigues*, Diretor-Presidente. — *Luiz Carlos Guimarães*, Diretor-Gerente. — *Luiz Braga*, Diretor-Secretário. — *Yolanda de Figueiredo*, Contador registro n.º 41.443.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Aliança Cinematográfica Brasileira S. A., convocados pela Diretoria, reuniram-se na sede da Sociedade e examinaram detidamente o balanço encerrado em 31 de dezembro de 1944, confrontando os dados nele contidos com os livros de contabilidade, tendo achado tudo exato, em boa ordem e perfeita clareza, pelo que são de parecer que sejam aprovados o balanço, contas e atos da Diretoria relativos ao ano social encerrados em 31 de dezembro de 1944.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1945. — *Plínio de Mello e Souza*. — *Cyroluiz de Araújo*. — *Tito Carlos de Lima*.
(N.º 6.208 — 18-4-45 — Cr\$ 357,00).

COMPANHIA AEROPOSTAL BRASILEIRA

Rua Beneditinos n.º 7 — 2.º — Tel. 23-3204

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento das obrigações constantes dos Estatutos da Companhia, temos a honra de apresentar a VV. SS. o Relatório da Diretoria, submetendo à sua deliberação as contas do exercício de 1944.

Desde 1913, que a Companhia vinha sendo privada da Taxa de "aterrissagem" que era a única fonte de renda que lhe restava e com que cobria as despesas de natureza inadiável a que era obrigada para a sua manutenção como pessoa jurídica.

Pelo Decreto-lei n.º 6.870, de 14 de setembro de 1944, o Governo Federal desapropriou todos os Campos de Pousa da Companhia com o que de fato ficou suspensa a existência dessa Taxa.

A Diretoria já entrou em contacto com Sua Excelência o Sr. Ministro da Aeronáutica para ultimar a liquidação, estando em andamento o processo e prestes a ser nomeada a Comissão de avaliação dos Campos e benfeitorias.

Como se pode ver do Balanço, a Companhia continua em período deficitário que agora irá até a liquidação final da desapropriação.

Quanto ao processo movido pela "Air France" a Companhia continua aguardando a sentença do Juiz da Segunda Vara Cível desta Capital a fim de convocar uma Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1945. — *José Antonio Mirilli*, Diretor-Presidente. — *Cel. Leopoldo Nery da Fonseca Jr.*, Diretor-Gerente. — *Tancredo Silveira Rosa*, Diretor-Secretário.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Cr\$	Cr\$
<i>I — Imobilizado:</i>			
Capital a ser reconhecido pelo Governo	4.777.544,40		
Móveis e Utensílios	600,00	4.778.144,40	
<i>II — Disponível:</i>			
Caixa	391,00		
Bco. Federal Brasileiro: c/depósito s/juros	1.191.500,00		
Bco. Federal Brasileiro: c/corrente	1.173,30		
Banco do Comércio S. A.	981,20		
Banco Brasileiro de Crédito S. A. .	530,00	1.191.575,50	
<i>III — Realizável a curto prazo:</i>			
Contas correntes diversas	113.460,00		
Juros a receber	8.458,10		
Títulos pertencentes à Companhia	33.120,40	185.038,50	
<i>IV — Realizável a longo prazo:</i>			
Cia. Auxiliar Rádio Emissora do Brasil S. A.		30.720,30	
<i>V — Contas de resultado pendente:</i>			
Devedores duvidosos		208.001,60	
<i>VI — Contas de compensação:</i>			
Caução postal	5.000,00		
Caução de Exploração de Portos ..	10.000,00		
Ações em caução	28.000,00		
Títulos pertencentes a terceiros ..	6.000,00	49.000,00	
TOTAL do ativo		6.445.480,30	

Passivo		Cr\$	Cr\$
<i>I — Não Exigível:</i>			
Capital	1.500.000,00		
Provisão s/Capital a ser reconhecido	4.038.869,10		
Fundo de reserva	28.056,70		
Fundo de Amortização	26.468,80		
Fundo de reserva legal	28.056,70	5.621.451,30	
<i>II — Exigível a curto prazo:</i>			
Delegacia do Imposto de Renda ..	5.120,80		
Cie. Générale Aéropostale	1.197,60		
Marcel Portait	3.250,00	9.568,40	
<i>III — Contas de resultado pendente:</i>			
Lucros em suspenso	218.110,90		
Operações em suspenso	150.000,00		
Receitas do Tráfego em suspenso ..	124.720,00		
Aluguéis em suspenso	30.000,00		
Reserva para devedores duvidosos ..	208.001,60		
Juros em suspenso	4.628,10	765.460,60	
<i>IV — Contas de compensação:</i>			
Caução da Diretoria	28.000,00		
Títulos caucionados	15.000,00		
Marcel Portait — c/de Títulos ...	6.000,00	49.000,00	
TOTAL do passivo		6.445.480,30	

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *José Antonio Mirilli*, Diretor-Presidente. — *Cel. Leopoldo Nery da Fonseca Jr.*, Diretor-Gerente. — *Tancredo Silveira Rosa*, Diretor-Secretário. — *Félix Dupuy*, Contador Reg. DNIC. 37.770 — MES. 23.070.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito		Cr\$	Cr\$
Despesas gerais	40.351,30		
Impostos	1.300,00	41.651,30	
Saldo que passa para o próximo exercício:			
Saldo dos exercícios anteriores ..	282.449,50		
Menos: Prejuízo neste exercício ..	34.338,60	248.110,90	
		289.762,20	
Crédito		Cr\$	Cr\$
Saldo dos exercícios anteriores		282.449,50	
Juros	3.302,70		
Receita do Tráfego	5.010,00	7.312,70	
		289.762,20	

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *José Antonio Mirilli*, Diretor-Presidente. — *Cel. Leopoldo Nery da Fonseca Jr.*, Diretor-Gerente. — *Tancredo Silveira Rosa*, Diretor-Secretário. — *Félix Dupuy*, Contador Reg. DNIC. 37.770 — MES. 23.070.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Aeropostal Brasileira S. A., abaixo assinados, tendo examinado o Balanço Geral da referida Companhia para o exercício de 1944, e respectiva documentação e demais livros, declaram que os mesmos foram achados conforme e em devida ordem para serem aprovados pelos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1944. — *Gladstone Guimarães*. — *Dario Corrêa da Silva*. — *Benjamin Figueiredo*.
(N.º 6.203 — 16-4-45 — Cr\$ 357,00)

COMPANHIA IMOBILIÁRIA ITAPEBA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação e aprovação o balanço geral, demonstração da conta "Lucros e Perdas", contas e atos de nossa gestão, relativos ao exercício de 1944.

Devido às circunstâncias citadas nos relatórios anteriores, as quais perduram até o presente momento, o início das atividades da Companhia continua sofrendo inevitável retardamento, razão pela qual o exercício passado encerrou-se com pequeno prejuízo.

Ficamos ao inteiro dispor de VV. SS. para qualquer esclarecimento que se tornar necessário.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1945. — *Roger Roland Raoul Mirilli*, Diretor-Presidente. — *João Moraes Filho*, Diretor-Secretário.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA ITAPEBA

BALANÇO EM 31-12-1944

Ativo

	Cr\$
Imobilizado:	
Terrenos	410.000,00
Disponível:	
Banco Federal Brasileiro	19.705,80
Realizável a Curto Prazo:	
Devedores Diversos	10.800,00
Contas de Resultado Pendente:	
Despesas de Constituição	5.252,70
Lucros & Perdas	24.241,50
	29.494,20
Contas de Compensação:	
Ações Caucionadas	8.000,00
Total	508.000,00

RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA ITAPEBA QUE NÃO INTEGRALIZARAM O CAPITAL SUBSCRITO

Nomes	N.º Ações	Capital Subscrito	Realizado	A Realizar
Dr. Antônio E. Richard J.º	10	2.000,00	200,00	1.800,00
Sr. Arthur Germain	10	2.000,00	200,00	1.800,00
Dr. Edmond d'Oliveira	10	2.000,00	200,00	1.800,00
Sr. João Moraes Filho	10	2.000,00	200,00	1.800,00
Sr. Jacques B. Lafont	10	2.000,00	200,00	1.800,00
Sra. Margarida P. Murry	10	2.000,00	200,00	1.800,00
	60	12.000,00	1.200,00	10.800,00

Companhia Imobiliária Itapeba. — *Roger Roland Raoul Mirilli*, Presidente. — *Augusto de Miranda*, Contador. Reg. n.º 39.820.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 1944

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Imobiliária Itapeba, no desempenho de suas atribuições legais, após examinar detalhadamente os documentos de que trata o artigo 127, alínea III do Decre-

to-lei n.º 2.627, e referentes ao exercício de 1944, encontrando-os em perfeita ordem e exatidão, são de parecer que sejam aprovados pela Assembléia Geral, tais como apresentados.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1945. — *Benjamin da Cunha*. — *Cyrol Ramos de Azevedo*. — *Hildebrando da Silva Castro*.

(N.º 6.202 — 18-4-45 — Cr\$ 255,00).

Passivo

Cr\$

Não Exigível:

Capital	500.000,00
Contas de Compensação:	
Caução da Diretoria	8.000,00
Total	508.000,00

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Roger Roland Raoul Mirilli*, Presidente. — *João Moraes Filho*, Diretor-Secretário. — *Augusto de Miranda*, Contador. Reg. CNIC n.º 39.820 — MES n.º 45.689.

CONTA DE LUCROS & PERDAS EM 31-12-1944

Débito

Cr\$

Cr\$

Honorários e Ordenados	2.330,00	
Impostos	1.582,50	
Estampilhas e Taxas	336,40	
Publicações	878,20	
Despesas de Cartório	330,20	
Gratificações e Condução	1.268,00	
Amortização s/despesas de Constituição	276,50	7.001,80
Saldo do exercício anterior		17.914,80
		21.916,60

Crédito

Cr\$

Juros e Comissões	675,10
Saldo para 1945	21.241,50
	21.916,60

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Roger Roland Raoul Mirilli*, Presidente. — *João Moraes Filho*, Diretor-Secretário. — *Augusto de Miranda*, Contador. Reg. DNIC n.º 39.820 — MES n.º 45.689.

COMPANHIA DE ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

"C.E.C.I."

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

D. N. I. C.

Divisão do Registro do Comércio

CERTIDÃO

Certifico que a Companhia de Engenharia, Comércio e Indústria — C. E. C. I. — arquivou nesta Divisão, sob o n.º 841, por despacho de 13 de abril de 1945, a ata da assembléia geral ordinária, realizada em 14 de março de 1945, que aprovou as contas do exercício de 1944, elegeu os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria, bem como fixou os seus honorários, do que dou fé.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Divisão do Registro do Comércio, em 14 de abril de 1945. — Eu, Carmen Cruz, auxiliar de escritório IX, escrevi, conferi e assino. — *Carmen Cruz*. — Eu, Renato Adolpho Penna Barros, pelo Chefe da S. R. E., a subscrevo e assino. — *R. A. Penna Barros*.

(Selada com Cr\$ 4,40).

(Proc. n.º 6.005-45).

(N.º 6.293—18-4-45—Cr\$ 50,00)

LETREIROS & PINTURAS EM GERAL LIMITADA

EXTRATO DO CONTRATO SOCIAL

Por instrumento particular de 14 de abril de 1944 foi ajustada a organização de uma sociedade civil, por cotas de responsabilidade limitada, com a denominação supra, com sede nesta Capital, composta dos sócios Alcebiades de Castro Peroni, brasileiro, casado, pintor, residente à Rua Campos Sales n.º 41, e Climério da Silva Marques, português, casado, pintor, residente à Praça João Pessoa n.º 10, sobrado, sendo o seu objetivo a exploração de pinturas em geral e letreiros. O capital social, de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), é dividido em 10 cotas de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada uma, subscritas cinco para cada sócio, sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao capital social. A gerência da sociedade será exercida com dispensa de caução pelo sócio Alcebiades de Castro Peroni. A duração da sociedade será indeterminada, ficando vedado o uso da firma para qualquer assunto estranho ao negócio. Os balanços serão procedidos em 31 de dezembro de cada ano e os lucros ou prejuízos serão distribuídos entre os sócios na proporção de suas cotas. Os casos omissos neste contrato serão regulados pelas disposições do Decreto n.º 3.708, de 10 de janeiro de 1919. O selo devido, na importância de Cr\$ 20,10, inclusive a taxa de Educação e Saúde, foi pago em estampilhas devidamente inutilizadas. Distrito Federal, 18 de abril de 1945. — *Alcebiades de Castro Peroni*, sócio gerente.

(N.º 6.294—Cr\$ 52,00—Dia 19-4-45—18-4-45.)

INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO REYBRA S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 23 DE ABRIL DE 1945

Senhores Acionistas:

Em obediência aos dispositivos legais e de acordo com os nossos Estatutos, temos o prazer de submeter ao vosso exame e julgamento o balanço e contas da nossa administração, relativos ao período de agosto a dezembro próximo passado.

Como vereis dos referidos documentos tivemos um lucro satisfatório, atendendo ao pequeno período decorrido, e ao fato de não estarmos ainda com as nossas instalações de fabricação prontas. Em vista do resultado apresentado no Balanço — Propomos a distribuição de um dividendo de Cr\$ 10,00 por ação.

Ficamos ao vosso inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *Donald Lee Moore*, Diretor-Presidente. — *Eugênio Veiga Giraldez*, Diretor-Gerente.

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo

Cr\$ Cr\$

Realizável:

a Curto Prazo:

Bancos	373.500,00	
Devedores e Credores Diversos	193.054,60	566.554,60

Passivo

Cr\$

Cr\$

Exigível:

a Longo Prazo:

Reserva para Imposto de Renda 5.324,40

Não Exigível:

Capital	500.000,00	
Fundo de Reserva Legal	3.327,70	
Lucros e Perdas	57.902,50	561.230,20
		566.554,60

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *Elyud Barbosa Caldas*, Contador — Registrado sob n.º 42.920. — *Donald Lee Moore*, Diretor Presidente.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS & PERDAS" — BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito

Cr\$

Despesas Gerais	26.286,70
Impostos	896,20
	27.182,90
Reserva Imp. s/Renda	5.324,40
Fundo de Reserva Legal	3.327,70
Saldo	57.902,50
	93.737,50

Crédito

Cr\$

Comissões Obtidas	93.737,50
	93.737,50

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *Elyud Barbosa Caldas*, Contador — Registrado sob n.º 42.920. — *Donald Lee Moore*, Diretor Presidente.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Indústria de Alumínio Reybra S.A., vimos na forma do art. 27, do Decreto-lei n.º 2.627, emitir parecer sobre os documentos que nos foram apresentados prescritos no dispositivo legal, acima referido.

Pelo exame que procedemos dos referidos documentos e livros de contabilidade, somos de parecer que o balanço geral e conta de lucros e perdas demonstram a situação financeira da Sociedade em 31 de dezembro último e os resultados das operações do exercício findo nessa data. Bem assim, achamos justificável a distribuição de dividendos proposta pela Diretoria.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *Andrew J. Royal*. — *Hans Alfred Lemann*. — *Alfred S. Bennett*.

(N.º 6.241 — 18-4-45 — Cr\$ 255,00)

ESTATUTO DO SAMPAIO ATLÉTICO CLUBE

O Sampaio Atlético Clube é uma instituição cívico desportiva, de duração indeterminada, com sede e fóro no Distrito Federal, e tem por objetivo o desenvolvimento da cultura física pela prática de desportos unicamente amadorista, bem como a realização de reuniões de caráter cívico, cultural, social e recreativo. O fundo social é constituído pelas contribuições dos sócios, doações e renda de jogos. A sociedade é administrada por uma Diretoria cujo Presidente representa a sociedade ativa, passiva, judicial e extra-judicial. O seu estatuto só poderá ser reformado quando seus artigos colidirem com as leis da República, ou por determinação de entidades superiores, ou ainda, por proposta justificada da Diretoria. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. O Clube só poderá ser dissolvido pelo Conselho Deliberativo, especialmente convocado para esse fim, sendo os seus bens divididos entre os sócios proprietários, proporcionalmente aos títulos que possuírem.

Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1945. — *Noeli Correia de Melo*, Pelo Presidente.

Reconheço a firma de Noeli Correia de Melo.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945.

Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Antonio de Almeida Mello*.

(N.º 6.142 — 18-4-45 — Cr\$ 55,10).

INDÚSTRIAS FÁTIMA S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA, A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, À REALIZAR-SE EM 26 DE ABRIL DE 1945

Senhores acionistas:

Cumprindo de acôrdo com a legislação vigente e as disposições dos nossos estatutos, a Diretoria tem a satisfação em submeter à apreciação, exame e julgamento dos senhores acionistas, o presente relatório, acompanhado do balanço e contas referentes aos negócios que se realizaram durante o ano de 1944.

Durante o exercício findo, os negócios progrediram satisfatoriamente com resultados compensadores.

A Diretoria, como lhe confere o artigo 24, § 4.º, dos estatutos, propõe que sejam distribuídos aos senhores acionistas, dividendos de 50 % (cinquenta por cento) sobre o valor nominal de suas ações.

Finalizando este nosso breve relatório, o fazemos endereçando a todos os auxiliares desta Sociedade, os nossos melhores agradecimentos pelos excelentes serviços prestados.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1945. — *Eduardo de Souza Romero*, Diretor-Presidente. — *Gil Frugoni*, Diretor-Gerente.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo

	Cr\$	Cr\$
Disponível:		
Caixa	1.087,20	
Bancos C/c. garantidas	525.835,10	527.522,30
Realizável:		
Títulos de renda	13.600,00	
Depósitos	2.302,00	
Certificados de equipamento	5.043,80	
Contas correntes	91.455,30	
Duplicatas a receber	1.734.265,70	
Obrigações de guerra	28.756,00	
Letras de câmbio	2.619,90	1.878.012,70
Estável:		
Estampilhas vendas mercantis	1.525,20	
Material de embalagens	19.627,70	
Matéria prima	880.319,60	
Mercadorias manufaturadas	546.896,60	1.148.399,10
Amortizável:		
Verbas a debitar mensalmente		33.350,00
Imobilizado:		
Marcas registradas	752.000,00	
Veículos	29.189,30	
Móveis e utensílios	102.259,70	
Maquinismos e instalações	59.697,50	943.146,50

Compensado:

Ações caucionadas	40.000,00	
Bancos — Conta valores em administração	20.600,00	60.600,00
		<u>4.891.060,60</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *E. S. Romero*, Diretor-Presidente. — *Gil Frugoni*, Diretor-Gerente. — *Angelo Sabado*, Contador, registro n.º 34.654.

Passivo

	Cr\$	Cr\$
Exigível:		
Contas correntes	165.768,90	
Bancos — C/c. garantidas	1.961.321,80	
Contas a pagar	294.918,60	
Institutos de Previdência	5.765,90	
Legião Brasileira de Assistência ..	837,10	
Credores por devolução	6.975,10	
Aluguéis a pagar	780,00	
Gratificação da Diretoria	41.627,30	2.477.994,70

Não exigível:

Capital	1.400.000,00	
Fundo de reserva legal	97.085,20	
Fundo a aplicar	125.770,60	
Fundo de gratificação	21.279,70	1.644.135,50

Compensado:

Caução da Diretoria	40.000,00	
Valores em administração	19.800,00	
Contas correntes — C/valores em administração	800,00	60.600,00

Pendente:

Reclamações pendentes	666,70
-----------------------------	--------

Lucros e perdas:

Saldo para o exercício seguinte a aplicar	707.663,70
	<u>4.891.060,60</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *E. S. Romero*, Diretor-Presidente. — *Gil Frugoni*, Diretor-Gerente. — *Angelo Sabado*, Contador, registro n.º 34.654.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito

	Cr\$
A Despesas gerais, de cobranças, juros, descontos e comissões	779.897,70
A Ordenados e salários	586.129,10
A Propaganda	222.383,80
A Benfeitorias	175.587,20
A Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal ..	109.500,00
A Fretes e embalagens	98.579,80
A Aluguéis	66.350,00
A Impostos	50.422,70
A Bonificações especiais	43.570,00
A Gratificação da Diretoria	41.627,30
A Fundo de gratificação	41.627,30
A Fundo de reserva legal	41.627,30
A Perdas de materiais	32.386,00
A Depreciações	21.238,60
A Seguros	16.541,50
A Comissões bancárias	13.768,70
A Retorno de mercadorias	8.065,40
A Duplicatas a receber	870,10
Saldo para 1945	707.663,70
	<u>3.057.841,20</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *E. S. Romero*, Diretor-Presidente. — *Gil Frugoni*, Diretor-Gerente. — *Angelo Sabado*, Contador, registro n.º 34.654.

Crédito

	Cr\$
De Vendas	2.989.434,90
De Rendimentos diversos	34.309,80
De Materiais recuperados	26.880,40
De Juros recebidos	3.856,10
De Recuperação em retornos	2.013,60
De Contas correntes	
Indenizações sobre faltas e roubo de mercadorias — Exercício de 1943 — não reclamadas	868,60
De Duplicatas a receber	
Cobrança duplicatas consideradas incoobráveis em balanço de dezembro de 1943	432,00
De Indenizações a pagar	
Indenizações sobre faltas e roubo de mercadorias — Exercício de 1943 — não reclamadas	15,80
	<u>3.057.841,20</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *E. S. Romero*, Diretor-Presidente. — *Gil Frugoni*, Diretor-Gerente. — *Angelo Sabado*, Contador, registro n.º 34.654.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, exercendo as atribuições que lhe conferem os estatutos e a lei vigente, examinou toda a escrita e documentação do exercício findo em 31 de dezembro do ano próximo passado.

Tudo encontrado em perfeita ordem, fizeram os membros do Conselho Fiscal estudo do balanço encerrado devidamente, e do relatório da Diretoria, que condizem com os dados que averiguaram. Consequentemente, indicam que a assembléia geral aprove atos, contas, balanço e relatório da Diretoria, sem qualquer restrição.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1945. — *Candido Borges.* — *Hugo Ribeiro Carneiro.* — *Joaquim Carlos Vianna Carneiro.*
(N.º 6.262 — 18-4-45 — Cr\$ 300,90.)

COMPANHIA PREDIAL SÃO PAULO E RIO

RELATÓRIO A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
A REALIZAR-SE EM 27 DE ABRIL DE 1945

Senhores acionistas: ..

Cumprindo o disposto em nossos estatutos e na legislação em vigor, vimos apresentar-vos o Balanço e contas referentes ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944.

De acôrdo com as deliberações da assembléia geral de 3 de fevereiro de 1944, foi efetivado o aumento do capital social para cruzeiros 15.000.000,00, ficando o mesmo integralmente realizado em 15 daquele mês. Assim, já neste exercício pudemos dedicar-nos às atividades comerciais que eram objeto da reforma dos nossos Estatutos.

Pelo exame do Balanço e da conta de Lucros e Perdas podeis apreciar a exata situação da Companhia, ficando esta Diretoria à vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos ou detalhes.

Deveis nesta assembléia proceder à eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o novo exercício.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1945. — *Joaquim Monteiro de Carvalho.* — *A. Monteiro de Carvalho Filho.* — *Mário Simonsen.* — *Raul Araujo S. Costa.*

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Cr\$	Cr\$
Imobilizado			
Imóveis	12.937.843,80		
Móveis e Utensílios	380,10	12.938.193,90	
Disponível			
Caixa		10.152,70	
Realizável a curto prazo			
Contas Correntes	8.899.122,60		
Duplicatas a receber	618.410,10		
Obrigações de Guerra	24.427,20		
Selos e estampilhas	4.614,40	9.546.571,30	
Contas de Compensação			
Ações Caucionadas		80.000,00	
		22.574.917,90	
Passivo		Cr\$	Cr\$
Não Exigível			
Capital	15.000.000,00		
Fundo de Reserva	485.602,70		
Fundo de Conservação	117.112,70	15.602.715,40	
Exigível a Curto Prazo			
Contas Correntes	3.854.776,50		
Dividendos	3.000.000,00		
Depósitos em garantia	37.426,00	6.892.202,50	
Contas de Compensação			
Caução da Diretoria		80.000,00	
		22.574.917,90	

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Joaquim Monteiro de Carvalho.* — *A. Monteiro de Carvalho Filho.* — *Mário Simonsen.* — *Raul Araujo S. Costa,* Diretores. — *C. C. Pereira,* Chefe da Contabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito		Cr\$
Despesas gerais	247.014,50	
Ordenados	72.000,00	
Impostos e licenças	193.928,00	
Seguros	24.904,30	
Fundo de reserva	310.107,60	
Dividendos	3.000.000,00	
	3.847.954,40	

Crédito

	Cr\$
Aluguéis	1.142.942,30
Imóveis	2.068.957,80
Juros e descontos	172.529,90
Mercadorias	463.524,40
	3.847.954,40

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Joaquim Monteiro de Carvalho.* — *A. Monteiro de Carvalho Filho.* — *Mário Simonsen.* — *Raul Araujo S. Costa,* Diretores. — *C. C. Pereira,* Chefe da Contabilidade.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Predial São Paulo e Rio, tendo examinado o relatório, balanço e contas da Diretoria relativos ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944, assim como os respectivos livros e documentos, encontraram tudo na mais perfeita ordem e exatidão, sendo de parecer de que os mesmos, assim como os atos administrativos do referido exercício, sejam aprovados pelos senhores acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1945. — *Edgard Montlaury Pimenta.* — *Alfredo Egydio de Souza Aranha.* — *Octavio Souza Dantas.*
(N.º 6.188 — 18-4-45 — Cr\$ 255,00.)

LIVRO JURÍDICO S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Srs. Acionistas:

Cumprindo as disposições estatutárias e legais, apresentamos o Balanço e Contas relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1944, pelos quais podeis observar o aumento sempre crescente que se tem processado em nossa organização.

É necessário registrar que os últimos resultados do exercício foram obtidos apesar da situação anormal gerada pela guerra a qual afetou seriamente a produção de papel e os serviços tipográficos.

Com a próxima terminação da guerra na Europa, novas e mais amplas possibilidades se abrirão à nossa empresa, que já tem planos para o desenvolvimento dos nossos negócios.

São estas as informações que temos a prestar aos Srs. Acionistas e nos colocamos à inteira disposição, para quaisquer esclarecimentos que sejam necessários.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1945. — *Dr. Persio Pereira Pinto,* Diretor-presidente.

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Cr\$	Cr\$
Disponível:			
Em cofre	18.149,88		
Em Bancos	240.132,50	258.282,38	
Realizável a longo prazo:			
Estoque papel	33.928,80		
Estoque pano couro	13.068,70		
Estoque de obras	634.674,00		
Custeio de obras contr.	92.822,00		
C/Correntes — Compradores ..	611.963,50		
C/Correntes — Diversos	114.403,48		
Depósitos diversos	1.610,00		
Obrigações de guerra	7.050,20		
Selos vendas mercantis	361,00	1.509.880,68	
Imobilizado estável:			
Móveis, utensílios e instalações	42.295,00		
Maquinismo	58.060,00	100.355,00	
Contas de compensação:			
Ações caucionadas		15.000,00	
		1.883.518,06	

Passivo

Exigível a curto prazo:		Cr\$	Cr\$
Contas a pagar	481.900,36		
Fornecedores	466.949,90		
Acionistas c/ div.	11.647,58		
Dividendo 1944 a ser distr. ..	67.933,40	1.031.431,24	
Não exigível:			

Capital	600.000,00	
Fundo depr. m., utens. e máq.	46.862,55	
Fundo de Ind. Lei 62	9.736,25	
Fundo de riscos p/ alt. Leis..	51.461,40	
Fundo de previsão	72.561,60	780.627,80
Reservas:		
Fundo de reserva legal.....	13.098,90	
Fundo de res. estatutário	39.295,70	
Fundo de resg. p. benef.	1.799,92	
Perce. atrib. às p. benef.	2.261,50	56.459,02
Contas de compensação:		
Caução da Diretoria.....		15.000,00
		<u>1.883.518,06</u>

Rio, 30 de dezembro de 1944. — Diretor-presidente: *Persio Pereira Pinto* — Diretor-gerente: *Mario Santos d'Anunciação* — Diretor-tesoureiro: *João Pereira Pinto*. — *Nicolau Braga*, Contador, registro número 13.412.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS & PERDAS EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito

a Desp. de com. e transportes.....	Cr\$ 186.636,28
a Impostos, selos e estampilhas.....	38.821,70
a Juros e descontos	48.210,90
a Despesas gerais	327.256,80
a Reservas:	
Fundo de reserva legal.....	5.661,50
Fundo de res. estatutário....	16.983,50
Fundo resg. p. benef.	679,42
Percent. atrib. p. benef. ..	2.261,50
	<u>25.588,92</u>
a Fundo de deprec. mov. utens. e máq.	9.896,60
a Fundo de riscos p/ alt. de leis	19.700,80
a Fundo de prev. p/ atender c/ incobr.	18.358,90
a Dividendo	67.933,40
	<u>742.404,30</u>

Crédito

de Mercadorias (Lucro n/ conta).....	Cr\$ 742.404,30
	<u>742.404,30</u>

Rio, 30 de dezembro de 1944. — Diretor-presidente: *Persio Pereira Pinto* — Diretor-gerente: *Mario Santos d'Anunciação* — Diretor-tesoureiro: *João Pereira Pinto*. — *Nicolau Braga*, Contador, registro número 13.412.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Livro Jurídico S.A., tendo procedido a verificação do balanço geral e contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1944 e examinado os respectivos documentos, achando tudo em perfeita ordem, é de parecer que sejam aprovados pelos Srs. Acionistas o referido balanço geral, as contas e todos os atos da Diretoria durante aquele exercício.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1945. — Dr. *Joaquim Barbosa de Figueiredo* — *Emir Dias Franco* — *Abrahão Drubsky*.

(N.º 6.185 — 18-4-45 — Cr\$ 231,60)

"REVISTA FORENSE" S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo determinações estatutárias vimos apresentar-lhes o relatório das nossas atividades durante o exercício de 1944.

Os nossos negócios se desenvolveram segundo os planos estabelecidos, apesar da situação de guerra que, além de ter determinado o encarecimento do papel, tornou praticamente impossível manter a publicação da "Revista Forense" em dia, em razão das dificuldades atuais para a execução de serviços tipográficos.

A diretoria no propósito de dar solução definitiva ao problema, deliberou completar a instalação das oficinas tipográficas da empresa o que nos possibilitará manter a publicação da "Revista Forense" com a sua tradicional pontualidade.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1945. — *Antonio Pereira Pinto*, Presidente.

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo

Imobilizado		
Máquinas e Tipos	227.721,60	
Biblioteca da Redação	5.256,50	
Marcas e Títulos Registrados..	146.000,00	
Repertório da Revista	10.000,00	
Despesas de Instalação	8.282,60	
Móveis e Utensílios	51.968,00	452.231,70
Disponível		
Caixa		13.851,80
Realizável		
Contas Correntes	385.322,70	
Estoque	987.750,00	1.373.072,70
Diversos		
Diversas Contas		48.210,10
		<u>1.887.336,30</u>

Passivo

Não exigível		
Capital	1.500.000,00	
Fundo de Reserva Especial..	5.874,50	
Fundo de Reserva Legal.....	5.874,50	1.511.749,00
Exigível		
Contas Correntes	141.841,10	
Títulos a Pagar	10.139,60	
Imposto sobre a Renda.....	10.216,60	
Dividendos	105.000,00	267.197,30
Diversos		
Diversas Contas		108.420,00
		<u>1.887.336,30</u>

S.E. ou O. — Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Antonio Pereira Pinto*, Diretor Presidente. — *João Pereira Pinto*, Diretor Comercial. — *Carlos Alvim*, Contador. — Registrado sob o número 34.597.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito

A Despesas Gerais	105.963,70
A Revista, conta de custeio	336.391,10
A Imposto sobre a Renda	10.216,60
A Fundo de Reserva Legal	5.874,50
A Fundo de Reserva Especial	5.874,50
A dividendos:	
Sobre ações Preferenciais, a 6 %	45.000,00
Sobre ações Ordinárias, a 8 %....	60.000,00
	<u>105.000,00</u>
A Despesas de Instalação	741,80
	<u>570.062,20</u>

Crédito

	570.062,20
	<u>570.062,20</u>

S.E. ou O. — Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Antonio Pereira Pinto*, Diretor Presidente. — *João Pereira Pinto*, Diretor Comercial. — *Carlos Alvim*, Contador. — Registrado sob o número 34.597.

PARECER

O Conselho Fiscal da "Revista Forense S.A.", tendo feito o exame da escrituração, livros e documentos referentes ao exercício de 1944 e encontrando tudo em boa ordem, é de parecer que sejam aprovados o balanço, relatório, contas e os atos da Diretoria. — Rio de Janeiro 10 de março de 1945. — Dr. *Antonio Gonçalves de Oliveira*. — Dr. *José Alves Garcia*. — Dr. *Ignacio Loyola Costa*.

(N.º 6.184 — 18-4-45 — Cr\$ 193,80).

"ASA", ARTES GRÁFICAS S. A.

Srs. Acionistas:

Esta Diretoria, honrada com a escolha de VV. SS. para concluir as formalidades relativas à constituição da Sociedade, concretizar as suas finalidades e administrá-la até à Assembléa Geral de 1947, desincumbiu-se imediatamente do encargo da legalização da nova Sociedade cujo registro se efetuou no Departamento Nacional de Indústria e Comércio em 12 de dezembro de 1944, sob n.º 310, conforme se vê da publicação a folhas 21.011-21.012, do *Diário Oficial* — Seção I, de 5 de dezembro de 1944.

Precorreu-se também, imediatamente, a Diretoria, com o problema de aquisição de oficinas próprias para o preenchimento da finalidade da Empresa, tendo conseguido comprar as máquinas necessárias, móveis e utensílios e instalações de uma tipografia instalada nesta cidade, podendo, portanto, iniciar o seu programa de trabalho no dia imediato ao da assinatura da escritura de compra em 19 de dezembro do ano findo.

Pelo exame do Balanço do curto período do ano de 1944 nada se pode concluir, sobre o rendimento da indústria. Com a admissão de técnicos de capacidade comprovada e com as medidas já postas em prática: revisão das máquinas, reparos de algumas delas, esperamos dentro em breve oferecer um apreciável rendimento de nossas oficinas, especialmente quando tivermos encontrado área de terreno onde possamos construir nossas instalações definitivas. — *Renato dos Santos-Jacinto*, Diretor-Presidente. — *José Brandl*, Diretor-Comercial. — *Ernesto Lopes de Souza*, Diretor da Produção.

BALANÇO REALIZADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Cr\$	Cr\$
Imobilizado:			
Máquinas	1.467.480,00		
Material Gráfico	75.240,00		
Móveis e Utensílios	24.700,00		1.567.420,00
Disponível:			
Banco Industrial Brasileiro S. A. — C/Mov.	1.353.185,00		
Caixa	35.717,30		1.388.902,30
Realizável a Curto Prazo:			
Produtos Semi-elaborados			12.607,50
De Resultado Pendente:			
Despesas de Constituição	25.456,70		
Lucros e Perdas	16.299,20		41.755,90
Contas de Compensação:			
Ações Cauçionadas		60.000,00	
Total			3.070.685,70
Passivo			
Não Exigível:			
Capital		2.000.000,00	
Exigível a Curto Prazo:			
Obrigações a Pagar	1.010.255,00		
Contribuições do I.A.P.I.	369,50		
Contribuições da L.B.A.	61,20		1.010.685,70
Contas de Compensação:			
Caução da Diretoria		60.000,00	
Total			3.070.685,70

Renato dos Santos-Jacinto, Diretor-Presidente. — *Aristides Arlindo da Costa*, Contador — Reg.º 40.256.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 30-12-44

Débito		Cr\$	Cr\$
Despesas de Escritório	200,40		
Estampilhas	17,40		
Gratificações	28,00		
Transporte	10,50		
Honorários	14.600,00		
Ordenados	1.442,90		
	16.299,20		
Crédito			
Saldo devedor		16.299,20	
			16.299,20

Renato dos Santos-Jacinto, Diretor-Presidente. — *Aristides Arlindo da Costa*, Contador — Reg.º 40.256.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da "ASA" "Artes Gráficas S. A.", infra-assinados, no uso de suas atribuições previstas pelos estatutos sociais e a lei, tendo examinado detidamente o Balanço e demais contas que o acompanham, referentes ao exercício de mil novecentos e quarenta e quatro, declaram ter encontrado tudo na mais perfeita ordem, refletindo esse balanço a real posição da Sociedade, à vista do que são de parecer que tais contas e balanço sejam aprovados pela Assembléa Geral Ordinária, dos senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1945. — *José Busse Filho*. — *Silvio Perrone*. — *João Pitanga Rozzo*.

(N.º 6.153 — 18-4-45 — Cr\$ 285,60)

EMPRESA SANEADORA TERRITORIAL AGRÍCOLA S. A.**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas:

Na conformidade de nossos estatutos e das determinações legais em vigor, submetemos à apreciação dos Srs. Acionistas o balanço, conta de lucros e perdas e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 30 de dezembro de 1944.

Das contas oferecidas ao exame de VV. SS. resulta um pequeno prejuízo que deve ser atribuído ao estacionamento das nossas atividades cujos motivos são do seu conhecimento.

Temos, porém, a satisfação de informar que em notas do tabelião do 10.º Ofício foi lavrada a escritura de pagamento ao Banco de Crédito Móvel de 8 (oito) milhões de metros quadrados de terrenos constantes do nosso compromisso de compra, o que veio consolidar a posição econômica da Sociedade.

Os recursos financeiros necessários a tão avultada compra, foram obtidos graças a realização integral do capital social, cujo aumento foi autorizado pela Assembléa Geral Extraordinária de 7 de janeiro de 1944.

Esperamos, assim, que este ano possamos dar aos negócios da Sociedade o desenvolvimento necessário, enfrentando o seu vasto programa e colocando-a em condições de corresponder às aspirações dos seus acionistas.

Os documentos, contas e esta Diretoria ficam à vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1945. — *Francisco Eulálio Nascimento e Silva Filho*. — *Cyrol Cavalcanti Pereira*. — *Manoel do Nascimento Carvalho*.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Cr\$	Cr\$
Imóveis			
Valor desta conta		1.258.818,30	
Devedores Diversos			
Em Contas Correntes		47.417,30	
Contrato de Opção			
Valor desta conta		262.657,10	
Contrato de Venda			
Valor desta conta		92.026,60	
Utensílios Agrícolas			
Valor desta conta		230,50	
Despesas de Instalação			
Valor desta conta		4.477,00	
Conservação e Melhoramentos			
Valor desta conta		17.268,60	
Ações Cauçionadas			
Valor de seis ações cauçionadas		30.000,00	
Caixa			
Saldo nesta data		919,50	
Obrigações de Guerra			
Valor desta conta		700,00	
Lucros e Perdas			
Saldo que passa para o exercício seguinte		8.333,10	
			1.722.848,00
Passivo			
Capital			
Valor de 320 ações de Cr\$ 5.000,00 cada uma		1.600.000,00	
Credores Diversos			
Em Contas Correntes		400,00	
Compromisso de Compra			
Valor desta conta		92.026,60	
Caução da Diretoria			
Valor de seis ações cauçionadas		30.000,00	
Fundo de Reserva			
Art. 130, Decreto-lei n.º 2.627, de 26-9-40		421,40	
			1.722.848,00

Francisco Eulálio Nascimento Silva Filho, diretor-presidente. — *Cyrol Cavalcanti Pereira*, diretor-tesoureiro. — *Manoel do Nascimento Carvalho*, diretor-secretário. — *Claudionor Costa Vaz*, guarda-livros, reg. DEC 38.375.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Cr\$
Despesas Gerais		
Valor desta conta.....	21.679,80	
Despesas de Instalação		
Depreciação 10 % s/Cr\$ 4.974,40.....	497,40	
Utensílios Agrícolas		
Depreciação 10 % s/Cr\$ 256,10.....	25,60	
Conservação e Melhoramentos		
Depreciação 10 % s/Cr\$ 19.187,30.....	1.918,70	
	<u>24.121,50</u>	
Passivo		
Rendas Diversas		
Contratos	4.500,00	
Juros e Descontos		
Valor desta conta.....	3.529,30	
Lucros e Perdas		
Prejuízo verificado neste exercício.....	16.092,20	
	<u>24.121,50</u>	

Francisco Eulálio Nascimento Silva Filho, diretor-presidente. — Cyro Cavalcanti Pereira, diretor-tesoureiro. — Manoel do Nascimento Carvalho, diretor-secretário. — Claudionor Costa Vaz, guarda-livros, reg. DEC 38.375.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Empresa Saneadora Territorial Agrícola S. A., tendo examinado o relatório da Diretoria, balanço, conta de lucros e perdas e demais documentos referentes ao exercício encerrado em 30 de dezembro de 1944, declaram ter encontrado tudo em perfeita ordem, merecendo portanto, a aprovação dos Srs. Acionistas.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1945. — Joaquim Antunes de Oliveira. — Luiz Adolpho Magalhães. — Angelo Fioravanti Bittencourt. (N.º 6.149 — 18-4-45 — Cr\$ 275,40)

COMPANHIA BRASILEIRA DE IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES

RELATÓRIO DA DIRETORIA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1944

Srs. Acionistas,

Vimos submeter ao vosso exame, o Balanço e a conta de Lucros e Perdas, fechados em 31 de dezembro de 1944.

Como podereis verificar, o exercício próximo passado, produziu benefícios. Estes, depois de feitas as amortizações usuais e constituída a Reserva Legal de 5%, apresenta um saldo líquido de Cr\$.. 727.126,39, quantia que propomos seja empregada da seguinte maneira:

Cr\$ 360.000,00 para ser distribuída como dividendo, à razão de 6%, ficando a quantia de Cr\$ 367.126,39, com Lucros em suspenso.

Tendo sido aprovados pelos poderes públicos, o projeto para a abertura de uma rua paralela à Rua Canavieiras e ligando a Rua Visconde de Santa Isabel à Rua Professor Valadares, a Administração providenciou com todo o zelo, sobre as obras, não somente para que elas comessem imediatamente, como também para que fossem executadas com a maior economia. Os trabalhos, que são de natureza pesados e dispendiosos, estão progredindo, não obstante as várias dificuldades do momento. Esperamos que a venda dos lotes dessa nova rua, traga resultados compensadores.

A Diretoria cumpre o dever de comunicar-vos o falecimento, depois de curta moléstia, do seu inesquecível Presidente, Sr. Camille Voullemier, assumindo a Presidência, interinamente, de acordo com os estatutos, o Diretor Sr. Aquiles de Moura. Para a vaga ocasionada por esta investidura, foi convocada o acionista Dr. Haryberto de Miranda Jordão. Terminando em abril próximo, o mandato dos atuais Diretores, compete à Assembléia Geral, eleger os seus sucessores para o próximo triênio.

Eis os fatos mais importantes ocorridos no exercício. A Diretoria dará ainda com satisfação, quaisquer explicações complementares que lhe forem solicitadas.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1945. — Achilles de Moura. — José Antonio Mirilli. — Haryberto de Miranda Jordão.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

(Período: de 1-1 a 31-12-44)

Ativo		Cr\$	Cr\$
Imobilizado:			
Terrenos próprios — Rio	3.649.891,27		
Terrenos próprios — Caravelas	1.385,93		
Direito de servidão e passagem	1.000,00		
Prédios próprios	72.000,00		
Fazendas América e São José	235.600,00		
Móveis e utensílios	25.000,00		
Instalação nova sede	13.098,55		
Diversas contas amortizadas	5,00		
Fazendas América e São José, c/admin.	600,00		
Oficina de Ferraria e Mecânica	500,00		
Transportes	6.000,00	4.005.080,75	
Disponível:			
Caixa	13.098,98		
Bancos	3.414.799,10	3.427.898,08	
Realizável em curto prazo:			
Obrigações a receber	15.226,13		
C/c prestamistas terrenos	70.614,00		
C/c prestamistas prédios	23.719,63		
Devedores diversos	22.114,54	131.671,30	
Realizável a longo prazo:			
Devedores por compra de prédios	529.775,25		
Devedores por compra de terrenos ..	2.097.956,85		
Devedores hipotecários	535.760,35		
Cauções e depósitos	5.256,40	3.166.718,85	
Títulos em carteira:			
Ações da Cia. Imobiliária da Bahia ..	33.600,00		
Ações de "O Estado"	1.000,00		
Obrigações de Guerra	700,00		
Ações amortizadas	3,00	35.303,00	
Banco Federal Brasileiro C/títulos:			
Ações do Banco Federal Brasileiro ..	51.866,70		
Ações do Monitor Mercantil	200,00		
Títulos do Grajaú Tênis Clube	6.010,00		
Apólices Municipais	5.280,00		
Obrigações de Guerra	104.800,00	168.156,70	
Contas de compensação:			
Títulos caucionados		100.000,00	
		<u>11.034.861,68</u>	
Passivo		Cr\$	Cr\$
Não exigível:			
Capital	6.000.000,00		
Reserva legal	216.001,07		
Reserva de previdência	476.226,69		
Provisão para urbanização do Grajaú ..	1.500.000,00		
Fundo para valorização de terrenos ..	257.202,55	8.419.430,31	
Exigível em curto prazo:			
Amortização do capital	188.300,00		
Dividendos diversos não reclamados ..	89.300,00		
C/c prestamistas terrenos	17.655,30		
C/c prestamistas prédios	322,50		
Credores diversos	183.527,09		
Comissões a pagar	7.497,00	486.601,89	
Contas de resultados pendentes:			
Lucros a apurar, de acordo com o Decreto-lei n.º 4.178, art. 36		1.271.703,09	
Lucros e perdas:			
Lucros do exercício de 1944	765.396,19		
Transferido à reserva legal	38.269,80	727.126,39	
Contas de compensação:			
Caução da Diretoria	70.000,00		
Cauções diversas	30.000,00	100.000,00	
		<u>11.034.861,68</u>	

Achilles de Moura, Diretor-presidente. — José Antonio Mirilli, Diretor. — Haryberto de Miranda Jordão, Diretor. — Roger Mirilli, Contador. Reg. n.º 33.271.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS"

(Período: de 1-1 a 31-12-44)

Encargos

	Cr\$
Despesas gerais	542.343,80
Despesas de propaganda	6.998,10
Despesas propriedades agrícolas	23.077,80
Despesas Oficina Ferraria e Mecânica	6.666,40
Despesas prédios próprios	175,10
Despesas caminhões	23.384,20
Impostos	150.190,30
Amortizações e depreciações	23.807,86
Abandono quebrados Bônus de Guerra	5,80

Lucros do exercício de 1944	776.649,36
	765.396,19
	1.542.045,55

Produtos

	Cr\$
Lucros e vendas de terrenos (apurados conforme art. 36 Decreto-lei n.º 4.178)	1.114.197,50
Comissões e indenizações	36.381,40
Juros s/devedores compra terrenos	203.328,80
Juros s/devedores compra prédios	52.021,15
Juros diversos	117.060,66
Juros de mora	7.686,34
Aluguéis diversos	9.103,00
Lucros almoxarifado	2.266,70
	1.542.045,55

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *Achilles de Moura*, Diretor-presidente. — *José Antonio Mirilli*, Diretor. — *Haryberto de Miranda Jordão*, Diretor. — *Roger Mirilli*, Contador. Reg. n.º 33.271.

Achilles de Moura, Diretor-presidente. — *José Antonio Mirilli*, Diretor. — *Haryberto de Miranda Jordão*, Diretor. — *Roger Mirilli*, Contador. Reg. n.º 33.271.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 1944

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções, tendo examinado o balanço e demais documentos relativos ao exercício de 1944 e constatado a sua exatidão, é de parecer que sejam os mesmos aprovados.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1945. — *Tacerdo Rosa*. — *Marcello Barragat*. — *Benjamin Figueiredo*.

(N.º 6.206 — 18-4-45 — Cr\$ 510,00)

SOCIEDADE EXPORTADORA DE CAFÉ S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE EXPORTADORA DE CAFÉ S. A. PARA SER APRESENTADO NA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 25 DE ABRIL DE 1945.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às regulamentações legais e estatutárias, vimos apresentar o Relatório referente ao nosso exercício comercial findo em 31 de dezembro de 1944.

Conforme podeis verificar, pelo balanço que vos apresentamos, as operações comerciais desta Sociedade correram normalmente como nos anos anteriores, sem nenhum motivo para qualquer comentário especial.

Para quaisquer esclarecimentos que, por ventura, venham a necessitar, estamos ao inteiro dispor de VV. SS.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1945. — *Aureo Poli Monjardim*, diretor-gerente.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo

	Cr\$
Disponível	
Caixa	2.812,60
Realizável a curto prazo	
Contas correntes	101.000,00
Café	76.936,80
	177.936,80
Conta de compensação	
Caução da Diretoria	50.000,00
	230.749,40

Passivo

	Cr\$
Não exigível	
Capital	100.000,00
Lucros e Perdas	5.210,00
	105.210,00

Exigível a curto prazo	
Contas correntes	75.539,40
Conta de compensação	
Ações caucionadas	50.000,00
	230.749,40

Aureo Poli Monjardim, diretor-gerente. — *N. A. Bloomfield*, contador — Reg. sob n.º 31.950.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" RELATIVA AO BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito

	Cr\$
Correlagens	19.902,10
Impostos	58.838,70
Despesas gerais	48.584,80
Obrigações de Guerra	1.007,60
Seguros	19.796,90
Lucro apurado	5.210,00
	153.340,10

Crédito

	Cr\$
Café	153.340,10
	153.340,10

Aureo Poli Monjardim, diretor-gerente. — *N. A. Bloomfield*, contador — Reg. sob n.º 31.950.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 31 MARÇO DE 1945

Aos 31 dias do mês de março de 1945, cumprindo as determinações legais, examinamos o Balanço, a Conta de Lucros e Perdas e demais documentos relativos ao exercício comercial da Sociedade Exportadora de Café S. A. encerrado em 31 de dezembro de 1944, e encontramos tudo em perfeita ordem, pelo que somos de parecer que sejam aprovadas as contas da Diretoria dessa Sociedade.

Para os devidos fins mandamos lavrar a presente ata na forma da lei.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1945. — *Christiano Froes Ottoni*, — *Humberto M. Tavares*. — *Benjamin Silca*.

(N.º 6.141 — Cr\$ 255,00 — Dia: 19-4-45 — 18-4-45.)

COMPANHIA BRASILEIRA DE PORTOS

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas

Vimos apresentar-vos o Balanço e as Contas encerradas em 31 de dezembro de 1944, acompanhados do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Por esses documentos poderis verificar que a situação da Sociedade, tanto na parte econômica como na financeira, não se modificou no exercício que vem de findar.

Lembramos que deverão ser eleitos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, assim como os Suplentes.

A Diretoria declara achar-se à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer informações que julguem dever pedir-lhe.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1945. — *A. de Moura*. — *João Moraes Filho*. — *J. A. Mirilli*.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944 (PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1944)

Ativo

	Cr\$	Cr\$
Imobilizado:		
Valor de aquisição de apólices caucionadas	1.568.749,00	
Móveis e utensílios	11.817,30	1.583.596,30
Disponível:		
Caixas e Bancos		2.395,50
Realizável a curto prazo:		
Devedores diversos	43.878,20	
Acionistas	88.080,00	131.958,20
Contas de resultado pendente:		
Governo Federal, c/Pôrto do Rio de Janeiro	6.543.246,30	
Estado do Rio de Janeiro, c/Pôrto de Niterói	2.420.538,80	
Adiantamentos a regularizar		249.767,00
Receitas a pagar e juros a receber	756.042,80	9.969.594,90

Contas de compensação:

Apólices caucionadas no E. do Rio	150.000,00	
Ações caucionadas	160.000,00	310.000,00

Lucros e Perdas:

Acumulação dos exercícios anteriores	8.994.847,60	
Prejuízo de 1944	23.794,40	9.028.642,00

21.026.486,90

Passivo**Não exigível:**

Capital	6.000.000,00	
Fundo de reserva	762.058,30	
Fundo de amortização de capital	346.673,60	
Reserva geral de amortização	2.399.372,40	9.478.104,90

Exigível a curto prazo:

Adiantamentos bancários		356.625,80
-------------------------------	--	------------

Exigível a longo prazo:

Credores diversos	244.230,30	
Honorários a pagar	554.362,50	
Debêntures em circulação (19.584)	3.916.800,00	
Coupons 19 e 20 dos debêntures	276.720,00	
Adiantamentos bancários	633.976,90	5.593.089,70

Contas de resultado pendentes:

Caução Tesouro Nacional	2.600.000,00	
Contas em suspenso e de regularização	3.103.618,20	
Estado do Rio, c/ cotas	17.302,70	
Idem, c/fiscalização	28.500,00	
Idem, c/taxa de conservação	92.163,20	
Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Portuários de Niterói	46.783,30	5.288.367,40

Contas de compensação:

Caução no Estado do Rio	150.000,00	
Caução da Diretoria	160.000,00	310.000,00

21.026.486,20

Companhia Brasileira de Portos S. A. — *Achilles de Moura*, Presidente. — *João Moraes Filho*, Diretor. — *José Antônio Mirilli*, Diretor. — *Roger Mirilli*, Contador. Reg. 33.271

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

Débito

Deficit dos exercícios anteriores	8.994.847,60	
Despesas gerais	19.146,00	
Honorários	10.650,00	
Impostos	3.998,40	
	9.028.642,00	

Crédito

Deficit dos exercícios anteriores	8.994.847,60	
Prejuízo 1944	33.794,40	
	9.028.642,00	

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *Achilles de Moura*, Presidente. — *João Moraes Filho*, Diretor. — *José Antonio Mirilli*, Diretor. — *Roger Mirilli*, Contador. Reg. 33.271.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Atendendo ao que determina a lei e os estatutos, declaramos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal que, tendo verificado o Relatório, Balanço e Conta de Lucros e Perdas relativos ao exercício de 1944, encontramos os mesmos em perfeita ordem e de acordo com o escriturado, sendo, portanto, de parecer que devem ser aprovados pelos Sr. acionistas na próxima assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1945. — Companhia Brasileira de Portos S. A. — *Lycurgo Toietes*. — *Dario Corrêa da Silva*. — *Benjamin da Cunha*.

(N.º 6.205 — 18-4-45 — Cr\$ 285,60)

"FUNDIÇÃO INDÍGENA S.A."

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL
ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 1945

Senhores Acionistas:

Em cumprimento à lei e aos estatutos, vimos apresentar ao vosso exame e apreciação todos os atos e contas desta Diretoria, referentes ao exercício de 1944.

Nesse período procuramos manter os negócios da maneira mais normal possível, tendo em vista a situação difícil do mercado do nosso principal produto. Além disto, devemos lamentar o acidente verificado em Junho de 1944 nos nossos fornos de esmaltação, que devido a uma explosão provocada pelo acúmulo de gases em seus canais — paralisou pelo espaço de quarenta dias esses fornos, impossibilitando, assim, a fabricação do produto nosso de maior venda, o que resultou em desequilíbrio no exercício.

Iniciamos, entretanto, a fabricação de vários novos artigos, que ainda não puderam apresentar os resultados compensadores que prometem, atendendo à boa aceitação e ao desenvolvimento que vêm proporcionando aos negócios.

O "balanço" e a "demonstração da conta de lucros e perdas", que a este relatório acompanham, dar-vos-ão uma idéia clara da situação da Sociedade.

Submetemos, pois, à vossa apreciação esses documentos, acompanhados do respectivo "Parecer do Conselho Fiscal", ficando à inteira disposição dos Srs. Acionistas para eventuais esclarecimentos que julgarem necessários.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1945. — A Diretoria: *Dr. Camilo Altilio Filho*, Presidente. — *Alberto Pereira Braga Filho*, Superintendente. — *Armando Pereira Braga*, 1.º Secretário. — *Dr. Renato de Amorim Pereira da Silva*, 2.º Secretário.

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

	Ativo	Cr\$	Cr\$
Imobilizado:			
Imóveis		1.661.340,60	
Instalações, Máquinas e Acessórios		1.705.832,40	
Modelos		267.999,60	
Móveis e Utensílios		428.145,70	
Direitos Imateriais		129.940,60	3.893.258,60
Disponível:			
Caixa		17.174,80	
Estampilhas		1.962,40	
Bancos e Movimento		9.336,30	28.473,20
Realizável em Curto Prazo:			
Contas Correntes		1.205.103,80	
Materiais e Mercadorias		3.296.524,20	
Aluguéis a Receber		5.650,00	
Juros a Receber		1.338,00	
Obrigações de Guerra		58.600,00	
Títulos de Renda		10.000,00	4.577.216,60
Realizável a Longo Prazo:			
Depósito e Caução		7.057,30	
Promissórias a Receber		13.974,00	21.031,30
Contas de Regularização:			
Despesas Antecipadas		13.495,00	
Material de Expediente		14.408,50	
Prêmios de Seguros		785,90	
Seção de Motores a Óleo		3.086,70	31.776,10
Contas Amortizáveis:			
Despesas de Instalação		37.222,50	
Novo Catálogo		19.761,90	56.984,40
Contas de Compensação:			
Ações Caucionadas		80.000,00	
Bancos C/Cobrança		16.850,50	
Valores em Custódia		133.000,00	229.850,50
			8.838.850,40

Passivo

	Cr\$	Cr\$
Capital	6.000.000,00	
Fundo de Reserva	164.464,50	
Fundo de Depreciações	867.994,40	
Lucros Suspensos	7.664,60	
Lucros e Perdas	17.203,70	6.057.324,20

Exigível em Curto Prazo :

Bancos C/Movimento	115.527,60	
Contas Correntes	511.481,70	
C/Correntes Fornecedores	524.969,80	
Credores Diversos	35.831,20	
Despesas a Pagar	1.045,10	
Títulos a Pagar	1.262.560,00	2.451.115,10

Exigível a Longo Prazo :

Depósito em Garantia		100.000,00
----------------------------	--	------------

Contas de Compensação :

Caução da Diretoria	80.000,00	
Endossos para Cobrança	16.850,50	
Deposilantes de Valores	133.000,00	229.850,50
		8.838.590,10

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS"**Crédito**

	Cr\$	
Saldo de 1943		90.874,80
Fabricação	639.600,00	
Contas de Venda	1.402.121,00	2.041.721,00
Aluguéis		42.287,30
Juros e Descontos:		
Juros de Contas Correntes	4.080,00	
Juros de Bancos	7.365,10	
Juros de Obrigações de Guerra ..	1.003,50	
Descontos de Fornecedores ...	18.449,00	30.897,60
		2.205.780,70

Débito

	Cr\$	Cr\$
Comissões	85.719,50	
Despesas Gerais	938.135,50	
Exposição do Esforço de Guerra ..	22.413,80	
Leis Sociais	214.259,90	
Prêmios de Seguros	57.406,00	
Propaganda	31.003,40	1.318.938,10
Despesas de Expedição		379.867,30
Licenças e Impostos		151.971,50
Juros e Descontos:		
Juros de Contas Correntes	65.764,00	
Juros de Bancos	35.144,70	
Descontos concedidos	149.549,70	250.458,40
Despesas de Instalação (amortização)		4.135,80
Contas de Venda		53.205,90
Saldo para 1945		17.203,70
		2.205.780,70

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — Diretores: Dr. Camilo Altilio Filho. — Alberto Pereira Braga Filho. — Armando Pereira Braga. — Renato de Amorim Pereira da Silva. — Arthur Stoffel, Contador (D.E.C. 2.575 — D.N.I.C. 32.306).

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Indígena S. A., tendo examinado cuidadosamente o relatório da Diretoria, o balanço e as contas de lucros e perdas, correspondentes ao exercício de 1944, e encontrado tudo em devida ordem, são de parecer que devem ser aprovados pelos senhores acionistas.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1945. — Manoel Jorge Lopes. — Jesus Rodriguez e Rodriguez. — Perciles da Silveira.

(N.º 6.152 — 18-4-45 — Cr\$ 382,50)

S.A. PUBLICIDADE "JORNAL DO BRASIL"

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1945
No dia trinta e um de março de mil novecentos e quarenta e cinco, na sede da Sociedade à Avenida Rio Branco ns. 110-112, 2.º andar, às dezesseis horas, achando-se reunidos acionistas representando a totalidade do capital social, o Diretor-Presidente Conde Ernesto Pereira Carneiro declara aberta a sessão e convida os presentes a elegerem a mesa que presidirá os trabalhos. Aclamado pelos presentes para pre-

sidi-la, convida, o Sr. Conde Pereira Carneiro, para secretários os Senhores Osvaldo Correia de Araújo e Adolfo Carneiro de Lacerda Machado. O Sr. Presidente solicita então o 1.º secretário a leitura do aviso de convocação publicado no *Diário Oficial* de 12, 19 e 29 de março corrente, assim redigido: "S.A. Publicidade Jornal do Brasil — Assembléia Geral Ordinária — Aviso de convocação — São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no dia 31 de março de 1945, às 16 horas, na sede da Sociedade, à Avenida Rio Branco ns. 110-112, 2.º andar, a fim de tomar conhecimento do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal aprovação de contas relativas a 1944 e proceder à eleição dos membros do Conselho Fiscal e suplentes. Rio de Janeiro, 3 de março de 1945. Ernesto Pereira Carneiro, Diretor-Presidente". O Sr. Presidente manda em seguida o 1.º secretário efetuar a leitura do relatório, balanço e parecer do Conselho Fiscal. O acionista Sr. José Pereira Carneiro lembra aos presentes ser desnecessário tal ato, visto que esses documentos são já do conhecimento geral, no que concordam todos os demais. Passa-se, então, à votação dos ditos documentos, resultando a sua aprovação por unanimidade, não tomando parte na votação a Diretoria por disposições legais. Em seguida, o Sr. Presidente declara que vai submeter à escolha dos presentes, de acordo com a lei, os novos componentes do Conselho Fiscal e suplentes, bem como a fixação de seus honorários para o presente exercício de 1945. Recolhidas as cédulas, resultam eleitos: para membros efetivos: Paulo Marques de Faria, 19.500 votos; Adolfo Carneiro de Lacerda Machado, 19.500 votos, e José de Sousa Filho, 19.000 votos, todos brasileiros, residindo respectivamente às Ruas Esteves Júnior n.º 56, Leopoldo Miguez número 29 e 18 de Outubro n.º 67; e para suplentes: Otávio Franca, João Dunshee de Abranches Neto e Guilherme da Silveira Pires do Rio Filho, com 20.000 votos cada um, todos brasileiros, residente respectivamente à Avenida Copacabana n.º 756 apt. 102, Praça da Fé n.º 21, Bangu, e Rua Sorocaba n.º 320. Fica deliberado, então, por unanimidade, manter-se a mesma remuneração para os componentes do Conselho. O Sr. Presidente declara-os empossados e como nada mais houvesse a ser tratado, são suspensos os trabalhos para lavrar-se a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, é assinada por todos os presentes. E eu, Osvaldo Correia de Araújo, na qualidade de 1.º secretário, a subscrevo.

(N.º 6.243 — 18-4-45 — Cr\$ 91,80)

HOTEL QUITANDINHA S.A.**RELATÓRIO DA DIRETORIA****Srs. Acionistas:**

Não podemos ocultar a satisfação que sentimos sempre que, na forma dos estatutos, submetemos a vosso conhecimento e deliberação, contas e atos de um exercício social. E' que, na observância exata do preceito legal, vemos mais uma etapa vencida, com o triunfo do nosso esforço que se esteia, principalmente, na confiança com que nos distinguís:

E o ano transato se assinalou com a inauguração do hotel, recebendo, nesse ato, do que de mais representativo no meio social, demonstrações de aplauso que nos exaltam e nos envaidecem, animando-nos a continuar no rumo traçado de dotar Petrópolis de um estabelecimento que, sem dúvida, sendo, no gênero, o primeiro da América, concorre para atrair ao Brasil os estrangeiros que melhor o devem conhecer em sua grandeza e prosperidade. Não podemos, outrossim, silenciar sobre a campanha que se pretendeu fazer contra esta Sociedade, atribuindo-lhe transação que não fez. Bem sabeis, e a nossa escrita aí está para testemunhar que, apenas, operamos como institutos bancários, sem ir pedir nem procurar aularquias de qualquer natureza para financiamento da construção que, melhorada a situação internacional, tocará a seu termo. Em publicações pela imprensa, nos limitamos a deixar patente a verdade, só a verdade.

Pelo balanço que será publicado com a antecedência legal, vereis que, até 31 de dezembro pp., término do exercício social, as obras e instalações realizadas e pagas montaram a Cr\$ 116.117.676,30 (cento dezesseis milhões e cento e setenta e seis mil e seiscentos e seis cruzeiros trinta centavos). As obrigações que o mesmo balanço registra estão sob boa e valiosa garantia e, findas as obras que são, como é curial, absorventes de recursos, virá, sem dúvida, a remuneração do capital aplicado. Sem otimismo, mas apenas baseados nos elementos que nos indica a experiência, é de assegurar o futuro promissor da Sociedade, mormente quando é certo que está para breve a normalização das relações internacionais, para a qual, de modo tão brilhante e eficiente está concorrendo o nosso querido Brasil. Isso sucedendo, ficamos habilitados a oferecer hospedagem suntuária aos que o nosso país procurem para admirá-lo como merece. Ainda muito nos falta para concluir os nossos planos. Certo é, porém, que lá chegaremos.

Ao vosso dispor para quaisquer esclarecimentos, cumpre-nos recordar que deveis eleger o Conselho Fiscal para o exercício de 1945, fixando a remuneração dos seus membros.

Renovamos o nosso reconhecimento pela vossa honrosa confiança e contamos com que ela não nos faltará.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1945. — Hotel Quitandinha S. A. — Joaquim Rollas, Diretor.

BALANÇO GERAL COMPREENDENDO A MATRIZ E FILIAL DE PETRÓPOLIS

Encerrado em 31 de dezembro do ano de 1944

Ativo

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Imobilizações:			
Hotel — C/Construção:			
Dispendido com obras e instalações feitas	94.631.516,90		
Idem com móveis, passadeiras, tapetes, talheres e baixelas, cristais e outros utensílios característicos de hotéis	21.486.429,40	116.117.676,30	
Imóveis:			
Idem com compra de terrenos		219.223,60	
Lavanderia:			
Idem com sua construção pela Filial, em Petrópolis	1.348.595,80		
Idem com sua instalação	696.000,00	2.044.595,80	
Móveis e Utensílios:			
Existentes na Matriz	442.536,20		
Idem na Filial	1.572.244,10	1.714.780,30	
Veículos, Materiais e Utensílios Diversos:			
Pelos existentes em nossa Filial		991.019,40	121.087.295,40
Títulos e Ações:			
Ações e Apólices Diversas:			
Pelas apólices em caução		397.750,00	
Pelas ações subscritas		38.000,00	435.750,00
Disponível:			
Caixa:			
Dinheiro em cofre na Matriz	593.972,10		
Idem na Filial	1.492.119,40	2.086.091,50	
Bancos:			
Saldo em depósito		3.018.328,10	5.104.119,60
Realizável:			
Curto Prazo:			
Almoxarifado, Papelaria e Div. Setores:			
Valor dos existentes em nossa Filial, conforme inventários		1.957.932,10	
Contas Correntes:			
Saldos devedores		1.951.093,20	3.909.025,30
Contas de Resultado Pendente:			
Cauções:			
Por depósito feito pela Filial, como garantia			2.712,20
Lucros e Perdas:			
Saldo apurado no ano de 1943		3.908.818,70	
Idem neste exercício de 1944		12.698.507,70	15.707.326,40
Contas de Compensação:			
Ações Caucionadas		50.000,00	
Depósitos e Cauções		1.812.941,80	
Avais		29.200.000,00	
Apólices em Depósito		500.000,00	
Contratos de Obras		120.852.055,60	
Garantias Diversas		8.000.000,00	160.414.997,40
			306.661.526,30

Passivo

	Cr\$	Cr\$
Não Exigível:		
Capital		100.000.000,00
Exigível:		
Curto Prazo:		
Contas a Pagar:		
Saldo desta conta	4.024,50	
Propinas:		
Pelas a distribuir ao pessoal da Filial	27.983,90	
Fornecedores:		
Saldo desta conta	1.154.469,50	
Contas Correntes:		
Saldos credores	29.414.582,90	
Títulos a Pagar:		
Pelos de nosso aceite, a pagar	15.345.468,10	46.246.528,90
Contas de Compensação:		
Caução da Diretoria	50.000,00	
Cauções de Contratos	1.812.941,80	
Credores por Avais	29.200.000,00	
Depósito de Apólices	500.000,00	
Execução de Contratos	120.852.055,60	
Valores em Garantia	8.000.000,00	160.414.997,40
		306.661.526,30

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito

Matriz:

Gastos Gerais:

Dispendido durante o exercício com: honorários, ordenados, impostos, selos e estampilhas, aluguéis, objetos de escritório, contribuições ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes etc.	951.679,90	
Juros e Descontos	7.221.374,20	
Honorários do Conselho Fiscal	3.008,00	
Fundo de Depreciação em Móveis e Utensílios	15.837,30	8.101.891,40

Saldos destas contas:

Lucros e Perdas:

Saldo desta conta no exercício de 1943		3.008.848,70
--	--	--------------

Filial:

Cozinha	2.805.280,00	
Departamento Artístico	2.000.218,90	
Publicidade e Propaganda	1.463.455,30	
Serviços Auxiliares	889.968,60	
Departamento do Pessoal	870.440,40	
Administração	452.676,00	
Grill do Lago	365.121,70	
Lavandaria	307.480,90	
Departamento Financeiro	306.253,30	
Almoxarifado Geral	216.132,00	
Impostos e Licenças	51.830,40	
Ornamentações	48.218,00	
Seguros	39.780,00	
Departamento de Costuras	6.671,30	
Departamento de Desportos	2.496,20	9.881.613,50

Saldos destas contas

21.084.753,60

Crédito

Filial:

Departamento de Diversões	4.683.032,60	
Boite	326.315,80	
Grill Room	195.059,90	
Hotel	170.833,90	
Departamento Hípico	2.185,00	5.377.427,20

Resultados apurados nestas contas:

Lucros e Perdas saldo que passa para o exercício seguinte		15.707.326,40
---	--	---------------

21.084.753,60

Rio de Janeiro, 6 de março de 1945 — Hotel Quitandinha. — Joaquim Rollas, Diretor. — Abrahão Daher — Contador — Reg. n.º 38.571.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Depois de examinarmos toda a escrita, confrontando-a com a documentação que a instrui, nada encontramos que reparar ou corrigir. Os atos da Diretoria foram todos praticados em benefício da Sociedade e atendidos os poderes que os estatutos conferem. Consequentemente,

é nosso parecer que o balanço e contas do exercício de 1944 devem ser aprovados sem reserva.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1945. — Renato Santos, Roberto Vitor de Lamare e Alair Vasconcelos.

(N.º 6.295 — 18-1-45 — Cr\$ 1.203,60).

"BASTOS DE OLIVEIRA" S.A. DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL DE 1945

Aos 9 dias do mês de abril de 1945, às 15 horas, reunidos na sede social, à Avenida Rio Branco, 114, 2.º andar, acionistas em número legal, conforme se verificou de suas assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas", com as declarações exigidas na Lei, foi indicado para presidir a Assembléia o acionista Dr. Manuel Bastos de Oliveira, que, para secretário, convidou o acionista Paulo César Bastos de Oliveira. O Presidente, constatando terem sido satisfeitas as formalidades prescritas no artigo 99 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940, declarou instalada a assembléia, que fôra convocada por anúncios publicados no *Diário Oficial* e no "Jornal do Comércio" dos dias 9, 12 e 14 de março do corrente ano e 9, 11 e 14 de mesmo mês e ano, respectivamente, determinou a leitura do anúncio de convocação, o que fez, como Secretário, e, logo depois, do relatório da Diretoria, do balanço, da demonstração da conta de lucros e perdas e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1944, documentos esses do "Comércio" de 8 do mesmo mês e ano. Finda a leitura, disse o publicados no *Diário Oficial* de 9 de março de 1945 e no "Jornal do Comércio" de 8 do mesmo mês e ano. Finda a leitura, disse o Sr. Presidente que estavam em discussão. Não havendo quem quisesse usar da palavra, o Sr. Presidente submeteu-os à votação, verificando-se a aprovação unânime das contas da Diretoria, balanço e parecer do Conselho Fiscal. Disse, ainda, o Sr. Presidente que, não obstante decorrer da aprovação do relatório da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal a concordância da assembléia com a distribuição do dividendo de 12% sobre o valor das ações, consultava a assembléia, a qual, por unanimidade, aprovou o dividendo a distribuir. Procedeu-se, então, de acordo com o anúncio de convocação, à eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 1945. Colhidas as cédulas, em urnas separadas, e apurados os votos, o Sr. Presidente declarou terem sido reeleitos, para a Diretoria: Doutor Manuel Bastos de Oliveira, brasileiro, residente nesta

cidade, à Rua Almirante Alexandrino n.º 882, apartamento número 92, para Diretor-presidente; e o Sr. Valfrido de Souza Lima, brasileiro, residente nesta cidade, à Rua Santa Luzia n.º 583, apartamento 42, para Diretor-secretário; para o Conselho Fiscal foram eleitos membros efetivos: Srs. Luiz Nolasco Maylasky Pereira da Cunha, João Westmoore Ford e Alberto Arthurlie Lowndes; e suplentes: Dr. Jorge Ferrer, Henrique Mutzenbecher e Dr. Álvaro Mendes de Oliveira, Castro, todos brasileiros e domiciliados nesta Capital. Disse o Sr. Presidente que, de acordo com a Lei e os estatutos, deveriam ser determinadas as remunerações fixas da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como a parte variável da remuneração do Diretor-presidente, observado o disposto no artigo 134 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940. Por proposta do acionista Dr. Valfrido Bastos de Oliveira Filho, aprovada por unanimidade, foi fixado em Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a remuneração anual para cada membro efetivo do Conselho Fiscal; em Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) a remuneração mensal fixa do Diretor-presidente; em Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros) a remuneração mensal do Diretor-secretário, e em 8% (oito por cento) a parte variável da remuneração do Diretor-presidente, calculada sobre os lucros líquidos do exercício de 1945. Nada mais havendo a tratar e encerrada a folha do Livro de Presença dos Acionistas, com as assinaturas do Sr. Presidente e a minha, foi suspensa a sessão para lavrar-se esta ata no livro próprio por mim, Secretário, e, reaberta a sessão, procedi à sua leitura, havendo sido aprovada por todos os presentes, que a vão assinar, dela deixando-se três cópias autênticas, dactilografadas, para os fins legais. — Dr. Manoel Bastos de Oliveira. — Paulo César Bastos de Oliveira. — Valfrido de Souza Lima. — Valfrido Bastos de Oliveira Filho. — Luiz Nolasco M. Pereira da Cunha. — Albert Arthurlie Lowndes. — Ary de Almeida e Silva. — Henrique Mutzenbecher. — Marina Ford Bastos de Oliveira.

"Bastos de Oliveira", S. A. de Administração de Bens: Valfrido de Souza Lima, diretor.

(N.º 6.295 — 18-1-45 — Cr\$ 124,40).

COMPANHIA DOÇAS DE SANTOS

Senhores acionistas:

A Diretoria da Companhia Docas de Santos cumpre o dever, que os Estatutos lhe impõem, de apresentar-vos o relatório, o balanço geral e as demais contas de sua gestão durante o ano de 1944.

E' com a mais grata satisfação que vos comunica haver o movimento, no ano findo, ultrapassado quatro milhões de toneladas. Nada mais auspicioso, neste momento em que persistem as restrições impostas pela guerra ao transporte marítimo, do que constatar-se haver o volume das mercadorias transitadas pelo porto de Santos, ultrapassado, novamente, quatro milhões de toneladas.

Esse grande aumento no vulto do tráfego, que converge para Santos, cria, para a nossa Companhia, a necessidade de acelerar o programa do desenvolvimento de suas instalações de modo a poder, satisfatoriamente, atender às exigências desse tráfego, uma vez terminado o conflito mundial.

A realização dessa ampliação não mais pode ser retardada a fim de evitar se produza um novo congestionamento no tráfego do porto, mais grave que o de 1923, visto como, agora, seria de caráter portuário.

Devemos cientificar-vos de que foram cumpridas todas as resoluções constantes das propostas aprovadas pela assembléia geral extraordinária realizada em 5 de setembro de 1944, tendo-se efetuado a conversão de ações nominativas em ações ao portador, nas condições do que ficou resolvido, no total de 169.537 ações.

Esse total assim se elevou por se ter incluído no rateio para a conversão, com o fim de igualar as quantidades de ações das duas espécies, o remanescente que resultou do aumento de capital autorizado pela assembléia geral extraordinária de 22 de março de 1929.

I

RELAÇÕES DA COMPANHIA COM O GOVERNO FEDERAL

1.º — Conta de capital:

a) *Capital inicial* — Nenhuma alteração temos a assinar na conta de capital inicial durante o ano de 1944, que continuou a ser de Cr\$ 217.815.597,30.

b) *Capital adicional* — Durante o ano de 1944, foram incorporadas à conta de capital adicional várias importâncias correspondentes ao custo de obras novas e aquisições realizadas ou concluídas posteriormente a 16 de junho de 1935.

O capital adicional, reconhecido pelo Governo Federal, que montava a Cr\$ 20.962.524,50, ao se findar o ano de 1943, subiu a Cr\$ 47.912.652,00 em 31 de dezembro de 1944.

Os officios da Fiscalização que aprovaram as demonstrações do custo das obras novas e aquisições para que as respectivas importâncias sejam oportunamente presentes à tomada de contas do exercício de 1944, são os seguintes:

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

15.º Distrito de Fiscalização

N.º 841.

Santos, 9 de novembro de 1943.

Assunto: Despesas realizadas em conta de capital (índice TC-250-G).

Sr. Diretor-Gerente da Cia. Docas de Santos.

Acuso o recebimento de vosso Officio EC-29.01 — GF-109.43, de 30 de agosto p. findo, junto ao qual nos remetestes, para estudo, os dados que tomaram o índice TC-250-G, para a tomada de contas das despesas realizadas em conta de capital, com a construção de três aparelhos de gasogênio a carvão vegetal e adaptados nos caminhões n.ºs 9.29 e 31, despesas estas que montaram a Cr\$ 20.536,30 (vinte mil quinhentos e trinta e seis cruzeiros e trinta centavos).

Sobre o assunto, tenho a informar-vos que os "dados para tomada de contas" que acompanharam o vosso officio acima citado, foram revistos e os seus cálculos encontrados exatos.

Comunico-vos, outrossim, que os dados em questão foram arquivados nesta Fiscalização, a fim de serem presentes à tomada de contas, oportunamente.

Saúde e fraternidade,
Edgard Chermont.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

15.º Distrito de Fiscalização

N.º 597.

Santos, 20 de janeiro de 1944.

Assunto: Despesas realizadas em conta de capital (índice TC-229-G).

Sr. Diretor-Gerente da Cia. Docas de Santos.

Acuso o recebimento de vosso Officio EC-29.09 — GF-63.44, de 19 de abril último, junto ao qual nos remetestes, para estudo, os dados que tomaram o índice TC-229-G, para a tomada de contas das despesas realizadas em conta de capital, com a aquisição da loco-

motiva n.º 26, Diesel simples, de 1,60m de bitola, destinada ao serviço de transporte na Ilha do Barnabé, despesas estas que montaram a Cr\$ 498.954,20 (quatrocentos e noventa e oito mil novecentos e cinquenta e quatro cruzeiros e vinte centavos).

Sobre o assunto, tenho a informar-vos que os "dados para tomada de contas" que acompanharam o vosso officio acima citado, foram revistos e os cálculos encontrados exatos.

Comunico-vos, outrossim, que os dados em questão foram arquivados neste Distrito de Fiscalização, a fim de serem presentes à tomada de contas, oportunamente.

Saúde e fraternidade,
Edgard Chermont.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

15.º Distrito de Fiscalização

N.º 395.

Santos, 27 de abril de 1944.

Assunto: Despesas realizadas em conta de capital (índice TC-244-1).

Sr. Diretor-Gerente da Cia. Docas de Santos.

Acuso o recebimento de vosso Officio EC/29.01 — GF/44.44, de 21 de março último, junto ao qual nos remetestes, os dados que tomaram o índice TC-244-1, para a tomada de contas das despesas realizadas em conta de capital, com a construção do tanque OCA-9, para depósito de óleo de caroço de algodão, na Ilha do Barnabé, despesas estas que montaram a Cr\$ 264.532,10 (duzentos e sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e dois cruzeiros e dez centavos).

Sobre o assunto, tenho a informar-vos que os "dados para tomada de contas" que acompanharam o vosso officio acima citado, foram revistos e os seus cálculos encontrados exatos.

Comunico-vos, outrossim, que os dados em questão foram arquivados neste Distrito de Fiscalização, a fim de serem presentes à tomada de contas, oportunamente.

Saúde e fraternidade,
Edgard Chermont.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

15.º Distrito de Fiscalização

N.º 403.

Santos, 29 de abril de 1944.

Assunto: Despesas realizadas em conta de capital (índice TC-189-1).

Sr. Diretor-Gerente da Cia. Docas de Santos.

Acuso o recebimento de vosso Officio EC/29.27 — GF/12.44, de 20 de janeiro último, junto ao qual nos remetestes os dados que tomaram o índice TC-189-1, para a tomada de contas das despesas realizadas em conta de capital, com a construção de 500 metros de cais com 10 metros de profundidade em águas mínimas no Sabão, despesas estas que montaram em Cr\$ 3.736.391,20 (três milhões setecentos e trinta e seis mil trezentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos).

Sobre o assunto, tenho a informar-vos que os "dados para tomada de contas", que acompanharam o vosso officio acima citado, foram revistos e os seus cálculos encontrados exatos.

Comunico-vos, outrossim, que os dados em questão foram arquivados neste Distrito de Fiscalização, a fim de serem presentes à tomada de contas, oportunamente.

Saúde e fraternidade,
Edgard Chermont.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

15.º Distrito de Fiscalização

N.º 460.

Santos, 13 de maio de 1944.

Assunto: Despesas realizadas em conta de capital (índice TC-210-1).

Sr. Diretor-Gerente da Cia. Docas de Santos.

Acuso o recebimento de vosso Officio EC/29.27 — GF/55.44, de 5 de abril último, junto ao qual nos remetestes, para estudos, os dados que tomaram o índice TC-210-1, para a tomada de contas, das despesas realizadas em conta de capital, com a execução do aterro dos terrenos baixos do Valongo à Alamoia — trecho do Sabão — despesas estas que montaram a Cr\$ 5.835.462,90 (cinco milhões oitocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e dois cruzeiros e noventa centavos).

Sobre o assunto, tenho a informar-vos que os dados "para tomada de contas" que acompanharam o vosso officio acima citado, foram revistos e os cálculos encontrados exatos.

Comunico-vos, outrossim, que os dados em questão foram arquivados neste Distrito de Fiscalização, a fim de serem presentes à tomada de contas, oportunamente.

Saúde e fraternidade,
Edgard Chermont.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS
15.º Distrito de Fiscalização

N.º 574.

Santos, 14 de junho de 1944.

Assunto: Despesas realizadas em conta de capital (índice TC-172-G).

Sr. Diretor-Gerente da Cia. Docas de Santos.

Acuso o recebimento de vosso Ofício EC/29.01 — GF/62.44, de 19 de abril último, junto ao qual nos remetestes, para estudos, os dados que tomaram o índice TC-172-G, para a tomada de contas das despesas realizadas em conta de capital, com a construção do edifício para oficina mecânica e grupo sanitário na Ilha do Barnabé, despesas estas que montaram a Cr\$ 153.609,40 (cento e cinquenta e três mil seiscentos e nove cruzeiros e quarenta centavos).

Sobre o assunto, tenho a informar-vos que os "dados para a tomada de contas" que acompanharam o vosso ofício acima citado, foram revistos, tendo sido encontrados ligeiras incorreções às páginas 13, 34, 35, 97, 117 e 191 que foram emendados a tinta. Tais incorreções, entretanto, não afetaram o total.

Comunico-vos, outrossim, que os dados em questão foram arquivados neste Distrito de Fiscalização, a fim de serem presentes à tomada de contas, oportunamente.

Saúde e fraternidade,
Edgard Chermont.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS
15.º Distrito de Fiscalização

N.º 658.

Santos, 14 de julho de 1944.

Assunto: Justificações de despesas cujos valores devem ser incluídos em conta de capital.

Sr. Diretor-Gerente da Cia. Docas de Santos.

Levo ao vosso conhecimento, que estão, neste Distrito de Fiscalização, já devidamente processadas aguardando a ocasião oportuna, para a respectiva inclusão na conta de capital as seguintes justificações de despesas:

			Cr\$
— JD — 191 — 196,	no valor de	919.428,30	
— JD — 212 — 197,	no valor de	1.033.681,90	
— JD — 170 — 173,	no valor de	3.569.683,00	
— JD — 184 — 183,	no valor de	106.325,00	
— JD — 209 — 198,	no valor de	144.668,20	
— JD — 166 — 192,	no valor de	61.758,00	
— JD — 215 — 200,	no valor de	88.333,90	
— JD — 207 — 191,	no valor de	26.327,50	
— JD — 203 — 194,	no valor de	10.490.415,60	

Saúde e fraternidade,
Edgard Chermont.

2.º) — Tomada de contas — Pelo Aviso n.º 284, de 25 de fevereiro de 1944, o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas aprovou as tomadas de contas desta Companhia relativas aos anos de 1939 e 1940.

A tomada de contas correspondente ao ano de 1941 foi aprovada pelo Aviso n.º 663, de 4 de maio de 1944, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

E o seguinte o teor desses avisos:

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Rio de Janeiro, D. F.
23 de fevereiro de 1944.

Aviso n.º 284.

Em solução aos vossos Ofícios n.ºs 1.657, de 5 de maio de 1943, e 699, de 11 de fevereiro de 1942, e tendo em vista o parecer da Seção de Segurança Nacional, anexo por cópia, declaro-vos que aprovo as tomadas de contas da Cia. Docas de Santos, relativas aos anos de 1939 e 1940, ressalvadas as porcentagens das receitas líquidas sobre o capital reconhecido, as quais deverão ser determinadas na próxima tomada de contas, com a revisão das incorporações de despesa à conta de capital, a partir de 1937, data do primeiro excesso sobre o limite de 10% estabelecido no art. 14, § 2.º do Decreto n.º 24.599, de 6 de julho de 1934, acima do qual se torna obrigatória a revisão das tarifas do porto de Santos.

Assim fica sustada a revisão das tarifas até a conclusão da próxima tomada de contas e autorizado esse Departamento a apresentar, no menor prazo possível, um projeto de modificação das instruções regulamentares para tomadas de contas das empresas portuárias, no sentido de abreviá-las, sem prejuízo das suas finalidades.

Saúde e fraternidade,
João de Mendonça Lima.

Sr. Diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Rio de Janeiro, D. F.
4 de maio de 1944.

Aviso n.º 663.

Declaro-vos que, de acordo com o parecer desse Departamento, constante do Ofício n.º 1.431, de 5 de abril de 1944, aprovo a tomada de contas da Companhia Docas de Santos, relativa ao ano de 1941.

Saudações,

João de Mendonça Lima.

Sr. Diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

Só no corrente ano foi designada a Comissão que deverá proceder a tomada de contas dos exercícios de 1942 e 1943.

3.º) — Armazéns gerais — Satisfazendo ao que determina o respectivo regulamento, apresentamos ao Sr. Ministro da Fazenda, em 16 de fevereiro do corrente ano, o relatório sobre os armazéns gerais mantidos por nossa Companhia.

No movimento realizado nesses armazéns, verificou-se:

a) que no período de janeiro a dezembro de 1944, entraram 22.626 sacos com café, sendo nula, no entanto, a existência dessa mercadoria em 31 de dezembro;

b) que sobre esse café foram emitidos 9 recibos de depósito e que sobre outros 100.280 volumes, emitiram-se 376 desses recibos, dos quais 164 estão em circulação;

c) que o valor das mercadorias sobre as quais se emitiram os títulos acima mencionados, foi de Cr\$ 76.821.832,10 (setenta e seis milhões oitocentos e vinte e quatro mil oitocentos e trinta e dois cruzeiros e dez centavos), para os efeitos do seguro obrigatório por lei.

4.º) — Obras novas e aquisições — Aprovando projetos e orçamentos de obras novas e aquisições, autorizadas pelo Decreto n.º 658-A, de 21 de fevereiro de 1936, que abriu a primeira conta de capital adicional, registraram-se, no ano de 1944, os seguintes atos do Governo Federal:

— Decreto n.º 14.831, de 23 de fevereiro de 1944 (publicado no Diário Oficial de 20 de março de 1944).

— Decreto n.º 15.023, de 13 de março de 1944 (publicado no Diário Oficial de 13 de abril de 1944).

— Decreto n.º 16.253, de 31 de julho de 1944 (publicado no Diário Oficial de 9 de agosto de 1944).

— Decreto n.º 16.838, de 16 de outubro de 1944 (publicado no Diário Oficial de 25 de outubro de 1944).

— Decreto n.º 17.191, de 20 de novembro de 1944 (publicado no Diário Oficial de 28 de novembro de 1944).

— Decreto n.º 17.424, de 26 de dezembro de 1944 (publicado no Diário Oficial de 5 de janeiro de 1945).

II

AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO

Durante o ano próximo findo, prosseguimos na realização de obras novas e aquisições autorizadas pelo Governo, obedecendo, entretanto, ao prudente critério a que fizemos referência nos relatórios anteriores, de só iniciarmos as de absoluta urgência.

Com a execução dessas obras foram dispendidos cerca de oito milhões de cruzeiros.

Merece atenta leitura dos senhores acionistas o Relatório do Sr. Inspetor Geral, pela soma de informações úteis que fornece sobre os serviços da Companhia, em Santos, que ele encara, em seu conjunto, apreciando bem as ocorrências, mostrando as deficiências, com franqueza e sugerindo as providências que lhe parecem necessárias para corrigir as faltas e melhorar sempre os nossos serviços.

Nesse minucioso Relatório, encontrareis completas informações sobre as obras e aquisições realizadas no ano de 1944.

III

SERVIÇOS DO TRÁFEGO

Os serviços do tráfego foram prestados com a máxima eficiência que as contingências do momento nos permitiram. As dificuldades ocorridas no transporte terrestre da importação e no marítimo, para a exportação, provocou, por vezes o congestionamento de nossos armazéns, quer internos, quer externos, condição que reduz a produção nas operações de carga e descarga dos navios. Outra contingência reside na impossibilidade de se aumentar o aparelhamento do porto, cuja importação se tornou irrealizável, em virtude da guerra mundial. Apesar disso, pudemos movimentar mercadorias em tonelagem que pouco inferior ficou, do máximo até então verificado, que ocorreu em 1939.

Essa situação, aliás, foi bem explicada pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, na nota que fez publicar e que transcrevemos:

"Em diversos jornais de São Paulo têm sido publicados comentários relativamente ao porto de Santos.

A situação desse porto foi objeto de minucioso exame pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, em abril último, e as medidas necessárias para atender satisfatoriamente o comércio e a navegação, tanto nesta época de anormalidades gerais, como na de após-guerra, têm sido tomadas pela Companhia Docas de Santos, com a aprovação deste Ministério.

A tonelagem manipulada em Santos, no corrente ano, não supera a de outros anos, como o de 1939, há apenas a dificuldade de transportes ferroviários e a afluência irregular de navios, por força das inevitáveis perturbações sofridas pela navegação.

A Empresa Concessionária do Porto está enfrentando a atual situação dentro das possibilidades do comércio internacional e já apresentou ao Departamento de Portos os projetos de obras e aquisições de que o porto carece para defrontar o desenvolvimento do comércio após a guerra".

Com efeito, o movimento do porto excedeu de maneira notável ao que se verificou no ano anterior, como demonstram nossas estatísticas, em que se encontram os algarismos que passamos a dar, em resumo, estabelecendo o necessário confronto com os de 1943. Essas informações são fornecidas em forma muito concisa, mas, permitem que, rapidamente, se tenha uma impressão verdadeira sobre o conjunto dos serviços realizados. Com maiores e mais completos detalhes, encontrareis as referidas informações nos relatórios do Inspetor Geral e do Chefe da Divisão do Tráfego, relatórios que são dignos de vossa leitura e que se acham à vossa disposição.

1.º) — *Renda bruta* — A renda bruta arrecadada, em 1944, atingiu a importância de Cr\$ 101.435.789,90, sendo superior à de 1943 em Cr\$ 40.985.128,80, isto é, de 67,801%.

2.º) — *Despesas de custeio* — Os serviços de conservação da profundidade do porto e do canal de acesso foram feitos com toda a regularidade. O volume de material dragado e transportado ele-

vou-se a 937.050 metros cúbicos. Foi, atentamente, cuidada a conservação dos edifícios e instalações portuárias, bem como do aparelhamento acessório, quer terrestre, quer marítimo.

Com esse serviço de conservação e com a realização dos serviços portuários do tráfego e dos da instalação hidro-elétrica de Itatinga, foi despendida, no ano de 1944, a importância de Cr\$ 77.324.481,70, que, confrontada com a correspondente de 1943, demonstra uma diferença para mais de Cr\$ 29.151.843,50, isto é, de 60,51%.

Em relação à renda bruta arrecadada, as despesas do custeio representam 76,22%. Esse índice, isto é, o coeficiente do tráfego, acusa uma diferença para menos, pois havia sido de 79,68%, em 1943.

Em anexo, vos fornecemos os resultados acusados pelas estatísticas do ano de 1944, estabelecendo o necessário confronto com os do ano anterior.

IV

FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 1944, o valor do fundo de amortização, de acordo com a tabela aprovada pelo Aviso n.º 240, de 13 de janeiro de 1943, do Ministério da Viação e Obras Públicas, era de Cr\$ 16.775.244,90.

De acordo com o que foi determinado pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 1923, o montante desse fundo acha-se aplicado em títulos.

V

Emissão de debêntures

De conformidade com as condições que regeram a respectiva emissão, o empréstimo de Cr\$ 120.000.000,00 dividido em 600.000 debêntures do valor nominal de Cr\$ 200,00, cada uma, só no corrente ano de 1945 terá início o seu resgate que deverá estar concluído em 31 de dezembro de 1979.

VI

Movimento de ações

O movimento de ações nominativas verificado no ano de 1944, foi o demonstrado no quadro abaixo:

Meses	Venda	Caução	Resgate de cau- ção	Herança	Conversão	Total		
						Mensal	Anual	Têrmos
1.º Semestre								
Janeiro	1.680	—	—	1.998	—	3.678		40
Fevereiro	525	—	—	70	—	595		8
Março	487	—	—	31.439	—	31.926		18
Abril	453	—	377	—	—	520		6
Maió	18.718	167	—	—	—	18.885		48
Junho	1.788	824	—	167	—	2.779	58.383	15
2.º Semestre								
Julho	284	—	—	400	—	384		6
Agosto	914	—	—	718	—	1.632		19
Setembro	2.825	150	—	671	—	3.646		10
Outubro	188	—	21.687	—	38.607	63.482		237
Novembro	1.549	135	904	314	130.930	133.832		91
Dezembro	200	519	—	530	—	1.249	201.225	6
	29.304	1.795	25.968	36.007	169.537		262.608	507

As 400.000 ações nominativas desta Companhia, achavam-se em 31 de dezembro de 1944, em mãos de 1.187 acionistas.

VII

Ambulatório Gaffrêe e Guinle

Continua em pleno e eficiente funcionamento o Ambulatório que a Companhia mantém e que vem prestando os mais assinalados serviços a nosso pessoal e a todos os que, desamparados de recursos, necessitam do tratamento que ali encontram.

A frequência dos que ali vão procurar tratamento cresce continuamente, atingindo, no ano findo, a média diária de 758,2 doentes.

VIII

*Informações diversas**Caixa de Aposentadorias e Pensões*

Esta instituição continua a prestar ao pessoal da Companhia os serviços a que se destina. Sua situação financeira é próspera, como se pode apreciar pelos seguintes dados que tiramos de suas contas relativas ao ano próximo findo:

	Cr\$
Receita	13.322.986,50
Despesa	8.301.866,40
Saldo incorporado ao patrimônio	5.021.120,10

Em 31 de dezembro de 1944, o patrimônio da Caixa se elevava a Cr\$ 59.444.476,70.

Terminando nossa exposição, grato nos é poder assinalar os bons serviços e os inteligentes e muito dedicados esforços do Inspetor Geral, em Santos, Dr. Ismael Coêlho de Sousa, e de seus dignos auxiliares, entre os quais citaremos os Senhores Drs. Eduardo Magalhães Gama, João Cardoso de Mendonça, Antônio Alves Freire, José Meneses Berenguer, Edgardo Boaventura — chefes de departamentos em que se divide a administração e nosso advogado naquela cidade Dr. Umberto Antunes Gruber.

Do mesmo modo é de nosso dever mencionar serem dignos do nosso muito especial apreço a dedicação e eficiência dos esforços do Dr. Washington de Almeida, assistente jurídico nesta cidade, bem como do dedicado Senhor Mário Henrique da Cruz, chefe do Escritório Central e de seus dignos auxiliares.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1944. — *Guilherme Guinle*, Presidente. — *Oscar Weinschenck*, Diretor Gerente. — *Otávio Pedro dos Santos*, Diretor Tesoureiro. — *Raul Fernandes*, Diretor Econômico Financeiro. — *Carlos Guinle*, Diretor Secretário.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
a Custeio do tráfego	77.324.481,70	de Renda bruta do tráfego	101.435.789,90
a Despesas gerais	470.195,20	de Renda de títulos	467.032,00
a Departamento médico	674.343,70	de Dividendos e juros, prescritos	103.676,70
a Almoxarifado, produção e despesas	259.657,50	de Arredondamento de frações da unidade monetária	1,30
a Juros de debêntures	6.413.372,00	de Fundo de emergência	1.329.905,00
a Juros e descontos	125.730,60		
a Contribuições e donativos	495.911,60		
a Impostos e taxas considerados indevidos	296.439,80		
a Pecúlios aos empregados da Companhia	72.000,00		
a Pensões	143.597,70		
a Fundo de amortização	639.538,60		
a Dividendos a pagar	12.800.000,00		
a Fundo de emergência	3.621.736,50		
	103.336.404,90		103.336.404,90

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Guilherme Guinle*, Diretor Presidente. — *Oscar Weinschenck*, Diretor Gerente. — *Carlos Guinle*, Diretor Secretário. — *Otávio P dos Santos*, Diretor Tesoureiro. *Raul Fernandes*, Diretor Econômico-Financeiro; — *Fernando Machado Torres*, Contador (Reg.: D.E.C. n.º 9.003 — D.N.I.C. n.º 42.605).

BALANÇO GERAL REALIZADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo

<i>Imobilizado</i>			
— Obras executadas (Capital reconhecido pelo Governo ...)	265.728.249,30		
— Obras novas, autorizadas e de classificação em suspenso ..	37.149.265,90		
— Propriedades	2.604.792,20		
— Materiais em depósito, equipagem, móveis e utensílios	15.477.007,50		
— Tesouro Nacional	20.000,00		
— Seguro de acidentes no trabalho, c/depósito	200.000,00		
— Títulos de renda	1.017.046,70	322.196.288,60	
<i>Existências</i>			
— Títulos representativos do fundo de amortização	16.775.400,00		
— Debêntures	27.606.000,00	44.381.400,00	366.577.688,60
<i>Disponível</i>			
— Caixa do Escritório Central	69.971,50		
— Caixa da Administração em Santos	1.764.053,50		
— Bancos	1.913.000,50	3.777.025,50	
<i>Realizável em curto prazo</i>			
— Contas correntes	5.633.802,90		
— Diversas contas	2.755.048,10	8.388.851,00	
<i>Contas de resultado pendente</i>			
— Impostos e taxas considerados indevidos		1.911.736,00	11.077.612,50
<i>Contas de compensação</i>			
— Ações em caução		200.000,00	
— Títulos caucionados de escritura de fianças		1.060.000,00	
— Garantia de crédito		50.000,00	
— Lóide Brasileiro, c/fundo contratual de amortização dos elevadores		20.000,00	1.330.000,00
Soma do ativo			381.985.301,10

Não exigível

Passivo

— Capital	160.000.000,00		
— Fundo de garantia do capital social (art. 130, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26-9-30)	32.000.000,00		
— Fundo de amortização (Decreto n.º 1.746, de 13-10-1869, modificado pela cláusula IV, das aprovadas pelo Decreto n.º 18.284, de 16-6-1938 e pelo art. 1.º, do Decreto número 658-A, de 24-2-1936)	16.775.244,00		
— Fundo de obras novas	22.882.281,50	231.657.526,40	

Exigível a longo prazo

— Empréstimo em debêntures	120.000.000,00		
— Contas contratuais de obras realizadas	12.645.970,20		
— Elementos das instalações cedidos a serem substituídos ..	1.550.789,60		
— Indenizações de prejuízos sofridos a serem aplicadas	723.402,40	134.920.162,20	366.577.688,60

Exigível a curto prazo

— Contas a pagar	1.293.814,90		
— Dividendos a pagar	7.806.295,40		
— Juros de debêntures	3.312.456,00		
— Diversas contas	1.388.471,50	13.801.037,80	

Reservas

— Fundo de emergência		276.574,70	14.077.612,50
-----------------------------	--	------------	---------------

Contas de compensação

— Caução da Diretoria		200.000,00	
— Credores por títulos caucionados e fianças		1.060.000,00	
— Crédito em garantia		50.000,00	
— Fundo contratual de amortização dos elevadores		20.000,00	1.330.000,00

Soma do passivo 381.985.301,10

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Guilherme Guinle*, Diretor Presidente. — *Oscar Weinschenk*, Diretor Gerente. — *Carlos Guinle*, Diretor Secretário. *Otávio P. dos Santos*, Diretor Tesoureiro. *Raul Fernandes*, Diretor Econômico-Financeiro. — *Fernando Machado Torres*, Contador (Reg.: D.E.C. n.º 9.003 — D.N.I.C. n.º 42.605).

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores acionistas:

Ao dizer-vos sobre o movimento da nossa Companhia Docas de Santos, cujos negócios estivemos acompanhando com o costumeiro interesse, conhecendo do seu movimento, como apreciáveis, pelo seu bem elucidativo Relatório, mais uma vez ressaltamos a competência e dedicação de nossa esforçada Diretoria cuja orientação permitiu que fossem vencidas as grandes dificuldades que a situação da guerra mundial criou para o porto de Santos. O bem elaborado Relatório que, com as contas do exercício de 1944 vos apresenta a Diretoria, informa sobre seus atos, movimento das "Docas" e sua situação financeira e econômica. Salientamos que a renda bruta arrecadada atingiu em 1944 a Cr\$ 101.435.789,90, sendo superior à de 1943 de Cr\$ 40.985.128,80, isto é, de 67, 801 %. A despesa de custeio, no mesmo período, foi de Cr\$ 77.324.481,70 que, confrontada com a correspondente de 1943, demonstra um aumento de Cr\$ 29.151.843,50 ou seja, 60,51 %. Essa despesa representa 76,22 % sobre a renda bruta arrecadada. Esse índice, isto é, o coeficiente do tráfego, acusa uma diferença para menos, pois havia sido de 79,69 % em 1943. Notareis que o "Capital da Companhia" (inicial e adicional) era, em 30 de dezembro de 1944 de Cr\$ 265.728.249,30. Portanto, o Conselho Fiscal conclui o seu Parecer vos propondo:

Primeiro: — que sejam aprovados o balanço, contas e atos da Diretoria, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 1944;

Segundo: — que se renove, como demonstração de nosso alto apreço, um voto de louvor à competente e esforçada Diretoria que tão elevadamente dirige os destinos da Companhia Docas de Santos;

Terceiro: — que sejam elogiados o zeloso Inspetor Geral da Companhia Sr. Dr. Ismael Coelho de Sousa e seus competentes auxiliares e, bem assim, o Sr. Mário Henrique da Cruz, Chefe do Escritório Central e seus dignos auxiliares.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1945. — *Alfredo Loureiro Ferreira Chaves*. — *Eduardo de Vasconcelos Pedernheiras*. — *Luiz Felipe de Souza Leão*.

ANEXOS

Serviços do tráfego

Movimento de passageiros — Registramos, no quadro seguinte, o movimento de passageiros verificado em 1944, confrontando-o com o de 1943:

Discriminação	1944	1943	Diferença sobre 1943
Passageiros entrados	1.858	1.687	+ 171
Passageiros saídos	1.259	1.608	- 349
Diferença a favor das entradas	599	79	+ 520
Passageiros em trânsito ..	8.836	7.422	+ 1.414

Diminuiu o movimento de passageiros, em 1944, em relação ao ano anterior, mantendo-se a favor das entradas o balanço entre as entradas e saídas.

A redução se fez sentir como uma ocorrência de caráter geral, pois, nos passageiros em trânsito pelo porto, ela foi maior.

Movimento de embarcações — O movimento de embarcações verificado no porto de Santos, em 1944, foi o seguinte:

a) embarcações entradas:

Discriminação	1944	1943	Diferença sobre 1943
A vapor ou motor	2.330	1.976	+ 354
A vela	42	48	- 6
Total	2.372	2.024	+ 348
Tonelagem de registro ..	2.315.202	2.030.218	+ 284.984
Tripulantes	64.583	59.383	+ 5.200

b) embarcações saídas:

Discriminação	1944	1943	Diferença sobre 1943
A vapor ou motor	2.287	1.997	+ 290
A vela	39	25	+ 14
Total	2.326	2.022	+ 304
Tonagem de registro	2.254.589	2.032.379	+ 222.210
Tripulantes	63.035	59.362	+ 3.673

A utilização do cais para atracação, por dia, no ano findo foi, em média, de 32,04 embarcações, ocupando 2.676,50 metros lineares de cais. No ano de 1943 havia sido, respectivamente, de 23,65 embarcações e 2.006,29 metros lineares de cais.

Durante o ano de 1944, visitaram o porto de Santos, 7 embarcações de guerra, nacionais.

Hidro Aviação — No ano próximo findo, não se registrou nenhum movimento de hidro-aviões.

Movimento de mercadorias — No ano passado, a tonagem das mercadorias embarcadas e desembarcadas no porto de Santos, foi de 4.101.573 toneladas, causando, em relação a 1943, uma diferença para mais de 1.245.026 toneladas ou um aumento igual a 43,57 %.

No quadro abaixo registramos um apanhado geral do movimento de mercadorias em 1944, confrontado com o de 1943:

Discriminação	1944	1943	Diferença sobre 1943
Importação do estrangeiro	1.715.727	1.070.788	+ 644.939
Importação por cabotagem	849.505	579.058	+ 270.447
Total da importação	2.565.232	1.649.846	+ 915.386
Exportação para o estrangeiro	1.106.159	911.066	+ 195.093
Exportação por cabotagem	430.182	295.635	+ 134.547
Total da exportação	1.536.341	1.206.701	+ 329.640
Movimento total	4.101.573	2.856.547	+ 1.245.026

Como se vê do quadro acima, houve aumento em tôdas as correntes do tráfego do porto.

A relação entre a exportação e a importação, que havia sido de 1:1,36 em 1943, foi de 1:1,66 em 1944.

O coeficiente de utilização do cais se elevou a 865 toneladas por metro ano, quando, em 1943, foi de 604 toneladas.

Na importação do estrangeiro continuaram a predominar o trigo, o óleo combustível, a gasolina, o querosene e o carvão. Esses quatro artigos constituíram 63,22 % da tonagem total importada do estrangeiro, figurando o trigo com 31,10 %, o óleo combustível com 14,02 %, a gasolina e o querosene com 10 % e o carvão com 8,10 %.

As percentagens correspondentes ao ano de 1943, foram respectivamente de 36,38 %, 12,32 %, 10,57 % e 8,01 %.

Na exportação para o estrangeiro os artigos predominantes foram: o café, o algodão e sub-produtos. Na exportação total, essas mercadorias representaram:

— Café	43,13 %
— Algodão e sub-produtos:	
algodão em rama óleo de caroço de algodão resí-	
duos de algodão e torta de caroço de algodão ..	11,05 %
	54,18 %

O café exportado em 1944 para o estrangeiro e por cabotagem, se elevou a 11.044.100 sacos, ou seja, a um total que, em comparação com o de 1943, acusa um aumento de 3.794.900 sacos.

Fornecimento d'água às embarcações — A quantidade de água fornecida às embarcações, por intermédio desta Companhia, foi em 1944, de 233.054 toneladas, total que, confrontado com o de 1943 acusa em acréscimo de 38.251 toneladas.

Movimento de mercadorias nos armazéns e pátios alfandegados — Nos armazéns e pátios alfandegados, inclusive os de bagagem e inflamáveis, verificou-se o seguinte movimento:

— entradas	16.094.500 volumes
— saídas	15.159.015 volumes

Transportes — Em 1944, o serviço de transporte acusou os seguintes totais:

a) — Transportes entre Docas e S. Paulo Railway C. ^o	
— no sentido da importação ...	1.866.652 tons.
— no sentido da exportação ...	782.123 tons.
— total	2.648.775 tons.

b) Transporte entre Docas e E. F. Sorocabana	
— no sentido da importação ...	173.286 tons.
— no sentido da exportação ...	179.016 tons.
— total	352.302 tons.

c) — Tráfego mútuo — Docas, S. Paulo Railway e Sorocabana	
— total	266.294 tons.

d) — Transportes locais nas linhas da Companhia	
— total	630.405 tons.

Essas parcelas conduzem ao transporte total realizado em 1944, que atingiu a 3.897.776 toneladas. Esse total, confrontado com o referente ao ano de 1943, acusa uma diferença para mais de 921.955 toneladas.

Óleo combustível — Nos tanques que a Companhia possui no Valongo para armazenamento de óleo combustível, foi o seguinte o movimento registrado em 1944:

— existência em 31-12-43	7.289 tons.
— entradas em 1944	169.082 tons.
— total	176.371 tons.
— saída em 1944	148.451 tons.
— existência em 31-12-44	27.920 tons.

Foi maior, em 1944, o movimento dessa mercadoria, pois, verifica-se pelo confronto com os totais correspondentes de 1943, que a importação acresceu em 74.602 toneladas e que as saídas para consumo foram superiores de 51.420 toneladas.

Armazém frigorífico — O movimento do armazém frigorífico é demonstrado no quadro abaixo, em que aparecem também os totais relativos a 1943, permitindo o respectivo confronto:

Discriminação	1944	1943	Diferença sobre 1943
CARNES — toneladas			
Entradas	1.714	7.118	— 5.404
Saídas	1.735	7.080	— 5.345
FRUTAS — volumes			
Entradas	261.357	303.064	— 41.707
Saídas	260.441	309.973	— 49.532
DIVERSOS — volumes			
Entradas	70.613	61.326	+ 9.287
Saídas com o saldo de 43.	73.284	48.218	+ 25.066

Movimento nos armazéns externos — O movimento de volumes nos Armazéns Externos, que funcionaram como Armazéns Gerais, foi, em 1944, menor que o observado em 1943, como é demonstrado no quadro abaixo:

Discriminação	1944	1943	Diferença sobre 1943
CAFÉ — sacos			
Existência em 31-12 ...	—	475	
Entradas	22.626	38.149	— 15.523
TOTAL	22.626	38.624	
Saídas	22.626	38.624	— 15.998
Existência em 31-12	—	—	
VÁRIOS GÊNEROS — volumes			
Existência em 31-12 ...	27.376	617	
Entradas	72.904	98.545	— 25.641
TOTAL	100.280	99.162	
Saídas	69.491	71.786	— 2.295
Existência em 31-12 ...	30.789	27.376	

Café em depósito em armazéns externos arrendados ao D.N.C. — Além de outras quantidades, depositadas em espaços alugados a comissários, achavam-se em depósito nos armazéns externos arrendados ao Departamento Nacional do Café, em 31 de dezembro de 1944, 451.575 sacas com café.

Instalações para inflamáveis

1) — Na Ilha do Barnabé:

O movimento verificado nessas instalações, no ano de 1944 foi o que a seguir está, resumidamente, indicado:

a) — Gasolina a granel:

— existência em 31-12-43 ..	12.888 toneladas
— entradas em 1944	168.167 toneladas
— total	181.055 toneladas
— saídas em 1944	150.526 toneladas

— existência em 31-12-44 ... 30.529 toneladas

b) — Querosene a granel:

— existência em 31-12-43 ..	876 toneladas
— entradas em 1944	32.466 toneladas
— total	33.342 toneladas
— saídas em 1944	30.327 toneladas
— existência em 31-12-44 ..	3.015 toneladas

c) — Óleo Diesel e combustível a granel:

— existência em 31-12-43 ..	1.206 toneladas
— entradas em 1944	69.987 toneladas
— total	71.193 toneladas
— saídas em 1944	56.043 toneladas

— existência em 31-12-44 .. 15.150 toneladas

d) — Óleo de caroço de algodão a granel:

— existência em 31-12-43 ..	3.466 toneladas
— entradas em 1944	8.852 toneladas

— total	12.018 toneladas
— saídas em 1944	6.555 toneladas
— existência em 31-12-44 ..	5.463 toneladas

e) — Transporte pelo ferry-boat:

— foram transportados pelo ferry-boat, entre Santos e a Ilha do Barnabé, 17.516 vagões, que conduziram 201.431 toneladas.

II) — Na Alamôa:

Os armazéns da Alamôa registraram o seguinte movimento de gasolina em caixas e tambores e querosene em caixas:

a) Gasolina em caixas:

— existência em 31-12-43 ..	803 caixas
— entradas em 1944	1.839 caixas
— total	2.642 caixas
— saídas em 1944	1.631 caixas
— existência em 31-12-44 ..	1.011 caixas

b) — Gasolina em tambores:

— existência em 31-12-43 ..	301 tambores
— entradas em 1944	5.504 tambores
— saídas em 1944	5.453 tambores
— existência em 31-12-44 ..	352 tambores

c) Querosene em caixas:

— existência em 31-12-43 ..	607 caixas
— entradas em 1944	2.989 caixas
— total	3.596 caixas
— saídas em 1944	3.228 caixas
— existência em 31-12-44 ..	368 caixas

Isenção e abatimentos em cobranças — Durante o ano de 1944 a Companhia continuou a realizar, para instituições de caridade, os serviços de capatazias, armazenagens e transportes, gratuitamente.

Essas isenções especiais em cobranças importaram, no ano p. findo, em Cr\$ 161.3320,60.

Volumes retardados — No ano de 1944, tiveram saída 21.287 volumes retardados nos armazéns e pátios da Companhia, tendo passado para o ano de 1945, 31.020 volumes.

(N.º 5.687 — 16-4-45 — Cr\$ 2.805,00).

COMPANHIA INDUSTRIAL DE MINERAÇÃO RIO CARVÃO

DIVISÃO DE REGISTRO DO COMÉRCIO

Certidão

Certifico que a Companhia Industrial de Mineração Rio Carvão, arquivou nesta Divisão sob o n.º 818, por despacho de 10 de abril de 1945, os exemplares do *Diário Oficial* de 12 de janeiro e 2 de março de 1945, com a publicação do Decreto n.º 17.334 de 13 de dezembro de 1944, que concedeu autorização à sociedade para funcionar como empresa de mineração; e da certidão da escritura pública de constituição da sociedade, devidamente registrada no Departamento Nacional da Produção Mineral, do que dou fé. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Divisão de Registro do Comércio, em 11 de abril de 1945. Eu, Carmen Cruz, Auxiliar de Escritório IX, escrevi, conferi e assino. — *Carmen Cruz*. — Eu, Renato Adolpho Penna Barros, pelo Chefe da S. R. E. a subscrevo e assino. — *Renato Adolpho Penna Barros*.

Selada com Cr\$ 4,40.

Processo n.º 5.766-45.

(N.º 6.136 — Cr\$ 40,80 — 18-4-45)

CRÉDITO BRASILEIRO S. A.

Casa Bancária

CARTA PATENTE N.º 1.890 DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

BALANÇETE EM 31 DE MARÇO DE 1945.

Ativo	
Letras Descontadas	975.931,60
Móveis e Utensílios	6.300,00
Imóveis	20.600,00
Empréstimos c/garantia	3.373,00
Contratos c/garantia	9.316,60
Hipotecas	1.950,00
Caixa (em cofre)	25.221,40
Contas Correntes	90.170,40
Ações Caucionadas	30.000,00
Diversas Contas	3.036,30

Passivo	
Capital	250.000,00
Fundo de Reserva	10.247,60
Obrigações a Pagar	89.000,00
Redescontos	555.749,90
Imóveis c/garantia	9.316,60
Amortização p/Imóveis	8.483,40
Depósitos	168.480,00
Depósitos c/juros	—

Canção da Diretoria	—	30.000,00
Dividendos a Distribuir	—	23.032,00
Diversas Contas	—	21.592,80
	1.165.902,30	1.165.902,30

José Vale Júnior — Cont. 38.200 — Luís Cardoso Martins — Presidente.

(N.º 6.443 — 18-4-45 — Cr\$ 91,80).

COMPANHIA TÉCNICA BRASILEIRA

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE EM 27 DE ABRIL DE 1945

Senhores acionistas:

Satisfazendo as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o Balanço e contas referentes ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944.

Seguindo a orientação traçada anteriormente, pudemos obter no exercício findo, resultados compensadores que nos permitem apresentar-vos neste Balanço, já praticamente normalizada a situação da Companhia.

Acha-se esta Diretoria à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Nesta assembléia deveis proceder à eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus suplentes para o novo exercício.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1945. — Mario Simonsen. — Carlos da Costa Pereira.

COMPANHIA TÉCNICA BRASILEIRA

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
Imobilizado:		Não exigível:	
Terrenos.	296.386,30	Capital.	1.000.000,00
Usina.	66.689,70	Fundo de Reserva.	46.468,80
Laboratório.	1,00		1.046.468,80
Almoxarifado.	4.014,50	Exigível a curto prazo:	
Móveis e utensílios.	1.303,00	Contas Correntes.	2.814.325,00
	368.394,50	Títulos a Pagar.	412.468,20
Realizável a curto prazo:			3.226.793,20
Obrigações de Guerra	25.001,60	Contas de compensação:	
Selos e Estampilhas.	6.750,00	Caucões.	860.337,00
Contas Correntes.	3.854.160,80	Canção da Diretoria.	60.000,00
	3.885.912,40		920.337,00
Contas de Resultado Pendente:			5.193.599,00
Lucros e Perdas.	18.955,10		
Contas de Compensação:			
Depósitos em Caução.	860.337,00		
Ações Caucionadas.	60.000,00		
	920.337,00		
	5.193.599,00		

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — Mario Simonsen — Carlos da Costa Pereira, Diretores. — Alberto da Silva Couto, Guarda-livros reg. n.º 35.990.

COMPANHIA TÉCNICA BRASILEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Débito		Crédito	
Saldo anterior.	257.591,10	Materiais.	323.219,00
Despesas Gerais.	51.307,70		
Impostos e Licenças.	20.715,30	Saldo.	18.955,10
Fundo de Reserva.	12.560,00		342.174,10
	342.174,10		

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — Mario Simonsen — Carlos da Costa Pereira, Diretores. — Alberto da Silva Couto, Guarda-livros reg. n.º 35.990.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Técnica Brasileira, tendo examinado o relatório, balanço e contas da Diretoria, relativos ao exercício findo em 30 de dezembro de 1944, assim como os respectivos livros e documentos, encontraram

tudo na mais perfeita ordem e exatidão, sendo de parecer de que os mesmos, assim como os atos administrativos do referido exercício, sejam aprovados pelos senhores acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1945. — Edgard Montauray Pimenta. — Alfredo Egydio de Souza Aranha. — Octavio Souza Dantas. (N.º 6.186 — 18-4-45 — Cr\$ 255,00.)

COMPANHIA EXPORTADORA E IMPORTADORA NACIONAL SOCIEDADE ANÔNIMA

RELATÓRIO A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
DOS ACIONISTAS, EM 25 DE ABRIL DE 1945

Srs. Acionistas.

Em outubro de 1944, ao assumirmos a direção da Sociedade, demos aos serviços de expediente a organização requerida e iniciamos as operações. Não decorrem, portanto, tempo suficiente para apresentar resultados, que serão conhecidos durante o corrente ano, e esperamos sejam os mais promissores.

Para quaisquer esclarecimentos e informações, pômos à disposição dos Srs. Acionistas os livros da Sociedade, na sede social.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945. — *Dr. Antonio Olympio d'Oliveira*, Diretor Presidente. — *Baget George*, Diretor Superintendente. — *José Gallotti Peixoto*, Diretor Tesoureiro.

(Firmas reconhecidas no Cartório Hugo Ramos).

BALANÇO GERAL DAS OPERAÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1944

Ativo		
Pelos valores ativos, a saber:		
Acionistas	Cr\$	490.000,00
Caixa		102.900,10
Contas Correntes		297,10
Móveis e Utensílios	Cr\$ 14.904,00	
Menos: Reserva para depreciação... Cr\$ 515,20		14.388,80
Depósitos Bancários		74,30
Gastos de Instalação	Cr\$ 5.392,50	
Menos: Reserva para depreciação... Cr\$ 269,60		5.122,90
Lucros e Perdas		93.768,80
		<u>706.552,00</u>

Passivo		
Pelos valores passivos, a saber:		
Capital		700.000,00
E. A. P. C.		510,00
Títulos a Pagar		6.000,00
Contas Correntes		42,00
		<u>706.552,00</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *Antonio Olympio d'Oliveira*, Diretor Presidente. — *José Gallotti Peixoto*, Diretor Tesoureiro. — *Baget George*, Diretor Superintendente. — *Mario de Alencar Araripe*, Contador registrado sob os ns. D. N. I. C.-35.113 e M. E. S.-38.287.

Demonstração da conta "Lucros e Perdas"

Débito		
		Cr\$
Honorários da Diretoria		13.500,00
Anúncios		1.566,90
Gratificações		13.425,60
Papelaria		4.246,60
Impostos e Taxas		7.817,40
Telefone e Telegramas		7.033,00
Selos e Estampilhas		4.823,80
Aluguel e Conservação		13.150,70
Propaganda		7.300,30
Despesas Gerais		4.066,20
Salários e Comissões		16.500,00
Despesas Bancárias		70,70
Depreciação de Móveis e Utensílios		515,20
Depreciação de Gastos de Instalação		269,60
		<u>94.286,00</u>
Crédito		
Juros e Descontos		485,00
Corretagem		32,20
"Deficit" verificado neste exercício		93.768,80
		<u>94.286,00</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944. — *Antonio Olympio d'Oliveira*, Diretor Presidente. — *José Gallotti Peixoto*, Diretor Tesoureiro. — *Baget George*, Diretor Superintendente. — *Mario de Alencar Araripe*, Contador registrado sob os ns. D. N. I. C.-35.113 e M. E. S.-38.287.

PARECER DO CONSELHO FISCAL A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS ACIONISTAS, EM 25 DE ABRIL DE 1945

Acompanhamos os trabalhos da Diretoria, examinamos as suas contas, e damos com prazer nossa inteira aprovação a todos os seus atos, e somos de parecer que os Srs. Acionistas devem aprovar o Relatório da Diretoria, a Conta de Lucros e Perdas e o Balanço.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1945. — *Dr. José Buarque de Macedo*. — *Dr. Pedro Affonso Gallotti*. — *Procópio Doual*.
(Firmas reconhecidas no Cartório Hugo Ramos).

(N.º 6.127 — 18-4-45 — Cr\$ 235,60).

BANCO DE CRÉDITO MÓVEL

Em liquidação

Relatório dos Liquidantes:

Em observância às disposições legais, temos o prazer de submeter à vossa apreciação e exame a marcha dos negócios da liquidação do acervo do Banco, que continuam seguindo o seu curso normal.

Caso de maior relevância, entretanto é a questão judicial que mantemos com o ex-arrendatário Prof. Raul d'Ávila Goulart, com quem estamos em entendimentos desde os fins de dezembro p. passado no intuito de indenizarmos benfeitorias feitas em terrenos de nossa propriedade. Tanto que concluamos essa liquidação, devemos iniciar os estudos para o loteamento dos terrenos da Restinga, projeto este de que oportunamente daremos exata e detalhada notícia.

Pelo Balanço apresentado, verificarão os Srs. Acionistas que o movimento de caixa teve sensível aumento, em razão não só do pagamento efetuado pela Empresa Imobiliária Recreio dos Bandeirantes S. A. como da liquidação concluída pela nossa compradora Empresa Saneadora Territorial Agrícola S. A. da quase totalidade do seu débito.

De acordo com o contrato assinado com a primeira das Empresas, deverá esta fazer face anualmente, ao pagamento de uma área de um milhão de metros quadrados (1.000.000 m²) na base estipulada no referido contrato já do perfeito conhecimento dos Srs. Acionistas pelo nosso relatório anterior. Era intenção propor, desde logo uma distribuição de um *pro-rata* de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) por ação. Achemos, no entanto, de melhor conselho adiar tal providência de vez que é mister reunirmos recursos de monta para ocorrer o próprio Banco às despesas iniciais com os estudos do loteamento da área da Restinga de Jacarepaguá. Ficamos inteiramente à disposição dos Srs. Acionistas para fornecer quaisquer esclarecimentos que houverem por necessários, no curso dos trabalhos da Assembléia. — *Dr. Renato Fioravanti Bittencourt*, Liq. — *Dr. Antonio Lacerda de Menezes*, Liq.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS DO BANCO DE CRÉDITO MÓVEL, EM LIQUIDÇÃO AMIGÁVEL, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO

Aos trinta e um dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e quatro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital dos Estados Unidos do Brasil, na sede do Banco de Crédito Móvel, em liquidação amigável, à Rua da Candelária número noventa e cinco, às quinze horas, reuniram-se em Assembléia os acionistas do mesmo Banco, cujos nomes, assinaturas, nacionalidade e domicílios constam do Livro de Presenças com a natureza e número de suas respectivas ações no total superior a cinquenta por cento. Assume a presidência da mesa o liquidante Dr. Renato Fioravanti Bittencourt e verificando a existência de número legal para o funcionamento da Assembléia, convida para fazerem parte da mesa, na qualidade de primeiro Secretário e segundo Secretário, respectivamente, os Srs. Francisco Xavier Cascão e Holofernes Castro Filho. A seguir o Sr. Presidente pede ao primeiro Secretário para proceder à leitura da Ata da Assembléia anterior realizada aos vinte e seis dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e quatro, o que foi feito. O Sr. Presidente pôs em discussão a referida ata e como nenhum acionistas quisesse usar da palavra, submeteu-a à votação, sendo a mesma por todos os acionistas aprovada. Em prosseguimento pede o Sr. Presidente ao primeiro Secretário que faça a leitura dos apêndices de convocação da presente Assembléia, publicados no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio" nos dias vinte e sete de setembro, quinze e trinta e um de outubro de mil novecentos e quarenta e quatro e do Relatório dos Liquidantes, Balanço, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, publicados no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio" do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e quarenta e quatro. Põe então o Sr. Presidente em discussão os documentos publicados cuja leitura foi feita. Pede a palavra o acionista Dr. Jayme Leal Costa que borda comentários sobre os documentos publicados, concluindo por achar merecerem eles irrestrita aprovação, de vez que evidenciam o cuidado com que são conduzidos os trabalhos da liquidação e a orientação segura sugerida no Relatório dos Liquidantes. No que tange ao loteamento dos terrenos da Restinga de Jacarepaguá, os Srs. Acionistas deverão nestas condições ter sempre em mira que tratando-se de uma área tão grande como é a do Banco, pois compreende às Fazendas Camorim, Vargem Pequena e Vargem Grande.

nas Freguesias de Jacarepaguá e Guaratiba, muito árduo e difícil é o trabalho de execução do programa de seu desenvolvimento geral. Muito fizeram os Srs. Liquidantes para tornar possível o restabelecimento do contrato do Recreio dos Bandeirantes, cuja escritura de consolidação e reforma do anterior foi assinado em primeiro de abril de mil novecentos e quarenta e quatro. Por fim lembra aos Srs. Acionistas que com a aprovação de toda a matéria da ordem do dia seja também aprovado um voto de louvor aos Srs. Liquidantes e Membros do Conselho Fiscal. O Sr. Presidente, como nenhum outro acionista fizesse uso da palavra, submeteu à votação o Balanço, prestação de Contas e Relatório dos Liquidantes e o Parecer do Conselho Fiscal, tendo sido aprovados unânimemente, abstenendo-se de votar os Li-

quidantes, Membros do Conselho Fiscal. O Sr. Presidente ofereceu ainda a palavra aos Srs. Acionistas e como dela ninguém quisesse usar, agradeceu a presença e interesse demonstrado pelos mesmos, declarando encerrados os trabalhos. Pediu o Sr. Presidente aos presentes que aguardassem a lavratura desta Ata, o que foi feito por mim, segundo Secretário, Holophernes Castro Filho e vai assinada pela mesa e por todos os acionistas presente. — *Holophernes Castro Filho.* — *Renato Fioravanti Bittencourt.* — *Antonio Lacerda de Menezes.* — *Francisco Xavier Cascão.* — *Jayme Leal Costa.* — *João Pessoa de Queiroz.* — *Cícero da Silva Araújo.* — *Holophernes Castro.* — *Estanislau Martins Costa.* — *Arthur M. Pontes de Miranda.* — *Oscar Pereira de Brito.* — *Lydia Teixeira de Castro.* — *Omar de Castro Brito.*

BALANÇO GERAL, FM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
Propriedades do Banco	1.881.754,30	Capital	9.412.600,90
Escritório de Vargem Grande	41.879,70	Nono Dividendo	2.187,00
Conta de Honorários	7.500,00	Debêntures	11.760,00
Debenturistas, imposto sobre a Renda	510,10	Dr. Luís Adolfo Magalhães	600,00
Móveis e Utensílios	53.051,60	Ciro Cavalcante Pereira	400,00
Lucros e Perdas	13.741.383,40	Acionistas, 1.º Pro Rata	41.815,00
Caixa	1.488.724,90	Debenturistas, c/de Juros	35.402,40
	17.217.804,00	Aurélio Augusto Rocha	2.200,00
		Prestações de Terrenos	7.142.286,30
		Dr. Renato F. Bittencourt	600,00
		Acionistas, 2.ª Pro Rata	41.815,00
		Dr. Antonio Lacerda de Menezes	221.538,30
		Francisco Xavier Cascão	800,00
		Cícero da Silva Araújo	800,00
			17.217.804,00

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Saldo do 1.º semestre de 1944	13.155.811,30	De Cotas de Arrendamento	12.040,00
a Comissões	219.138,30		
a Imposto Territorial	16.446,20	Saldo para 1945	13.741.383,40
a Desps. de C.º e Administração	124.371,60		
a Despesas Gerais	56.829,60		
a Despesas Judiciais	10.297,00		
a Imposto de Transmissão	44.484,00		
a Despesas de Instalação	128.599,60		
a Juros e Descontos	442,80		
	600.609,10		
	13.756.423,40		13.756.423,40

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Alfredo de Miranda*, Guarda-Livros, Insc. n.º 37.300. — *Antonio Lacerda de Menezes*, Liquidante. — *Renato F. Bittencourt*, Liquidante.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. Acionistas:

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco de Crédito Móvel, em liquidação amigável, depois de feito acurado exame do relatório dos Srs. liquidantes, balanço e contas relativas ao exercício referente ao ano de 1944, assim como feita a verificação do saldo em caixa e dos respectivos livros e documentos, declaram ter encontrado tudo em completa ordem e exato, sendo portanto, de parecer que os mesmos, bem como todos os atos administrativos do referido exercício, sejam aprovadas pelos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945. — *Dr. Luiz Adolpho Magalhães.* — *Dr. Cícero da Silva Araújo.* — *Francisco Xavier Cascão.*

D. N. I. C.

DIVISÃO DE REGISTRO DO COMÉRCIO

Certidão

Certifico que o Banco de Crédito Móvel, (em liquidação) arquivou nesta Divisão sob o n.º 751, por despacho de 27 de março de 1945, a ata da assembléia geral ordinária, realizada em 31 de outubro de 1944, que aprovou as contas dos liquidantes, do que dou fé. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Divisão de Registro do Comércio, em 28 de março de 1945. — Eu, Carmen Cruz, Auxiliar de Escritório IX, escrevi, confiei e assino. — *Carmen Cruz.* — E eu, Renato Adolfo Pena Barros, pelo Chefe da S. R. E. a subscrevo e assino. — *Renato Adolfo Pena Barros.* — Selada com Cr\$ 0.40. (N.º 6.010 — 17-4-45 — Cr\$ 430,40)

COMPANHIA IMOBILIÁRIA SANTO ANTÔNIO

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, CONVOCADA PARA 25 DE ABRIL DE 1945

Senhores acionistas:

De acôrdo com a lei e com os nossos estatutos, vimos apresentar-lhes o balanço e contas da nossa administração durante o ano findo em 30 de dezembro de 1944.

É com prazer que assinalamos que, embora nada tenha havido digno de especial menção, as nossas operações decorreram normalmente.

Prontificamo-nos a prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que possam desejar, além dos documentos expostos ao seu exame e lhes apresentamos os nossos agradecimentos pela confiança com que nos honraram.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1945. — *Arthur Hortêncio Bastos*, Presidente. — *Arthur do Valle Bastos*, Diretor. — *Armando do Valle Bastos*, Diretor.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1945. — *Arthur Hortêncio Bastos*.
CÓPIA DO RESUMO DO BALANÇO GERAL DO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO

A 30 DE DEZEMBRO DE 1944

A T I V O

Imobilizado

	Cr\$	Cr\$
Edifício Brasil	1.603.661,00	
Edifício Chile	370.319,30	
Terrenos	40.000,00	
Móveis e utensílios	12.066,90	2.026.047,20

Disponível

Caixa	8.647,50	
Contas correntes		
Diversos Bancos	432.890,70	441.538,20

Realizável a curto prazo

Obrigações de Guerra	9.100,00	
Contas correntes		
Devedores diversos	1.638.772,10	1.647.872,10

Realizável a longo prazo

Hipoteca da Rua Medeiros Passaro n.º 47	50.000,00	
Hipoteca da Rua Quiririm ..	4.354,80	54.334,80

Custas de regularização

Depósitos de luz e gás do Edifício Brasil	242,00	
Depósitos de luz e gás do Edifício Chile	140,00	
Consumo de gás do Edifício Chile	313,50	695,50

Conta de compensação

Ações caucionadas	30.000,00	
		4.200.507,80

P A S S I V O

Não exigível

Capital	3.500.000,00	
---------------	--------------	--

Exigível a curto prazo

Contas correntes		
Credores diversos		9.324,40

Conta de regularização

Lucros não distribuídos	661.183,40	
		4.170.507,80
Caução da Diretoria	30.000,00	
		4.200.507,80

CÓPIA DA DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" DO MESMO PERÍODO

	Débito	Crédito
de Edifício Brasil e/ mov.		193.915,40
de Edifício Chile e/ mov.		32.131,50
de Prêmios e descontos		116.904,80
de Eventuais		1.131,60
a Despesas gerais	4.355,80	
a Impostos	58.476,10	
a Seguros	5.941,20	
a Honorários	12.000,00	
a Lucros não distribuídos		
Saldo que passa para o próximo ano	263.613,20	
	344.386,30	344.386,30

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Arthur Hortêncio Bastos*, Presidente. — *Arthur do Valle Bastos*, Diretor. — *Armando do Valle Bastos*, Diretor. — *Amasyllis Bunet*, Guarda-livros, reg. 34.138-D.E.C. 37.409.

Firmas reconhecidas, em 18 de abril de 1945, no Cartório do Tabelião Lino Moreira.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. acionistas:

Em obediência à lei e aos estatutos sociais, os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia Imobiliária Santo Antônio, convocados por sua Diretoria, reuniram-se em sua sede social, à rua Frei Caneca ns.º 35-39, às 15 h do dia 6 de março de 1945 e, desempenhando-se das suas atribuições, procederam a minucioso exame dos livros, balanço, contas e demais documentos relativos ao ano comercial findo em 30 de dezembro de 1944. Tendo em tudo verificado perfeita ordem, clareza e exatidão, são de parecer sejam aprovadas pelos Srs. acionistas as contas prestadas pela Diretoria, correspondentes àquele ano, bem como seja a mesma louvada pelos esforços e boa orientação das operações sociais.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1945. — *Zozimo Bastos*. — *Zozimo Bittencourt*. — *Euclides Teixeira Maldonado*.

(N.º 6.163 — 18-4-45 — Cr\$ 285,60).

COMPANHIA DE ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAL TÉCNICO

RELATÓRIO DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAL TÉCNICO, A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 25 DE ABRIL DE 1945.

Srs. Acionistas:

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos, a Diretoria da Companhia de Anilinas, Produtos Químicos e Material Técnico vem apresentar o Relatório relativo ao ano social findo em 31 de dezembro de 1944.

DIRETORIA

Em 25 de abril de 1944 o Sr. Otávio Lopes Sá Campos renunciou o cargo de Diretor Comercial, de qual havia tomado posse a 3 de janeiro do mesmo ano. Está concebida nos seguintes termos a carta pela qual o Sr. Sá Campos manifestou a sua renúncia:

"Ilmo. Sr. Dr. Júlio Santos Filho:

M. D. Presidente da Cia. de Anilinas, Produtos Químicos e Material Técnico.

Nesta.

Saudações.

Ao tomar posse do cargo de diretor comercial dessa Companhia, para que fui eleito por nímia gentileza, atendi a um desejo seu, mas declarei desde logo que, por vários motivos de ordem pessoal, não podia desempenhar o cargo e aguardava o seu regresso para renunciar.

Como sabe, o principal desses motivos é o de não dispor de tempo para exercer com eficiência as funções e entender que a Cia. precisa nesse lugar, talvez mais que em qualquer outro, de um homem capaz e que empregue todo o tempo e atividade ao seu serviço.

Assim sendo, venho pela presente renunciar definitivamente, fazendo votos para que escolha um novo diretor que contribua com eficiência para o progresso da Companhia.

Cumprimo-me agradecer-lhe e a todos os demais diretores as gentilezas que me dispensaram.

Apresentando os protestos de elevada estima e consideração, firmo-me

Am.º Att.º Crd.º

(ass.) Otávio Lopes Sá Campos.

Na sua reunião de 3 de maio de 1944, a Diretoria tomou conhecimento da renúncia, lamentando a resolução do Sr. Campos e manifestando-lhe por carta a esperança de que em breve pudesse voltar ao posto que espontaneamente deixava vago. Mas, tal não se deu, aproveitando os abaixo assinados a presente oportunidade para reiterarem publicamente os seus agradecimentos ao Sr. Otávio Lopes Sá Campos pela sua valiosa cooperação, durante o período em que exerceu o cargo de diretor comercial.

Na forma dos Estatutos, passou o cargo de Diretor Comercial a ser ocupado interinamente pelo Dr. Vítor Jürgens, e o cargo de Diretor Secretário, que era por este exercido, passou a ser preenchido pelo Dr. Linneu de Albuquerque Melo, cumulativamente com o de Diretor Jurídico.

A administração da Companhia é complexa e trabalhosa, pois além da Fábrica de Cubatão, possui hoje a Companhia a Empresa Catalítica Limitada, à qual adiante nos referiremos mais detalhadamente, e as filiais seguintes, espalhadas do Norte ao Sul do País: Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Juiz de Fora, São Paulo, Curitiba, Blumenau, Porto Alegre e Pelotas, além da Agência de Santos.

Nestas condições, resolveu a Assembléia Geral Extraordinária de 20 de setembro de 1943, na reforma dos Estatutos, constituir a Diretoria com seis membros, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretor Comercial, Diretor das Filiais e Diretor Jurídico.

Todavia, como se torna necessária melhor discriminação das funções dos diretores, é a Diretoria de parecer que o cargo vago não seja preenchido definitivamente na próxima Assembléia Geral Ordinária e sugere que nessa Assembléia se delibere a convocação de uma Assembléia Extraordinária para a reforma dos Estatutos.

FÁBRICA DE CUBATÃO

A Diretoria tem dispensado uma atenção especial à parte industrial da Companhia e com esse objetivo melhorou as instalações da fábrica de Cubatão.

A Fábrica requer ainda maiores melhoramentos, que por enquanto não foram feitos, porque a sua mudança para local mais saudável e mais próximo de São Paulo, se torna de dia para dia mais premente.

Atendendo a essa circunstância, a Diretoria adquiriu em São Bernardo, próximo à Capital de São Paulo, um terreno conveniente com a área de 79.165 m², pelo preço de Cr\$ 395.399,00, hoje de valor talvez triplicado.

Conforme consta do balanço, foi pago no exercício de 1944 parte do valor da compra, ao passo que o restante só pode ser satisfeito em fevereiro do ano em curso, porque somente então o vendedor noude apresentar os documentos de praxe em tais transações.

EMPRESA CATALÍTICA LIMITADA

Trata-se de uma Sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com o capital de Cr\$ 600.000,00.

A Companhia adquiriu cotas no valor total de Cr\$ 510.000,00 tendo sido distribuídas as demais, no valor de Cr\$ 90.000,00, pelos atuais diretores, pertencendo ao Dr. Vítor Jürgens Cr\$ 50.000,00 e aos demais Cr\$ 10.000,00 a cada um, tendo todos integralizado as respectivas cotas. São gerentes da Empresa Catalítica os diretores Dr. Vítor Jürgens, Dr. Linneu de Albuquerque Melo e Hans Doerzapff, que exercem a gerência sem qualquer remuneração especial. A Empresa Catalítica tem a sua sede nesta Cidade, à Rua Tenente Costa n.º 181.

Muitos melhoramentos foram introduzidos e estão sendo ainda levados a efeito nessa fábrica, cujo produto principal de fabricação é o Ácido Fórmico, de grande aplicação industrial, convido observar que atualmente não existe outra fábrica congênera no Brasil.

FILIAIS

Não desconhecem os Srs. Acionistas que o Fundador e maior acionista da Companhia e seu antigo presidente, o saudoso Sr. John Jürgens, falecido em 21 de maio de 1943, havia iniciado a liquidação da Companhia algum tempo antes do seu falecimento. Com esse propósito extinguiu quatro das filiais, tendo a atual Diretoria reaberto as de Belém, Recife e Salvador, em princípios do ano de 1944 e tendo para esse fim especial estado naquelas Capitais os diretores Drs. Vítor Jürgens e Fiel Fontes.

BALANÇO DE 1944

O resultado do balanço de 31 de dezembro de 1944, muito embora apresente lucros inferiores aos do ano anterior, não é menos animador, porque corresponde a um período em que a vida comercial como que voltou a uma relativa normalidade, depois do grande sarto do ano de 1943, em que o comércio beneficiou-se de lucros tão extraordinários, que levaram o Governo a criar um imposto especial com taxas até 50% sobre esses lucros anormais.

Como observávamos, havia o saudoso Sr. Jürgens iniciado a liquidação da Companhia, já perfeitamente caracterizada pelo fechamento de várias filiais, como deixamos exposto. Outrossim, denunciando o mesmo propósito, todo o numerário disponível ia sendo por ele retirado e depositado em seu nome particular em contas bancárias ou aplicado em títulos de boa renda e de tal sorte que a sua conta particular na Companhia, acusava, no dia do seu falecimento, um saldo devedor de Cr\$ 8.911.788,00, que os herdeiros liquidaram com os *bonus* de 1943, recebendo ainda o Espólio um saldo de *bonus*, de Cr\$ 1.738.800,00.

Nestas condições era natural que nos últimos meses de vida do então Presidente e maior acionista, a Companhia não tivesse adqui-

rindo sinão o mínimo necessário de mercadorias para alimentar a liquidação sem maiores prejuízos. De sorte que o reerguimento da Empresa tornou-se um encargo penoso para a atual Diretoria, pela necessidade de efetuar comprar vultosas em curto espaço de tempo, de modo a refazer os seus estoques, grandemente desfalcados. Assim, enquanto que as mercadorias adquiridas em 1943 atingiram a soma relativamente pequena, sendo que mais de duas terças partes representam compras efetuadas pela nova administração, no ano de 1944 essas compras atingiram a mais do dobro, tendo sido integralmente pagas dentro do próprio exercício financeiro em que foram efetuadas.

Atualmente os armazens da Companhia estão aparelhados para que se mantenham em ritmo normal os negócios sociais, atendendo-se de pronto aos pedidos da freguesia.

O confronto do estoque de mercadorias nos balanços de 1943 e 1944 corrobora a nossa afirmação, na singeleza de suas cifras eloquentes, como se passa a demonstrar:

	Cr\$
1944:	
Estoque	30.711.356,60
menos <i>cota de garantia</i> para flutua-	
ções de preços	3.071.135,60
	27.640.221,00
1943:	
Estoque	16.837.406,10
Diferença	10.802.814,90

Como vimos, não obstante a dedução de uma cota de garantia, o estoque de mercadorias de 1944 acusa sobre o de 1943 uma diferença para mais, de cerca de Cr\$ 11.000.000,00.

Há um perfeito equilíbrio entre os dois balanços, demonstrando a perfeita estabilidade da situação econômica da Companhia, melhorada, aliás, no balanço de 1944, atendendo a que neste o ativo está reforçado pelas seguintes verbas, que não figuram no de 1943:

	Cr\$
Certificados de equipamento	2.611.498,00
Obrigações de Guerra	
(Diferença)	507.261,00
Empresa Catalítica	510.000,00
Terreno em São Bernardo	251.975,50
	3.916.738,40

Quando à situação financeira, não é menos auspiciosa, pois o crédito bancário de que a Companhia usou para fazer face aos pagamentos, que se avolumaram com a chegada inesperada de mercadorias importadas, em combóios simultâneos, quando deviam chegar parceladamente de espaço a espaço, e que figura no balanço de 1944 com a cifra de Cr\$ 6.316.335,70, com um disponível em Caixa de Cr\$ 1.066.097,70, já está reduzido na data deste relatório, (17-3-45), para Cr\$ 3.511.159,40, deduzido do saldo devedor, o disponível em Caixa.

Há a notar ainda que os compromissos decorrentes do balanço de 1943 e relativos ao Imposto sobre a Renda, Imposto sobre Lucros Extraordinários, Percentagem da Diretoria e Gratificação aos Empregados, foram todos satisfeitos pelos recursos das transações normais de 1944, sem o mínimo desfalque dos lucros em suspenso de 1943, na importância de Cr\$ 17.232.685,40, que figuram intactos no novo balanço.

DIVIDENDOS, PERCENTAGEM DA DIRETORIA E GRATIFICAÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS

A Diretoria não fixou no balanço de 1944 nem os dividendos, nem a percentagem à Diretoria, nem a Gratificação aos Funcionários, cuja fixação fica assim ao livre critério da Assembléia Geral.

A Diretoria cumpre o dever de externar os seus agradecimentos aos funcionários e colaboradores da Companhia pelos bons serviços prestados e com essas considerações submete à apreciação da Assembléia Geral o presente relatório, o balanço, a conta de lucros e perdas e o parecer do Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1945. — *Julio Santos Filho*, Diretor-Presidente. — *Hans Doerzapff*, Diretor Vice-Presidente. — *Vítor Jürgens*, Diretor Comercial interino. — *Linneu de Albuquerque Melo*, Diretor Jurídico e Diretor Secretário interino. — *Fiel de Carvalho Fontes*, Diretor das Filiais.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Anilinas, Produtos Químicos e Material Técnico, havendo examinado o balanço, a conta de lucros e perdas bem como as contas da Diretoria, relativos ao exercício de 1944 são de parecer que os atos de administração da Diretoria devam merecer a aprovação da Assembléia Geral, por estarem em perfeita ordem.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1945. — *Altino Moraes*. — *Paulo P. Santos*. — *A. de P. Chagas Freitas*.

A presente é cópia fiel do parecer constante do livro próprio, a fls. 14.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1945. — *Linneu de Albuquerque Melo*, Diretor Secretário interino.

(Matriz, Filiais e Fábrica de Cubatão)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

(Período: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1944)

Ativo			Passivo		
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
Disponível:			Não Exigível:		
Caixa	300.001,50		Capital	4.500.000,00	
Bancos	766.096,20	1.066.097,70	Reserva Legal	900.000,00	
Realizável em Curto Prazo:			Reserva Especial	2.844.205,70	
Contas Correntes	9.071.736,60		Reserva para Diferenças de Câmbio	300.000,00	
Títulos e Ações:			Reserva para Devedores Duvidosos	717.525,90	9.231.731,60
Certificados de Equipamento	2.641.498,60		Exigível a Curto Prazo:		
Obrigações de Guerra	1.190.200,00		Bancos	6.316.335,70	
Diversos	90.246,00	3.924.944,60	Contas Correntes	2.651.181,70	
Participações em Empresas:			Institutos de Aposentadorias e Pensões	18.806,90	9.016.324,90
Empresa Industrial Catalítica Ltda.	510.000,00		Lucros e Perdas		24.756.450,60
Inventário:			Exigível a Longo Prazo:		
Matriz e Filiais	21.986.326,20		Contas Correntes		201.974,00
Fábrica Cubatão	5.725.030,40		Contas de Compensação:		
	30.711.356,60		Caução da Diretoria	90.000,00	
Menos: Cota de garantia para flutuações de preços	3.071.135,60	27.640.221,00	Reclamações Diversas:		
		41.149.902,20	Recursos	100.925,80	
Realizável a Longo Prazo:			Fianças Bancárias	115.322,20	306.248,00
Contas Correntes	430.034,60				
Depósitos e Cauções	28.597,00				
Depósitos de Câmbio (Decreto n.º 24.038, de 26-3-34 e Decreto-lei n.º 97, de 21-12-37)	75.329,50	533.961,10			
Imobilizado:					
Terreno de São Bernardo	254.375,80				
Maquinismos	1.828.864,20				
Menos: Reserva	1.771.305,70	57.538,50			
Móveis e Utensílios	408.478,40				
Menos: Reserva	324.763,20	83.715,20			
Laboratórios	49.803,30				
Menos: Reserva	29.920,10	19.883,20			
Instalações Diversas	44.872,40				
Menos: Reserva	18.378,50	26.493,90			
Veículos	78.556,90				
Menos: Reserva	65.686,00	12.870,90			
Biblioteca	25.093,70				
Menos: Reserva	23.464,70	1.629,00			
Patentes de Invenção	13.200,00				
Menos: Reserva	13.199,00	1,00			
Marcas de Fábrica e Comércio	13.200,00				
Menos: Reserva	13.199,00	1,00			
Contas de Compensação:					
Ações Caucionadas	90.000,00				
Depósitos, Cauções e Fianças nas Alfândegas	306.248,00	396.248,00			
		43.602.737,50			43.602.737,50

Júlio Santos Filho, diretor-presidente. — Hans Doerzapff, diretor vice-presidente. — Victor Jurgens, diretor comercial interino. — Linneu de Albuquerque Mello, diretor jurídico e diretor secretário interino. — Fiel de Carvalho Fontes, diretor das filiais. — José Peijó, Contador, reg. 32.797 — D. N. I. C. e reg. 16.789 — D. E. C.

CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

(Período: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1944)

Débito		Crédito	
	Cr\$		Cr\$
Ordenados e Salários	4.213.508,10	Saldo transferido do exercício anterior	17.232.685,40
Impostos	2.210.978,70	Conta de Mercadorias	18.067.481,20
Seguros	142.955,60	Juros	379.365,50
Despesas sobre Vendas	1.078.037,90		
Despesas de Administração e Gerais	1.801.709,10		
Despesas Bancárias e Descontos	970.140,00		
Diferenças de Câmbio	10.238,90		
Depreciações			
Contas Incobráveis	1.310,60		
Reserva para Devedores Duvidosos	241.608,30		
Lucro deste exercício à disposição da Assembleia Geral Ordinária	7.523.774,20		
Lucros de exercícios anteriores	17.232.685,40		
	35.679.532,10		35.679.532,10

Julio Santos Filho, diretor-presidente. — *Hans Doerzapff*, diretor vice-presidente. — *Victor Jurgens*, diretor comercial interino. — *Limceu de Albuquerque Mello*, diretor jurídico e diretor secretário interino. — *Fiel de Carvalho Fontes*, diretor das filiais. — *José Feijó*, Contador, reg. 32.797 — D. N. I. C. e reg. 46.789 — D. E. C.
Reconheço a firma *Julio Santos Filho*,
Rio, 17 de abril de 1945 — Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Antonio Ferreira Leite*, escrevente substituto.

(N.º 6.012 — 17-4-45 — Cr\$ 1.509,60).

EMPRESA CONSTRUTORA LARANJEIRAS S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas,

Dando cumprimento aos nossos estatutos e à lei vigente, apresentamos à apreciação de VV. SS. o "Balanco Geral", a conta de "Lucros e Perdas" e demais documentos referentes ao ano de 1944, cujo parecer do Conselho Fiscal se encontra anexo.

Permanecemos ao inteiro dispor de VV. SS. para todos e quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1945. — *Meton da Cunha Mello*, Diretor-Presidente.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Empresa Construtora Laranjeiras S. A., tendo examinado o "Balanco", a demonstração da conta "Lucros e Perdas" e demais documentos, inclusive o relatório da Diretoria relativos ao ano de 1944 e tendo achado tudo conforme, são de parecer que os mesmos sejam aprovados pelos senhores acionistas.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1945. — *Reginaldo de Carvalho Paes de Andrade*. — *Fernando Oiticica da Rocha Lins*. — *Mario Maciel Vieira Neves*.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativa		Cr\$
Disponível:		
Caixa		2.499,30
Realizável a curto prazo:		
Devedores em C/C	361.500,00	
Obrigações de Guerra	4.258,60	368.758,60
De Compensação:		
Caução da Diretoria		10.000,00
Soma do ativo		381.257,90

Passivo		Cr\$	Cr\$
Não exigível:			
Capital	300.000,00		
Fundo de Reserva	8.201,40		308.201,40
Exigível a curto prazo:			
Dividendos a Distribuir			63.056,50
De compensação:			
Títulos Cauccionados			10.000,00
Soma do passivo			381.257,90

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31-12-44

Débito		Cr\$
Consumo d'água		14.924,20
Custeio e Conservação Palácio Império		81.684,90
Gás, Luz e Força		63.016,00
Impostos e Licenças		60.743,40
Aluguéis		7.440,00
Imposto de Renda		4.393,10
Despesas Gerais		18.834,30
Ordenados & Gratificações		69.747,90
Arrendamento Palácio Império		216.000,00
Comissões		20.420,80
Providência		3.557,90
Dividendos a Distribuir		63.056,50
Fundo de Reserva		3.318,70
Total		630.137,70
Crédito		Cr\$
Renda do Palácio Império		630.137,70

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1945. — *Meton da Cunha Mello*, Diretor-Presidente. — *João Augusto Costa*, Contador Reg. 38.517.
(N.º 6.081 — 17-4-45 — Cr\$ 214,20)

FAZENDAS REUNIDAS S. JOAQUIM E PIEDADE S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Satisfazendo exigência legal, vimos apresentar a apreciação dos senhores acionistas o Balanço e a conta de Lucros e Perdas, referentes ao exercício encerrado em 30 de dezembro de 1944, que resumem as operações efetuadas naquele ano e demonstram a situação da nossa Companhia.

Apresentando o parecer favorável do nosso Conselho Fiscal, que examinou detidamente as contas do ano de 1944, lembramos aos senhores acionistas que a assembleia terá de eleger o novo Conselho Fiscal para o exercício de 1945. — *Ozéas Motta*, Presidente.

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL DA "FAZENDAS REUNIDAS

S. JOAQUIM E PIEDADE S. A."

Senhores acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal da "Fazendas Reunidas S. Joaquim e Piedade S. A.", no exercício de suas funções legais, examinaram a carteira, escrituração, documentos, Balanço e conta de Lucros e Perdas, referentes ao exercício de 1944 (tendo encontrado tudo em ordem pelo que são de parecer que esses documentos e todos os atos praticados pela Diretoria, merecem a aprovação dos senhores acionistas.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1945. — *Dr. José Gabriel de Lemos Britto*. — *Fabricio Paulo Bagueira Bondeira*. — *Alvaro Bran-Fiscal* para o exercício de 1945.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1945 — *Ozéas Motta*, Presidente.

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Ativo

	Cr\$	Cr\$
Imobilizado:		
Imóveis	312.650,20	
Lavoura	61.100,00	
Gastos de organização	9.899,20	
Móveis e utensílios	970,00	384.619,40
Disponível:		
Caixa e Fazendas		6.680,10
Realizável:		
Gado e aves	54.850,60	
Carvão e lenha	39.078,30	
Amazém	1.013,30	
Contas correntes	195.000,00	289.912,20
Resultado pendente:		
Lucros e perdas		57.030,90
Compensação:		
Ações em caução		30.000,00
		768.272,60

Passivo

	Cr\$	Cr\$
Inexigível:		
Capital	450.000,00	450.000,00
Exigível curto prazo:		
Contas correntes		88.272,60
Exigível longo prazo:		
Hipoteca		200.000,00
Compensação:		
Caução da Diretoria		30.000,00
		768.272,60

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Jayme Martins Sam-paio*, Contador n.º 8.874. — *Ozéas Motta*, Presidente.

LUCROS E PERDAS, EM 30 DE DEZEMBRO DE 1944

	Débito	Crédito
	Cr\$	Cr\$
Saldo de 1943	32.768,60	
de Gado	15.261,50	
de Lavoura	6.838,00	
de Carvão e lenha	2.335,00	
de Juros	283,00	21.717,50
a Juros	24.000,00	
a Impostos	5.129,20	
a Salários	8.538,40	
a Custeio	4.416,90	
a Publicações	2.023,90	
a Utensílios lavoura	3.635,90	
a Gastos de organização	1.100,00	
a Móveis e utensílios	103,50	
Balanço		57.030,90
	81.718,40	81.748,40

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Jayme Martins Sam-paio*, Contador n.º 8.874. — *Ozéas Motta*, Presidente.

(N.º 6.200 — 18-4-45 — Cr\$ 183,60).

COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

1. Em cumprimento a disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à vossa apreciação e julgamento não só o relatório dos nossos trabalhos no primeiro ano de exercício, como também o balanço desta Companhia, encerrado em 30 de dezembro de 1944, e o parecer do Conselho Fiscal a esse respeito.

2. Constituída a Companhia, em Assembleia de 28 de janeiro daquele ano, antes ainda de iniciado o seu funcionamento — o que só se verificou a 7 de março último, com o preenchimento das formalidades legais complementares — demos começo à grandiosa tarefa nascida da patriótica determinação do Governo Federal, consubstanciada no Decreto-lei n.º 5.684, de 1943, no sentido de dotar o Brasil da fundamental indústria de carbonato e hidróxido de sódio (barrilha e soda cáustica).

3. É oportuno recordar aqui os atos que, posteriormente àquele diploma legal, foram baixados pelo Poder Central, numa reafirmação desse decidido propósito, cuja objetivação tanta influência irá exercer em nossa economia.

4. São eles:

— o Decreto-lei n.º 6.011, de 19-11-43, que trata da desapropriação, em favor desta Companhia, das jazidas de conchas e turfa existentes na região da Lagoa de Araruama, ficando, assim, à nossa disposição não só uma das principais matérias primas para a indústria, como também uma boa parte do combustível de que vamos necessitar;

— o Decreto-lei n.º 6.273, de 16-2-44, que isentou do imposto do selo os nossos atos constitutivos;

— o Decreto-lei n.º 6.111, de 10-1-44, modificando pelo de número 6.877, de 18-9-44, que permite aos funcionários públicos civis e aos oficiais das Forças Armadas servirem nesta Companhia, em cargos técnicos ou de direção, mediante autorização do Presidente da República.

5. Não podemos deixar de consignar, outrossim, o nosso reconhecimento ao operoso Governo Fluminense, na pessoa do digno Interventor Ernani do Amaral Peixoto, que, por Decreto n.º 1.690, de 29-10-43, declarou de utilidade pública, para efeito de aquisição amigável, ou de desapropriação judicial, uma área de terras com área de 3.600 Ha, situada na restinga de Cabo Frio, área que abrange, além dos terrenos necessários à fábrica e instalações conexas, toda a zona onde pretendemos fazer a captação de água potável.

6. Anteriormente à constituição da Companhia, estudos preliminares sobre a implantação da indústria da soda no País haviam sido feitos, em virtude de determinação superior, pelo Instituto Nacional do Sal, que recorreu, para isso, a competentes técnicos patrióticos, cujas conclusões mereceram a aprovação de dois importantes órgãos auxiliares da administração pública: o Conselho Federal de Comércio Exterior e a Comissão de Financiamento da Produção.

7. Dentro, aliás, da orientação traçada por esses estudos, empreendimento de tal magnitude não poderia prescindir da experiência acumulada nos países em que a indústria da soda já atingiu alto grau de aperfeiçoamento.

8. Por essa razão, solicitamos a várias firmas norte-americanas, de grande idoneidade, às quais enviamos os dados necessários, a apresentação de propostas não só para a elaboração dos projetos definitivos, como para a prestação de outros serviços, tais como: assistência na compra do equipamento, colaboração na construção e no funcionamento da fábrica e preparo de técnicos brasileiros, a que a direção desse funcionamento deva depois ser cometida.

9. Oito das firmas consultadas atenderam ao nosso convite, estando em via de conclusão o minucioso exame de que, para o efeito de uma escolha acertada, as respectivas propostas vêm sendo objeto por parte da Diretoria e do Conselho Técnico e Econômico.

10. Com o fim de promover os trabalhos de construção e outros necessários à vida da Companhia, foi criada uma filial em Arraial do Cabo, Município de Cabo Frio, local onde se deverá erguer a fábrica.

11. Não obstante a deficiência das vias de comunicação com esse local e as inúmeras dificuldades da hora presente, notadamente no que respeita a mão de obra, meios de transporte e combustíveis, conseguimos ultimar, ali, de modo satisfatório, a maioria dos serviços e instalações auxiliares, como sejam: escritórios; alojamentos; almoxarifados; oficina mecânica; serraria e carpintaria; usina de força elétrica; preparo de pedra britada; fábrica de concreto pré-moldado; estradas de intercomunicação; e desvios ferroviários — tudo indispensável para o início e rápido andamento das obras definitivas.

12. Tais dificuldades de comunicação estarão, em breve, grandemente atenuadas com a conclusão, que se verificará, talvez, em março próximo, da rodovia Cabo Frio-Arraial do Cabo, mais uma valiosa iniciativa do Governo Fluminense em benefício da nossa Empresa.

13. Estão em andamento os estudos relativos ao serviço de captação da água destinada à fábrica.

14. Foram confiados ao reputado Escritório Saturnino de Brito, e tem por objeto os mananciais subterrâneos existentes na vasta restinga da região.

15. Já se acham concluídos os levantamentos necessários à construção da grande salina de que a indústria deverá receber a sua principal matéria prima.

16. Esperamos que a Companhia poderá extrair dela todo o sal de que terá necessidade.

17. De acordo com resolução da Diretoria, tomada em sessão de 16 de agosto de 1944, efetuou-se a chamada relativa à segunda prestação (20%) do capital da Companhia, sendo fixado, para o respectivo pagamento, o período de 1.º a 30 de setembro do mesmo ano. Dos nossos 626 acionistas, apenas 29 estavam ainda em atraso na data do balanço, montando as prestações devidas a Cr\$ 87.200,00.

18. Durante o exercício, foram lavrados, nos livros competentes, 5 termos e 3 averbações: estas, atinentes à Caução de 60 ações; aqueles, relativos à transferência de 43 desses títulos.

19. Na forma da lei e dos nossos estatutos, deveis eleger, para o novo período, os membros do Conselho Fiscal e os respectivos suplentes, bem como fixar a remuneração daqueles.

20. Antes de terminar o presente relatório, achamo-nos no dever de externar os nossos agradecimentos à Companhia Salinas Perinas e à Companhia Porto e Melhoramentos de Cabo Frio, as quais, possuindo na zona dos nossos trabalhos instalações de que a Companhia se pode aproveitar, têm revelado um alto espírito de colaboração, prestando-lhe, por meio delas, excelentes serviços.

21. Entre os documentos ora submetidos ao vosso exame deixa de figurar a cópia da conta "Lucros e Perdas" porque esta Companhia ainda não se acha em fase de produção.

22. Estamos à vossa disposição para qualquer outro esclarecimento que desejardes.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1945. — Companhia Nacional de Alcalis. — *Fernando Falcão*, Presidente. — *Benedito Manhães Barreto*, Diretor. — *Major Berilo da Fonseca Neves*, Diretor.

BALANÇO EM 30-12-44

SEDE E FILIAL

Ativo		Passivo	
	Cr\$		Cr\$
1.100. Ativo Fixo:		2.100. Não Exigível:	
1.101. Imóveis	1.164.855,20	2.101. Capital	50.000.000,00
1.102. Instalações Industriais	1.432.566,00	2.200. Exigível a Prazo Curto:	
1.103. Móveis e Utensílios	1.094.350,20	2.201. Credores Diversos	22.287,00
1.104. Veículos	926.927,10	2.203. Contas a Pagar	73.449,60
1.105. Biblioteca e Mapoteca	115.032,30	2.204. Vencimentos e Gratificações a Pagar	35.798,20
1.106. Embarcações	870,00		131.234,80
1.107. Ferrovias	5.222,10	2.600. Contas de Compensação:	
1.110. Rodovias	35.753,00	2.601. Encomenda de Material	1.669.784,20
1.111. Semoventes	2.725,00	2.602. Caução da Diretoria	60.000,00
1.113. Material em Trânsito	1.453.470,50	2.604. Recibos de Chamada de Capital	87.200,00
			1.816.984,20
1.200. Realizável a Prazo Longo:			
1.201. Acionistas c/de capital a realizar	30.087.200,00		
	30.087.200,00		
1.300. Realizável a Prazo Curto:			
1.302. Almoxarifado	1.090.608,80		
1.303. Devedores Diversos	53.816,50		
1.304. Adiantamentos	31.741,00		
	1.176.166,30		
1.400. Disponível:			
1.401. Caixa	44.469,00		
1.402. Depósitos em Bancos	10.536.416,50		
	10.580.885,50		
1.600. Contas de Despesas:			
1.605. Despesas com Estudos	923.602,60		
1.607. Despesas de Instalação	1.431.608,10		
	2.355.210,70		
1.700. Contas de Compensação:			
1.701. Material Encomendado	1.669.784,20		
1.702. Ações em Caução	60.000,00		
1.704. Remessas para Cobrança	87.200,00		
	1.816.984,20		
	51.948.219,00		51.948.219,00

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Fernando Rêgo Falcão* — Presidente. — *Benedito Manhães Barreto* — Diretor. — *Major Berilo da Fonseca Neves* — Diretor. — *Hernani França de Faria* — Chefe do Serviço de Contabilidade (Reg. D.N.I.C. sob nº 34.552).

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Alcalis, abaixo assinados, examinaram, de acordo com o art. 127, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, o relatório da Diretoria, as contas e o balanço, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1944.

Tendo verificado a exatidão de todos os dados apresentados, em face da respectiva escrituração, são de parecer que merecem a aprovação dos senhores acionistas não só esses documentos, mas também os atos em geral da Diretoria.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1945. — *Pedro Luiz Corrêa e Castro*. — *Francis Walter Hime*. — *Osmar Radler de Aquino*. — *Dr. Miguel Couto Filho*. — *Edzardo Ramos*.

(N.º 6.091 — 17-4-45 — Cr\$ 612,00)

COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL
(Tecidos)

RELATÓRIO A SER APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL DOS SRS. ACIONISTAS,
CONVOCADA PARA 27 DE ABRIL DE 1945

Srs. Acionistas:

INTRODUÇÃO

Apesar de inúmeros obstáculos provindos da situação de guerra, ainda nos foi possível, em 1944, manter em plena atividade todas as seções de nossa Fábrica.

Tivemos também a satisfação de inaugurar os serviços da nossa Creche Modelo e os do moderno Ambulatório de medicina e cirurgia. Tendo completado a edificação de mais 44 casas proletárias que constituem o 3.º Núcleo Residencial, iniciamos os trabalhos para a construção do 4.º, cujo projeto inclui, além de 42 prédios e Play-ground, uma piscina, um auditório e um campo para cultura física.

Muito nos empenhámos em adiantar a construção do magnífico edifício, onde deverá ser instalada a nossa Escola de Aprendizagem Textil, que até este momento tem funcionado em várias dependências de nossa Fábrica.

Por presentirmos que a próxima terminação da guerra tenha de modificar a privilegiada situação da indústria textil brasileira, que tem podido comparecer aos mercados consumidores sem a concorrência das demais nações manufatureiras, não nos descurámos de tomar as providências necessárias ao aperfeiçoamento da nossa produção.

Estando muito atentos ao progresso tecnológico textil tanto dos Estados Unidos como da Grã-Bretanha, esperamos empreender em nossa Fábrica reformas que nos permitam, não só baixar o nosso preço de custo, senão também melhorar a qualidade da produção, para, deste modo, poder bem servir aos consumidores.

Não obstante estarem alcançando todos os nossos artigos a melhor aceitação, tanto nos mercados do país como nos do estrangeiro, onde a marca — *Bangú* — goza invejável conceito, persistimos na segura orientação de esmerar cada vez mais todos os serviços de nossa Fábrica.

FÁBRICA

Em instalações e maquinismos novos houve o dispêndio, em 1944, de Cr\$ 329.758,70.

O perfeito estado de conservação de toda a maquinaria assegurou-nos boa eficiência de produção.

Aos nossos distintos fregueses, pela honrosa preferência com que nos distinguiram, aqui manifestamos o nosso reconhecimento, com a afirmação de que continuaremos a nos esforçar para servi-los com presteza e perfeição.

EMPRÉSTIMO

Por haver sido totalmente resgatado o nosso empréstimo por debêntures, no valor de Cr\$ 9.000.000,00, e em virtude do mandado expedido pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos do Distrito Federal, Dr. Miguel Maria da Serpa Lopes, procedeu-se, no Registro Geral de Imóveis, ao cancelamento da inscrição hipotecária oriunda do contrato daquele empréstimo.

O cancelamento foi averbado, em 11 de julho de 1944, à página 213, no Livro n.º 2, de Inscrição Especial, sob o número de ordem 409.

IMPOSTOS

Em pagamento de impostos federais e municipais, foi despendida, em 1944, a quantia de Cr\$ 8.634.598,00.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para satisfazer a encargos sociais, despendemos, em 1944, Cr\$ 3.702.603,30.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em 27 de abril de 1944 realizou-se a Assembléia convocada para deliberar sobre uma proposta de reforma de Estatutos, a qual foi unanimemente aprovada.

Nesta Assembléia, o nosso Presidente procedeu a leitura de uma carta que lhe foi endereçada pelo nosso antigo colega, Sr. João Gonçalves Matoso, em que, além de justificar a sua ausência por motivo de viagem inadiável, a Poços de Caldas, também lhe comunicava "ser seu desejo retirar-se da Diretoria, por precisar de fazer um tratamento longo de sua saúde e agradecer a acionistas o apoio e confiança nele depositados durante o tempo em que exerceu o cargo de diretor".

DIRETORIA

Muito lamentámos o vermo-nos privados da prestimosa colaboração do nosso prezadíssimo amigo, Sr. João Gonçalves Matoso, cujos bons e leais serviços prestados à Companhia já foram com justiça ressaltados pela Assembléia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 1944.

Para o cargo de Diretor-tesoureiro foi eleito o nosso antigo auxiliar, Engenheiro Antônio Guedes Valente.

CASAS PARA OPERÁRIOS

Das 600 casas proletárias que planejamos edificar, em Bangú, para moradia dos nossos operários, estão acabadas 162 e em construção 44.

Nestes prédios, que são muito aprazíveis, os operários poderão desfrutar vida digna e confortável.

Conforme já assinalamos no relatório de 1943, a renda auferida pelo capital invertido nesses prédios não atinge sequer a 3 % (três por cento), ao ano.

As casas de 2 quartos e 1 sala estão alugadas a Cr\$ 115,00 por mês, e as de 3 quartos e 1 sala, a Cr\$ 170,00.

Todos os prédios possuem varanda, banheiro completo, cozinha, água quente e fria, instalação elétrica, filtro, tanque para lavagem de roupas e pequeno quintal.

Apesar de estarem estes prédios alugados a Cr\$ 115,00 e Cr\$ 170,00, por mês, a Prefeitura arbitrou o aluguel em Cr\$ 280,00, para o efeito do lançamento do imposto predial.

Por este motivo, estamos providenciando junto à Prefeitura a revisão dos respectivos lançamentos.

AUXILIARES

Tanto no Escritório Central como na Fábrica e no Departamento Territorial, todos os nossos auxiliares desempenharam as respectivas funções com zelo, competência e boa vontade, esforçando-se por engrandecer a Companhia.

CONCLUSÃO

Tendo sido relatadas as ocorrências que nos pareceram interessantes, contudo, continuamos a vossos inteiros dispor para prestar quaisquer outros esclarecimentos que julgardes necessários sobre a vida de nossa Empresa.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1945. — *Manoel Guilherme da Silveira Filho*, Presidente. — *Tito Del Soldato*, Diretor-técnico. — *Eng. Guilherme da Silveira Filho*, Diretor-superintendente. — *Engenheiro Joaquim Guilherme da Silveira*, Diretor comercial. — *Engenheiro Antonio Guedes Valente*, Diretor-tesoureiro. — *Jorge Moitinho Doria*, Diretor-secretário.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. Acionistas:

O Conselho Fiscal da Companhia Progresso Industrial do Brasil (Tecidos), no desempenho das atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos e os dispositivos legais, examinou minuciosamente os balanços e contas referentes ao primeiro e segundo semestres do ano de 1944, bem como a escrituração da dita Empresa, que encontrou lançada na devida ordem e perfeita clareza, sendo de parecer que os referidos documentos bem como os atos da Diretoria durante o citado período merecem a aprovação dos Srs. Acionistas.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1945. — *José Mendes de Oliveira Castro* — *Barão de Saavedra* — *Jayme Lino da Cunha Solto Maior*.

BALANÇO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1944

A t i v o		
	Cr\$	Cr\$
Propriedades	24.375.562,60	
Fábricas	26.150.075,70	
Águas	1.917.607,00	52.443.245,30
Manufatura		4.896.490,30
Matéria prima	5.332.536,00	
Almoxarifado	11.148.957,50	16.481.493,50
Títulos da Dívida Pública Federal	2.886.790,00	
Obrigações de guerra	2.180.098,10	
Títulos de valor	197.135,90	5.264.924,00
Devedores diversos		45.456.978,60
Caixas	204.872,60	
Depósitos judiciais	89.053,00	
Obrigações de guerra — c/ Selos	14.990,00	398.915,60
Seguros		47.714,20
Conta de compensação:		
Ações caucionadas	140.000,00	
Prefeitura Municipal — Caução	20.800,00	
Terrenos vinculados a contratos	12.242.275,40	
Contas correntes — c/ cobrança	13.127,00	12.416.202,40
		137.404.763,90
P a s s i v o		
	Cr\$	Cr\$
Capital		40.500.000,00
Fundo de reserva	9.022.477,90	
Fundo de deterioração	14.033.841,40	
Amortização de fábricas	7.000.000,00	
Fundo de reserva especial	14.000.000,00	
Lucros suspensos	5.684.000,00	
Fundo para novos equipamentos	5.000.000,00	
Fundo de contingência	3.000.000,00	
Fundo de Assistência Social	5.108.191,60	
Fundo de indenizações	150.000,00	62.998.210,90

Caixa Beneficente e Fundo de Previdência.....	543.946,20
Institutos de Aposentadoria e L.B.A.....	134.339,40
Impostos a pagar.....	3.986.211,10
Dividendos e bônus não reclamados.....	323.217,00
Dividendos do semestre.....	2.025.000,00
Bônus.....	3.037.500,00
Credores diversos.....	11.440.136,93

Contas de compensação:

Caução da Diretoria.....	140.000,00
Títulos caucionados.....	20.800,00
Contratos de terrenos vinculados.....	12.242.275,40
Títulos em cobrança.....	13.127,00
	<u>12.416.202,40</u>
	<u>137.404.763,90</u>

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1944. — *Manoel Guilherme da Silveira Filho*, Presidente. — *Tito Del Soldato*, Diretor-técnico. — *Guilherme da Silveira Filho*, Diretor superintendente. — *Joaquim Guilherme da Silveira*, Diretor comercial — *Antonio Guedes Valente*, Diretor-tesoureiro. — *Jorge Moitinho Doria*, Diretor-secretário. — *Ildefonso Pereira Leite*, Contador (registro n.º 33.218).

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

Débito

	Cr\$
Impostos.....	2.960.752,00
Impostos a pagar.....	1.800.000,00
Honorários, ordenados, percentagens e despesas gerais.....	6.168.440,30
Dividendos.....	2.025.000,00
Bônus.....	3.037.500,00
Fundos de reserva e reserva especial.....	11.374.079,90
Fundo de deterioração.....	1.233.759,10
Fundos de indenizações e assistência social.....	585.506,60
Lucros suspensos.....	3.337.261,60
Caixa beneficente e fundo de previdência.....	162.000,00
	<u>32.683.999,50</u>

Crédito

	Cr\$
Manufatura e imóveis.....	31.654.177,50
Juros e descontos.....	1.029.822,00
	<u>32.683.999,50</u>

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1944. — *Manoel Guilherme da Silveira Filho*, Presidente. — *Tito Del Soldato*, Diretor-técnico. — *Guilherme da Silveira Filho*, Diretor superintendente. — *Joaquim Guilherme da Silveira*, Diretor comercial — *Antonio Guedes Valente*, Diretor-tesoureiro. — *Jorge Moitinho Doria*, Diretor-secretário. — *Ildefonso Pereira Leite*, Contador (registro n.º 33.218).

BALANÇO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 1944

Ativo

	Cr\$	Cr\$
Propriedades.....	27.404.997,40	
Fábricas.....	26.282.833,30	
Águas.....	1.938.655,20	55.626.485,90
Manufaturas.....		5.271.774,80
Matéria prima.....	3.676.358,80	
Almoxarifado.....	8.989.991,60	12.666.350,40
Títulos da Dívida Pública Federal.....	3.524.000,00	
Obrigações de guerra.....	2.180.098,10	
Certificados de equipamento.....	4.689.045,60	
Títulos de valor.....	201.735,90	10.591.879,60
Devedores diversos.....		51.534.707,90
Caixas.....	573.588,30	
Depósitos judiciais.....	64.597,00	638.185,30
Seguros.....		165.115,10

Contas de compensação:

Ações caucionadas.....	140.000,00
Prefeitura Municipal - Caução.....	2.000,00
Terrenos vinculados a contratos.....	13.300.717,80
	<u>13.442.717,80</u>
	<u>152.940.216,80</u>

Passivo

	Cr\$
Capital.....	10.500.000,00
Fundo de reserva.....	10.552.689,40
Fundo de deterioração.....	14.110.744,80
Amortização de fábricas.....	7.000.000,00
Fundo de reserva especial.....	26.000.000,00
Lucros suspensos.....	7.522.060,10
Fundo para novos equipamentos.....	5.000.000,00
Fundo de contingência.....	5.000.000,00
Fundo de Assistência Social.....	5.108.191,60
Fundo de indenizações.....	150.000,00
	<u>80.473.685,90</u>

Caixa Beneficente e Fundo de Previdência.....	560.853,70
Institutos de Aposentadoria e L.B.A.....	115.347,80
Impostos a pagar.....	3.816.882,00
Dividendos e bônus não reclamados.....	313.612,50
Dividendos do semestre.....	2.025.000,00
Bônus.....	3.037.500,00
Credores diversos.....	8.651.617,10

Contas de compensação:

Caução da Diretoria.....	140.000,00
Títulos caucionados.....	2.000,00
Contratos de terrenos vinculados.....	13.300.717,80
	<u>13.442.717,80</u>
	<u>152.940.216,80</u>

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Manoel Guilherme da Silveira Filho*, Presidente. — *Tito Del Soldato*, Diretor-técnico. — *Guilherme da Silveira Filho*, Diretor superintendente. — *Joaquim Guilherme da Silveira*, Diretor comercial — *Antonio Guedes Valente*, Diretor-tesoureiro. — *Jorge Moitinho Doria*, Diretor-secretário. — *Ildefonso Pereira Leite*, Contador (registro n.º 33.218).

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

Débito

	Cr\$
Impostos.....	2.522.619,10
Impostos a pagar.....	2.400.000,00
Honorários, ordenados, percentagens e despesas gerais.....	7.083.165,10
Dividendos.....	2.025.000,00
Bônus.....	3.037.500,00
Fundos de reserva e reserva especial.....	13.530.511,50
Fundo de deterioração.....	598.671,00
Fundos de indenizações, contingência e assistência social.....	2.784.989,40
Lucros suspensos.....	1.920.918,10
Caixa beneficente e fundo de previdência.....	162.000,00
	<u>36.065.374,20</u>

Crédito

	Cr\$
Manufatura e imóveis.....	34.576.819,60
Juros e descontos.....	1.488.554,60
	<u>36.065.374,20</u>

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1944. — *Manoel Guilherme da Silveira Filho*, Presidente. — *Tito Del Soldato*, Diretor-técnico. — *Guilherme da Silveira Filho*, Diretor superintendente. — *Joaquim Guilherme da Silveira*, Diretor comercial. — *Antonio Guedes Valente*, Diretor-tesoureiro. — *Jorge Moitinho Doria*, Diretor-secretário. — *Ildefonso Pereira Leite*, Contador (registro n.º 33.218).

(N.º 6.155 — 48-4-45 — Cr\$ 1.193,40)

COMPANHIA LUZ STEARICA

RETIFICAÇÃO (*)

Na publicação feita pelo *Diário Oficial* do dia 12 de abril de 1945, à página 6.593, colunas primeira e segunda,

Onde se lê:

...ano de 1945...

Leia-se:

...ano de 1946...

Onde se lê:

...da nova Diretoria e do Conselho Técnico...

Leia-se:

...da nova Diretoria e do Conselho Técnico...

Na parte das assinaturas inclua-se a de:

José Caria, Secretário.

(*) Nota — S. Pb. — Retificado por erro de revisão.